

Marlon Brandt

**UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DOS CAMPOS DO PLANALTO
DE SANTA CATARINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em História Cultural
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eunice Sueli
Nodari

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

B821h Brandt, Marlon

Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina [tese] / Marlon Brandt ; orientadora, Eunice Sueli Nodari. - Florianópolis, SC, 2012.

332 p.: il., tabs., mapas, plantas

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Meio ambiente - Planalto catarinense - História. 3. Paisagens - Planalto catarinense - História. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

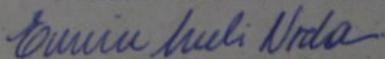
Uma História Ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina.

Marlon Brandt

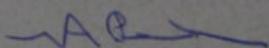
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para
obtenção do título de:

DOCTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

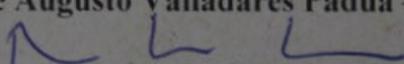
Banca Examinadora



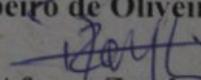
**Dr.^a Eunice Sueli Nodari – Presidente e
Orientadora – UFSC**



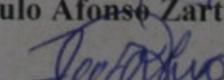
Dr. José Augusto Valladares Pádua – UFRJ



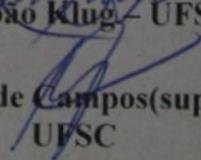
Dr. Rogério Ribeiro de Oliveira – PUC/RJ



Dr. Paulo Afonso Zarth – UFFS

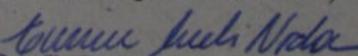


Dr. João Klug – UFSC



**Dr. Nazareno José de Campos (suplente da casa) –
UFSC**

**Dr. Miguel Mundstock Xavier de
Carvalho (suplente de fora) – UFFS**



**Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC**

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos quatro anos de doutorado e realização da pesquisa, tive a sorte de receber o auxílio de um grande número de pessoas, que me ajudaram das mais diversas formas possíveis para a concretização dessa Tese.

Gostaria de agradecer a minha esposa Millena, pela compreensão e paciência nas minhas ausências durante as viagens de estudos.

Aos meus pais Leopoldo e Aparecida, pelo incentivo e auxílio nas diversas etapas da realização deste trabalho, contribuindo no levantamento de fontes e, no caso de meu pai, me acompanhando e contatando diversas pessoas para a realização de entrevistas, cujas participações enriqueceram ainda mais os depoimentos.

Ao Darlan, meu irmão, pela leitura e revisão.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de doutorado, que auxiliou no desenvolvimento da pesquisa.

A minha orientadora, professora Eunice Sueli Nodari, pela sua atenção e inestimáveis contribuições, além da liberdade de escolha e direcionamento dos rumos da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História e em especial aos professores João Klug e Sílvio Marcus Corrêa, responsáveis em grande medida pela minha formação no retorno ao campo da história.

Aos colegas do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), Marcos, Márcio, Samira, Alfredo Ricardo, Miguel, André, Juliana, Esther, Gil, Eveli e demais colegas e ex-colegas.

Aos antigos moradores da região do planalto catarinense que me receberam gentilmente em suas residências e compartilharam suas memórias.

Quero agradecer também aos dos que me atenderam nas instituições, arquivos e bibliotecas consultadas durante a tese. Quero agradecer em especial a Niri, do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp, pela disponibilidade e auxílio no registro dos documentos utilizados na pesquisa.

Por fim quero agradecer a todas as pessoas que me ajudaram indiretamente me apoiando e incentivando este trabalho.

RESUMO

A presente tese procura reconstruir e analisar, sob a perspectiva da história ambiental, o processo de transformações da paisagem dos Campos do Planalto de Santa Catarina entre os séculos XVIII e a primeira metade do século XX. Para responder essa questão procurou-se compreender de que maneira a ação humana se expressou nessa paisagem e de que modo a natureza mediou essa relação, atuando na dinâmica social, econômica e cultural da região. A paisagem, fruto da ação humana ao longo do tempo, envolvendo um conjunto de objetos naturais e sociais acumulados a partir de atividades de muitas gerações, em diversas escalas temporais e espaciais, constituiu uma importante ferramenta para se entender esse processo de transformações dos Campos catarinenses. Desde as primeiras pegadas humanas nos Campos sua ação já se fazia sentir no ambiente, porém foi com a chegada do europeu e suas primeiras incursões a partir dos séculos XVI e XVII que o ambiente passou a sofrer as alterações mais intensas, com a introdução e manejo de animais e plantas exóticas. A feição fisionômica dos Campos vislumbrava a possibilidade de se desenvolver atividades ligadas à criação de animais, pela amplitude dessa vegetação e pela relativa inexistência de grandes predadores. Durante mais de dois séculos a pecuária constituiu-se na atividade predominante dos Campos. É, no entanto, principalmente a partir da segunda metade do século XX, dentro do contexto de modernização agrícola, que novas atividades passam a se disseminar em maior amplitude nos Campos. Percebe-se, a partir de então, sobretudo pela atuação estatal, visando o “progresso” da região, a melhoria da criação, com novas raças e a introdução de novas espécies forrageiras. Além de novas espécies forrageiras, os Campos, por sua topografia relativamente plana, se compararmos aos dissecados relevos das regiões de vale, mais ao Oeste, passaram a receber a implementação da agricultura mecanizada, destinada, sobretudo a plantação de trigo e soja. A atuação de diversas madeireiras na região, que também era vista como um importante fator de crescimento econômico, e de aumento das áreas de pastagens, acabou por exaurir praticamente todas as reservas florestais economicamente viáveis. A solução proposta para o escasseamento de araucárias que se vislumbrava em um futuro próximo não foi a recomposição da floresta, mas sim o cultivo com espécies exóticas do gênero *Pinus*. Ao longo de mais de dois séculos, a ação humana nos Campos atuou interferindo tanto sua dinâmica natural com a floresta quanto em sua composição faunística e

florística. Pode-se afirmar dessa maneira que sua paisagem atual, além de ser resultado das condições edafoclimáticas, é também consequência da ação do homem.

Palavras-chave: Campos do Planalto; Santa Catarina; história ambiental; paisagem.

ABSTRACT

The thesis at hand attempts to reconstruct and analyze, under the perspective of the environmental history, the process of transformation of the landscape of Campos do Planalto de Santa Catarina¹ between the 18th and the first half of the 20th century. To answer this question we have tried to understand the way in which human intervention expressed itself in that landscape and in what way nature mediated this relationship, acting in the social, economical and cultural dynamics of the region. The landscape, due to human intervention over time, involving a set of natural and social objects accumulated as a result of the activities of many generations, in a myriad of temporal and spatial scales, constituted an important tool for understanding that process of transformation of the Campos catarinenses². Since the first human footprints in the Campos its actions were felt in the environment. However, it was with the arrival of the European and their first incursions, starting in the 16th and 17th century, that the environment began to go through more intense alterations with the introduction of animal handling and exotic plants. The physiognomic features of the Campos gave a hint of the possibility to develop animal husbandry related activities, in sight of the scope of that vegetation and the fact that large predators were almost inexistent. We can notice, from that moment on, the improvement in husbandry, especially through state action aiming at the “progress” of the region, with new races and the introduction of new species of grazing animals. Besides these new species, the Campos, because of its relatively level topography if we compare them to the dissected relief in the valley regions to the west, started receiving the implementation of mechanized agriculture, destined mainly to wheat and soy crops. The actions of a series of lumberyards in the region, which was also seen as a factor of economic growth, and the increase of grazing areas, ended up exhausting nearly all of the wood reserves that were economically viable. The proposed solution for the shortage of the Araucaria which was envisioned for the near future was not the recomposition of the forest, but, instead, the cultivation of exotic species of the Pinus genus. Over more than two centuries, human intervention in the Campos had the effect of interfering with its natural dynamics with the forest, as well as its faunistic and floristic composition. It can be said thus that its present landscape, besides being

¹ Plateau grasslands of Santa Catarina

² Grasslands of Santa Catarina

the result of edaphoclimatic conditions, is also the consequence of human intervention.

Keywords: Campos do Planalto; Santa Catarina; environmental history, landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos Campos no bioma Mata Atlântica.....	22
Figura 2 – “Certão de Curitiba”, s.d.....	37
Figura 3 – <i>Plano topográfico do continente do Rio Grande e da Ilha de Santa Catharina</i> , elaborado por José Correia Rangel de Bulhões em 1797.....	48
Figura 4 – Detalhe do mapa indicando a “Vaccaria de cima da Serra”.....	49
Figura 5 – Detalhe do mapa indicando a “Villa das Lagens”.....	50
Figura 6 – <i>Esboço do Mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos</i>	71
Figura 7 – Detalhe do <i>Esboço do Mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos</i> , abrangendo o planalto de Santa Catarina.....	72
Figura 8 – Fazenda do Cedro em relação ao relevo e divisão em invernadas.....	98
Figura 9 – Planta de aproveitamento da terra da sede da fazenda.	100
Figura 10 – Planta de aproveitamento da terra da residência dos filhos.....	101
Figura 11 – Fazenda Dois Irmãos, Curitibaanos, em 1924.....	102
Figura 12 – Fazenda Boa Vista, Campos Novos, década de 1930..	103
Figura 13 – <i>Mappa Chorographico da Provincia de Santa Catharina</i> , produzido pelo Major Engenheiro Carlos Van Lede em 1842.....	111
Figura 14 – <i>Detalhe do Mappa Chorographico da Provincia de Santa Catharina</i> , produzido pelo Major Engenheiro Carlos Van Lede em 1842.....	112
Figura 15 – <i>Mappa do Estado do Paraná</i> (1896).....	121
Figura 16 – Detalhe ampliado do <i>Mappa do Estado do Paraná</i> (1896).....	122
Figura 17 – <i>Mappa do municipio de Campos Novos</i> (década de 1920).	141
Figura 18 – Detalhe do mapa do município de Campos Novos (década de 1920).....	142
Figura 19 – Mapa das principais frentes de povoamento do planalto catarinense.....	146

Figura 20 – Capim gordura (<i>Melinis minutiflora</i>).....	238
Figura 21 – Capim colônia ou sempre-verde (<i>Panicum maximum</i>).	238
Figura 22 – Capim Venezuela (<i>Axonopus scoparius</i>).....	239
Figura 23 – Capim elefante (<i>Pennisetum purpureum</i>).....	240
Figura 24 – Montes de língua-de-vaca (<i>Rumex</i> sp.) extirpados em campo da Fazenda Experimental de Lages.....	241
Figura 25 – Cultura de trigo no Campo de Sementes de Lages em 1941.....	246
Figura 26 – Colheita do trigo no Campo de Semente de Lages em 1941.....	246
Figura 27 – Preparação do terreno para lavoura de trigo.....	248
Figura 28 – Lavouras nas terras dos irmãos Frey (s.d.).....	250

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- População de Lages (1777-1808).....	54
Tabela 2- Crescimento populacional da região dos Campos do Planalto.....	114
Tabela 3- Estabelecimentos rurais em 1920 e 1940.....	138
Tabela 4- Aumento da área de estabelecimentos rurais em relação ao território.....	140
Tabela 5- Patrimônios municipais em 1935.....	179
Tabela 6- Sementes de forrageiras exóticas no Posto Zootécnico Federal de Lages em 1913.....	228
Tabela 7- Sementes solicitadas pelo Posto Zootécnico de Lages em 1914.....	232
Tabela 18 Á área dos estabelecimentos distribuídos pela utilização da Zona Fisiográfica dos Campos de Lages de acordo com os Censos de 1940 a 1970.....	257

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	9
LISTA DE IMAGENS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
1 CAMINHOS DE TROPAS E POVOAMENTO DO “CERTÃO DE CORITIBA”	33
1.1 AS VACARIAS E A EXPLORAÇÃO DA GADARIA JESUÍTICA.....	37
1.2 CAMINHOS DE TROPAS.....	44
1.3 POVOAMENTO DOS “CAMPOS DAS LAGENS”.....	51
1.4 NOVOS ESPAÇOS, NOVOS CAMINHOS.....	63
2 CONSTRUÇÕES DO ESPAÇO RURAL DOS CAMPOS	81
2.1 O MANEJO DOS ANIMAIS E PLANTAS.....	84
2.2 ESTRUTURA DAS FAZENDAS.....	95
2.3 MÃO-DE-OBRA DAS FAZENDAS E PERFIL DA POPULAÇÃO	106
2.4 CRESCIMENTO POPULACIONAL E INTERIORIZAÇÃO DO POVOAMENTO.....	110
2.4.1 Tensões e conflitos com as populações indígenas.....	131
2.4.2 Partilhamento das fazendas.....	138
3 FORMAS DE USO E ACESSO DOS CAMPOS E FLORESTAS ÀS MARGENS DAS FAZENDAS PASTORIS.....	145
3.1 OCUPAÇÃO E MODOS DE VIDA.....	147
3.2 ESPAÇOS E RECURSOS NATURAIS DE USO COMUM NOS CAMPOS E FLORESTAS.....	164
3.2.1 Uso em comum nos rocios das vilas.....	167
3.2.2 Uso em comum da terra na criação de porcos.....	181
4 “PROGRESSO” E “MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA” NOS CAMPOS DO PLANALTO AO LONGO DO SÉCULO XX.....	195
4.1 “MATTAS SOBERBAS”, “PASTAGENS RIQUÍSSIMAS” E O ATRASO DO PLANALTO CATARINENSE.....	201

4.2 PESQUISAS AGROPECUÁRIAS.....	219
4.2.1 Forragens exóticas para os campos.....	227
4.2.2 Culturas nos campos.....	243
4.3 O 'PROGRESSO' NA PAISAGEM DOS CAMPOS.....	254
4.3.1 Formação de pastagens artificiais e o emprego de forragens exóticas nas pastagens naturais.....	259
4.3.2 Ampliando as pastagens pelo fogo e pela serra.....	265
4.3.3 Monoculturas florestais nos Campos.....	272
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
REFERÊNCIAS.....	289

INTRODUÇÃO

O Brasil faz parte dos países que possuem a maior biodiversidade do mundo, disposta, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em seis biomas terrestres: Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa³. Os Campos do Sul do Brasil fazem parte de dois desses biomas: o Pampa e a Mata Atlântica. Na Mata Atlântica, os Campos encontram-se nas áreas do Planalto Sul-Brasileiro, formando mosaicos com as florestas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e a metade norte do Rio Grande do Sul⁴.

Esse ecossistema natural tem sofrido com a interferência humana desde sua ocupação, tanto pela ação de queimadas, promovidas para favorecer a caça, quanto pela dispersão de sementes de espécies arbóreas locais de maneira intencional ou não⁵. Em nenhum momento anterior, no entanto, os Campos foram afetados de maneira tão significativa quanto a que ocorreu com a chegada dos imigrantes europeus a partir dos séculos XVI e XVII. Acompanhando seus passos, um conjunto de animais e plantas originárias de outros continentes foram introduzidos e disseminados nesse espaço.

A feição campestre vislumbrava a possibilidade de desenvolver atividades ligadas à criação de animais, pela amplitude dessa vegetação e pela relativa inexistência de grandes predadores. A ocupação do planalto de Santa Catarina e seus Campos a partir do século XVIII foi um prolongamento desse processo. Durante os próximos dois séculos anos a pecuária constituiu a principal atividade econômica da região. Novas técnicas agrícolas e infraestruturas como a construção de ferrovias, a abertura de estradas de rodagens e a utilização de caminhões e tratores a partir da segunda década do século XX marcaram a introdução de novas atividades econômicas que passaram a explorar os recursos naturais para além da criação de animais, sobretudo o gado bovino. São elas a exploração madeireira, a agricultura e, por fim a silvicultura, formando imensas monoculturas de árvores exóticas.

³ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de biomas do Brasil**. Brasília, 2004. 1 Mapa. Escala: 1:500.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2006.

⁴ OVERBECK, Gerhard Ernst *et. al.* Os Campos Sulinos: Um bioma negligenciado. In: PILLAR, Valério de Patta *et. al.* (orgs). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009, p. 26.

⁵ BEHLING, Hermann. *et. al.* Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, Valério de Patta *et. al.* **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009, p. 21. DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 38-43.

Atividades que, juntamente com a introdução de forragens exóticas visando o aumento da produtividade da criação de gado vem promovendo a gradativa supressão e perda de sua biodiversidade frente a conversão a esses novos usos.

Dessa maneira, o objetivo da presente tese é analisar as transformações da paisagem dos Campos do Planalto de Santa Catarina ao longo desses mais de dois séculos, sob o viés da história ambiental. Procura-se assim responder de que maneira as ações humanas nos Campos se expressaram nessa paisagem e qual o papel que a natureza desempenhou nas mudanças sociais, culturais e econômicas da região.

Nos últimos anos novos estudos vêm sendo realizados destacando a importância dos Campos que historicamente não foram tratados como uma área cuja conservação seria importante. Estas pesquisas apontam para a existência de uma biodiversidade ainda pouco conhecida, cuja ação humana, embora, às vezes não tão visível quanto na devastação de uma floresta, por exemplo, pode trazer consequências imprevisíveis a esse ecossistema⁶.

No entanto, pouca atenção foi dada à relação entre a história e a natureza dos Campos do Planalto catarinense. Esse texto busca trazer uma perspectiva diferente da maior parte dos estudos que já foram produzidos sobre a região. São estudos que em geral abordam as diversas facetas econômicas, sociais e culturais da região, enquanto a natureza é sempre vista em relação aos seus atributos econômicos, sendo um mero suporte para o desenvolvimento de atividades como a pecuária e a exploração madeireira.

Estudar a relação do homem com a natureza nos espaços por ele habitados e modificados compõe um dos vários campos de estudos compreendidos pela história, denominado como história ambiental. Esse ramo, relativamente recente, procura lidar com o papel e o lugar da natureza na vida humana. São assim estudadas as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não-humano, ou seja, aquele que não foi criado pelo homem, e também com o mundo humano, repleto de objetos tanto naturais quanto artificiais, dispostos em diferentes combinações em espaços e tempos distintos. Este, contudo, é visto no sentido mais específico, onde as técnicas são um

⁶ PILLAR, Valério de Patta *et. al.* **Estado atual e desafios para a conservação dos campos.** Disponível em: <<http://www.ecologia.ufrgs.br/ecologia/campos/autores.htm>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

produto da cultura humana, condicionadas, elas também, pelo ambiente não-humano⁷.

O historiador ambiental Donald Worster salienta a diferenciação das temáticas trabalhadas em história ambiental em relação a outros campos da história no que se refere a delimitação das áreas de estudos. Os estudos de caráter ambiental desafiam os tradicionais recortes historiográficos, centrados nos grupos humanos, sua economia, fronteiras políticas ou grupos sociais, transpondo-a para além das instituições humanas, focalizando uma região que possua alguma homogeneidade ou identidade natural, como uma formação vegetal, um vale, uma ilha, a área de ocorrência de um determinado recurso com valor comercial, e assim por diante⁸.

Ao escolher uma região com semelhanças quanto a sua fisionomia natural como os Campos, realizando também um recorte político, no caso o Estado de Santa Catarina, opta-se por centrar o olhar nas especificidades e diversidades dos sistemas socioculturais, que um estudo mais amplo, embora tenha a unidade do sistema biofísico, não consegue abranger⁹. O que não quer dizer, contudo, que não sejam considerados as diversas ligações e os contextos específicos que um determinado espaço possui em um período histórico, com as mais diversas escalas, do local ao global, afinal, como salienta Milton Santos, “cada lugar [...] é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas”¹⁰.

Para compreender as relações estabelecidas entre as diversas populações que passaram a ocupar o Planalto catarinense e seus Campos, procurou-se adotar um amplo recorte temporal. Estabeleceu-se como ponto de partida a abertura dos primeiros caminhos que cruzavam a região, a partir da década de 1720 para transportar o gado introduzido pelos jesuítas no Rio Grande do Sul no século anterior, juntamente com o estabelecimento de fazendas de criação nesse mesmo período. A introdução do gado foi responsável por diversas transformações, como o pastoreio seletivo e a provável intensificação no manejo da queimada,

⁷ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003, p. 25.

⁸ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991, p. 181.

⁹ CARVAHO, Ely Bergo de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*. **Esboços**. Florianópolis, n. 13, 2005, p. 120.

¹⁰ SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, jan./abr. 1992, p. 98.

que já era praticada pelos primeiros grupos humanos do planalto. A definição da década de 1960 como ponto final da pesquisa está relacionada ao processo de transformações que se verifica na região com o estabelecimento e intensificação da agricultura em municípios como Campos Novos e a formação de monoculturas com espécies arbóreas exóticas como o *Pinus*, notadamente no município de Lages.

A escolha por se trabalhar um período tão extenso se tornou fundamental para observar o desdobramento de atos isolados realizados por agentes externos, como o Estado, por exemplo, ou mesmo atitudes individuais ou coletivas que influenciaram a natureza ou a vida em sociedade. Nesse sentido, buscou-se privilegiar a ampliação do recorte temporal em um recorte espacial que se resume às formações de Campos do Planalto catarinense e não aos Campos do Sul do Brasil como um todo.

Apesar do IBGE denominar os Campos como “Estepes”, diversos pesquisadores como Carl Lindmann¹¹, Balduino Rambo¹², Roberto Klein¹³, Valério de Patta Pillar¹⁴ e Gerhard Ernst Overbeck¹⁵, preferem referir-se a esta vegetação simplesmente como “Campos”, empregando também termos como “campo limpo” (sem componente lenhoso) e “campo sujo” (com arbustos)¹⁶. No trabalho essa formação vegetal será tratada como Campos, com letra maiúscula, para indicar a formação vegetal, enquanto campo, com letra minúscula será empregado para indicar o tipo fisionômico da paisagem. São estes os Campos também conhecidos como Campos nativos ou naturais, que mantém as espécies nativas sem o acréscimo ou substituição por espécies exóticas. São denominados Campos artificiais na tese aqueles formados pela ação humana, sendo cultivadas espécies tanto nativas quanto exóticas, podendo também ser em áreas onde a vegetação não era composta pelos Campos.

¹¹ LINDMANN, Carl Axel Magnus. **A vegetação do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1974.

¹² RAMBO, Balduino. A Fisionomia do Rio Grande do Sul. **Cadernos RBMA**: Série Documentos Históricas, n. 31. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_31.pdf>. Acesso em 3 de março de 2010.

¹³ KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

¹⁴ PILLAR, Valério de Patta; QUADROS, Fernando L. F. de. *Grassland-forest boundaries in southern Brazil*. **Coenoses**. Gorizia, v. 12, n. 1-2, p. 119-126, 1997.

¹⁵ OVERBECK, Gerhard Ernst et. al. *Brazil's neglected biome: The South Brazilian Campos*. **Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics**. Zurich, v. 9, n. 9, p. 101-116, 2007.

¹⁶ OVERBECK, Gerhard Ernst et. al. (2009). *Op. Cit.*, p. 29.

A região Sul do Brasil, onde se encontram os Campos, é formada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que juntos formam uma área de aproximadamente 577.800 km². Seus limites são, ao norte, os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a oeste com o Paraguai e a Argentina, ao sul, com o Uruguai, e ao leste pelo Oceano Atlântico. Sua altitude varia do nível do mar até cotas que podem ultrapassar os 1.800 metros nas áreas mais elevadas, sendo que aproximadamente 2/3 de sua superfície encontra-se em áreas com cota superior a 500m. Toda a região possui uma ampla variedade de relevo, formando planaltos, planícies, serras e depressões, consequência de suas diversas formações geológicas e da complexidade de seus agentes morfogênicos, os quais exercem uma considerável influência no clima e na vegetação¹⁷.

Em Santa Catarina, os Campos encontram-se no planalto compreendido pelos derrames basálticos que formam a Serra Geral e no Planalto Sedimentar, com altitudes que não raro ultrapassam 1.000 metros, formando o que Roberto Klein denomina como Campos do Planalto¹⁸. Nesses Campos encontram-se também capões¹⁹, matas ciliares e de galeria, cuja composição florística é idêntica à da Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta de Araucária, que por vezes se alargam formando bosques no meio do Campo²⁰. Em algumas áreas, encontram-se também palmáceas como o butiá (*Butia eriospatha*) junto aos Campos, como ocorre na região de Curitiba, Lebon Régis e municípios vizinhos. Em muitos casos os Campos formam extensões consideráveis, sobretudo nas áreas que compreendem os municípios de São Joaquim, Lages, Curitiba, Campos Novos, Matos Costa e na parte norte do Vale do Rio do Peixe, abrangendo os “Campos de Palmas”, cuja maior área está situada no Estado do Paraná²¹. Em alguns pontos também são encontradas manchas menores.

¹⁷ LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**: região Sul. V. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 113.

¹⁸ KLEIN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 17.

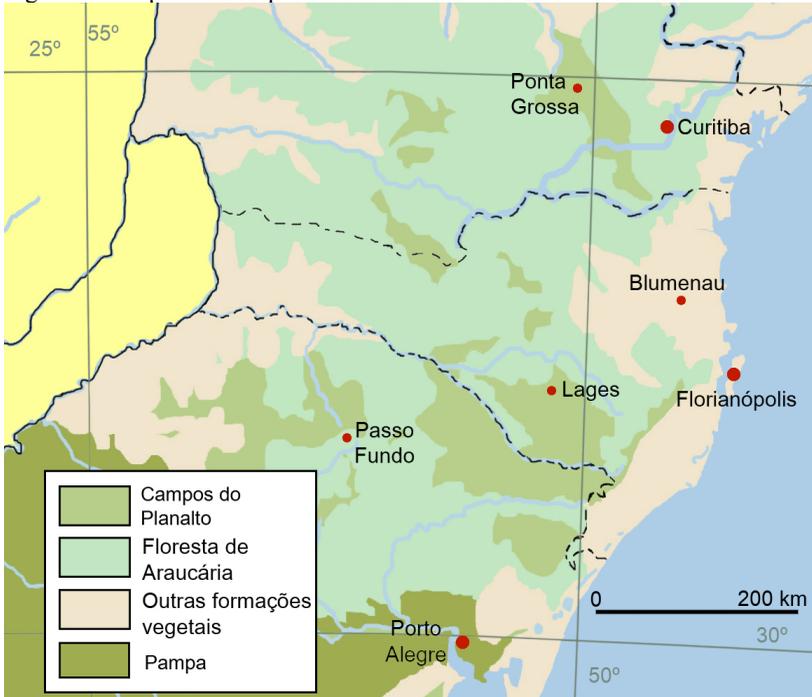
¹⁹ O nome capão dado às ilhotas de mata existentes espalhadas pelo Campo, geralmente limpo, vem, como aponta João Rodrigues Mattos, de *caapuan*, nome guarani que quer dizer *caa*, mata e *puan*, redondo. MATTOS, João Rodrigues. **O pinheiro brasileiro**. São Paulo: Grêmio Politécnico DLP, 1972, p. 106.

²⁰ KLEIN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 17-18; MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p. 258.

²¹ KLEIN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 17-18.

O mapa da Figura 1, apresenta a localização das principais áreas de Campos no bioma Mata Atlântica.

Figura 1 – Mapa dos Campos no bioma Mata Atlântica.



Fonte: elaborado pelo autor com base em IBGE, 2004.

Segundo Edmon Nimer, essa é uma das regiões com maior uniformidade e grau de unidade climática. Predomina o clima mesotérmico superúmido sem estação seca, cuja precipitação possui médias acima de 1.250 mm anuais, com uma oscilação térmica ao longo do ano que não se verifica em áreas mais próximas ao Equador. Nas regiões compreendidas pelo Domínio Morfoestrutural da Bacia e Coberturas Sedimentares do Paraná, cujas altitudes podem ultrapassar os 1.500m, com presença de relevos acima dos 1.800 ao leste, declinando para menos de 150m em direção ao oeste, encontram-se a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Decidual e os Campos²². Nestas

²² HERMANN, Maria Lúcia de Paula; ROSA, Rogério de Oliveira. Relevo. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil*: região Sul. V. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p.57-74.

regiões o mês mais frio possui média inferior a 13°C, quando as temperaturas frequentemente ficam abaixo de 0°C nas áreas com maior altitude, e a ocorrência de geadas e nevascas não é rara, enquanto no verão, nas áreas com maior altitude, a temperatura média não chega a 22°C²³.

Diante dessas condições ambientais, com condições mais úmidas e com uniformidade pluviométrica, que é uma das condições ideais para o desenvolvimento e a expansão das formações florestais, diversos pesquisadores preocuparam-se em discutir e formular hipóteses que levassem a explicação da ocorrência e formação dos Campos.

No século XIX o pesquisador Carl Lindmann²⁴, viajando pelos Campos do Rio Grande do Sul observou que os Campos ocorrerem em áreas cujos fatores edafoclimáticos favoreciam a existência de florestas, sendo a vegetação capaz de se expandir sobre esses Campos. Além de Lindman, outros autores passaram a problematizar a existência dos Campos, como Balduino Rambo²⁵, Roberto Klein²⁶, e Aziz Nacib Ab 'Saber²⁷, que deduziram, baseados principalmente em evidências fitogeográficas, que os Campos eram um tipo de vegetação mais antigo, e a expansão da floresta seria um processo mais recente, derivados de mudanças climáticas para condições mais úmidas²⁸.

Pode-se dizer assim, que no sul do Brasil o clima é florestal, e no ambiente, para Pedro Furtado Leite e Roberto Miguel Klein “tudo o mais está tendendo para o florestal e continuará, se se mantiverem as atuais condições climáticas e o homem se colocar à margem do processo”. Essa dinâmica sucessional, no entanto, como apontam os autores, não teria ocorrido de forma uniforme, “uma vez que, além das limitações de ordem geomorfológica, litopedológica e climática locais deve ser considerada a própria morosidade do processo evolutivo natural das formações”²⁹. Em um ambiente onde não existisse a ação humana, a tendência seria o avanço da floresta, o que levaria a um recuo dos

²³ NIMER, Edmon. *Op. Cit.*, p.167-187.

²⁴ LINDMANN, Carl Axel Magnus. *Op. Cit.*

²⁵ RAMBO, Balduino. *Op. Cit.*

²⁶ KLEIN, Roberto. *Op. Cit.*

²⁷ AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 5 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

²⁸ BEHLING, Hermann. *et al. Op. Cit.*, p. 13.

²⁹ LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. *Op. Cit.*, p. 114-132.

Campos, que se manteriam nos espaços onde o solo é pouco espesso e não pode sustentar árvores³⁰.

O povoamento e ocupação dessa região não pode, de modo algum, ser dissociada dessa paisagem. Analisar a paisagem implica em se lançar uma perspectiva integradora entre o desenvolvimento de diferentes tecnologias produtivas, as racionalidades e sentimentos humanos e “o mundo não-humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário”³¹. Como aponta Milton Santos, uma sociedade não se distribui de forma uniforme no espaço, sendo ela resultado de uma seletividade histórica e geográfica “que é sinônimo de *necessidade*. Essa necessidade decorre de determinações sociais fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um determinado momento”. Entretanto, ela é também determinada pelas formas preexistentes, sendo assim possível dizer que “a sociedade produz a paisagem, mas isso jamais ocorre sem mediação”³². A o modo de uso dos recursos que compõem seu território, que por sua vez está ligado a maneira em que as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e como dão significados ao lugar³³, fez com que as diversas populações que habitaram os Campos desenvolvessem diversas estratégias no manejo da natureza, o que por sua vez refletiu na paisagem. Esta, sendo um produto da ação humana ao longo do tempo³⁴, combinando objetos naturais e sociais é o resultado da acumulação de atividades de muitas gerações³⁵, que expressa uma imbricada relação que envolve diferentes objetos e ações em variadas escalas temporais³⁶. Perceber a dinâmica dessa paisagem entretanto, implica não apenas em descrever o ambiente e os modos de vida de suas populações. O que se procura, como destaca Paul Claval, é compreender “as relações complexas que se estabelecem

³⁰ VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. **Geossistemas de Santa Catarina**. 1998, 330 fl. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro, Rio Claro, 1998, p. 219.

³¹ WORSTER, Donald (2003). *Op. Cit.*, p. 25.

³² SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2004, p. 61.

³³ SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 2.

³⁴ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs) **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2. Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 8.

³⁵ SANTOS, Milton (2004). *Op. Cit.*, p. 54-56.

³⁶ SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. As florestas vão desaparecer? Um retrato da situação ambiental do país. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. (Org). **Que país é esse?** Pensando o Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005, p. 312.

entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem”³⁷.

Enquanto nos Campos dominava uma economia de caráter pastoril, a floresta, por outro lado, representava um espaço marginal para a economia predominante, sendo “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência, que impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado³⁸, surgiu como possibilidade de uma nova vida, sobretudo a partir do final da primeira metade do século XIX, para muitas pessoas ligadas às atividades pastoris. Eram ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados e peões. Essa população passou a se instalar em terras, em sua maioria sob o regime de posse como sitiantes³⁹ em regiões marginais aos Campos. Ao se instalar nas novas terras, esses excedentes populacionais poderiam viver da criação de animais, podendo usufruir campos e florestas em comum, além do extrativismo, caça, pesca e agricultura de subsistência.

Esse fluxo de povoamento rumo aos espaços marginais das formações campestres não pode ser analisado de maneira indissociada ao povoamento empreendido nos Campos. Essa ocupação não deixou, todavia, de colaborar com a expansão da pecuária, expandindo os campos sobre a floresta pela ação do machado e do fogo para a criação de gado bovino ou para a formação de lavouras.

No final do século XIX e início do século XX, intelectuais, empresários e o governo começavam a difundir ideias de que as técnicas e hábitos de trabalho encontrados no meio rural não se coadunavam com as novas relações de produção, que visavam atender às demandas das cidades em crescimento que iniciavam sua industrialização. Tal pensamento estava ligado ao que se considerava uma necessidade: a modernização do país, que só seria conseguida com a ocupação efetiva do território visando incorporar estes espaços a uma nova lógica de mercado⁴⁰.

³⁷ CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs) **Paisagens textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 71.

³⁸ LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988, p. 264.

³⁹ São sitiantes os pequenos produtores rurais que moram, em sua maioria sob o regime da posse, nos interstícios das grandes fazendas ou nos bairros rurais. DIEGUES, Antônio Carlos. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. 2. Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003, p. 148.

⁴⁰ LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 41-45

Essas ideias ganharam maior fôlego nos anos posteriores a II Guerra Mundial, dentro do contexto da chamada “Revolução Verde”. Ganha força um discurso em que o que era considerado “tradicional” passa a ser desqualificado em contraposição ao moderno⁴¹. Percebe-se o aumento cada vez maior da presença estatal na agricultura, selecionando o que deveria ser produzido para atender as necessidades urbanas.

Nos Campos, políticas públicas passaram a incentivar a melhoria da qualidade do gado, introduzindo espécies exóticas de gramíneas e leguminosas que serviriam para o apascentamento dos animais, enquanto outras áreas sofreram intervenções para a expansão agrícola. Esse processo de expansão converteu grandes áreas em lavouras comerciais, como o trigo, e mais tarde a soja na região de Campos Novos, além da silvicultura, praticamente onipresente na região de Lages, Bom Retiro e Curitibanos.

Difícilmente, nos dias de hoje, um viajante que percorra as principais rodovias que cruzam essas regiões encontrará extensas áreas de Campos sem se deparar com plantações de árvores exóticas ou extensas lavouras que se aproveitam da topografia relativamente plana, o que facilita a mecanização, se comparados aos relevos mais dissecados dos vales do planalto.

Essas mudanças no uso da terra nos Campos do Sul do Brasil como um todo tem gradativamente reduzido sua área natural. Em 1970, a área total dos Campos compreendia cerca de 18 milhões de hectares, ao passo que em 1996, menos de 30 anos depois, a área havia sido reduzida a 13,7 milhões de hectares. Esse forte decréscimo, de mais ou menos 25% da sua área ocorreu a partir da tendência, iniciada na segunda metade do século XX, de expandir as áreas agrícolas para os Campos. Se antes suas terras eram consideradas inférteis, impróprias para a agricultura, com a mecanização e a introdução de fertilizantes químicos, essas áreas passaram a ser alvo de culturas como milho, trigo, soja e arroz, este último principalmente no sul do Rio Grande do Sul. O cultivo de árvores exóticas, sobretudo as dos gêneros *Pinus* e *Eucalyptus*, transformaram extensas áreas de Campos, antes destinadas às pastagens, em plantações de grandes extensões, formando densas monoculturas, que não permitem o crescimento de outras plantas em seu sub-bosque devido à falta de luz⁴².

A descaracterização dessa formação vegetal reforça o interesse de se refletir sobre a natureza dos Campos sob o ponto de vista da história

⁴¹ *Ibidem.* p. 46.

⁴² OVERBECK, Gerhard Ernst *et. al.* (2009). *Op. Cit.*, p. 35.

ambiental. Compreender a dinâmica dessas relações sociedade/natureza, assim como as condições nas quais essas se construíram, é um desafio constante para o historiador ambiental. Nesse sentido, a afirmação de March Bloch, para quem a “observação e análise da paisagem de hoje, é necessária para ver melhor o passado”, faz também pensar que o presente será melhor compreendido quando não se perder de vista o passado⁴³.

Muitas das fontes empregadas nos estudos de história ambiental, como salienta Donald Worster, estão disponíveis “há gerações, talvez há séculos”, sendo apenas vistas através de um outro olhar, mais voltado para as relações da sociedade com a natureza⁴⁴. Assim boa parte das fontes pesquisadas e empregadas não são estranhas ao ofício do historiador, sendo encontradas em jornais, revistas, imagens, depoimentos orais e fontes oficiais, como relatórios, ofícios, mensagens de governadores, mapas, censos, estatísticas, fontes cartoriais, processos judiciais, inventários e a legislação. Essas fontes primárias foram obtidas em diversos acervos particulares e públicos, cuja procedência encontra-se especificada no item *Fontes Primárias*, das *Referências* ao final da tese. Somam-se também a estas a literatura de aspecto mais técnico, voltada à natureza dos Campos, produzidas por biólogos e agrônomos, que permitem ao pesquisador, como ressalta José Augusto Drummond, ver quais recursos naturais são locais, quais são importados, como eles são valorizados no seio da sociedade e quais as tecnologias que existem para o seu aproveitamento⁴⁵.

Os diferentes cultivos e formas de criação praticados na região puderam ser observados com o recurso da fotografia. Imagens produzidas para relatórios técnicos do governo ou realizadas por fazendeiros e criadores da região ao longo do século XX, possibilitaram empreender uma leitura da dinâmica da paisagem. Trabalhar com imagens exige do pesquisador se perguntar qual o motivo e o destino de sua produção. Como bem atenta Rute Coelho Zendron, um fator importante da imagem fotográfica se refere a sua construção, onde o fotógrafo ou quem possui a intenção de produzir a imagem, “está fazendo uma escolha, portanto, a fotografia não é apenas ‘a emanção

⁴³ BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p 67.

⁴⁴ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4. n. 8, 1991, p. 201.

⁴⁵ DRUMMOND, José Augusto. *Op. Cit.*, p. 182.

do referente', mas a emanção de um referente previamente escolhido, enquadrado, focalizado"⁴⁶.

A pesquisa efetuada com os jornais da época foi muito útil em relação a informações referentes à pecuária e a agricultura, não se resumindo apenas a indicadores econômicos, mas também a informações que tratam de técnicas de manejo das criações e informações a respeito de culturas que poderiam ser realizadas no planalto. Publicações legais foram encontradas também nos jornais. Muitas dessas publicações estavam relacionadas ao uso da terra, como códigos de postura e editais, o que complementou as pesquisas referentes a leis municipais que regulavam o uso e ocupação do solo.

Quando uma pesquisa gira em torno da questão da terra e suas formas de acesso e uso, uma das principais fontes de pesquisa são os documentos cartoriais. Nestes puderam ser encontrados não apenas os registros de terra, mas também diversos acordos relacionados ao seu uso, como a compra e venda de árvores por empresas madeireiras. Foram fontes que permitiram, por exemplo, rastrear a origem e a época de aquisição de um imóvel como uma fazenda, quem foram os proprietários, quais suas confrontações e sua área. Informações que foram complementadas com acordos registrados com serrarias, onde são especificados desde a dimensão das árvores e o número a ser derrubado até o prazo de exploração e o valor total. Outra fonte importante nessa questão foram os documentos judiciais, compostos por inventários, testamentos e outros documentos que possibilitam reconstituir alguns aspectos da vida dos fazendeiros e suas fazendas, como a área, o número de animais e a forma de uso das terras.

A ocupação oficial da região, bem como o seu conhecimento, pode ser empreendido também através da produção de diversos mapas desde o século XVIII, ainda pouco explorados dentro da história da região. Embora esses mapas, como aponta Gilmar Arruda “representassem um espaço físico delimitado, as ideias por eles veiculadas não se limitavam apenas a uma concepção espacial, mas estendiam-se as análises da sociedade. Os seres humanos entravam nessa rede e passavam a ser definidos a partir do local em que viviam"⁴⁷. Visto também como um documento histórico, através do mapa é

⁴⁶ ZENDRON, Rute Coelho. O fotógrafo. **Esboços**. v. 10, p. 84-95, Chapecó, 2002, p. 87.

⁴⁷ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000, p. 117.

possível, como aponta Jeremy Black, avaliar como mudou a “natureza de nossa interpretação do espaço e das relações espaciais”⁴⁸.

Conforme aponta José Augusto Drummond, um dos diferenciais da história ambiental com outros campos da história se encontra no trabalho de campo. Além de possibilitar uma maior experiência visitando e percorrendo a área de estudos, o recurso do campo permitiu também a exploração de novas fontes locais, como, por exemplo, o depoimento de moradores antigos da região⁴⁹.

O recurso a memória possibilita ao pesquisador analisar as ações humanas na natureza, obtendo e desenvolvendo novos conhecimentos com base na criação de fontes inéditas ou novas⁵⁰. Essas fontes servem “não apenas para cobrir lacunas e silêncios presentes na historiografia sobre a região, mas também para apreender todo um sistema de informações”⁵¹ ainda mais ao se analisar práticas de uso da terra sustentadas em muitos casos no costume, onde a oralidade exercia uma grande importância. Na busca pelos testemunhos que pudessem colaborar com a realização da pesquisa, foram procurados antigos moradores da região dispostos a compartilhar suas memórias nas entrevistas, tentando, sempre que possível, obter certa diversificação, pois como aponta George Gaskell, uma pesquisa com depoimentos qualitativos não procura contar o número de opiniões, mas sim buscar “as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Gaskell ainda salienta o fato de que a obtenção destas fontes orais consiste em “um processo social, uma ação, ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Neste, entrevistador e entrevistado são envolvidos na produção do conhecimento, ou seja, ocorre uma forma de partilha e uma negociação de realidades⁵².

Nas entrevistas encontram-se entre os entrevistados, tanto grandes fazendeiros quanto herdeiros de proprietários de terra quanto sitiantes viviam às margens das fazendas pastoris na região do planalto

⁴⁸ BLACK, Jeremy. **Mapas e história**: construindo imagens do passado. Bauru: Edusc, 2005, p. 11.

⁴⁹ DRUMMOND, José Augusto. *Op. Cit.*, p. 184.

⁵⁰ LOZANO, Jorge E. A. Prática e estilos de pesquisa na História Oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 16

⁵¹ FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, Agnes; THÉTARD, Philippe (Orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999, p. 110.

⁵² GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 68-74.

catarinense⁵³. Além destes depoimentos, foram obtidos alguns depoimentos produzidos por outros pesquisadores, como o Padre Tomás Pieters, que percorreu a região do município de Fraiburgo entre 1973 e 1974, colhendo depoimentos de antigos moradores, muitos nascidos ainda no século XIX⁵⁴, e do Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), de Chapecó, Santa Catarina.

Outra importante fonte empregada foram os relatos e descrições de viajantes que percorreram a região ao longo do século XIX, como o médico alemão Robert Ave-Lallemant, e de militares como José Vieira da Rosa e Herculano Teixeira D'Assumpção, que atuaram na região durante a Guerra do Contestado (1912-1916). Para compreender a visão desses autores sobre o espaço rural dos Campos do Planalto, procurou-se seguir as propostas apontadas por Dora Shellard Corrêa ao se estudar a reconstituição de paisagens pretéritas a partir da visão de mundo de um outro sujeito e de seu testemunho. Este, no entender da autora, é “um protagonista do enredo, seja produzindo os dados examinados, [...] seja como ator no relato”. É a partir da representação de um cenário escrito por outro indivíduo, e não no que enxergamos e atribuímos sentido, que se chega ao objeto de análise. Assim, esses autores, ao elaborarem um cenário “que envolve a percepção, interpretação, seleção e organização dos elementos vegetais, minerais, geográficos e culturais visualizados”, descrevem, classificam, selecionam e organizam os elementos naturais e humanos, apresentando “um conceito sobre a organização social do espaço, o que implica presenças e ausências tanto humanas quanto naturais no quadro exposto”⁵⁵. Suas impressões sobre a natureza e as ações humanas devem também ser vistas, como aponta José Augusto Pádua, levando em conta a formação e os objetivos de cada viajante. Deve-se diferenciar, por exemplo, a formação profissional ou a iniciativa que levaram a produção da obra, assim como o próprio contexto que elas foram produzidas⁵⁶.

⁵³ As entrevistas realizadas para a pesquisa estão disponíveis no Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵⁴ Agradeço ao professor Paulo Pinheiro Machado, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina por ceder gentilmente a transcrição destes depoimentos.

⁵⁵ CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan. Jun. 2008, p. 137.

⁵⁶ PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 323.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, sendo que o primeiro, intitulado *Caminhos de tropas e povoamento do “Sertão de Curitiba”*, traz algumas considerações sobre a formação das fazendas de criação e a abertura de caminhos que interligavam o Sul ao Sudeste do Brasil colonial. A formação das fazendas de criação, juntamente com a abertura de caminhos que interligavam o Sul ao Sudeste do Brasil colonial promoveram importantes modificações na paisagem local a partir do povoamento e introdução de espécies exóticas de animais e plantas nas áreas de Campos.

O segundo capítulo, *Construções do espaço rural dos Campos*, centra a análise na formação das grandes fazendas, sua estrutura, dimensão e relações com a natureza. A ocupação, através das fazendas que aproveitavam os Campos para a criação e invernagem do gado que era transportado aos mercados consumidores do litoral e do Sudeste, modelou a paisagem planaltina por mais de dois séculos. Predominou nesses espaços uma pecuária extensiva, com baixa necessidade de mão-de-obra, cujo excedente migrava para novas áreas, reproduzindo o modelo de grandes propriedades, em um movimento de migração que “saltava” de Campos em Campos. Procura-se assim analisar a estrutura dessas fazendas, sua distribuição geográfica e os diferentes modos de lidar com o ambiente dos Campos.

O terceiro capítulo, *Formas de uso e acesso dos Campos e florestas às margens das fazendas pastoris*, discute o movimento de ocupação das áreas marginais às grandes fazendas pastoris, nas bordas dos Campos e na floresta. Em linhas gerais apresentam-se as principais características desse processo de povoamento, mostrando que não eram somente as grandes fazendas que predominavam na região, existindo um conjunto de lavradores e criadores com menores áreas de terras e animais. Discute-se sua relação com a natureza, tanto nas atividades relacionadas às lides pastoris, quanto as que envolvem a apropriação e manejo dos recursos naturais dos Campos e florestas, muitos deles usufruídos em comum.

O quarto e último capítulo “*Progresso*” e “*modernização agrícola*” nos Campos do Planalto ao longo do século XX, discute em que sentido a modernização agrícola afetou os Campos, atuando, por exemplo, na introdução de forrageiras exóticas, no surgimento de novas culturas, como a do trigo e soja e o plantio de *Pinus*. É principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial que o discurso da modernização dos espaços rurais começa a ganhar amplitude nos meios governamentais e intelectuais da sociedade brasileira. Em Santa

Catarina, a partir de então, passa a se vislumbrar uma maior presença estatal na economia e nos espaços rurais. Diversos planos, programas e mesmo órgãos estatais são criados visando o aumento da produtividade de um espaço rural que se considerava atrasado, pobre e de baixa produtividade.

Na pecuária essa atuação estatal passa a ser percebida através da melhoria genética do gado e no manejo das pastagens. São assim trazidas novas raças, onde se buscava melhorar as espécies de gado através do cruzamento, enquanto as áreas de pastagens passavam a receber o cultivo de forrageiras, muitas delas exóticas. A presença dessas espécies faz com que em muitos espaços de criação, embora a fisionomia paisagística dos Campos permaneça a mesma, existam áreas onde a pastagem campestre é artificial, isto é sem a presença de espécies nativas.

1 CAMINHOS DE TROPAS E POVOAMENTO DO “CERTÃO DE CORITIBA”

Como aponta Janaína Amado, poucas categorias são tão importantes, sejam em termos de senso comum, pensamento social ou imaginário, quanto a de sertão para designar um determinado espaço geográfico⁵⁷. Para Gilmar Arruda o sertão “não tem uma origem geográfica precisa nem remete a um determinado local. Grosso modo, representa muito mais um aspecto simbólico de lugar distante, deserto e despovoado do que uma localização determinada, embora possa ser remetido, em algumas regiões, a lugares específicos”⁵⁸. De qualquer forma, “sertão é uma descrição da natureza, uma paisagem, ou muitas paisagens com o mesmo nome” designando diversas realidades físicas⁵⁹. Forma semelhante é apontada por autores como Lúcia Lippi Oliveira, para quem

as definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semi-árida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortes. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla⁶⁰.

Termo empregado pelos portugueses ainda antes de sua chegada ao Brasil, essa palavra, segundo Janaína Amado, continua viva, mesmo cinco séculos depois, no pensamento e cotidiano da população de Norte a Sul, como uma categoria espacial:

entre os nordestinos, é tão crucial, tão prenhe de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de seus

⁵⁷ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995, p. 145.

⁵⁸ ARRUDA, Gilmar (2000). *Op. Cit.*, p. 165.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 165.

⁶⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 de outubro de 2010.

referencias essenciais. Que seriam de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem seus sertões, como pensá-los? Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão “sertão” para referir-se ao extremo oeste do Estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área do interior de outro estado, São Paulo, próxima a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, “sertão de dentro” refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto, no interior do Rio Grande do Sul, “sertão de fora” também nomeia área de fronteira, porém situada... no Uruguai!⁶¹

Embora não se trate aqui de se fazer uma revisão de toda produção artística e intelectual sobre a temática dos sertões vistos como um símbolo do atraso, ou mesmo de uma perspectiva positiva, romântica, do “verdadeiro” Brasil na música, literatura ou no cinema,⁶² deve-se realizar algumas considerações sobre seu significado na vida brasileira. O que se procura fazer aqui é abordar essa categoria enfocando sua relação com a natureza, e como esse ambiente foi visto e vivenciado desde o período colonial.

Sertão foi uma categoria construída pelos portugueses ao longo do processo de colonização, passando a assumir sentidos negativos dentro do processo colonizador, expressando o medo e o receio de um espaço, vasto, desconhecido, ainda não humanizado ou pouco habitado. Era o espaço do outro, da alteridade “acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira”⁶³. Seriam os sertões

“terras sem fê, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente⁶⁴.

⁶¹ AMADO, Janaína. *Op. Cit.*, p. 145.

⁶² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. Cit.*

⁶³ AMADO, Janaína. *Op. Cit.*, p. 148.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 148.

Assim no Brasil Colonial os sertões serviram para designar espaços longínquos, pouco conhecidos, desconhecidos, pouco habitados ou desabitados. Foi no litoral que os portugueses construíram suas primeiras povoações e cidades e lá instalaram suas infraestruturas necessárias à exploração, suas instituições e autoridades responsáveis pela colonização. Assim o litoral para Amado “foi o ponto de observação privilegiado ao longo dos três primeiros séculos, para a construção da categoria ‘sertão’. Desde o litoral, ‘sertão’ foi constituído”⁶⁵.

Era ainda sertão para o geógrafo alemão Léo Waibel, o espaço que compreende atualmente o planalto de Santa Catarina nos espaços onde, à época de seus estudos na região, em fins da década de 1940, a colonização por migrantes e imigrantes de origem europeia não-ibérica não havia se processado. Nessas regiões “os caçadores, os extrativistas e os criadores de gado penetraram na mata [...] e criaram um tipo de paisagem que por um longo tempo não era nem terra civilizada nem mata virgem, e para o qual se tem aqui a expressão muito feliz de ‘sertão’”. Nesse sertão, as condições de vida, vistas como “primitiva e sem falta de organização” assumiam um aspecto permanente. Não eram assim o criador de gado dos Campos e nem os moradores da floresta capazes de transformar a região em uma paisagem cultural, tornando-a acessível à civilização⁶⁶.

A obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha é um caso emblemático da visão dos sertões, como um problema para a nação, se opondo à urbanidade do litoral, embora sejam tecidas pelo escritor explicações de ordem político-cultural para sua situação, cuja civilização poderia sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral. A leitura dessa obra, com sua abordagem sobre o homem e a natureza dos sertões, permaneceu como uma das chaves explicativas do Brasil no período. A ideia de sertão, com sua ausência de civilização, permeou os meios intelectuais e científicos do Brasil durante a primeira metade do século XX⁶⁷.

A institucionalização social do espaço, para Paul Claval, leva o homem “a traçar limites. Estes separam o selvagem, o natural, o humanizado e o habitado, a floresta e a charneca, o campo e a cidade, o sagrado e o profano”. A construção e instituição desses limites

⁶⁵ *Ibidem.*, p. 148.

⁶⁶ WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. n.4, p. 389-422, out/dez., 1955, p. 391.

⁶⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi *Op. Cit.*

marcariam uma divisão entre a natureza selvagem e o espaço civilizado, compartimentando o espaço, pois “este é feito de conjuntos que diferem por suas qualidades”⁶⁸.

A ideia do sertão como um lugar deserto, “selvagem” seria também uma construção ideológica de viés eurocêntrico, onde as “virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas”⁶⁹. Seria uma forma de descaracterizar ou mesmo invisibilizar toda e qualquer forma de ocupação anterior de um determinado espaço por outras sociedades, o que servia como justificativa para uma penetração da civilização no que seria um “vazio” humano. Faziam assim parte desse “vazio demográfico”, não raro representado em mapas como “sertão desconhecido”, o indígena, o caboclo ou outras populações tradicionais. Essa visão é recorrente na expansão ocidental, que desconsiderava toda forma de uso e apropriação da terra que não fosse correspondente ao que se conhecesse como o que seria um uso correto da terra, ou seja, derrubar a floresta, cultivar e criar animais. Assim, como afirma Keith Thomas, para o homem europeu “a agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia a natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos”⁷⁰.

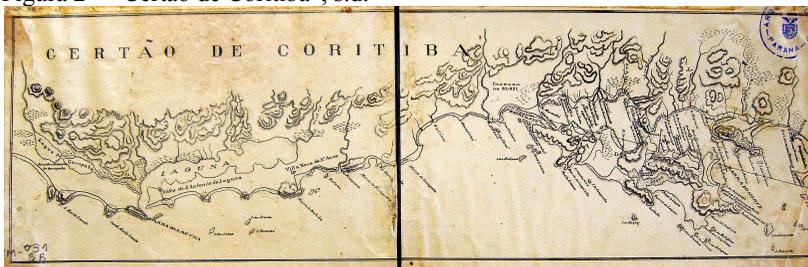
Nos mapas, o sertão aparece com poucas informações, o que reforçava uma visão dividida do espaço. No litoral são indicados diversos rios, morros, praias, vilas, povoados e caminhos, enquanto o vazio de informações predomina continente adentro. De um lado a civilização, de outro o desconhecido, o bárbaro. Inventariando e apontando os lugares onde viviam os europeus, reforçava-se também com essas imagens os “vazios” desconhecidos, que deveriam ser explorados e ocupados pela “civilização”. Seriam assim esses mapas também uma forma de apropriação simbólica desses territórios. Isso fica claro em um mapa, possivelmente do século XVII ou das primeiras duas décadas do século XVIII, que consta na Figura 2, onde toda a faixa de terras para além da planície litorâneas do atual litoral catarinense compreendia uma área ainda pouco explorada pelos portugueses ao sul de Curitiba, denominado “Certão de Coritiba”.

⁶⁸ CLAVAL, Paul. *Geografia Cultural*. 3. Ed. Florianópolis: UFSC, 2007, p. 211-214.

⁶⁹ LITTLE, Paul Elliott. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. *Revista de Pós-graduação em História da UnB*. V 2, n. 4, 1999, p. 13.

⁷⁰ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 17.

Figura 2 – “Certão de Curitiba”, s.d.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná

Por parecer tão vasto e “vazio”, oferecendo a possibilidade de se ir sempre além, o sertão seria tanto uma “paisagem do medo”⁷¹, abrigando uma natureza hostil e selvagem quanto um espaço do desejo, repleto de riquezas que estariam ao alcance de quem se dispusesse a enfrentá-lo, incorporando-o à civilização e à cristandade. Se nos sertões do Centro-Oeste eram o ouro e as pedras preciosas que despertavam a cobiça, no Sul eram outras as riquezas: uma enorme quantidade de gado introduzida pelos jesuítas desde o século XVI vagando livremente pelos Campos do atual Rio Grande do Sul.

1.1 AS VACARIAS E A EXPLORAÇÃO DA GADARIA JESUÍTICA

Esses “sertões”, longe de constituírem uma natureza “primitiva”, “intocada”, constituíam, de forma semelhante a outras regiões da Mata Atlântica, um “mosaico vegetacional de usos pretéritos para populações que se sobrepõem com maior ou menor frequência e muitas vezes deixam vestígios”⁷².

Estudos de partículas de carvão e análises palinológicas realizadas nos perfis sedimentológicos das regiões dos Campos Gerais, no Paraná, Cambará do Sul e São Francisco de Assis e no Rio Grande do Sul apontam para o crescimento na incidência de fogo nas áreas de Campo a partir de 12 a 13 mil anos atrás⁷³. Essas pesquisas sustentam a

⁷¹ TUAN, Yi Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 129, 337.

⁷² OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Eric. Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade dos carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. *Interthesis*, Florianópolis, v.8, n.2, p. 286-315, 2011, p. 288.

⁷³ BEHLING, Hermann. *Late Quaternary vegetation, climate and fire history of the Araucaria forest and campos region from Serra Campos Gerais, Paraná State (South Brazil)*. *Review of Palaeobotany and Palynology*, v. 97, n. 1-2, p. 109-121, 1997. BEHLING, Hermann. et al. *Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate*

ideia da influência humana na vegetação interferindo na dinâmica entre os Campos e a floresta desde a sua chegada ao continente americano apontada por autores como Warren Dean em seu estudo da história da devastação da Mata Atlântica⁷⁴. O emprego do fogo, além de ampliar o campo de visão na caça, formava uma vegetação mais tenra, atraindo herbívoros esparsos, podendo também afastar animais que seriam considerados daninhos ou prejudiciais, como cobras.

A ação humana na vegetação campestre não se faria apenas pela ação do fogo, mas também pela migração da araucária (*Araucaria angustifolia*) e outras espécies de plantas sobre os Campos. Nesse sentido, Dean propõe que a existência de algumas áreas de capão, “tantas vezes comentado por botânicos viajantes que acharam sua aparência ao mesmo tempo encantadora e paradoxal”, poderia ser também fruto da ação humana, dispersando diversas plantas e árvores de forma proposital ou não⁷⁵.

Os europeus, ao se estabelecerem na porção que atualmente compreende o Sul do Brasil, o Uruguai e parte da Argentina na bacia do rio da Prata, encontraram nos Campos um ambiente manejado há milênios por populações pretéritas. Esse movimento trouxe consigo diversos animais e plantas que cultivavam e um conjunto de outras espécies de forma não intencional⁷⁶. A ocupação pelos europeus e a introdução diversas plantas e animais que compunham a sua “biota portátil”, ao encontrarem no novo continente um espaço que lhes permitisse se auto-reproduzirem, graças a ausência, ao menos em um primeiro momento, de um número significativo de predadores e de doenças, foram os responsáveis por diversas transformações no ambiente continental⁷⁷.

dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambara. do Sul core in southern Brazil. Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology, v. 203, p. 277-297, 2004, p. 291-292. BEHLING, Hermann; PILLAR, Valério de Patta; BAUERMANN, Soraia Giradi. *Late Quaternary grassland (Campos), gallery forest, fire and climate dynamics, studied by pollen, charcoal and multivariate analysis of the São Francisco de Assis core in western Rio Grande do Sul (southern Brazil). Review of Palaeobotany and Palynology*, v. 133, p. 235–248, 2005, p. 247.

⁷⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 38.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 43.

⁷⁶ REASER, Jamie K.; GALINDO-LEAL, Carlos; ZILLER, Silvia Renate. Visitas indesejadas: a invasão de espécies exóticas. In: GALINDO-LEAL, Carlos; CÂMARA, Ibsen de Gusmão (orgs). **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005, p. 392.

⁷⁷ CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 133-174.

A introdução de animais e plantas pelos europeus era seletiva de acordo com sua utilidade na manutenção e ampliação do controle da sociedade colonial. Sua disseminação, no entanto, ocorreu não apenas de forma direta pelos europeus, mas também indiretamente por animais, ventos, chuvas e por outros grupos humanos⁷⁸. Sérgio Buarque de Holanda destaca, por exemplo, a rápida difusão de galinhas e também porcos interior adentro no continente “o que só se pode atribuir ao comércio intertribal”⁷⁹.

O gado bovino e equino teria sido introduzido na região sul do continente americano logo nas primeiras décadas do século XVI. Nas áreas de Campo que compreendem os Pampas da região platina, em menos de meio século estes animais se difundiram aos milhões⁸⁰. Não tardou a aparecer quem, de acordo com Roberto Simonsen, possuísse mais de cem mil cabeças em estâncias, nem Reduções Jesuítas que tivessem mais de meio milhão, onde poderiam ser abatidas quarenta reses diariamente para o consumo interno⁸¹. A região do Prata tornou-se assim uma imensa “vaqueria”, a ponto do governador de Buenos Aires declarar que se abatessem 80 mil cabeças de gado por ano o número de cabeças não diminuiria⁸².

A quantidade de animais introduzida e sua reprodução promoveram profundas transformações no ambiente natural da região. A mudança na composição vegetal da região a partir da introdução do gado pelos europeus é mencionada por diversos autores, como Pierre Deffontaines, para quem o pisar contínuo do gado alterou, pouco a pouco o tipo das pastagens, que também passaram a se empobrecer com a introdução de espécies exóticas⁸³, além da compactação de solo que esse trânsito de animais pode realizar, enquanto as espécies animais nativas foram alvo não apenas da perda das melhores pastagens, mas também de parasitas trazidos pelos novos animais⁸⁴. Referindo-se a região do pampa argentino, por exemplo, comenta Alfred Crosby que,

⁷⁸ DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 216-228, p. 216.

⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 169.

⁸⁰ DEFFONTAINES, Pierre. História do Gado nos países do Prata particularmente no Uruguai. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano IX, n. 114, maio-junho de 1953, p. 249-257, p. 250.

⁸¹ SIMONSEN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 208.

⁸² CROSBY, Alfred W. *Op. Cit.*, p. 161.

⁸³ DEFFONTAINES, Pierre. *Op. Cit.*, p. 250.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 250. SIMONSEN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 208.

a usurpação da biota nativa do pampa já devia ter começado no fim do século XVI, quando animais da Europa chegaram, vicejaram e se propagaram em enormes rebanhos. Seus hábitos de alimentação, seus cascos atropeladores, seus excrementos e as sementes das plantas que carregavam com eles, tão estrangeiros na América quanto eles mesmo, alteraram para sempre o solo e a flora do pampa. Essa alteração deve ter sido rápida, porque poucos registros se encontram a respeito dela nos documentos da época, pelo menos até o século XVIII⁸⁵.

Os ambientes de Campos do Sul do Brasil foram, nesse contexto, também um espaço do processo exploratório de grandes rebanhos de herbívoros exóticos, encontrando neles condições favoráveis à sua reprodução⁸⁶. Um importante papel nessa introdução foi desempenhado pelos jesuítas na região que compreende atualmente o Rio Grande do Sul, introduzindo um farto rebanho de gado. Criados soltos e servindo como rebanho disponível às reduções, os animais se tornaram bravios, “alçados”, formando assim imensas reservas de gado, conhecidas como Vacarias do Mar, localizadas ao Sul no bioma dos Pampas, e a Vacaria dos Pinhais, nos Campos da Mata Atlântica. Gado cuja criação no século XVII prosperou grandemente, chegando a compreender, em média, cerca de meio milhão de cabeças⁸⁷.

Desde o início das reduções, comenta Capistrano de Abreu, ocorriam “salteios”, por parte de paulistas com o intuito de se capturar indígenas⁸⁸. Os povoados missionários foram destruídos e o gado, abandonado, continuou a se multiplicar. Em 1632, por exemplo, na Missão de Santa Tereza, localizada nos Campos do Planalto riograndense, cerca de 500 cabeças de gado foram abandonadas, as quais se proliferaram na região. Muitos dos animais que se espalharam pela região foram também capturados por grupos indígenas, como os

⁸⁵ CROSBY, Alfred W. *Op. Cit.*, p. 145.

⁸⁶ LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p.81.

⁸⁷ EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”)**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973, p. 122.

⁸⁸ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998, 110-116.

Charruas do sul do Rio Grande do Sul, que passaram a fazer uso regular dos cavalos, entre os séculos XVII e XVIII⁸⁹.

Essas Vacarias, como salienta Sílvio Marcus de Souza Correa e Juliana Bublitz, dada a imensa quantidade de gado introduzido, alteraram a cadeia alimentar da fauna na região. Os felinos tiveram a inclusão de bovinos em sua dieta alimentar, o que facilitou sua reprodução em maior número, dada a abundância do gado, interferindo também de modo indireto na sobrevivência de pequenos mamíferos, como a lebre e a capivara⁹⁰.

Enquanto os jesuítas transpassavam a margem ocidental do Uruguai, do lado português, paulistas, lagunenses e açorianos, passaram a aproveitar “aquela imensa riqueza com que acenavam os campos sulinos”⁹¹. Ocupação esta que continha também o caráter de assegurar o domínio português daquelas terras. Formaram-se assim as primeiras estâncias no “Continente do Rio Grande”⁹².

Nesse período, a criação do gado exercia uma grande importância social e econômica. Antes do desenvolvimento das máquinas a motor, eram os gados bovino, cavalar e muar, o principal meio de transporte e agente motor. No Brasil, desde a economia açucareira o gado desempenhou um importante papel, cuja tração animal servia tanto nos engenhos quanto no transporte da produção e da lenha para alimentar os fornos, que se encontravam cada vez mais distantes⁹³. Tais trabalhos provocavam um enorme desgaste dos animais, exigindo número considerável de cabeças, em porções talvez iguais ao de escravos. A intensa procura pelos animais estimulou sua criação. Criação que, contudo, promovia conflitos com agricultores a respeito dos espaços de

⁸⁹ ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Alten (org). **Lavouras da destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: Ufpel, 2009, p. 256.

⁹⁰ CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF; Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2006, p. 45-46.

⁹¹ EHLKE, Cyro. *Op. Cit.*, p. 123.

⁹² PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ufsc/Lunardelli, 1983, p. 165.

⁹³ Warren Dean e José Augusto Pádua comentam sobre a ampla devastação que este sistema acarretava, no caso da produção de cana-de-açúcar, tanto para a lavoura extensiva quanto para o fornecimento de lenha para o engenho. Soma-se a isso, a itinerância da lavoura canavieira que se mudava frequentemente, tanto pela escassez de lenha próxima ao engenho, quanto pelo esgotamento do solo, devido à utilização da queimada para a abertura da lavoura e a preparação do terreno. DEAN, Warren (2004). *Op. Cit.* PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

lavouras e da criação, que usualmente invadia essas áreas. Até então não havia cercas. Essa incompatibilidade entre criação e lavoura, assim como a sua separação espacial, que prosseguiu em diversas áreas agrícolas brasileiras, adentrando o século XX, foi uma das razões para a interiorização da criação de gado, para longe dos canaviais e mandiocais, em terras pobres, que não eram aproveitadas em culturas⁹⁴.

Foram São Vicente, Bahia e Pernambuco os principais irradiadores da criação do gado nas regiões central, nordeste e sudeste do Brasil⁹⁵. O avanço dos vicentistas ao sul promoveu o povoamento dos Campos Gerais, no atual Estado do Paraná, no século XVII, a partir da fundação de Paranaguá em 1648⁹⁶. Nessa época eram os Campos Gerais uma espécie de complemento às atividades dos paulistas em Paranaguá, onde havia o costume de se lavrarem as terras litorâneas, dedicando os Campos planaltinos às atividades pastoris, cujo gado era comercializado com a vila de Sorocaba⁹⁷.

A descoberta de ouro e pedras preciosas no sudeste e na porção central do país incrementou a demanda no fornecimento de animais, que não eram destinados apenas à subsistência, como no caso do gado bovino, que já era criado em abundância em áreas próximas, no Cerrado e na Caatinga, mas também de muares. Estes se tornaram cada vez mais importantes para o transporte de ouro e mercadorias nas regiões e cidades que surgiam da mineração⁹⁸. Criou-se assim um mercado de consumo, no qual as vacarias do sul possuíam condições de fornecer animais visando o abate e transporte de bens, utilizando, neste caso, principalmente muares que carregavam mercadorias em tropas de cargueiros. De acordo com Roberto Simonsen, o alto preço do gado nas zonas mineradoras e as dificuldades da obtenção de animais nas áreas ligadas à exploração açucareira, trouxeram como consequência a instalação de fazendas em Minas Gerais e no Centro-Oeste, além da

⁹⁴ SIMONSEN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 197-198. DEAN, Warren (2004). *Op. Cit.*, p. 92.

⁹⁵ SIMONSEN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 195.

⁹⁶ PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. **História da Capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Edições do Senado Federal, v. 25. In: **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2006, p. 126.

⁹⁷ RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992. Coleção Estante Paranista, n. 36, p. 9-29. BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. vol 1. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 39, 40.

⁹⁸ SIMONSEN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 225.

procura de gado na região sulina na qual os paulistas incursionavam desde o século XVII⁹⁹.

Surge dessa maneira um extenso sistema de circulação, interligando vilas e formando novas povoações ao longo do seu caminho dirigindo-se às regiões mineradoras. E no caso da região Sul, esta pode desempenhar, segundo Felipe Falcão, “um papel subsidiário, mas decisivo, para a economia que se desenrolava no Brasil e também para as pretensões da metrópole em melhor usufruir de suas terras”¹⁰⁰, contribuindo tanto para a efetiva ocupação lusa do território quanto pela integração econômica do país.

Os Campos sulinos e sua imensa gadaria passaram, através da necessidade de abastecimento e transporte, a assumir vital importância para a manutenção das atividades auríferas no Sudeste e Centro-Oeste brasileiro, o que justificaria, economicamente, a ocupação efetiva das regiões onde se encontravam áreas de Campos. Importância destacada da seguinte maneira por Roberto Simonsen:

foi, portanto, o ciclo do gado o fator econômico gerador da expansão sulina e da formação de nossas lindes meridionais. A princípio, era o gado bovino o elemento principal, na indústria pecuária colonial. Seguiu-se-lhe o gado cavalariço, de tão acentuado valor antes do aparecimento do veículo motorizado. Surgiram, enfim, no século XVIII, a tropa mar e a figura estóica do tropeiro, o grande assegurador dos meios de comunicação nos séculos XVIII e XIX e que até hoje tão importante papel desempenha em várias regiões do Brasil¹⁰¹.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 206.

¹⁰⁰ FALCÃO, Felipe. Dos corretos enganados e de outros desacertos: a presença portuguesa no Sul da América. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina**: séculos XVI a XIX. Florianópolis: Ufsc, 2004, p. 182.

¹⁰¹ SIMONSEN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 239. Vale lembrar que a edição original da obra é de 1937, período em que o trânsito de tropas era ainda muito comum para o transporte da produção agrícola, inclusive no planalto Sul do país.

1.2 CAMINHOS DE TROPAS

Conexão entre dois pontos, o caminho, uma vez posto em funcionamento, proporciona novas trajetórias históricas, possibilitando deslocamentos humanos e fluxos de animais, plantas ou mercadorias, além de uma maior ocupação das terras às suas margens. Ele transforma não apenas as relações sociais e econômicas entre o ponto de partida e o destino, mas também a própria paisagem por onde é percorrido¹⁰². Sua contribuição pode também ser percebida na integração, conquista e domínio territorial. Essa conjunção de diversos elementos, nas palavras de Janice Gonçalves “multiplica-se na medida em que o caminho se faz não só no espaço como no tempo, e ao durar, se transforma”¹⁰³.

Conforme Marcos Lobato Martins, predominou no interior do Brasil, por quase quatro séculos, um sistema de circulação que era constituído por tropas de muares, carros de boi e rios navegáveis por canoas. Na região Sul, as tropas “representaram a face mais visível da circulação antiga”. Um exame desse sistema de circulação possibilita constatar que este

possuía diversos elementos interconectados, que davam concretude histórica a práticas culturais solidamente enraizadas na sociedade brasileira. Um primeiro elemento é a rede intrincada e mutável de caminhos e estradas que cortava as regiões do país. Caminhos rústicos, percorridos com lentidão a pé ou em montarias, cheios de perigos e sinuosidades. [...] Abertos a partir do litoral, os caminhos antigos devassaram o interior, muitas vezes convergindo para as regiões que abrigavam vilas e arraiais de maior dimensão, centros importantes de mineração e comércio.¹⁰⁴

Durante os primeiros decênios do século XVIII, bandeiras paulistas, partindo de Curitiba, passaram a explorar o atual planalto de

¹⁰² BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral**: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p. 83.

¹⁰³ GONÇALVES, Janice. Sentidos do caminho. In: BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral**: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p. 13.

¹⁰⁴ MARTINS, Marcos Lobato. As variáveis ambientais, as estradas regionais e o fluxo das tropas em Diamantina, MG: 1870-1930. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 141-169, 2006, p. 145.

Santa Catarina com a intenção de se abrir um caminho que ligasse por terra o gado do Rio Grande do Sul para Curitiba, e de lá para o comércio nas minas auríferas de Cuiabá, Minas Gerais e Goiás. A existência de abundante gado no sul, sua procura e altos preços encontrados em São Paulo justificavam o fomento do seu comércio e transporte pela costa até Laguna, de onde embarcavam os animais para os portos de Santos, Iguape, Parati e Rio de Janeiro. Antes mesmo de qualquer núcleo de povoação no Continente de São Pedro, o que só ocorreu em 1725, já havia um frequente comércio de gado entre os moradores do Rio Grande e Laguna¹⁰⁵. Porém, a limitação do transporte marítimo e seu custo seria um dos fatores que levariam a abertura de um caminho por terra¹⁰⁶.

Foi partindo de Curitiba que, em 1723, Zacarias Dias Cortes rumou aos Campos do sul intencionando retornar de lá trazendo gado *vacum* e *muar*. Apesar de não ter concluído a empreitada, seu roteiro, passando nas proximidades do rio Uruguai, contribuiu para o melhor conhecimento da região¹⁰⁷. Em 1727, o governador da Capitania de São Paulo, Caldeira Pimentel, atribuiu ao então Sargento-mor da Cavalaria, Francisco de Souza e Faria, a abertura de um novo caminho para o gado sulino, ligando-o aos Campos de Curitiba. Com 96 homens, Souza e Faria partiu de Laguna em fevereiro de 1728, buscando o rio Araranguá e o local chamado “Conventos” rumo a São Paulo¹⁰⁸. Expedição que seria acompanhada, ao mesmo tempo, de outra, partindo de Curitiba, com o propósito de encontrar Souza e Faria. Comandada pelo capitão Manoel Rodrigues da Motta, tal expedição nunca encontraria a de Souza e Faria. O caminho aberto ao mesmo tempo por Rodrigues da Motta denominado Estrada do Motta, por ser mais longo e suscetível ao ataque das populações indígenas, foi logo abandonado¹⁰⁹.

Souza e Faria seguiu a Araranguá, e, após subir a serra, encontrou imensos rebanhos de gado e uma cruz, sinal de que jesuítas haviam visitado aquelas paragens, denominando então o local de Cruz dos Tapes. Rumo ao Norte, passou pelos Campos dos Curitibanos, seguindo pelo Espigão, atravessando mais tarde o rio Negro, rumo a Curitiba e de lá para São Paulo¹¹⁰. Uma transcrição do roteiro empreendido por Souza

¹⁰⁵ SIMONSEN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 209.

¹⁰⁶ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 5. ed. Florianópolis: Ufsc, 2004, p. 43-44.

¹⁰⁷ EHLKE, Cyro. *Op. Cit.*, p. 71-77.

¹⁰⁸ PIAZZA, Walter Fernando (1983). *Op. Cit.*, p. 169.

¹⁰⁹ EHLKE, Cyro. *Op. Cit.*, p. 141.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 139.

e Faria em direção aos Campos do planalto, seguindo dali para Curitiba, traz diversas informações a respeito da paisagem local:

dei logo em campos e pastos admiráveis, e neles imensidade de gado, tirados das campanhas da nova colônia, e lançados naqueles sítios pelos Tapes das Aldeias dos padres jesuítas no ano de 1712.

Nestes campos demorei seis meses esperando por reforço que tinha pedido a São Paulo, e sustentando-me nelas do mesmo gado morto a espingarda, além de 500 e tantas vacas que reservei, e levei comigo para a viagem. Em todo o tempo que aqui estive me animei a correr uma grande parte de toda aquela Campanha, em passam, segundo julgo, de duzentas mil as vacas que nela há, em muitas, e boas águas, bastante caça, alguns pinheiros [...] ¹¹¹.

A estimativa de animais levantada pelo bandeirante possivelmente serviu como atrativo a novas incursões para a instalação de fazendas naqueles campos, dada possibilidade de captura pelos portugueses dessa imensa quantia de gado, que ainda no final do mesmo século continuava a ser explorada.

Ao seguir viagem, Souza e Faria cruzou outro campo, chamado “dos Curitibaanos”, atravessando adiante um “campo alto” e “um mato grosso chamado Espigão”. Nele, não foram realizadas apenas a abertura do caminho e a construção de pontes, mas também alguns pastos, possivelmente pelo expediente da queimada, na altura do rio Negro, atual divisa entre o Paraná e Santa Catarina, de onde seguiu por “campos e restingas”, até os Campos Gerais de Curitiba ¹¹². Ainda sobre o percurso, é enfatizada a abundância de caça, proporcionada pelo pinhão e do mel:

Todo este caminho desde a serra da Vacaria até aos Campos Gerais de Curitiba é em seu tempo, isto é, de março até dezembro, abundante em caça e pinhão, principalmente Antas e Porcos. O mel é em tanta abundância, que não só serve de regalo, mas de sustento às tropas:

¹¹¹ *Ibidem*, p. 137.

¹¹² *Ibidem*, p. 139.

todo ele é sadio e de 63 pessoas com que entrei, só morreu um negro meu e outro de Manoel de Sá Correia, de pura fome e miséria: também morreram nele um branco, e um índio pelo muito pinhão e mel de que se fartaram¹¹³.

Aquele caminho aberto por Souza e Faria, no entanto, pouco tempo depois sofreu uma modificação em seu curso. No ano de 1732, Cristóvão Pereira de Abreu alterou o caminho, conhecido como “Estrada dos Conventos”. Partindo com cerca de oitocentas cabeças de gado da Colônia do Sacramento, Pereira de Abreu introduziu melhoramentos e atalhos no caminho que passou, a partir de então, a ter trânsito regular, não só de tropas de muares, cavалares ou vacuns, mas também de militares¹¹⁴.

O mesmo Cristóvão Pereira de Abreu abandonaria em 1740 as diretrizes do caminho que ele mesmo melhorara. Tal fato ocorreu devido à solicitação, por parte do governo de São Paulo, de seus serviços para rechaçar uma investida castelhana na Colônia do Sacramento. Parte então Cristóvão Pereira com uma bandeira, novamente rumo ao Sul, através dos campos de Curitiba e Lages, porém abandonando o caminho dos Conventos, passando direto de Lages aos “Campos da Vacaria”, atingindo dali o Viamão, rumo a Colônia do Sacramento. A partir dali estaria constituída o “Caminho Viamão-Sorocaba”¹¹⁵.

Mesmo com a melhoria das ligações por terra, o número de animais introduzidos pelos jesuítas permanecendo soltos é citado ainda no final do século XVIII, como é possível constatar pelo mapa que consta na Figura 3, com detalhes nas Figuras 4 e 5, elaborado por José Correia Rangel de Bulhões, em 1797 a partir de dados obtidos em 1781.

¹¹³ *Ibidem*, p. 139.

¹¹⁴ PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Ufsc/Lunardelli, 1983, p. 170. EHLKE, Cyro. *Op. Cit.*, p. 134-143.

¹¹⁵ EHLKE, Cyro. *Op. Cit.*, p. 144-145.

Figura 3 – Plano topográfico do continente do Rio Grande e da Ilha de Santa Catharina, elaborado por José Correia Rangel de Bulhões em 1797.

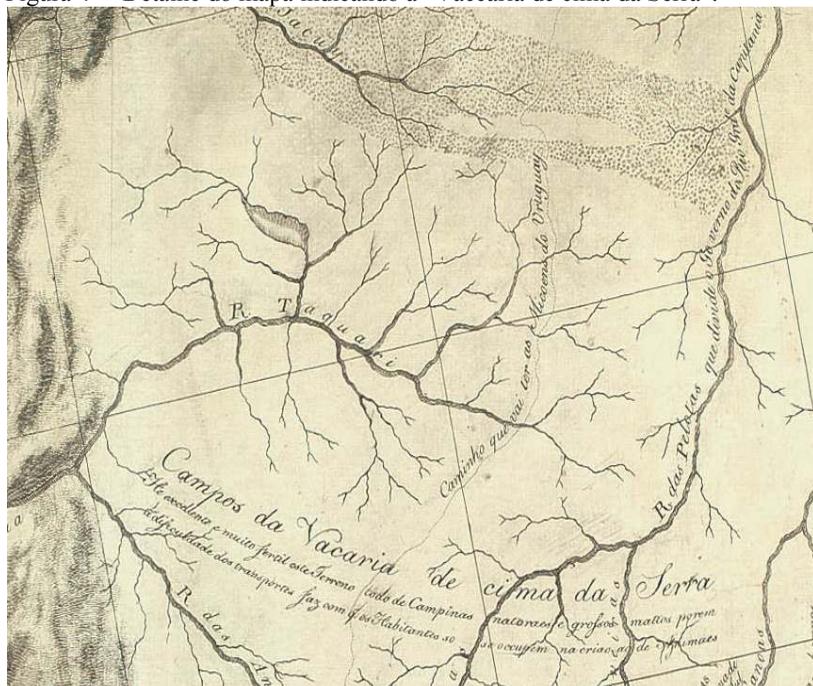


Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/853/2/P5.html>>. Acesso em 8 de abril de 2009.

Esse mapa indica um conhecimento maior da região, se comparado, por exemplo, com o mapa da Figura 2, do Sertão de Curitiba, embora ainda possuam algumas distorções. A maior ênfase do mapa, no entanto, se situa no plano hidrográfico. Os principais rios e seus afluentes, como o Pelotas, o Canoas e outros tributários que formam a bacia do Rio Uruguai são apontados. Existem também a indicação de outros elementos, como a localização de vilas, alguns caminhos e as características de determinado ponto quanto à existência de algum recurso explorável, como poderiam ser os Campos para atividades criatórias. Esta já se fazia sentir nas áreas de Campos, mesmo nas áreas mais distantes, com dificuldades de comunicação, não somente pela distância, mas pela transposição das bordas da Serra Geral. No detalhe do mapa apresentado na Figura 4 é possível ler o seguinte comentário sobre os “Campos da Vacaria de cima da Serra”: “He excellente he mui fertil este Terreno todo de Campinas naturaes e grossos matos porem a dificuldade dos transportes faz com que os habitantes so se occupem na criação de annimaes”. Áreas de floresta já

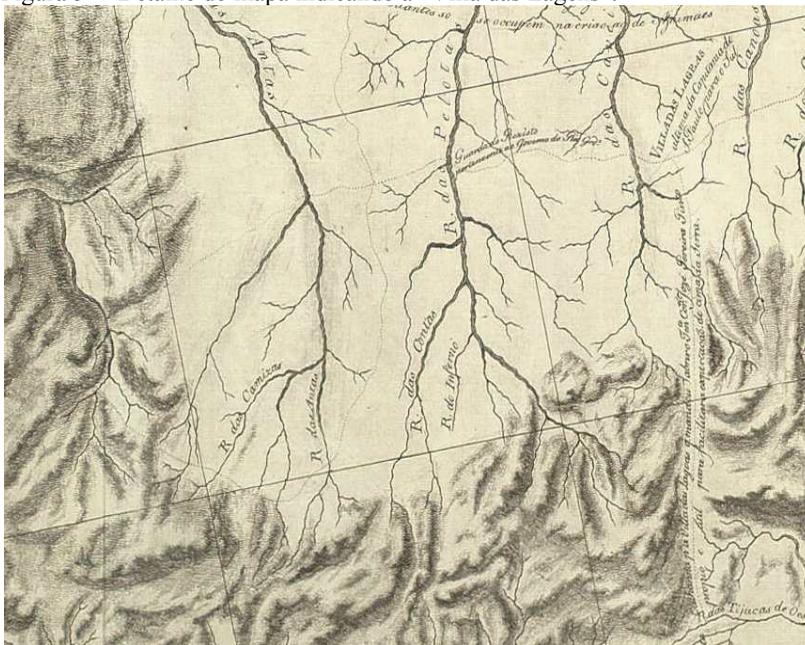
são indicadas, sendo descrita no mapa a área de floresta a Oeste dos Campos de Lages como “Mato de S. João”, assim como as bordas do planalto, como no caso da Figura 5, que indica a localização da Vila das Lages, a “última da Capitania de S. Paulo para o Sul”. O relevo é destacado principalmente para a divisão entre o planalto e as regiões de planície e áreas mais baixas, como o sul do Rio Grande do Sul, sem apresentar outras feições, sobretudo em relação a vales ou a serras em seu interior.

Figura 4 – Detalhe do mapa indicando a “Vaccaria de cima da Serra”.



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/853/2/P5.html>>. Acesso em 8 de abril de 2009.

Figura 5 – Detalhe do mapa indicando a “Villa das Lagens”.



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/853/2/P5.html>>. Acesso em 8 de abril de 2009.

Ao longo dos caminhos que cruzaram o planalto formaram-se os “pousos”, lugares de parada para o descanso e apascentamento do gado. Os Campos, como ressalta Nilo Bernardes, “eram a zona de circulação livre e pluridirecional, onde os povoadores se disseminavam pelas primeiras fazendas isoladas pelas distâncias enormes”, onde se estabeleciam alguns pontos de pouso¹¹⁶. Com o passar do tempo essas paradas foram se tornando fixas, sendo que “no início de cada caminhada, já se estabelecia como objetivo atingir, no final da tarde, o pouso seguinte”¹¹⁷. Neles, os animais poderiam invernar, ou seja, encontrar uma pastagem para se recuperar e engordar antes de prosseguirem viagem a Sorocaba¹¹⁸. Pousos que, através do surgimento de invernadas e fazendas, deram início ao povoamento dos “Campos das

¹¹⁶ BERNARDES, Nilo, **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, p. 56.

¹¹⁷ STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001, p. 31.

¹¹⁸ EHLKE, Cyro. *Op.Cit.*, p. 147.

Lagens”, a área mais meridional do território paulista, que compreendia uma imensa área que, partindo do “Sertão de Curitiba”, chegava até o rio Pelotas, na atual divisa entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul¹¹⁹.

1.3 POVOAMENTO DOS “CAMPOS DAS LAGENS”

Com o retorno de São Paulo à condição de Capitania em 1765, tendo Luís Antônio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, como seu governador, este dá início ao povoamento de áreas distantes do território, abarcando territórios que compreendiam na época a Ouvidoria de Santa Catarina, como no caso de Guaratuba e do Sertão de Curitiba¹²⁰.

Para a ocupação e povoamento da porção mais ao sul de São Paulo foi nomeado, por carta patente expedida em 9 de julho de 1766, o Guarda-mor Antônio Correia Pinto, tornado Capitão-mor regente do “Sertão de Curitiba”¹²¹. Além das questões geopolíticas e econômicas, as incursões promovidas pelo Morgado de Mateus visavam também à incorporação daqueles “sertões” à civilização. Incorporação seletiva, pois as áreas preferenciais dessa ocupação no interior eram os Campos, que possibilitavam a criação de gado, sendo este também um ambiente com os quais os portugueses possuíam mais familiaridade, haja vista sua ocupação no Rio Grande do Sul e nos Campos Gerais.

O historiador paranaense Romário Martins, engajado na defesa dos limites propostos pelo Paraná na questão limdeira com Santa Catarina durante o início do século XX, publicou uma série de cartas expedidas pelo Morgado de Mateus ao então conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal, sendo uma delas a respeito da fundação de Lages, “que se ia interpôr á conquista hespanhola das Missões do Urugoay”. Na carta, o Morgado se refere ao contato com Antônio Correia Pinto

para haver de se mudar com toda a sua família
para os Campos das Lagens que são os últimos
desta Capitania da parte do Sul, aonde tem

¹¹⁹ MARTINS, Romário. **Lages**: histórico de sua fundação até 1821. Curitiba: Typ. Da Livraria Economica, 1910, p. 5.

¹²⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987, p. 74.

¹²¹ RAMOS, Vidal. **Notas sobre a fundação de Lages**. [s.l.] Departamento de Estatística e Publicidade, Estado de Santa Catarina, 1939. Publicação n. 13, p. 9.

fazendas e o persuadi a que convocasse todos os moradores que pudesse adquirir não só por hum bando que mandey lançar, mas tãobem pela sua industria, para que unidos fundassem huma Povoação a mayor que fosse possível, ou nas bordas do Rio das Pelotas ou nas Margens do Rio das Canoas¹²².

Além de Correia Pinto existiam outros fazendeiros disseminados nas regiões de Campos que acompanhavam as rotas tropeiras, originadas através de pousos e invernadas, como no caso da região de Curitiba. Esta já servia de pouso de tropeiros vindos de Curitiba, além de abrigar fazendas de paulistas provenientes daquele lugar, uma vez que o relato de tropeiros como Francisco de Souza Faria já davam a existência da paragem “dos Curitibairos”. Juntamente com esses fazendeiros, conforme aponta Licurgo Costa, passaram também a ocupar a região foragidos da justiça, que usufruíam de privilégios concedidos pela Coroa Portuguesa a quem se fixasse no interior da colônia, como não ser preso nem processado por dívidas anteriores e receber sesmarias, dentre outros favores¹²³.

É possível também que nestes Campos, antes da ocupação oficial, dentre seus componentes, além de antigos tropeiros e fazendeiros vindos de São Paulo ou de Curitiba, pudessem residir criadores oriundos do Rio Grande do Sul. Embora ainda houvesse rebanhos remanescentes dos jesuítas no final do século XVIII, estes foram se reduzindo com o crescimento da demanda. Tropeiros, bem sucedidos na lida com as tropas, viram na criação de animais uma oportunidade de aumentarem seus lucros. Se, com a concessão de sesmarias, já existiam fazendas de criação no Rio Grande do Sul na década de 1730 nos Campos de Viamão¹²⁴, a abertura do caminho Viamão-Sorocaba em 1740, possibilitou a expansão da ocupação pelo Sul dos campos planaltinos. Estes, por se situarem mais ou menos na metade do caminho entre Sorocaba e o Rio Grande do Sul, tornaram-se um ponto de invernação das tropas¹²⁵. A formação de fazendas nos Campos catarinenses surge,

¹²² MARTINS, Romário. (1910). *Op. Cit.*, p. 5.

¹²³ COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no Sertão da Terra Firme. Vol. 1. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982a, p. 13-14, 41.

¹²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. Série Revisão, n. 1, p. 15.

¹²⁵ COSTA, Licurgo *Op. Cit.*, p. 36.

portanto, como uma extensão das atividades pecuárias praticadas nos Campos Gerais e Rio Grande do Sul.

Campos que se constituíam em um importante ponto para a invernção e criação, possuindo qualidades promissoras aos novos habitantes que poderiam vir a se instalar, conforme relata o Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras:

O terreno hé admiravel não só para se fundarem muitas Fazendas de Gados mas tãobem para cultivar todo o Genero de frutos, alem disto se seguem utilidade de acudir aos moradores daquelle Certão com a administração dos Sacramentos por estarem aly vivendo muitos que se retirarão do Rio Grande de São Pedro, e outros criminozos que se refugiarão por aquellas partes, e estão vivendo nos mesmos crimes, e distantes de Curitiba, que hé a Freguezia que tem mais perto, mais de cem legoas pela estimativa dos viandantes. Tão bem se segue à utilidade de ficar este Certão corespondente a Villa da Laguna, que está na borda do mar, e em cazo de ataque ficarão os Povoadores da Serra-acima não só a ponto de decerem a socorrer aquelle porto, mas tãobem de deffenderem o passo da serra a quem intente forçal-o pelo interior do Paiz.

Os campos da Vaccaria estão vezinhos; não ha nelles deficuldade alguma emté as Missões [...]¹²⁶.

Chegando a Lages em 22 de novembro de 1766, Correia Pinto logo deu início ao levantamento de uma capela a Nossa Senhora dos Prazeres, de quem o Morgado de Mateus era devoto, no lugar denominado Taipas. É possível constatar logo com a chegada de Correia Pinto a derrubada de árvores na região, que não foram empregadas apenas na construção da igreja, mas também de seus alojamentos e para a lenha. Madeira que deveria ser escassa no local, uma vez que Ramos relata que “observando que os materiais daquele sítio não eram suficientes para o futuro, Corrêa Pinto retrocedeu 9 léguas sôbre o rio das Canoas e ali, por ordem do morgado de Mateus, começou segunda povoação”. Trabalhando quase sete meses, uma enchente atingiu o local, fazendo com que na terceira tentativa, em uma área próxima ao rio

¹²⁶ MARTINS, Romário (1910). *Op. Cit.*, p. 6.

Caveiras, fosse finalmente fundada a “Villa de Nossa Senhora dos Prazeres do Certão das Lagens” no ano de 1771¹²⁷. Vila cuja criação fazia parte da estratégia portuguesa de assegurar sua posse territorial perante a Espanha não apenas pelas armas, sendo esta um ponto de resistência a uma possível invasão ou ponto de partida de um ataque, mas também pelo incremento populacional¹²⁸.

Nesse período, o crescimento da Vila de Lages e “seus termos”, que compreendia toda a região de planalto de Santa Catarina, pode ser visualizado na Tabela 1, que aponta a população de Lages entre 1777 e 1808¹²⁹:

Tabela 1 – População de Lages (1777-1808)

Anos	Branços	Livres	Escravos	Total
1777	-	257	114	371
1778	347	94	181	648
1789	-	-	-	570
1790	-	-	-	550
1792	-	-	-	685
1794	-	-	-	829
1798	-	460	138	598
1808	-	723	155	878

Fonte: PIAZZA, 1994, p. 79

Para a população nativa, esse processo de ocupação de seu território tradicional, significou, além da representação do “outro”, encarnado nos novos moradores, o compartilhamento e a expulsão de suas terras¹³⁰. Desta maneira, o convívio interétnico era quase sempre envolto num clima de tensão e conflitos. Desde a abertura dos primeiros caminhos de tropas varando o Sertão de Curitiba, que a existência de conflitos entre as tropas e os indígenas despertava atenção nas autoridades. A fundação da Vila de Lages possuía também como um dos objetivos afugentar os índios da região. O projeto de ocupação do planalto pela Coroa Portuguesa, da mesma forma com que já vinha

¹²⁷ RAMOS, Vidal. *Op. Cit.*, p. 9. CABRAL, *Op. Cit.*, p. 74-75; COSTA, Licurgo. *Op. Cit.*, p. 174.

¹²⁸ RODERJAN, Roselys Vellozo (1992). *Op. Cit.*, p. 76; COSTA, Licurgo. *Op. Cit.*, p. 19.

¹²⁹ PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. 3. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 78-79.

¹³⁰ AREND, Sílvia Maria Fávero. Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2001, p. 38.

ocorrendo com o movimento tropeiro, veio de encontro aos meios de vida e de subsistência das populações que transitavam no planalto, originando situações de tensão e conflito envolvendo os moradores, tendo inclusive algumas investidas próximas à vila¹³¹.

A ocupação dos Campos, e mais tarde também da floresta, acirrar a disputa territorial com os fazendeiros. O pinhão era fundamental para a alimentação dos grupos Kaingáng e Xoclung que habitavam os Campos e florestas do planalto ao longo do processo de povoamento pelos portugueses. O território Kaingáng se estendia, até o final do século XIX, do sul de São Paulo a encosta sul do Planalto Meridional, no Rio Grande do Sul, seguindo até a Província de Missiones, na Argentina¹³². Os Xoclung encontravam-se entre as bordas do planalto e o litoral, que até o século XIX, constituía um espaço de pouco interesse, tanto para a pecuária que se instalava nos Campos quanto para a população litorânea. A maior ocupação desse território se daria apenas com a fundação de núcleos de colonização por iniciativa pública e privada¹³³.

Os dois grupos possuíam como traço comum o trânsito pelas áreas de Campos e o pinhão como um importante alimento em sua dieta. Nesses meses, para Jackson Alexsandro Peres, “a região era disputada pelos dois grupos, que quando se encontravam guerreavam pelo domínio do território”¹³⁴. Além do pinhão, era possível encontrar nas florestas ou nos capões, árvores como a guabirobeira, a cerejeira do mato e o pessegueiro do campo, cuja frutificação no verão suprimia as necessidades nesse período. Nos campos e florestas também caçavam animais como antas, capivaras, cutias, gambás, catetos e aves como perdizes e periquitos¹³⁵.

Os Kaingáng, além de caçadores e coletores, praticavam também a horticultura. Sobre sua cultura material, toda a matéria-prima utilizada encontrava-se na natureza, servindo tanto para a confecção de artefatos

¹³¹ RAMOS, Vidal. *Op. Cit.*, p. 16.

¹³² DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingáng**. Dissertação (Mestrado em História). 2004, 205 fl. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004, p. 108, 186.

¹³³ LAVINA, Rodrigo. Indígenas em Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 78.

¹³⁴ PERES, Jackson Alexsandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xoclung em Santa Catarina (1850-1914)**. Dissertação (Mestrado em História). 2009, 81 fl. Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina 2009, p. 18.

¹³⁵ BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 46.

para a caça e guerra, como flechas e lanças, quanto para a produção de cestaria¹³⁶. Suas aldeias, espalhadas pelo planalto, encontravam-se em lugares altos, para a observação, possivelmente da caça e de inimigos, e próximos a formações de araucárias¹³⁷. Os Campos, nesse contexto, formariam um formidável espaço de caça para esses agrupamentos, pois facilitava a visualização da presa, onde o expediente da queimada para a “limpeza” do terreno também poderia ser empregado.

Os Xocling eram nômades que viviam da caça, da coleta de frutas, mel e pinhão, regime de alimentação que os levava a um constante movimento entre as áreas próximas do litoral no verão e no planalto durante o outono, onde formavam acampamentos mais estáveis e duradouros, pois o pinhão e a caça atraída por ele não justificavam um deslocamento mais constante¹³⁸. Segundo Silvio Coelho dos Santos, os Xocling nem sempre foram habitantes da floresta, ocupando outrora o planalto, em áreas de Campos, como aponta a memória tribal, onde praticavam alguma agricultura e a coleta do pinhão. A dependência quase total da caça e da coleta obrigava esse grupo a dominar um enorme território, que adentrava as regiões de Campos em Lages, Curitiba, Curitiba e Guarapuava. As disputas com os rivais Kaingáng pelos recursos do planalto levaram os Xocling a ocupar áreas mais periféricas como as bordas do planalto e o litoral, tanto que a adaptação ao novo meio não teria se dado plenamente¹³⁹. De acordo com o autor,

eles foram incapazes de explorar os recursos alimentares existentes nos rios e riachos, que eram fartos no novo ambiente. Foram incapazes de criar meios para vencerem as correntes d'água mais volumosas; foram incapazes de desenvolver uma agricultura de subsistência na floresta. Adaptaram-se, contudo, às novas situações impostas pelo ambiente e especialmente pelo clima de insegurança que deveriam estar a viver, em virtude das constantes lutas com os inimigos índios que pretendiam disputar os territórios ricos do planalto. Tornaram-se nômades e fizeram da caça e da coleta a base de seu regime de vida. A

¹³⁶ PERES, Jackson Alexandro. *Op. Cit.*, p. 40.

¹³⁷ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003, p. 62.

¹³⁸ LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p.79.

¹³⁹ SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xocling. Florianópolis: Edeme, 1973, p. 33-38.

tralha doméstica foi amplamente simplificada e a cerâmica subsistiu em algumas poucas peças de pequeno tamanho e na memória tribal. As casas, rústicos paraventos, passaram a ser construídos somente quando o tempo era de chuvas ou no inverno. Fora disso, os Xocleng habituaram-se a dormir ao relento, sob a as copas das árvores.¹⁴⁰

No início do século XIX, embora ainda houvesse situações de tensões e conflitos na Vila de Lages, como registrou o Padre Manuel Aires de Casal¹⁴¹, grupos indígenas, principalmente Kaigáng, estreitaram as relações com os moradores de origem não indígena. Houveram dessa maneira situações de absorção da população indígena pelos fazendeiros e moradores não-indígenas da região. Autores como Rodrigo Lavina apontam para a gradativa incorporação de grupos Kaingáng às fazendas de criação de gado, atuando tanto nas lides pastoris quanto na defesa das terras contra outros grupos hostis aos fazendeiros¹⁴². Uma dessas situações de absorção da população indígena é apresentada por Paulo Pinheiro Machado:

Em maio de 1829, a Câmara Municipal de Lages enviou um ofício ao presidente de província informando que 29 “bugres” (10 homens, 10 mulheres, 5 crianças de peito e 4 rapazotes) se apresentaram às autoridades lageanas, no “acampamento dos Curitibanos”, e, entre eles havia uma bugra que falava bem o português. Ela declarou que os índios queriam viver entre lageanos e que, além deles outros parentes seus que estavam no mato também se apresentariam. A Câmara de Lages decidiu fundar nova povoação (Vila de Curitibanos) com o auxílio desses indígenas e solicitava apoio do presidente da província¹⁴³.

Muito provavelmente, como salienta o autor, esses índios eram Kaigáng, “domesticados”, que colaboraram, “em muitas oportunidades,

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 38.

¹⁴¹ AIRES DE CASAL, Manoel de **Corografia Brasileira ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Edições Cultura, 1945, p. 159.

¹⁴² LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p.78.

¹⁴³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004, p. 59.

com a presença do colonizador português e brasileiro para, em troca de armas e gêneros alimentícios, dar combate a outros grupos indígenas”, como seus inimigos Guarani e Xoclog¹⁴⁴. Os grupos que não se aculturaram passaram, a partir de então, a serem marginalizados e despojados de suas terras tradicionais, passando a ocupar áreas não demarcadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹⁴⁵.

Oliveira Viana em seu estudo sobre as populações meridionais do Brasil destacava a capacidade migratória que existia entre os paulistas. Em um intervalo de poucas décadas, o fluxo de novos moradores a uma determinada área era relativamente grande, tendo como referência os padrões de uma fazenda de criação, com uma baixa relação trabalhadores/área. Isso fazia com que a região assumisse em pouco tempo o que pode ser considerado um excesso de população para uma atividade que requeria poucos braços. É possível supor que essa mobilidade espacial explique o povoamento dos Campos do planalto sulino, pois nessa época, segundo o autor

não há, por assim dizer, outra profissão senão a da exploração da terra. Os que não possuem sesmarias, ou não conseguem adquirir terras, acham-se como que deslocados dos quadros da própria sociedade em que vivem. Emigrar é, então, ao mesmo tempo, uma fuga à miséria e um meio de classificação¹⁴⁶.

O sistema das sesmarias, segundo Maurício de Almeida Abreu, possui o papel de “grande viabilizador do processo de apropriação do território brasileiro”, cujo “impacto sobre a estrutura fundiária do país se faz sentir até hoje”¹⁴⁷. Surgida no final do século XIV para solucionar uma crise de produção agrícola em Portugal, a Lei de Sesmarias buscou fixar a população na terra, possuindo como objetivo básico, de acordo com Lígia Osório Silva, “acabar com a ociosidade das terras, obrigando

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 60.

¹⁴⁵ LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p.78.

¹⁴⁶ OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Edições do Senado Federal, v. 27, p. 150.

¹⁴⁷ ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 203.

ao cultivo sob pena de perda de domínio”¹⁴⁸. Através da concessão de terras, essa Lei buscava efetivar uma política de colonização interna, com o intento de promover o aumento da área agricultável, fixando o povoador e aproveitando o solo. Por ser uma terra do reino, sendo concedida pela Coroa, esta era, no entender de Joel Serrão, “antes uma apropriação do que uma propriedade”, afinal incorria na perda das terras caso estas não fossem usufruídas em um período pré-estabelecido¹⁴⁹.

No Brasil, a Lei foi transplantada integralmente, apresentando distorções em sua execução, atuando a favor da concentração fundiária, inclusive nos Campos do Sul do país. Nas origens desta concentração da terra, segundo Nazareno José de Campos, muitas características, tanto sociais quanto espaciais, remetem a formas jurídicas da ocupação portuguesa na região, embora muitos desses aspectos, devido

as condições físico-geográficas peculiares, aliado aos interesses da Coroa e classes econômico-sociais que aqui se desenvolveram, as formas de utilização e mesmo a apropriação da terra no Brasil tomaram um direcionamento diferenciado com relação ao que ocorreu em Portugal¹⁵⁰.

Se as sesmarias em Portugal buscavam fomentar o cultivo da terra e inibir sua concentração, no Brasil elas estimularam a formação de imensos latifúndios, atuando em “prejuízo de uma massa considerável de pequenos produtores”¹⁵¹. Maurício de Almeida Abreu aponta para alguns fatores que contribuíram para a concentração fundiária através das sesmarias. O autor destaca o caráter perpétuo e não vitalício das concessões, como ocorria em Portugal, passando pelo tempo de aproveitamento das terras e o sistema colonial de produção, que exigia uma grande quantidade de terras, o que “fez surgir propriedades de dimensões impensáveis no agro português”, possuindo, em alguns casos, vinte léguas em quadra¹⁵².

¹⁴⁸ SILVA, Lúcia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996, p. 37.

¹⁴⁹ SESMARIAS, LEI DAS. In: SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Iniciativas Editoriais, 1965. 3v, p. 845.

¹⁵⁰ CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 63.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 66.

¹⁵² ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 207.

Um exemplo dessas concessões de sesmarias que pode ser verificada em Lages consta no Livro do Registro de Vigário¹⁵³ referente a Lages, datado de 18 de agosto de 1854. No registro consta que Lauriano Joze Ramos era possuidor de uma fazenda de criar, localizada no lugar denominado Guarda-Mór no Quarteirão das Pelotinhas, na Vila de Lages. O imóvel, que possuía três léguas de fundo e uma légua de frente, totalizando aproximadamente 13 mil hectares, foi obtido por uma concessão feita pela Câmara Municipal no ano de 1819¹⁵⁴. A formação de grandes fazendas, com mais de 10 mil hectares nos Campos pode ser visto como consequência da sua forma de uso, onde predominava a pecuária extensiva, com pouco manejo das pastagens.

Muitas das fazendas formadas ainda no século XVIII, contudo, não eram fruto apenas de concessões de sesmarias e apossamentos. Em 1787, por exemplo, José Henrique de Figueiredo adquiriu de Joaquim Rodrigues dos Santos a metade de uma fazenda de criação de gado cavalariço no lugar denominado Taipas. As heranças e mesmo os casamentos poderiam constituir também outro meio de se aumentar as propriedades, podendo assim superar em muito a chamada sesmaria, de uma légua de frente e três de fundo, compreendendo 13 mil hectares¹⁵⁵.

O crescimento populacional da região, motivado pela existência de uma imensa quantidade de terras disponíveis, possibilitava também a apropriação extralegal da terra pela posse. Para Emília Viotti da Costa,

[...] como a terra virgem era disponível em grande quantidade, todas as pessoas que penetravam nas regiões do interior – áreas sem nenhum valor comercial – podiam controlar um pedaço de terra, desde que fossem capazes de enfrentar os índios e sobreviverem na selva [...]. Assim, durante todo o período colonial, a disponibilidade de grandes

¹⁵³ Conforme o artigo 97 do Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei de Terras de 1850, eram os vigários de cada Freguesia os responsáveis por receber as declarações de terras e proceder os registros dentro das Freguesias. Esse registro de terras, conforme Lígia Osório Silva, ficou conhecido como Registro de Vigário, também conhecido como Registro Paroquial de Terras. BRASIL. Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/Anexos/RegulamentoD1318-1854.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2010. SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008, p. 188.

¹⁵⁴ Registro n. 42 livro 08. Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁵⁵ SERPA, Élio Cantalicio. “Os indômitos povos que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte”. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 2, p. 16-24, 1994, p. 17.

extensões de terra tornou-a acessível àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência¹⁵⁶

Posse que, para Lígia Osório da Silva, apesar de comumente associada ao pequeno agricultor, poderia compreender vastas extensões de terra, em alguns casos de tamanhos comparáveis ao das sesmarias, ou seja, a concentração da terra no Brasil em geral também foi fruto do apossamento, afinal o seu limite era dado pelo posseiro. Se a posse fosse considerada “pacífica”, ou seja, se seus vizinhos, de ascendência europeia, concordassem com seus direitos, estes, ao invés de serem expulsos, eram estimulados pelas autoridades a legalizar sua situação. Dessa forma, o posseiro, como aponta o jurista Ruy Cirne Lima,

afastou a ficção da propriedade estatal, que se atravessava entre êle e a terra, e pela posse e pelo cultivo, desde logo, se investiu nessa mesma propriedade que, a homens de sua condição, sabia estar, de antemão destinada.

Dessa convicção jurídica, o tempo e o uso fizeram lei, criando o costume¹⁵⁷.

Em 1822, a menos de três meses da Independência, o regime de sesmarias foi extinto, depois de mais de 300 anos de vigência em solo brasileiro, não havendo uma lei específica sobre terras no país. Mesmo sem estatuto legal, a terra era ocupada, vendida e comprada, sendo a posse até a promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, o único meio, excetuando compra e herança, de apropriação de terras¹⁵⁸. Fato que de acordo com Costa, promoveu uma

situação anárquica no sistema de propriedade rural, uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos pela lei. As “posses” resultantes da ocupação aumentaram de forma

¹⁵⁶ COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999, p. 175.

¹⁵⁷ LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954, p. 53.

¹⁵⁸ SILVA, Lígia Maria Osório (1996). *Op. Cit.*, p. 73; SABOYA, Vilma Elisa Trindade de. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995, p. 115-116.

incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d'água, uma encosta¹⁵⁹.

Regulamentada apenas quatro anos mais tarde, pelo Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, a Lei de Terras expressava em seu Artigo 1º, que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”¹⁶⁰. Como aponta Vilma Elisa Trindade de Saboya, após a Lei a terra passou a se constituir renda capitalizada, passando a ocorrer uma mudança a respeito da concepção de terras no país. As terras devolutas passaram a ser valorizadas de acordo com as terras privadas¹⁶¹. Essa valorização dificultava o acesso a terra, seja pelos brasileiros ou pelos imigrantes que aportavam no país desde a segunda década do mesmo século. Isso os forçava a se tornarem trabalhadores assalariados, afinal, a “disponibilidade de terras e o trabalho livre são, em tese, incompatíveis”¹⁶², como demonstravam as teorias de E. G. Wakefield, em voga na época da elaboração da Lei¹⁶³.

Embora a Lei não obtivesse sucesso em seus principais objetivos, a demarcação das terras devolutas e particulares, a transformação da terra em mercadoria teve efeitos profundos no processo de ocupação territorial brasileiro, sobretudo a partir da Primeira República. Até então, no entanto, ainda persistia a posse como principal forma de acesso à terra.

O processo de ocupação territorial do planalto, adentrando o século XIX, levou ao estabelecimento de novas fazendas, dando continuidade à expansão das concessões de sesmarias nos Campos.

¹⁵⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.*, p. 176.

¹⁶⁰ BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 26 de outubro de 2005.

¹⁶¹ SABOYA, Vilma Elisa Trindade de. *Op. Cit.*, p. 116

¹⁶² SILVA, Lúcia Maria Osório (2002). *Op. Cit.*, p. 160.

¹⁶³ Como aponta Roberto Smith, as idéias de Wakefield circulavam no país antes mesmo da elaboração da Lei de Terras, inspirando o Projeto nº 94, em 1843, que seria, com algumas alterações, a base da elaboração da Lei de Terras. SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 306-323. Algumas considerações sobre as proposições de E. G. Wakefield a respeito da colonização na Austrália e a necessidade da valorização artificial das terras para que seu preço fosse proibitivo, em um primeiro momento, para a posterior aquisição pelos imigrantes pode ser visto no Capítulo *Teoria Moderna da Colonização*, da obra *O Capital de Karl Marx*. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984.

Segundo Maurício de Almeida Abreu, as doações de sesmarias ocorriam a partir de um “determinado ponto de comando do território (uma vila ou uma cidade). Por essa razão, a fronteira entre as terras já concedidas e as que ainda estavam disponíveis para doação foi rapidamente se afastando dos núcleos de colonização”¹⁶⁴.

As primeiras fazendas de criação, apesar da extensão considerável, tanto as ocupadas pela posse, sesmaria ou outra forma legal de aquisição, demandavam poucos braços em comparação a área de terra que estas possuíam, o que contribuiu para uma ocupação pouco densa em todo planalto. O modelo de ocupação dessas terras, pelo apossamento e concessão de sesmarias era, como aponta Oliveira Viana, em seu estudo intitulado *Populações meridionais do Brasil*, o “meio mais rápido de conquista e povoamento. Depois do curral vem a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação, a vila. Lages é um exemplo. Curitiba, outro. Palmas, ainda outro”. Essas povoações foram fundadas com a intenção de assegurar o domínio português e “reunir os moradores dispersos” nas amplas fazendas de criação¹⁶⁵. Para assegurar o domínio era importante também garantir o fluxo de pessoas e mercadorias, da mesma forma que expandir as direções do povoamento a novos espaços.

1.4 NOVOS ESPAÇOS, NOVOS CAMINHOS

O início do século XIX marcou uma nova política de povoamento para os sertões compreendidos pelos Campos ao oeste dos Campos Gerais paranaenses. A administração de Dom João VI buscou, neste período, dinamizar o comércio de tropas para o abastecimento interno, investigar novas regiões e suas possíveis riquezas, povoar territórios fronteiriços com as possessões espanholas e controlar as populações indígenas, sendo que um dos primeiros destinos ao qual se enviou uma expedição foram os Campos de Guarapuava¹⁶⁶.

Assim, em 1809, Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi nomeado pelo governo de São Paulo para liderar uma bandeira povoadora dos Campos de Guarapuava, partindo no mesmo ano com cerca de trezentas pessoas para ocupar a região. No ano anterior, de acordo com Romário Martins, o Príncipe Regente, em Carta Régia de 5 de novembro,

¹⁶⁴ ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 221.

¹⁶⁵ OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Op. Cit.*, p. 146.

¹⁶⁶ LEITE, Rosângela Ferreira. A política joanina para a ocupação dos sertões (Guarapuava 1798-1821). *Revista de História*. São Paulo, n. 159, p. 167-187, 2008, p. 169-171.

determinava uma guerra contra a população indígena que impedia o povoamento das sesmarias de tais Campos e das vias de comunicação com Curitiba¹⁶⁷.

Essa região despertava atenção do governo da Capitania de São Paulo desde o século XVIII, quando foram realizadas, entre 1768 e 1774 as primeiras tentativas de exploração e colonização da região localizada entre os rios Ivaí, Tibagi e Iguaçu. Foram, ao longo deste período, enviadas onze expedições, chefiadas por Afonso Botelho de Sam Paio e Souza a mando do Morgado de Mateus. Essas expedições, de modo semelhante ao empreendido em Lages por Correia Pinto, visavam defender a fronteira, pelo controle, mapeamento, estabelecimento de marcos de posse e efetiva ocupação, assegurando também a expansão das fazendas dos Campos Gerais¹⁶⁸.

As expedições chefiadas por Afonso Botelho de Sam Paio e Souza resultaram na elaboração de um conjunto de relatos intitulado *Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi*¹⁶⁹. Esse trabalho, conforme Dora Shellard Corrêa, parece ter sido divulgado depois da coroação de D. Maria I, que ocorreu no ano de 1777. Essa obra contém o relatório geral das expedições, com seus diários de campanhas, roteiros, listas de gente, animais empregados, dentre outros. Os registros sobre as expedições permitem constatar, como aponta a autora, que já havia um conhecimento acumulado sobre o chamado sertão¹⁷⁰. Conhecimento que era fruto das diversas bandeiras e explorações efetuadas nos atuais planaltos paranaense e catarinense desde o século XVII, muitas delas registradas em roteiros práticos e cartas, que serviram, inclusive nas diretrizes dos primeiros caminhos de tropa como o de Souza e Faria¹⁷¹.

As expedições, portanto, se valiam de itinerários já percorridos, utilizando mapas e roteiros, com diversas toponímias já descritas e nomeadas, como os rios afluentes do Paraná, cachoeiras, serras,

¹⁶⁷ MARTINS, Romário. **Bandeiras e bandeirantes em terras do Paraná (1532-1839)**. Curitiba: Editora Guaíra Limitada [s.d]. Coleção Caderno Azul, n. 25, p. 57.

¹⁶⁸ CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan. jun. 2008, p. 139.

¹⁶⁹ SOUZA, Afonso Botelho de Sam Paio e. *Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no govêrno do General Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme às ordens de Sua Majestade*. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 76, 1956.

¹⁷⁰ CORRÊA, Dora Shellard (2008). *Op. Cit.*, p. 139-141.

¹⁷¹ EHLKE, Cyro. *Op. Cit.*

populações indígenas e áreas de Campos, o que permitiu com que os Campos de Guarapuava fossem localizados em 1770. Conhecendo essas informações os comandantes das expedições decidiam sobre as melhores direções a seguir, evitando, sempre que possível, os obstáculos naturais, algumas regiões já infestadas com a malária e o contato com as populações indígenas¹⁷².

Os relatos contidos na *Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi* possibilitam inferir as interferências humanas na paisagem, descrevendo um local rico para a caça, com bom pasto para o gado, e ocupado por indígenas:

[...] marcharam [...] por campos que seria justo ocuparem-se de povoações, assim pela sua extensão, como por sua fertilidade, que inculcam, e alegria, que se lhes viu. Descobriu-se do alto um grande alojamento dos índios, para o que seria preciso passar-se um trabalhoso estreito, que estava ainda distante ao rumo de oeste. Caminharam direitos ao alojamento, e antes de chegar a ele toparam um pequeno rancho com algum milho em jacazes e mais nada. Neste lugar estava plantada uma grande roça bem limpa, e posta com tal economia, que levava excesso às nossas; seria de meio alqueire de milho de planta. [...] Deram volta [...] onde acharam outra roça maior já com espiga [...] houve bastante fruta a que chamam guabirobas [...] Correram as casas, e em nenhuma acharam cousa nova, mais que uma arara, um machado de pedra, muitos porongos, cestinhos, e princípios de tessumes de pano, cujo fio é de casca de pau [...] Se acharam quarenta e seis jacazes de milho, e três de farinha, pouco feijão, pilões [...] muitos dentes de caça [...] pelas dalguns bichos [...] Constava o alojamento de três ranchos grandes e um de trinta passos, e os dous de quinze e quatro ranchos mais pequenos[...] Acomodar-se-iam nestes sete ranchos de quatrocentas pessoas para cima [...] ¹⁷³.

¹⁷² CORRÊA, Dora Shellard (2008). *Op. Cit.*, p. 141-143.

¹⁷³ SOUZA, Afonso Botelho de Sam Paio e. *Op. Cit.*, p. 59-60.

Sinais da presença europeia eram também verificadas. Cartas enviadas a Antônio Botelho relatam que na região do rio Pará toparam com “muitas bananas [...] muita laranja doce e azeda, limões, cidras, canas do reino e telhas feitas das nossas”, enquanto nas margens do rio de Dom Luís, atual Ivaí, encontraram “muitos vestígios de gente católica”, como ranchos, pontos de canoa, lugares de arma de fogo, e frutas como bananas e laranjas¹⁷⁴, que estariam abandonadas, e que seriam, de acordo com Corrêa, ruínas jesuítas destruídas pelos bandeirantes no século XVII¹⁷⁵.

Percebe-se ao longo dessas expedições e posteriores ocupações que essa região – sendo possível se estender o comentário aos sertões do sul – mostra-se como um espaço de fronteira de encontros e desencontros de diferentes concepções de vida e visões de mundo, e também, para José de Souza Martins, de “temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”¹⁷⁶. Grupos distintos que se encontravam em um espaço físico dinâmico, muito longe, como ressalta Corrêa, “de uma natureza primitiva e intacta, afeta às leis naturais” até a ocupação que seria mais intensa a partir do período joanino¹⁷⁷.

Conforme aponta Altiva Pilatti Balhana, em 1821, treze anos após a Carta Régia que declarava guerra aos indígenas, e doze da bandeira de Azevedo Portugal, só estavam ocupadas cinquenta das mais de cento e trinta léguas quadradas que possuíam os Campos de Guarapuava. Enquanto moradores pobres dos Campos Gerais que se mudaram para a região com suas famílias receberam pequenos lotes de terra ao redor da vila, os grandes fazendeiros dos Campos Gerais obtiveram grandes extensões de terra, levando seus animais, mas visitando Guarapuava um ou dois meses para verificarem suas criações soltas nos Campos¹⁷⁸.

Romário Martins indica que em 1836, Guarapuava já apresentaria um excesso populacional devido ao modo de exploração dos seus

¹⁷⁴ SOUZA, Afonso Botelho de Sam Paio e. *Op. Cit.*, p. 104-107.

¹⁷⁵ CORRÊA, Dora Shellard. *Op. Cit.*, p. 144.

¹⁷⁶ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio de 1996, p. 17.

¹⁷⁷ CORRÊA, Dora Shellard. *Op. Cit.*, p. 151.

¹⁷⁸ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op. Cit.*, p. 83.

Campos, com suas vastas fazendas e animais criados soltos¹⁷⁹. Foi quando

achando-se então Guarapuava muito opulenta, não havendo mais lugar para se estenderem as fazendas e estabelecimento de novas, deliberaram alguns indivíduos entrarem pelo campo de Palmas, apesar do perigo a que se expunham, de serem victimas dos selvagens ali residentes. Para o que formaram uma associação¹⁸⁰.

O nome de Palmas, dado aqueles Campos ao sul de Guarapuava, conforme Bandeira teria sido dado pelo próprio Atanagildo Pinto Martins, em vista da grande quantidade de butiás que se encontravam¹⁸¹. Esses Campos eram conhecidos desde o século XVII, estando separados dos de Guarapuava apenas por um “sertão de poucas léguas de largura”, próximo ao rio Iguaçu quando os paulistas adentraram a região até o atual Oeste de Santa Catarina¹⁸².

Não ficou desconhecida a existência destes Campos, nem a possibilidade de que, por eles se abrisse um caminho que ligasse Guarapuava ao Rio Grande do Sul. Pinto Martins, atendendo ordens oficiais, partiu em uma expedição em 1815, para ligar a região com as Missões no Rio Grande do Sul. Acompanhado pelo índio Jongong, conhecedor das populações indígenas da região, guiou a expedição, seguindo o caminho ao oeste, conforme a *Notícia da descoberta dos Campos de Palmas*, escrita por Joaquim José Pinto Bandeira e publicada em 1851, “pela multidão de selvagens que ocupavam esse sertão, guiou-os um pouco mais ao Oriente, e passando pela ponta Occidental dos campos de Palmas, sahiu nos de Vacaria”. Esse percurso não teria satisfeito o major Pinto Martins por não sair no ponto desejado, ou seja, as Missões. Então o major enviou oito homens, guiados pelo mesmo índio, para Guarapuava. Mesmo se opondo a tal ordem, Jongong seguiu com seus companheiros, mas nunca mais foi visto. É desse fato, segundo o autor que “data a primitiva idéa da existência do campo de Palmas, idéa que pouco a pouco foi se apagando, tendo os selvagens toda a cautela em concorrer para isso, afim de terem ali um asylo

¹⁷⁹ MARTINS, Romário [s.d]. *Op. Cit.*, p. 59.

¹⁸⁰ BANDEIRA, Joaquim José Pinto. *Op. Cit.*, p. 425-427.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 425-427.

¹⁸² MARTINS, Romário [s.d]. *Op. Cit.*, p. 59.

seguro, quando algum desvario provocasse contra elles as iras do commandante de Guarapuava”¹⁸³.

Nesse percurso teriam percorrido, ao atingir Santa Catarina, uma área de Campo ao oeste do caminho Viamão-Sorocaba, conhecido como Campos Novos, que já se encontrava ocupado, antes de 1839, por fazendeiros oriundos de Lages. A “descoberta” desses Campos teria ocorrido pela queimada provocada pelos indígenas na vegetação, possivelmente para atrair a caça, que teria chamado a atenção do fazendeiro João Gonçalves de Araújo, que organizou uma expedição para atravessar a Serra do Espinilho, divisor de águas entre os rios Marombas e do Peixe, chegando a tal área que recebeu também, mais tarde, levas de paulistas e gaúchos fugitivos da Guerra dos Farrapos (1835-1845)¹⁸⁴.

Segundo Martins, os Campos de Palmas só passaram a ser ocupados em 1839 devido aos conflitos com indígenas e a necessidade de uma melhor defesa contra suas investidas, tanto nas fazendas quanto nos caminhos que dariam a esta área, e a carência de povoadores brancos¹⁸⁵. Diferente da ocupação de outros Campos, como o de Guarapuava, de iniciativa da Coroa de Portugal, os Campos palmenses foram ocupados através de empreendimentos particulares, que paulatinamente foram se expandindo. Esta iniciativa, porém, também assumiu um caráter de ocupação estratégica, visto que a região ainda não possuía uma fronteira definida com a Argentina¹⁸⁶.

Com o estabelecimento de fazendas que aproveitavam “os mui bom pastos para a criação do gado cavallar, muar, ovelhum, e melhor para o vaccum, pois mais de uma vez se viu o phenomeno de uma bezerra nascida no princípio de um verão, dar cria no fim do seguinte [sic]”, Palmas se apresentava, na época em que escreveu Bandeira “coberto de animaes; e ha fazendas de mais ou menos consideração; marcando annualmente as menores duzentas crias, e as outras proporcionalmente mais, até mil, e por isso já exporta numero avultado de cavallos, bestas e gado vaccum”¹⁸⁷.

¹⁸³ BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta dos Campos de Palmas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 3ª série, n. 4, 4º trimestre de 1851, p. 425, 426.

¹⁸⁴ CAMPOS NOVOS. In: Ferreira, Jurandyr Pires (org). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. Volume XXXII: Santa Catarina, p. 60.

¹⁸⁵ MARTINS, Romário [s.d]. *Op. Cit.*, p. 59-61.

¹⁸⁶ RODERJAN, Roselys Vellozo (1992). *Op. Cit.*, p. 182-235.

¹⁸⁷ BANDEIRA, Joaquim José Pinto. *Op. Cit.*, p. 431-436.

Expedições empreendidas pelos fazendeiros locais descobriram algumas áreas de faxinais próximas que poderiam ser aproveitadas nas atividades pastoris. Áreas “as quaes sendo queimadas duas ou tres vezes, tornam-se campos limpos, e servem para o estabelecimento de fazendas de criar”. A partir do comentário de Bandeira sobre o Campo Erê, localizado no Oeste catarinense, é plausível supor que este se constituísse originalmente como uma área de faxinal, que, através da ação humana, ateando fogo na vegetação, passou a abrigar campos limpos, contendo, na época, cinco fazendas, distantes sete léguas de Palmas¹⁸⁸.

As expedições percorreram também diversas áreas que atualmente constituem o Oeste e Planalto Norte catarinense e Sudoeste paranaense. Rios como o Canoinhas e o Jangada já eram conhecidos na época, da mesma forma que “uma campina chamada Iranim”, os chamados Campos de Irani, em Santa Catarina¹⁸⁹. Evidências de que os paulistas, em suas bandeiras teriam percorrido a região em busca de indígenas eram encontradas, por exemplo, no Campo Erê, onde existiam restos de fortificações antigas¹⁹⁰. Assim é possível pensar que muitas destas áreas tidas como faxinais no século XIX poderiam já ter sofrido com a intervenção dos paulistas ateando fogo na vegetação, talvez até mais densa anteriormente, para ampliar o campo de visão da fortificação.

O expediente da queimada dos Campos foi empregado nas expedições a Palmas, podendo ser não somente um modo de se preparar a pastagem, mas também um meio de marcar a posse. Seria uma delimitação e uma forma de outras pessoas verem que já se fazia trabalho na terra, no caso preparando-a para a criação. Bandeira relata da seguinte forma esta prática, empregada por Pedro Siqueira Côrtes, um dos criadores que se instalaram na região. Passando o Iguazu, Côrtes “rompeu um sertão mais extenso, sahiu no campo de Palmas na sua maior extensão e, queimando-o todo, tratou de recolher com sua comitiva pela direção mais curta”¹⁹¹.

De forma semelhante ao que ocorreu em Guarapuava, conforme aponta Bandeira, Palmas já apresentava um número excessivo de criadores para a capacidade daqueles Campos. De sessenta criadores que

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 431.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 431.

¹⁹⁰ PALMAS In: Ferreira, Jurandyr Pires (org). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. Volume XXXI: Paraná, p. 346.

¹⁹¹ BANDEIRA, Joaquim José Pinto. *Op. Cit.*, p. 427.

se instalaram, apenas trinta e sete fazendas permaneciam em 1851, contando: “hoje proximadamente trinta e seis mil animaes de ventre”¹⁹². Para uma área de configuração irregular que possuía, de acordo com o referido autor, vinte léguas na sua maior extensão e dezesseis ou dezoito de largura, cada fazendeiro possuiria, em média uma área de aproximadamente 40 mil hectares.

A abertura de caminho realizada por Atanagildo Pinto Martins não melhorava em muito a ligação de Guarapuava com as Missões. Porém, a partir deste caminho, surge o Passo do Pontão, depois denominado Passo do Barracão que, localizado após a confluência dos rios Canoas e Pelotas, evitava as dificuldades encontradas no caminho por Lages¹⁹³. Foi somente em 1845, a mando do Presidente da Província de São Paulo, que o Alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures, com o auxílio do índio Condá, abriu o passo do Goio-En, no Rio Uruguai, formando um novo caminho para as Missões, conhecido como Estrada das Missões¹⁹⁴.

Em 1846, os fazendeiros de Palmas, organizaram, às próprias custas, uma nova expedição exploradora, buscando um caminho melhor e mais curto para atingir e atravessar o Iguaçu, em um ponto onde era possível a travessia a vau. Esse caminho possibilitava que o trânsito de muares da Argentina, que atravessava o rio Uruguai pelo passo de São Borja e Santa Vitória, invernando em Passo Fundo ou Cruz Alta, seguisse pelo Goio-En, rumo aos Campos Gerais. Lá, descansavam um ano e seguiam para a Feira de Sorocaba¹⁹⁵.

Alguns desses caminhos e os Campos de Palmas e de Campos Novos já eram indicados em um *Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos*, elaborado em 1843, por Tito Alves de Brito. Mapa que consta na Figura 6, com o detalhe do planalto catarinense na Figura 7.

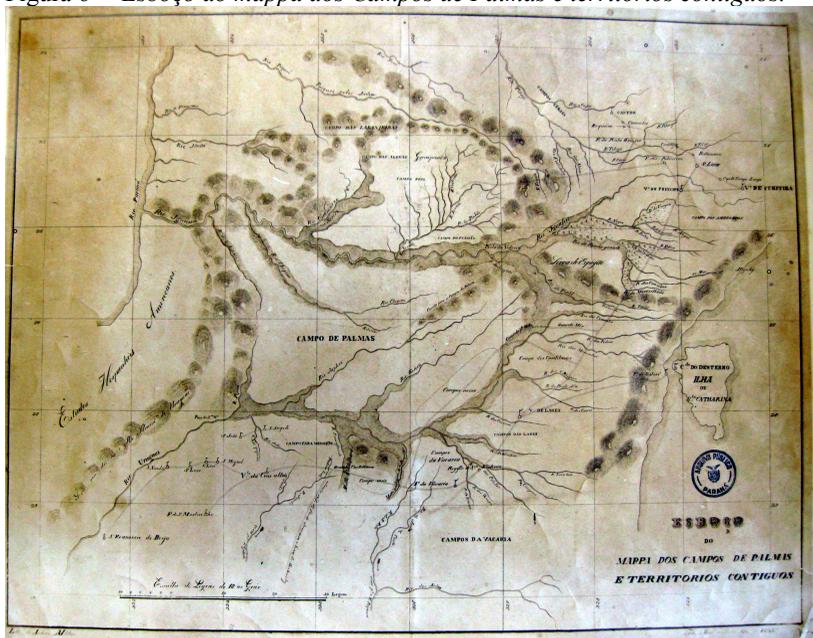
¹⁹² *Ibidem*, p. 429.

¹⁹³ RODERJAN, Roselys Vellozo. O Alferes Atanagildo Pinto Martins e o Passo do Pontão. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira *et. al* (orgs) **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000, p. 80-81.

¹⁹⁴ *Idem*. **Raízes e pioneiros do Planalto Médio**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1991, p. 109.

¹⁹⁵ RODERJAN, Roselys Vellozo (1991). *Op. Cit.*, p. 109-111.

Figura 6 – Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos.



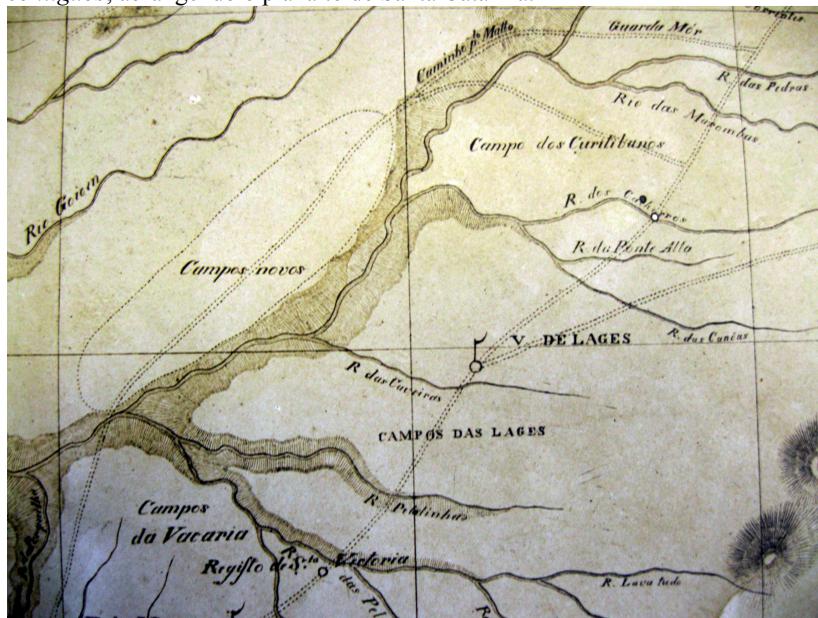
Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná.

Na imagem da Figura 6 e da Figura 7, notam-se as rotas tropeiras já assinaladas no mapa, formando uma extensa rede que ligava diversas vilas e povoados, como São Borja, Cruz Alta, Lages e Curitiba, sendo que a densidade desses agrupamentos era maior em áreas formadas por Campos. Caminhos assinalados que partiam desde as Missões no Rio Grande do Sul até Castro, e de lá seguindo a São Paulo. São também indicadas as principais vias de comunicação das fazendas dos Campos do planalto com o litoral.

Na topografia são apontadas as serras que constituíam os trechos mais perigosos da viagem. Em relação aos Campos, são mencionadas diversas áreas que eram percorridas pelos caminhos de tropas. Se os Campos de Palmas serviam para indicar a imensa área até então pouco percorrida ao oeste das rotas tropeiras, Campos, como o do Meio, entre Cruz Alta e Vacaria, de Vacaria, Campos Novos e os dos Curitibanos, são destacados. Salvo indicações de rios como o Chapecó, Goio-en e Chopinzinho, além de um caminho que ligava Curitiba e Guarapuava a seus Campos, o que se observa nos Campos de Palmas é um “vazio”, que deveria ser ocupado, reconhecido e incorporado à “civilização”.

Os caminhos atravessavam preferencialmente as áreas de Campo, o que pode ser explicado tanto pela localização das fazendas quanto por suas características topográficas. Uma das características dos Campos é sua localização, geralmente em áreas mais elevadas, constituindo-se em muitos casos como divisores d'água, tornando o percurso relativamente mais fácil. É o que pode ser constatado na Figura 7, com a existência de dois caminhos que, partindo dos Campos de Vacaria, bifurcam-se em direção a Campos Novos e a Curitibaanos. O caminho que rumava em direção a Lages, mais antigo, cruzava o Registro de Santa Vitória. Este foi aos poucos perdendo a intensidade do tráfego em detrimento ao caminho que cruzava o Uruguai no Passo do Pontão. Porém, observa-se que os caminhos percorrem em paralelo o rio Canoas, sobre os divisores das bacias, cruzando os Campos e evitando trechos mais caudalosos dos rios para travessia.

Figura 7 – Detalhe do *Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos*, abrangendo o planalto de Santa Catarina.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná.

Além do trânsito de pessoas e animais, que promoveu uma alteração da vegetação local, especialmente de plantas germináveis

através do esterco do gado vacum e muar¹⁹⁶, na abertura e trânsito de animais pelos caminhos de tropas, deve-se levar em consideração a influência das variáveis ambientais em seu trajeto.

A Serra Geral forma, em regiões próximas à planície litorânea, um paredão que ultrapassa os mil metros de altitude em algumas áreas. Enquanto segue seu rumo ao oeste, formam-se extensos vales, com relevo dissecado, cujos rios possuem diversas áreas de corredeiras em meio a uma densa floresta. Seus divisores de água e algumas áreas, sobretudo as com maior altitude, por outro lado, são formados por Campos ou por um mosaico com a Floresta Ombrófila Mista. Esse relevo explica de certa forma tanto a dificuldade de abertura das primeiras ligações do Sudeste com o Sul, quanto a longa permanência do sistema de transporte por tropas de animais, que, no caso da ligação entre o planalto e o litoral, durou em algumas regiões até a construção das primeiras estradas de rodagem na metade do século XX.

A topografia local dificultava o emprego de carros de boi e carroças no transporte, enquanto os muares se adaptavam melhor, embora não sem percalços, às condições locais. De acordo com Paul Claval, tanto os homens quanto os animais de sela “acomodam-se em quase todas as superfícies e mesmo nas inclinações muito pronunciadas”¹⁹⁷. Para sua locomoção era necessário abrir picadas entre a vegetação, talhar degraus em vertentes muito íngremes, construir balsas ou pontes para atravessar rios, que geralmente são vencidos nos locais mais rasos ou com menos corredeiras. A roda, por outro lado, só era utilizável em vias cuja superfície se apresentava relativamente dura e plana, o que exigia, por sua vez, maiores gastos e o emprego de técnicas mais complexas de construção e conservação que as vias por onde percorriam apenas homens, sejam a pé ou com o uso de animais¹⁹⁸.

Para tornar as estradas mais transitáveis, eram construídas pontes e estivas, raízes e pedras eram removidas e o caminho era alargado para facilitar a entrada do sol, tornando a secagem da via mais rápida após as chuvas, além de calçar caminhos nos locais com maior dificuldade no trânsito. Na *Falla* do Presidente da Província de Santa Catarina no ano de 1857 é possível observar a manutenção e melhoria das estradas que cruzavam a então Província, como no caso da que ligava Lages a Curitiba, que era a tradicional via de ligação do planalto com o Sudeste do país:

¹⁹⁶ CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁹⁷ CLAVAL, Paul. (2007). *Op. Cit.*, p. 249-250.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 249-250.

Estrada de Lages ao Paraná. – Compôz-se o restante da serra do Espigão, fez-se um novo aterrado na restinga da Ilha, outro no passo do campo da sepultura; compôz-se o passo do Correntes e a restinga que lhe fica à margem e a do Corisco, e uma estiva de 200 palmos; abriu-se um novo passo no Marombas, e uma pequena restinga no Campo Alto; roçarão-se as restingas do Campo Alto, do Chiqueira e Ponte Alta; compôz-se esta ponte, e a do rio Cachorros [...] Precisa-se roçar algumas restingas e concertar as estivas antigas e as pontes¹⁹⁹.

Ao longo desses caminhos existiam diversos Registros, órgãos ligados às tesourarias provinciais, responsáveis pela contagem e a cobrança de impostos sobre os animais que ali passavam. Em muitos casos esses Registros localizavam-se em locais onde não era possível encontrar outro ponto de travessia, para evitar que o gado fosse transportando de forma ilegal, ou que ao menos fosse mais difícil o transporte por vias alternativas. Luiz Antônio Blasi menciona a transposição do Registro de Curitiba para o Rio Negro em 1829 pela província de São Paulo. O caminho, existente desde o século XVIII, apresentava diversas vias clandestinas, o que obrigava a guarda do Registro a efetuar diversos patrulhamentos, aumentando as despesas do mesmo. Como alternativa as autoridades paulistas resolveram transferir o Registro a Rio Negro, mais ao Sul, dificultando um possível desvio. Isso não impedia, contudo, que continuassem a ocorrer eventuais travessias ilegais²⁰⁰.

Além da transferência de registros, novos caminhos eram abertos em meio aos Campos e florestas, substituindo traçados antigos cujo trajeto era mais difícil ou com maiores distâncias a serem percorridas. Era o caso do caminho que, do Rio Grande do Sul ligava Santa Catarina pelo rio Pelotas, onde se encontrava o Passo Santa Vitória, onde foi montado um Registro pela Província do Rio Grande do Sul. Registro

¹⁹⁹ SANTA CATHARINA. **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio à Assembléia Legislativa Provincial**, em 1º de março de 1857. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857, p. 21-22.

²⁰⁰ BLASI, Luiz Antônio. **Tropeirismo, registro e poder**, 2004, 45 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p. 20-31.

que foi transferido, em 1848, para o Passo do Pontão²⁰¹. Esse caminho, antes de sua transferência, já era utilizado, sendo também um dos locais que tropeiros utilizavam tanto para burlar a fiscalização em Lages, quanto para encurtar o trajeto. Nesse caminho, transposto o rio Uruguai, passava-se por Campos Novos, seguindo ao norte pela margem direita do rio Canoas atravessando o rio Marombas até alcançar o antigo caminho Viamão-Sorocaba²⁰².

A preocupação com pontos de travessia dos rios não se resumia, contudo, a questões econômicas, arrecadando impostos, mas também para a facilitação do fluxo de pessoas, animais e mercadorias. Essa atenção estava também relacionada a questões políticas, colaborando dessa maneira para o povoamento, a comunicação com outras regiões e o melhor controle territorial pelo Estado. Nesses caminhos, segundo Gilmar Arruda, as “estradas significavam a presença do poder, a transformação da natureza em território administrado”²⁰³.

As travessias, quando não era possível encontrar um ponto que pudesse se atravessar a vau, eram realizadas por balsas. Rios e mesmo pequenos arroios, após tempestades ou longos períodos de chuva traziam riscos à travessia de tropas, enquanto outros eram perigosos devido às suas corredeiras ou pela profundidade em declives mais suaves. O Relatório do Presidente da Província do Paraná de 1857 apresentava algumas das dificuldades encontradas na travessia de alguns rios no caminho que ligava Palmas a Porto União:

[...] tem o caminho actual os grandes obstaculos que lhe offerecem o rio Vermelho que se atravessa tres vezes, e que, com qualquer chuva, deixa de dar vão, obrigando os tropeiros á descarregar suas tropas para effectuar a passagem em canoas; o rio Jangada, cujo passo temível ameaça a vida dos que nelle se arriscam; uma serra de penosa ascensão e perigosa descida, por causa de sua engremidade e terreno escorregadio; e finalmente

²⁰¹ RIO GRANDE DO SUL **Relatorio do Vice-Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial**, em 4 de março de 1848, acompanhado do orçamento para o anno financeiro de 1848-1849. Porto Alegre: Typ. do Porto Alegrense, 1848, p. 22.

²⁰² PERIN, Susana da Silva. **Tropeirismo e o surgimento de Barracão**. 2001, 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em História e Geografia do Cone Sul). Centro de Educação, Humanas e Letras, Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2001, p. 45.

²⁰³ ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, "força hidráulica" e a era das barragens (1853-1940). **Varia História**. [online], v..24, n.39, p. 153-175, 2008, p. 161.

os rios Espingarda, Pinguela e Areya que, embora insignificantes, enchem-se de tal modo, em ocasiões de chuvas, que a sua passagem se torna impossível por alguns dias²⁰⁴.

Nesse caso, era fundamental encontrar um ponto mais seguro para a travessia. Isso ocorreu, por exemplo, no caminho que ligava Curitiba a Campos Novos, onde “abriu-se uma picada [...] dando-se melhor direção ao antigo caminho e procurando-se melhor passo no rio Marombas”, conforme a *Falla* do Presidente da Província de Santa Catarina no ano de 1856²⁰⁵.

O clima da região Sul em geral, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, conspirava constantemente também contra a qualidade das estradas. Esse fator, associado aos poucos recursos empreendidos na melhoria das estradas, resultava na existência de locais com rios sem balsa e atoleiros que provocavam inúmeros percalços aos viajantes. A esse respeito consta, por exemplo, em um ofício da “*Collectoria das Rendas Estaduaes de Passa Dous*”, localizada em Curitiba, a seguinte mensagem dirigida ao Presidente do Estado de Santa Catarina:

Tenho por diversas veses pedido por officio ao Cidadão Inspector para levar ao contentamento de V. Ex^a o máo estado em que se acha o referido Espigão, com grandes saltos, caldeiros, atoleiros e toda estrada coberta de matagal, tanto assim que, com grande difficuldade os tropeiros transitão nella²⁰⁶.

As chuvas torrenciais também ameaçavam constantemente a qualidade dos caminhos, destruindo pontes e passagens. Diversos relatórios da Presidência da Província de Santa Catarina apontam as dificuldades na manutenção dessas vias. Em 1869, por exemplo, as “chuvas torrenciae e continuas durante os ultimos mezes” atrapalharam

²⁰⁴ PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos, muito digno Presidente da Provincia do Paraná pelo 2º Vice-Presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes sobre o estado de administração da mesma Provincia no anno de 1857*. Curitiba: Typ Paranaense de C. Martins Lopes, 1858, p. 110.

²⁰⁵ SANTA CATHARINA (1857). *Op. Cit.*, p. 21.

²⁰⁶ Ofício de João Francisco Duarte d’Oliveira ao Presidente do Estado de Santa Catarina, 1898. Ofícios G. 1898, V. 2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Como o documento não possui a data em que foi expedido, não foi possível determinar para qual Presidente do Estado o ofício era destinado, se para Hercílio Luz, que governou até setembro de 1898 ou Felipe Schmidt, que assumiu logo a seguir.

e mesmo destruíram algumas obras de melhorias que eram feitas na estrada que ligava Lages a capital Desterro²⁰⁷. Essa estrada, iniciada em 1787 visava melhorar a comunicação e o fornecimento de itens indispensáveis aos moradores locais e as lides pastoris, como o sal, que até então seguia do porto de Laguna, cuja trilha, aberta vinte anos antes, encontrava-se intransitável. Por se encontrar mais próxima de outras fontes de suprimento, essa ligação aparecia como uma boa saída para solucionar alguns dos problemas enfrentados pelos moradores de Lages²⁰⁸.

Desde sua construção a via apresentava diversos problemas em seu percurso, como pode ser percebida na “Falla” do Presidente da Província em 1844, para o qual o caminho que partia de São José rumo a Lages,

reunia contra si tudo quanto o pode constituir um pessimo caminho, que é, em toda a extensão da palavra, sobre tudo nas nove legoas em que se comprehendem os matos chamados – do Trombudo – : é atravessado por muitos Rios d’impestuosa corrente; extensos pantanos o obstruem, empinadas montanhas ali se encontram a miudo, por onde se tem aberto em terreno pedregosos, ásperas veredas de difficilimo e até perigoso acesso²⁰⁹.

Em sua viagem por Santa Catarina o médico alemão Robert Avellemant comentou o estado das estradas que percorreu de Lages a Desterro, sobretudo pela ausência de pontes e balsas para a travessia dos rios, pois

quando o céu abre as comportas, os pequenos arroios se tornam caulalosas torrentes [...] Essas desgraças, nessa chamada estrada geral, que conduz à Capital da Província, não são evitadas

²⁰⁷ SANTA CATHARINA. **Relatorio apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catharina, o Exm. Sr. Doutor Carlos Augusto Ferras D’Abreu ao 3º Vice Presidente o Exm. Sr. Coronel Joaquim Xavier Neves por ocasião de passar-lhe a administração da mesma**, em 11 de agosto de 1869. Desterro: Typ. De J. J Lopes, 1869, p. 7.

²⁰⁸ REITZ, Raulino. **Santa Bárbara**: primeiro núcleo de colonização alemã em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992, p. 35.

²⁰⁹ SANTA CATHARINA. **Falla, que o Presidente da Província de Santa Catharina, O Marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembléia Legislativa**, em 1º de março de 1844. Desterro: Typ. Provincial, 1844, p. 23.

por pontes, balsas ou barcos com barqueiros habilitados e de nada servem as queixas e reclamações diariamente apresentadas. [...] Deve-se realmente admirar a paciência da gente que se conforma com esse completo abandono e, além dos perigos dos selvagens, onças e cobras, ainda suporta tranqüilamente o perigo de afogar-se no caminho.²¹⁰

Os caminhos que cruzavam os Campos ou os ligavam a outras regiões, embora obedecessem a uma diretriz geral, não seguiam um traçado único. Possuíam variantes, transitáveis em algumas épocas do ano, dependendo do nível das águas, por exemplo. No trajeto, além dos trechos com rios caudalosos ou com muita correnteza, evitavam também florestas fechadas e outros obstáculos proporcionados pelo relevo, além do contato com os “bravios” indígenas. No caso dos caminhos por cima da serra, existia a vantagem da existência dos Campos, imprescindíveis para o descanso e apascentamento das tropas²¹¹.

Estabeleceram-se assim as principais ligações entre os Estados do Sul com o Sudeste. Ligações estas essenciais para o transporte de mercadorias e comunicação com os centros consumidores. A necessidade de se fazer uma ligação entre Desterro e Lages, assim como a colonização do Vale do Itajaí e Sul do Estado por alemães e italianos, levou a construção de novas vias de comunicação com as fazendas dos Campos, ampliando o comércio e a comunicação com o litoral catarinense. Posteriormente diversos caminhos foram abertos, ligando vilas e localidades em uma ampla rede dispersa no planalto.

A segunda metade do século XVIII deu início a uma nova ocupação dos Campos do Planalto a partir da formação de fazendas e dos caminhos de tropas, assumindo uma feição nitidamente distinta daquela até então realizada por outros grupos humanos que viveram ou percorreram seus espaços. A presença humana passa a se intensificar, devido ao fluxo migratório que parte tanto de São Paulo quanto do Rio Grande do Sul, migração esta marcada também por uma maior diversificação cultural que trouxe novos usos, manejos e conhecimentos de uso dos recursos naturais que, em muitos casos, acabariam entrando também em contato com o conhecimento tradicional acumulado durante séculos pelas populações que já habitavam a região.

²¹⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 89.

²¹¹ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 63.

A introdução da pecuária naqueles espaços se constitui na grande mudança verificada a partir dos setecentos. Por se tratar de uma das principais riquezas da região no período, sua distribuição espacial passou paulatinamente a ocupar praticamente todas as áreas de Campos. Sua produção era, na época, voltada principalmente ao atendimento das necessidades de carne e animais dos mercados consumidores no Sudeste e Centro-Oeste. De modo semelhante ao que ocorreu no Cerrado mineiro também no século XVIII, o boi – e no caso da região Sul pode-se incluir também o gado mular –, nas palavras de Ricardo Ferreira Ribeiro, “se não marchava junto com os primeiros entrantes, era, certamente, companheiro do colonizador, daquele que vai se fixando no território e dele se apropriando como se seu sempre tivesse sido”²¹².

Esse espaço passa a ser caracterizado pela formação de grandes fazendas pastoris, em áreas com baixa densidade demográfica. A pecuária modelou a paisagem planaltina por mais de dois séculos, predominando uma pecuária extensiva, com pouco manejo de pastagens e animais, demandando pouca de mão-de-obra. Seu excedente, fruto do crescimento vegetativo, juntamente com novos fluxos populacionais, migrava para novas áreas, reproduzindo o modelo predominantemente pastoril, como já ocorria em relação aos Campos de Guarapuava e Lages, em um movimento de migração que “saltava” de Campos em Campos.

²¹² RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 174

2 CONSTRUÇÕES DO ESPAÇO RURAL DOS CAMPOS

Um ambiente, para Paul Claval, “só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo”²¹³. Nesse sentido, a mediação tecnológica é essencial nas relações que são construídas entre as sociedades e a natureza que os rodeiam²¹⁴. Milton Santos, ao buscar historicizar os diferentes momentos das relações entre sociedade e natureza, afirma que “quando era tudo natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos que eram considerados fundamentais ao exercício da vida”²¹⁵. Eram valorizadas, de maneira diferente, de acordo com os lugares e as culturas, as condições naturais constituintes da base material da existência de um determinado grupo²¹⁶. O modo de ocupação de um determinado espaço e seu gênero de vida, ao menos em um primeiro momento, como salienta Nilo Bernardes subordina-se “sobretudo às possibilidades de aproveitamento imediato que a natureza das terras oferecia”²¹⁷. E, pelas condições físicas, os Campos, nesse contexto, constituíam uma enorme área que poderia se prestar de imediato à criação de animais sem a necessidade de derrubar florestas.

O usufruto dos Campos, tendo a pecuária como a principal atividade, permaneceu nos dois séculos seguintes, sendo utilizado pelos seus moradores sem grandes transformações em seu principal aspecto fisionômico, ou seja, extensas áreas de campos com eventuais capões e a mata de galeria, o que não quer dizer, contudo, que não houvessem modificações na natureza. Verifica-se, dentro do processo de ocupação dos Campos e a constituição das primeiras fazendas de criação a intervenção humana na paisagem campestre, construindo um espaço organizado para a produção, no caso principalmente de animais, fundando, sobre sua totalidade ou sua parte, sua vida econômica, social e cultural. Seria a formação de extensas fazendas pastoris com baixa densidade demográfica a sua principal característica, modelando a paisagem planáltina.

²¹³ CLAVAL, Paul *Op. Cit.*, p. 219.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 219.

²¹⁵ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006, p. 235.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 235.

²¹⁷ BERNARDES, Nilo, **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. , p. 82.

Esse espaço, logicamente, não existe fora das condições naturais, comportando uma grande parte de elementos da natureza ou diretamente derivados do seu meio, como relevo, clima, solo, águas, vegetais e animais. Esses componentes, como aponta Georges Bertrand, fazem parte de “uma realidade vivida, às vezes dominante, às vezes dominada, combatida e utilizada no interior de uma organização social e econômica”²¹⁸. O ambiente pode ser pensado como um conjunto cuja dinâmica estaria relacionada com os agentes e processos dos elementos naturais e elementos humanos. Ao pensar nessa inter-relação deve-se evitar cair nas ideias do determinismo da natureza sobre a vida humana ou do possibilismo, como se as sociedades se desenvolvessem independente dos meios naturais. Embora a discussão dos pensamentos deterministas e possibilistas que permearam as ciências humanas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX fujam do escopo da pesquisa, sua influência ainda se faz sentir em muitos estudos. Para Bertrand, em seu estudo sobre o espaço rural francês realizado na década de 1970, “no final do século XIX, o problema do possibilismo foi colocado no centro do debate geográfico... e parece ter ficado para muitos historiadores”²¹⁹. Na história, a ideia do domínio do homem sobre a natureza, constituiria para o autor “o primeiro sentido do 'possibilismo' que se difundiu entre os historiadores”. O meio natural, dessa maneira, não era um dos constituintes da dinâmica das sociedades. Assim,

a grande maioria dos historiadores se deixou fechar na alternativa brilhante e confortável, mas pouco científica de L. Febvre, que esquematizando o pensamento de P. Vidal de La Blache, colocou em oposição o possibilismo humano ao determinismo natural. Dramatizando as relações do homem e da natureza, esclerosou-se a reflexão e a pesquisa nesse domínio²²⁰.

O debate determinista, para Bertrand, deve ser decomposto em vários níveis de resolução, seja em função da escala temporal, espacial

²¹⁸ BERTRAND, Georges. Por uma história ecológica da França rural: o impossível quadro geográfico. In: BERTRAND, Georges, BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Editora Massoni, 2007, p. 125-128.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 125-128.

²²⁰ *Ibidem*, p. 125-128.

ou social. Levar em consideração essas escalas é fundamental na análise histórica. Estudos localizados, por exemplo, permitem, vislumbrar a ação de elementos naturais interferindo, seja no padrão de ocupação, seja no uso do solo. A escolha por áreas mais altas, longe da vazão máxima de um rio, ou onde houvesse mais alimentos disponíveis é um exemplo. O determinismo ecológico, nesse caso, é evidente, existindo, no entender do referido autor, “uma 'lógica' na organização do espaço onde interferem, em escalas diferentes as dificuldades humanas e ecológicas”²²¹.

Nesse sentido de influências tanto sociais quanto ambientais no modo de vida de um grupo social, Bertrand rejeita tanto o possibilismo integral e contínuo quanto o determinismo natural invariante. Longas fases de bloqueios, onde a população seria confrontada com estruturas ecológicas limitadas seriam sucedidas por processos de inovação nas quais novas possibilidades aparecem na exploração do meio, onde esses benefícios contêm neles mesmos o seu próprio determinismo. Essas estariam também ligadas a fatores sociais e econômicos. Fatores econômicos que não somente são percebidos de maneira diferente, mas seu conteúdo objetivo não seria o mesmo²²².

Do século XVIII até o início do XX, as técnicas de criação e manejo dos recursos naturais nos Campos catarinenses pouco se alteraram. Essa “estabilidade” representaria a sua adaptação aos recursos naturais, que eram usufruídos sem modificá-los em grande escala. Nesse cenário, se os recursos naturais conhecidos fossem usufruídos ao máximo, sua oferta poderia se reduzir, ou seja, o sistema, ele próprio, poderia se bloquear. Geralmente, esse desbloqueio vem de elementos externos, provenientes da introdução de novas plantas, animais ou técnicas.

As novas técnicas, sejam de origem autóctone ou proveniente de elementos externos, atuaram de maneira decisiva na construção do espaço rural dos Campos. A pecuária seria praticada não somente pela existência de amplas áreas de pastagens, mas pela distância dos centros consumidores e pela própria qualidade do solo e do clima que tornariam economicamente inviáveis a formação de lavouras destinadas ao comércio. O solo ácido, litólico e pobre em nutrientes encontrado em muitos desses espaços reforçavam essa visão, deslocando a agricultura para as áreas com florestas.

²²¹ *Ibidem*, p. 134-135.

²²² *Ibidem*, p. 138.

A criação de animais trouxe significativas mudanças para o meio natural. Se nas florestas do planalto essas mudanças são facilmente visíveis pela derrubada das espécies arbóreas, principalmente a araucária, dada sua presença e porte, nos Campos, com exceção da silvicultura que se presencia a partir da segunda metade do século XX, essas mudanças são menos perceptíveis. Elas podem porém ser encontradas pelas alterações promovidas pelo manejo dos animais e plantas, através das queimadas, a introdução de espécies exóticas e o próprio pisoteio e pastejo seletivo dos animais.

2.1 O MANEJO DOS ANIMAIS E PLANTAS

Poucas eram as intervenções nos Campos promovidas pelas fazendas para a criação e produção. Alguns criadores empregavam taipas para a separação dos animais em invernadas, porém em muitas áreas o gado era comumente criado à solta. Mesmo cercados nas invernadas, eventuais ataques de animais selvagens ou mesmo de ladrões poderiam ocorrer. Apenas as ovelhas, cujo principal propósito da criação era o fornecimento da lã, muito empregada na confecção de baixeiros, mantas e cobertores, eram recolhidas a noite em um curral.

As taipas eram formadas por muros com fragmentos de rocha empilhados, sendo uma técnica simples e de custo baixo, empregando o trabalho de agregados e, no século XIX também de escravos. Essas divisões eram destinadas a separar o rebanho conforme a conveniência. As invernadas poderiam agrupar-se em partes que ficavam sob os cuidados dos membros da fazenda, onde era possível, por exemplo, separar o gado para posterior comercialização. As taipas eram também empregadas na formação de corredores por onde percorriam as tropas de animais recém-comprados para a invernada ou para a revenda.

Porém, nas fazendas de maior dimensão, as taipas poderiam não compreender toda a extensão das terras, sendo o restante dos limites definidos principalmente por marcos naturais. Isso tornava possível o trânsito de animais entre fazendas, sobretudo em épocas de pasto mais magro ou de estiagens.

Nos meses mais frios, a partir do final de março, indo até setembro, não havia nenhuma proteção aos animais, como estábulos ou o cultivo de forragens para a alimentação. A regra era a permanência nos Campos e florestas, como observou o médico alemão Robert Avé-Lallemant, em sua viagem a região das bordas do planalto em direção a Lages em 1858:

No planalto de Santa Catarina ninguém concebeu ainda a ideia demasiado civilizada de um estábulo ou forragem para o inverno. Nenhuma proteção no campo, nenhum talo fresco nas pastagens encontram os pobres animais. Retiram-se para as moitas e florestas e lá, meio enregelados pelo inverno, passam o tempo frio, até que volta a primavera e os bichos esqueléticos podem pastar de novo sob os cálidos raios de sol²²³.

Avé-Lallemant percorreu Lages e região no mês de junho, o que, de certa forma, refletiu em sua visão dos hábitos e costumes dos moradores planaltinos. Tanto ele quanto outros viajantes europeus que percorreram a região no século XIX produziam, para Regina Horta, “representações sociogeográficas para europeus que, a partir daí, construíram sua identidade em oposição ao que passou a ser 'o resto do mundo'”²²⁴. Assim, imagens foram sendo construídas de um “outro” na América, onde eram registrados o modo de vida, os fatores naturais e a relação que as populações possuíam com os mesmos sob uma perspectiva eurocêntrica, procurando no Brasil elementos semelhantes aos encontrados na Europa. Olhar cujos propósitos estavam vinculados a diferentes interesses, como a possibilidade da colonização, por exemplo, desqualificando práticas de uso da terra e recursos naturais pela população local. A pecuária praticada no planalto para o viajante, não era “civilizada”, como seria a encontrada na Europa, pois o manejo do gado não implicava em maiores cuidados relativos à sua alimentação no inverno. O gado definhava e morria no inverno, sem estábulos ou sequer uma plantação de forragem. O sal era o único trato dado aos animais.

Esse modo de criação, extensivo e com pouca atenção despendida ao manejo animal persistia em muitos espaços de criação até a metade do século XX, resultando em um grande número de animais mortos para o pecuarista. Segundo Dilceu Granzotto, criador de Campos Novos, “chegava no inverno dava um prejuízo desgraçado, morria muito gado de fome”²²⁵.

²²³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p 80.

²²⁴ DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 267-288, 2002, p. 68.

²²⁵ GRANZOTTO, Dilceu, 72 anos. Depoimento, 23 de fevereiro de 2010. Campos Novos. Entrevistador: Marlon Brandt.

A existência de capões e florestas em meio aos Campos era útil também à criação de equinos e muares, pois os hábitos de pastejo desses animais eram diferentes dos bovinos. Enquanto os bovinos têm predileção por capins altos, em campo aberto, os equinos possuem dentes que possibilitam a estes se alimentar de cascas de árvores, lianas e árvores presentes nas áreas florestais, as quais os bovinos não usufruem. Espécies pioneiras com crescimento rápido que se desenvolvem nas clareiras formadas pela queda natural das árvores, tendem a criar capoeiras, cuja regeneração das árvores pode ser impedida pelo pastoreio desses animais, ou somente eliminar algumas espécies específicas. No caso dos equinos, esses podem, por exemplo, se alimentar de uma árvore chamada fumo-bravo (*Solanum mauritianum*), uma solanácea que não despertava muito o interesse do gado bovino²²⁶.

Quando terminava o inverno e o gado estava magro, era então que o pasto era queimado. Segundo Ivadi de Almeida, fazendeiro de Curitiba, “nós queimávamos quando ia terminando o inverno, queimamos no mês de agosto, se queima nessa época para não queimar a raiz da planta²²⁷. Na alimentação, o trato dos animais implicava também na constante tarefa de atear fogo nas pastagens em determinadas épocas do ano para a limpeza dos Campos, queimando ervas consideradas menos palatáveis, possibilitando também o rebrote do capim mais tenro. Era a brota do capim após a queimada que engordava o gado até abril, quando começavam as primeiras geadas.

A queimada também era útil para aumentar as áreas onde poderia se criar o gado, fazendo com que os campos avançassem sobre faxinais, taquarais e mesmo a floresta, porém, era difícil o fogo avançar para a floresta. A floresta, para Ivadi de Almeida, “queimava mixaria porque quando se botava fogo no mato ele parava quando entrava na floresta, mas se queimou bastante taquaral, sempre tinha bastante taquara seca, nós até gostava porque acabava com os pinheiros²²⁸. Em um período onde a madeira não possuía valor econômico significativo, os pecuaristas viam com bons olhos um eventual avanço da queimada para as áreas florestadas, uma vez que assim era possível ampliar a área das pastagens com muito pouco esforço. Para a composição da pastagem,

²²⁶ FLORIANI, Guilherme dos Santos. **História florestal e sócio-lógica do uso do solo na região dos Campos de Lages no século XX**. 2007, 233 fl. Dissertação (Mestrado em Manejo do Solo) – Centro de Ciências Agroveterinárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Lages, 2007, p. 59.

²²⁷ ALMEIDA, Ivadi. 87 anos. Depoimento, 25 de maio de 2010. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt.

²²⁸ *Ibidem*.

bastava o avanço das espécies forrageiras, as quais poderiam contar algumas exóticas, em direção a fértil área recém-queimada.

Na queimada da vegetação, são liberadas pelas cinzas nutrientes e bases que neutralizam a acidez do solo, reduzindo a atividade do alumínio tóxico, o que promove o aumento da fertilidade do solo. Isso beneficia o crescimento estacional da vegetação campestre. O fogo também substitui a vegetação amadurecida, pouco palatável para o gado, substituindo-os por tenros brotos. Ela ainda atua na dinâmica entre o Campo e a floresta, impedindo a sucessão ecológica. Sua prática, contudo, pode promover alterações no solo, como analisa Floriani Guilherme dos Santos:

a liberação de bases presentes nas cinzas dispersa a argila e predispõe o solo ao selamento superficial. Somado a compactação promovida pelo pisoteio dos animais, contribuem para a ocorrência da erosão e a perda de nutrientes. Alternam-se desta forma um ciclo de amadurecimento da vegetação após uma incrível produção de biomassa no verão. A queima seleciona espécies adaptadas ao fogo que podem rebrotar beneficiadas pelo aumento momentâneo de fertilidade. Por isto, no início do inverno, o gado havia acumulado peso e por isto, tradicionalmente a safra da pecuária ocorre entre abril e junho de cada ano²²⁹.

É difícil medir o dano dessas queimadas à flora e a fauna dos Campos. Para quem recorria a esse expediente era comum a ideia de que nenhum dano era provocado, pelo contrário, possibilitava uma recomposição mais rápida das pastagens, engordando os animais em um menor tempo. Os capins resistiam a queimada com suas raízes e rizomas protegidos embaixo do solo, preservando assim parte considerável de sua biomassa. Porém repetidas queimadas minavam a produtividade do solo, fazendo com que plantas indesejadas pudessem surgir em maior número. Essas queimadas poderiam reduzir a biodiversidade e atuar na seleção de espécies mais resistentes as queimadas, possibilitando, por exemplo, a expansão de espécies como o capim barba-de-bode (*Aristida pallens*) e a carqueja (*Baccharis* sp.), espécies nativas características de

²²⁹ FLORIANI, Guilherme dos Santos. *Op. Cit.*, p. 65.

áreas de Campos perturbadas. A queimada realizada no inverno também poderia promover a eliminação de plantas típicas da estação fria²³⁰.

Em Campos Novos, por exemplo, isso é salientado por Dilceu Granzotto: “barba-de-bode, tinha bastante por causa da queimada, agora não tem, quase muito pouco, mas era muito, o gado não come”²³¹. Esse empobrecimento verificava-se também em outras áreas de Campos no Sul do país, como em Guarapuava, no Paraná onde, em 1945, Elza Coelho de Souza indicava que a pecuária, apesar da extensão dos Campos e a importância que essa atividade assumia outrora, era realizada em pequena escala “o que pode ser explicado, em parte pela má qualidade das pastagens, invadidas de ervas daninhas, em que predomina a 'barba de bode’”²³².

O impacto da queimada se estendia também a fauna local. Se os animais destinados à criação eram conduzidos a outras áreas e os fazendeiros vizinhos eram alertados sobre a intenção de atear fogo, tomando também cuidado para que o fogo não prejudicasse os tropeiros e outros viajantes, o mesmo não acontecia a outros animais. Assim tatus, tamanduás, cobras e outras espécies de animais pereciam sob a ação do fogo.

Durante mais de duzentos anos esses Campos não possuíam senão no fogo por parte dos pecuaristas o principal meio de manejo e renovação das pastagens. As pastagens na Mata Atlântica em geral, segundo Warren Dean, raramente eram realizadas selecionando-se capim nativo ou exótico, inexistindo mesmo qualquer seleção nos séculos anteriores ao XIX²³³. A ausência de seleção ou cultivo faz pensar que a disseminação de espécies exóticas em uma determinada área possa ter ocorrido, ao menos nas regiões de fluxo de mercadorias e animais, nas cargas, no pelo ou mesmo no excremento dos animais. Isso poderia ter sido responsável pela disseminação, por exemplo, da grama missioneira (*Axonopus compressus*), originária da região das missões jesuítas, podendo ter chegado na região junto com o gado na formação das vacarias²³⁴. Acidentalmente ou não, essas espécies cresciam nas pastagens, em florestas recém-devastadas ou mesmo em áreas já degradadas pelo uso excessivo do solo e seus nutrientes.

²³⁰ *Ibidem*, p. 66.

²³¹ GRANZOTTO, Dilceu, 72 anos. Entrevista citada.

²³² SOUZA, Elza Coelho de. Campos de Guarapuava. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 320, abr/jun., 1945, p. 320.

²³³ DEAN, Warren (2004). *Op. Cit.*, p. 130.

²³⁴ FLORIANI, Guilherme dos Santos. *Op. Cit.*, p. 64.

O empobrecimento das pastagens, bem como a predominância de espécies que seriam menos palatáveis, pode ser explicado também pela forma de criação. Era praticada uma pecuária extensiva, com pastoreio contínuo, onde os animais permaneciam na mesma área, pastando durante um longo período, cuja taxa de lotação poderia promover um sobrepastoreio. Os animais, sob o pastoreio contínuo, possuem o hábito de utilizar áreas já pastoreadas, pois são mais palatáveis. Outras áreas, cujo pasto tornou-se maduro, com menos valor nutritivo, passam a ser menos utilizadas, ocorrendo dessa forma uma forte pressão de pastoreio onde a forragem é mais tenra e jovem. Essa pressão pode comprometer o sistema radicular das plantas, impedindo o seu estabelecimento. Assim, pode ocorrer o aparecimento de plantas indesejáveis, tanto nativas quanto exóticas, pelo pouco tempo de repouso das plantas mais consumidas²³⁵.

Caetano Costa, em uma coluna escrita em agosto de 1940 para o jornal *Correio Lageano* sobre aspectos econômicos de Lages, ao mencionar a pecuária, também criticava o excesso de animais por área. O método tradicional de criação, a seu ver, “demanda vastas extensões de bons campos folgados, onde o expurgo de parasitas e a renovação das pastagens tenras somente pelas queimadas podem ser feitas”²³⁶. Porém, ao se lançar mais animais em pastos que já estariam lotados a consequência seria, de acordo com o referido autor,

o enfraquecimento dos campos que endurecem pelo pisoteio do gado, tornando-os quase impermeáveis, sem os benefícios dos agentes atmosféricos para o melhor desenvolvimento das pastagens naturais. Consequentemente o aparecimento invasor de vassouras, cravinhos, samambaias e arbustos outros que não são aproveitáveis como nutrição dos animais²³⁷.

Tal lotação teria sido um dos motivos que levou a criação pelo município de Lages da Lei n. 520 de 2 de maio de 1862 que regulava a lotação do gado para que cada criador não dispusesse de maior criação

²³⁵ LENZI, Alexandre. **Desempenho animal e produção de forragem em dois sistemas de uso da pastagem**: pastejo contínuo & Pastoreio Racional Voisin. 2003, 133 fl. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003, p. 46-49.

²³⁶ **Correio Lageano**. Lages, ano I, n. 43, 10 de agosto de 1940, p. 2. Acervo do Museu Thiago de Castro.

²³⁷ *Ibidem*, p. 2.

do que a que seus pastos suportassem. Lotação que para Licurgo Costa se situava na faixa de 30 cabeças a cada 100 hectares²³⁸.

Se a alimentação do gado nos meses frios não parecia ser objeto de maiores cuidados dos pecuaristas, as atenções despendidas em relação a doenças, vermes e problemas relativos às crias eram maiores. Por viverem em regiões isoladas, onde uma vila ou cidade onde houvesse auxílio veterinário ficava, às vezes a mais de um dia de viagem em tempo favorável, os criadores também recorriam a práticas da medicina popular no tratamento dos animais. O conhecimento da vegetação local e de plantas exóticas que possuíam funções medicinais não era importante apenas para a saúde humana, mas também para os animais.

Para o tratamento e prevenção de males que acometiam a criação, muitos criadores adicionavam plantas e cinzas ao sal que era dado ao animal, conforme o depoimento de Aldair Goeten Sobrinho, criador, cuja família se dedica a pecuária em Curitiba e Santa Cecília desde as primeiras décadas do século XIX: “para berne, carrapato, essas coisas, colocavam cinza no sal, misturado [...] Alho também [...] para o verme [...] davam alho e o sabugueiro. [...] Era socado com alho e sabugueiro e davam no sal para desverminar”²³⁹. Epaminondas Almeida, cuja família veio de Sorocaba ainda no século XIX para se dedicar à criação, também menciona o emprego de plantas no tratamento: “naquele tempo que nós criava, lidava, isso há 70 anos atrás, 80 quase [...] o gado era criado com sal grosso socado num pilão, ali era botado alho, botavam cinza, tinha um remédio a árvore, a quina aquilo era torrado, era misturado com o sal e dado para o gado”²⁴⁰.

Chás e misturas eram aplicados também em outros males, como a retenção da placenta pela vaca logo após a cria. Seu tratamento ocorria por meios que iam da aplicação de plantas ao emprego de simpatias no animal, que pode ser percebida como uma herança de populações como as indígenas e africanas onde existia uma interligação entre o mundo natural e o mundo sobrenatural, cujas práticas misturavam rezas e diversas ervas em seu tratamento²⁴¹. Epaminondas Almeida, fazendeiro

²³⁸ COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no Sertão da Terra Firme. Vol. 4. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982c, p. 1480.

²³⁹ MORAES, Aldair Goeten de. 64 anos. Depoimento, 16 de março de 2010. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

²⁴⁰ ALMEIDA, Epaminondas. 87 anos. Depoimento, 24 de fevereiro de 2010. Campos Novos. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

²⁴¹ OLIVEIRA, Érica Caldas Silva de; TROVÃO, Dilma Maria de Brito Melo. O uso de plantas em rituais de reza e benzeduras: um olhar sobre esta prática no Estado da Paraíba.

de Campos Novos, relata da seguinte maneira o tratamento empregado na retenção da placenta onde incluía ossos de animais no tratamento:

a vaca, criava e não derrubava a capa do terneiro, dava uma chapoeirada que do fogo fazia uma cinza, dava picumã com sal, fazia aquela salmoura e pendurava uma cabeça de cachorro no pescoço da vaca. Dali 3 a 4 dias a vaca tava boa [...] morria os cachorro na fazenda e guardava as cabeças [...] dava a chapoeirada, não caía, colocava a cabeça do cachorro [...] era pendurada com arame, barbante, fio de cordinha [...] uma grande parte fazia isso

O tratamento também poderia ser feito apenas com o uso de ervas, como relata Aldair Goeten Sobrinho:

Então o que eles faziam, eu lembro disso aí, era torrado o sal, e era torrado no fogo em uma panela, deixava o sal ficar bem torrado e moía depois uma erva, o nome era artemísia, mas aqui chamavam artemige e socavam bem e daí faziam, colocavam água e davam goela abaixo para essa vaca e ela expulsava a placenta

Plantas como a artemísia (*Artemisia vulgaris*) e o alho (*Allium sativum*), embora sejam espécies exóticas, foram há muito tempo introduzidas no continente sendo absorvidas pelo conhecimento tradicional da população, passando a ser amplamente empregadas no tratamento de diversos males. Vermes, bernes e carrapatos, alguns dos problemas constantemente enfrentados pelos pecuaristas em suas fazendas, não eram muitos distantes dos enfrentados pela população, assim não é de se estranhar que diversas plantas, assim como rituais realizados em processos de prevenção e cura empregadas pelos homens pudessem também ser transplantadas ao trato dos animais²⁴².

As queimadas, o pisoteio, e a lotação excessiva de animais nos pastos promoveram alterações florísticas, as quais poderiam se beneficiar também espécies exóticas, em uma época onde não havia

Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 245-251, jul/set. 2009, p. 245-246.

²⁴² Alguns tratamentos da medicina popular, empregada também na criação de animais na região dos Campos em Castro, no Paraná, podem ser conferidos em: DINIZ, João Maria Ferraz. **A medicina tropeira nas paragens do Iapó**. Castro: Museu do Tropeiro, 2007.

seleção ou cultivo de pastagens destinadas à alimentação animal. Porém essas alterações não ocorriam apenas nos Campos. As florestas eram também alvo da invasão de plantas, tanto na formação de pastagens quanto na abertura de roças para a produção de alimentos.

As plantações, destinadas à subsistência, eram realizadas geralmente afastadas da residência, nas áreas de floresta. O sistema de agricultura empregado consistia na derrubada da floresta e na queimada, sendo realizada a semeadura sobre as cinzas. Nas áreas destinadas ao cultivo ocorria a rotação da terra, onde era praticada a policultura com o milho, consorciado ao feijão, melancias, abóboras e outras plantas.

Embora pudessem empregar o arado, muitas famílias cultivavam empregando a enxada ou o chuçó no preparo da terra. Prática descrita da seguinte maneira por João Maria Borges, antigo morador do município de Celso Ramos:

então, pra fazer a roça, um hectare de terra chegava, enchia o paiol de milho, feijão também, enchia um caixão de feijão. Plantava aquela roça, mas não limpava nada, porque não tinha inço [erva daninha], mas dava milho e feijão, às vezes um hectare, um hectare e pouco. Derrubava-se aquele mato roçava o taquaral e tacava fogo pra fazer a roça, as vezes fazia em uma serrinha lá pra não queimar os taquarais, que naquele tempo era os taquarais e daí a minha mãe as vezes mandava fazer um cero longe pra não queimar todo o mato. Daí tacaram fogo naqueles mato e limpava a roça, aí pegava a semente ia plantar o milho, ia plantar o feijão. Naquela época não tinha máquina de mão, não tinha nada disso, hoje tem máquina de mão tem trator, tem tudo²⁴³.

Observa-se nesse depoimento um cuidado com a propagação do fogo “para não queimar todo o mato”, o que poderia prejudicar suas terras e futuras áreas de plantio, uma vez que as áreas cultivadas seriam menores, em comparação à área desmatada, desperdiçando assim as cinzas que fertilizam o solo. Prática que, da mesma forma que a queimada nos Campos, pode ser vista como uma herança do conhecimento indígena no manejo do fogo que, como aponta Mauro

²⁴³ BORGES, João Maria. 82 anos. Depoimento, 14 de fevereiro de 2005. Celso Ramos. Entrevistador: Marcos Schuh. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

Leonel, longe de ser descontrolado e abusivo, representa a combinação de “atividades que compensam o seu potencial destrutivo, para fazer frente ao processo de lixiviação, à exposição ao calor e à chuva, que tendem a empobrecer os nutrientes do solo”²⁴⁴. O autor apresenta como exemplo de cuidado no manejo do fogo, os índios Kayapó do Cerrado brasileiro:

a roça é preparada a partir da abertura de clareiras, formando corredores, seguindo-se a queimada, controlada, para evitar o excesso de calor e o dano às raízes, previamente plantadas. Caso o uso do fogo fosse descontrolado, os índios estariam destruindo seu próprio esforço de roçar e plantar, inclusive o plantio de longo prazo. [...] Quando a época da queima se aproxima e é definido um *kapôt* (uma franja de cerrado a ser queimada), os índios, em contrapartida, protegem os *apite* (ilhas de recursos), mais abundantes em oferta de plantas úteis e diversificadas²⁴⁵.

Após a colheita, a terra ficava em um período de descanso, para que se recompusesse a capoeira, que seria derrubada para uma nova sementeira. A policultura itinerante, sob o regime da queimada era praticada até pelo menos a segunda metade do século XX. Essa ocorria da forma descrita por Aristiliano de Oliveira Rocha, antigo morador da região: “esse ano faço ali, outro ano faço lá, e vai fazendo. Uma área grande de terra. Derrubava [...] tinha gente que derrubava mato, até pinheiro para fazer roça”²⁴⁶. Esse método, conhecido como coivara, quando praticado em regiões de baixa densidade demográfica, com possibilidade de amplos intervalos de descanso da floresta que poderiam chegar a algumas décadas, representa, conforme Emilio Moran, “um método sensato e barato para obter produtos vitais”²⁴⁷, pois por ser

²⁴⁴ LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**. São Paulo, ano 14, n. 40, p. 231-250, 2000, p. 244.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 235.

²⁴⁶ ROCHA, Aristiliano de Oliveira. 66 anos; ROCHA, Maria Moreira. 63 anos. Depoimento, 06 de abril de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

²⁴⁷ MORAN, Emilio F. Interações homem-ambiente em ecossistemas florestais: uma introdução. In: MORAN, Emilio F.; OSTROM, Elinor (orgs.). **Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edusp, 2009, p. 21.

praticado em pequenas dimensões, permite uma recomposição mais fácil do solo pela absorção de suas cinzas²⁴⁸.

Como os animais eram criados soltos, nas áreas destinadas a plantação, as roças eram cercadas, em muitos casos empregando tábuas lascadas de pinheiros, os chamados rachões, que eram feitos, segundo Nair Ribeiro do Prado, da seguinte maneira: “era cortado o pinheiro para fazer rachão, cortada a imbuia para fazer os palanques. As mangueiras eram fechadas de rachão. Daí tinha a tronqueira, era botado um pau grosso [...]”. Os rachões deveriam ser altos, para evitar a invasão de animais, como porcos criados à solta ou mesmo animais nativos de maior porte, caso contrário, “os veados iam no feijão. Ih, entravam dentro das roças, quando a gente via estavam lá dentro”²⁴⁹.

Outras técnicas mais simples eram adotadas, como a trincheira, que consistia em um buraco escavado que rodeava a roça, como relata Sebastião Celso Abrão em relação a propriedade de sua família: “fechava a roça para os porcos não entrarem, fazia cerca em roda. [...] fechava de trincheira, nem era de rachão, fazia uma coivara na roça”²⁵⁰. As imensas araucárias existentes também poderiam ser aproveitadas de outra forma que não a fabricação de rachões para cercar a plantação. Segundo Sebastião Andrade dos Santos elas poderiam ser aproveitadas inteiras, apenas derrubando algumas árvores escolhidas para delimitar o perímetro da roça:

a minha família, vi eles derrubando pinheiro, mas pinheiro de um metro, um metro e meio de diâmetro, derrubavam um pinheiro com a copa de um no toco do outro, fechavam uma área e faziam roça de milho, de feijão e plantavam também abóbora, aipim, essas coisas. Mas no sistema indígena mesmo, roça de queimada. Para cercar o próprio boi, o próprio porco era feita essa cerca para os animais não entrarem²⁵¹

Essa divisão espacial dos Campos para a pecuária e as florestas para as roças, era uma das principais características do espaço rural

²⁴⁸ LEONEL, Mauro. *Op. Cit.*, p. 245.

²⁴⁹ PRADO, Nair Ribeiro do. 63 anos. Depoimento, 27 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

²⁵⁰ ABRÃO, Sebastião Celso. 59 anos Depoimento, 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

²⁵¹ SANTOS, Sebastião Andrade dos. 56 anos. Depoimento, 4 de setembro de 2006. Fraiburgo: Entrevistador: Marlon Brandt

planaltino, visto tanto na estrutura das grandes fazendas quanto nas áreas ocupadas sitiantes que viviam nas áreas de florestas marginais aos Campos.

2.2 ESTRUTURA DAS FAZENDAS

Avé-Lallemant registrou da seguinte forma a predominância da pecuária na paisagem dos Campos em sua passagem pela região de Lages em 1858: “colinas sucedem-se a colinas, uma encosta relvada domina a outra, uma cadeia de serras segue a outra; tudo é uma confusa terra de pasto [...] ou tudo é coberto de densas matas de araucária”²⁵². Nesses espaços encontravam-se imensas fazendas, que poderiam ocupar dezenas de quilômetros quadrados, com uma pecuária extensiva e de pouco manejo. Pouco mais de um século depois a predominância da pecuária, bem como suas técnicas de criação persistia em grande parte dos espaços rurais dos Campos do planalto catarinense, registrado entre os anos de 1942 e 1943 pelo geógrafo Victor Antônio Peluso²⁵³.

Natural de Florianópolis, Peluso residiu no município de Lages na década de 1930 a trabalho, o que lhe trouxe um amplo conhecimento da região em virtude de suas atividades. Em 1947 é publicado o artigo *Paisagens catarinenses*, em uma série de quatro partes publicadas nos quatro primeiros volumes de uma publicação do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, o *DEGC Boletim Geográfico*²⁵⁴. Após uma breve caracterização física e humana do Estado, duas áreas são tratadas pelo autor em “pequenos estudos de detalhe”: a Lagoinha no Sul do Estado e o Planalto de São Joaquim.

Na paisagem do Planalto de São Joaquim descrita por Peluso vigoram as permanências, as formas de longa duração, sedimentadas durante mais de dois séculos onde a principal atividade econômica se baseava na criação de gado. Assim, ao analisar a situação fundiária da região, seu estudo centrou-se no caso da Fazenda do Cedro, que a seu

²⁵² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p. 53-54.

²⁵³ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/Fcc, 1991, p. 95.

²⁵⁴ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Paisagens Catarinenses. **DEGC Boletim Geográfico**, Florianópolis, n. 1, janeiro de 1947, n. 2, julho de 1947 e n. 3, janeiro de 1948. Essa série de artigos foi compilada junto com outros trabalhos do autor no livro *Aspectos geográficos de Santa Catarina*, publicado em 1991. Por uma questão de facilidade maior de acesso, as referências dessa pesquisa serão dadas pelo livro. PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*

ver apresentava “as condições da pecuária em sua condição primitiva”²⁵⁵. Na década de 1940 a Fazenda do Cedro era a maior propriedade pastoril do município, com uma área superior a 7.000 hectares, ocupando 73.987.000 m², dos quais 68.287.000m² encontravam-se em uma única gleba. Sua formação resultava da herança paterna do proprietário, o Coronel Manoel Pinto de Arruda, por outras heranças que totalizaram 1.000 hectares e o restante foi obtido mediante compra. Na época dentre as 1.859 fazendas de criação da região, somente 67 possuíam mais de 1.000 hectares, resultado da subdivisão das fazendas. A fazenda encontrava-se distante dos meios de comunicação devido as condições geográficas do local, que se situava no vale do rio Canoas, nos distritos de Urupema e Urubici, uma área de terreno acidentado ao qual os caminhos que eram abertos o evitavam. Estradas recentes passavam a aproximadamente 20 quilômetros da fazenda, o que poderia facilitar, a partir de então, tanto o escoamento da produção quanto a comunicação dos moradores da fazenda com as cidades próximas²⁵⁶.

Essa dimensão, juntamente com o isolamento, fez com que a fazenda fosse para o autor, um “ponto de partida de qualquer estudo sobre a exploração pastoril na região. Conservada afastada das vias de comunicações, mantém, tanto quanto possível, a tradição dos primeiros povoadores do planalto”²⁵⁷. Seu acesso era restrito pelo Oeste, vindo de Lages, pois, embora próxima ao litoral, por estar nas bordas da Serra Geral, sua ligação, na época, pouco se diferia da realizada pelos primeiros tropeiros que vinham do litoral no século XVIII.

Encontravam-se na fazenda um mosaico de Campos e Floresta Ombrófila Mista. Havia uma compartimentação do espaço segundo suas aptidões agrícolas. Os Campos, encontrados nas áreas mais altas e com solo mais raso, eram dedicados a pecuária, a principal atividade econômica da fazenda, enquanto no vale do Canoas, onde dominava a floresta, encontravam-se as áreas agrícolas. A fazenda era dividida em invernadas medindo entre 100 e 500 hectares, cercadas por taipas, que separavam o gado conforme as condições exigidas, como a comercialização de um lote de bois. O mercado consumidor para o gado criado na fazenda se encontrava no litoral catarinense, onde eram comercializadas a carne e o couro. Esse gado, que nascia e crescia na propriedade, possivelmente era mestiço de raças europeias mais

²⁵⁵ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 99.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 99-100.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 95.

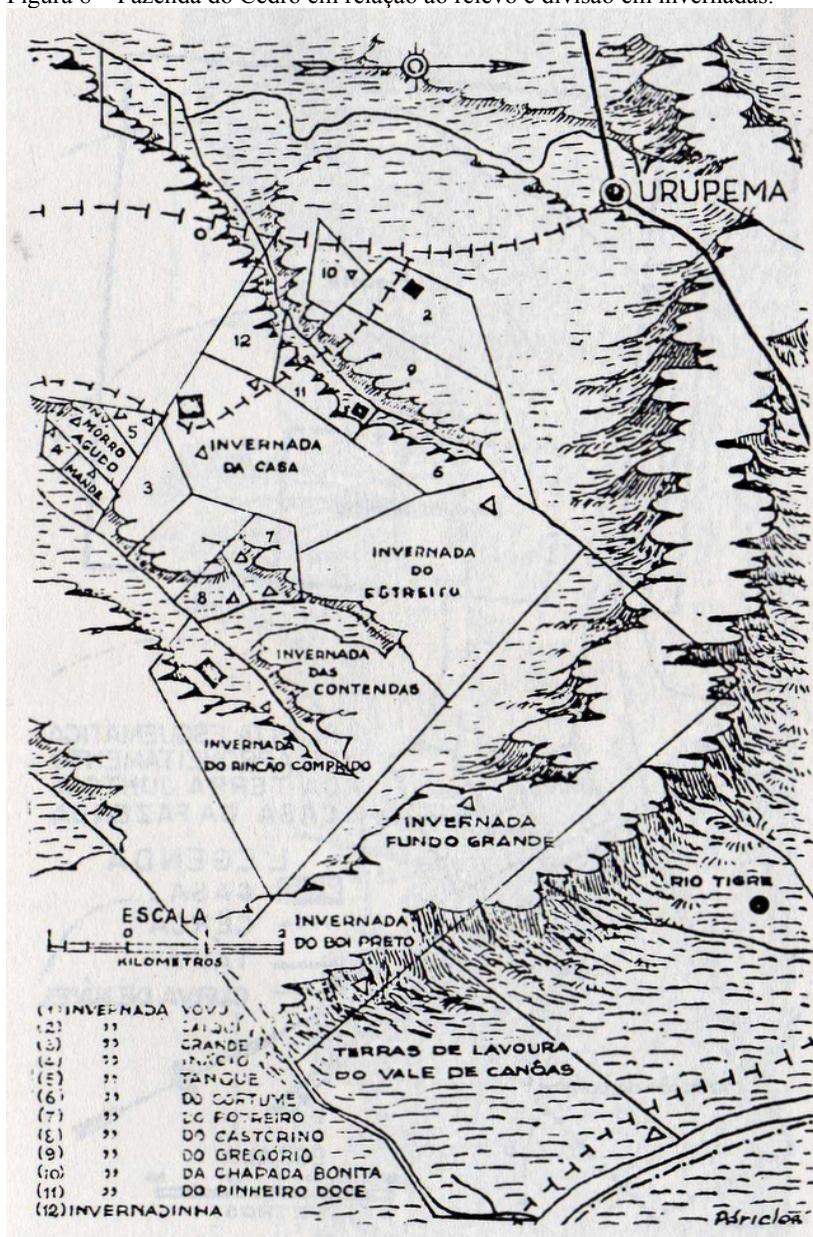
recentes, trazidas na região desde o início do século XX, com animais remanescentes ainda dos tempos dos jesuítas. Pastavam na propriedade pouco mais de 1.200 cabeças de gado, das quais geralmente 100 a 150 eram comercializadas anualmente²⁵⁸.

Na Fazenda do Cedro, viviam na propriedade não apenas o proprietário e seus filhos solteiros, mas também filhos casados e genros, que construíam suas casas em uma distância que permitia manter o controle da propriedade e do gado. Quinze famílias de agregados encontravam-se espalhadas pela fazenda, que zelavam pelas invernadas próximas de onde viviam.

Para ilustrar a divisão espacial da fazenda, Peluso valeu-se da elaboração de plantas esquemáticas, que indicam a localização espacial das invernadas, bem como detalhes em maior escala, da residência do fazendeiro e filhos e genros do proprietário. A disposição das invernadas em relação ao relevo e aos rios pode ser observada na Figura 8. Com o auxílio dessas plantas pode-se ter uma ideia do arranjo espacial, bem como da paisagem da fazenda, dominada por amplas áreas de invernadas, em número de doze, que se dispunham sobretudo nos espaços mais altos e formados por Campos. A floresta, próxima as áreas de rios, como o Canoas e seus afluentes, ocupava um papel secundário dentro dessa estrutura, sendo destinadas a lavoura, como no caso das áreas marginais ao rio Canoas.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 99.-108

Figura 8 – Fazenda do Cedro em relação ao relevo e divisão em invernadas.

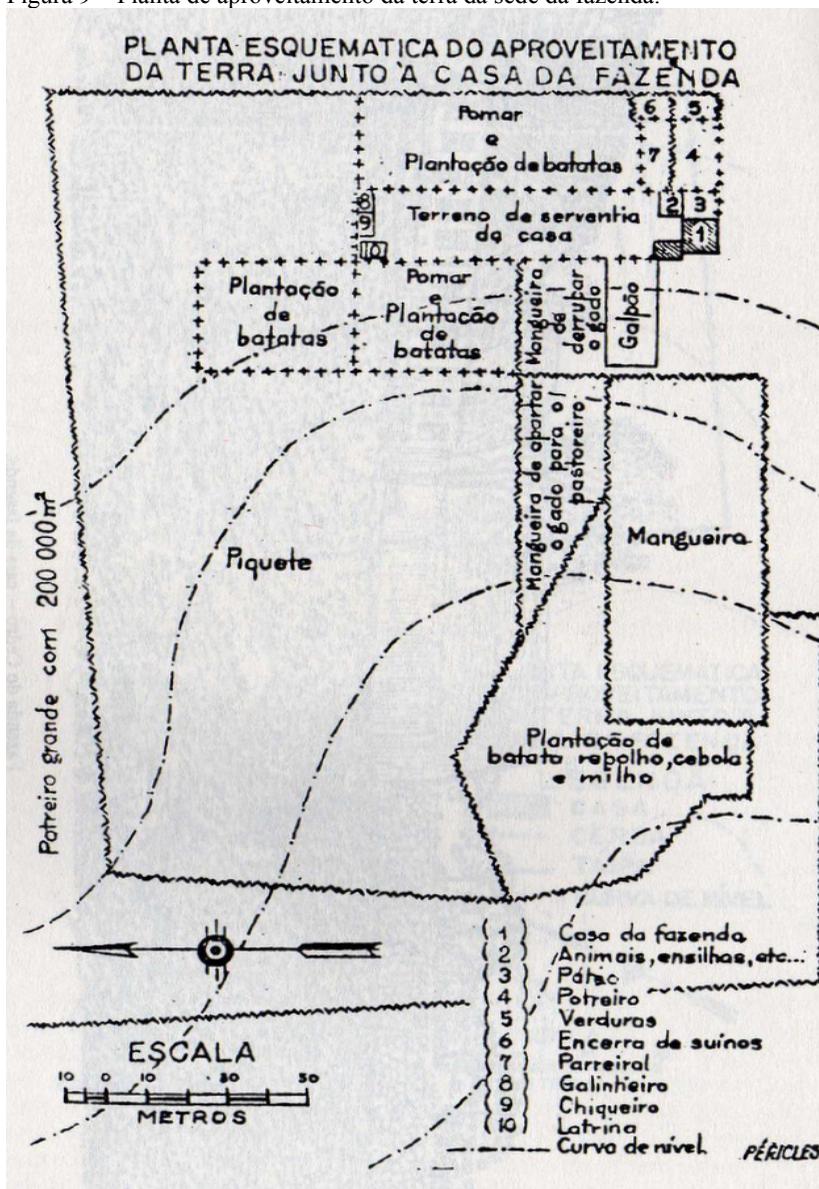


Fonte: PELUSO, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 101.

Salvo a residência do proprietário, que possuía recurso para captar água a maiores distâncias, o que permitia sua localização em uma área de campo, as demais dependiam da sua proximidade, estando assim dispostas próximas às nascentes das áreas de florestas. As florestas que se dispunham ao redor das casas foram também convertidas em áreas agrícolas, onde plantavam, por exemplo, milho e batata.

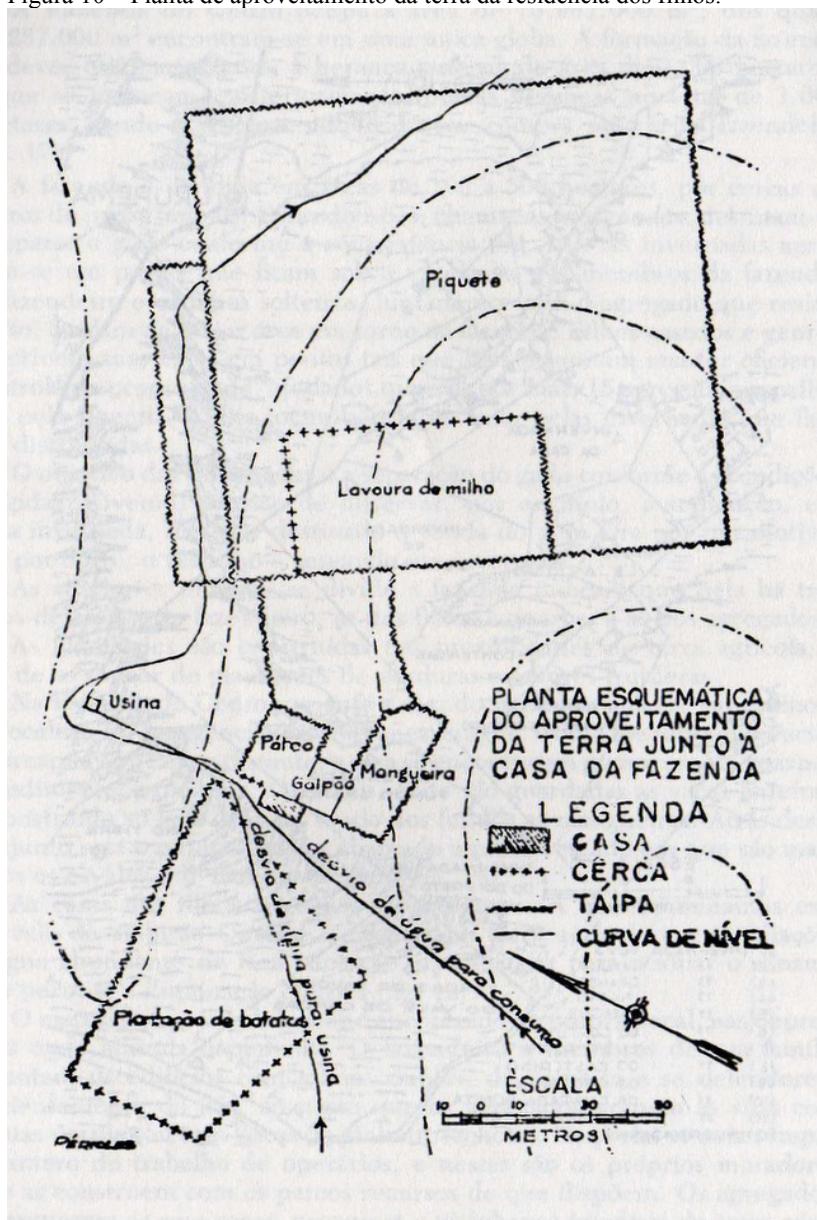
Na residência do proprietário encontravam-se um piquete com mais de 20 hectares, mangueiras para o manejo do gado, um galpão, onde se encontravam as vacas leiteiras, um galinheiro e uma pequena encerra com porcos. Ao redor eram cultivadas algumas plantações e pomares sendo a maior dedicada ao milho, cebola e batatas, conforme pode ser observado na imagem da Figura 9. A casa dos filhos, que se encontra na planta da Figura 10, localizava-se em área de terra agrícola, com fácil acesso a água, que também servia para alimentar um pequeno dínamo que fornecia eletricidade. Os agregados, no entanto, não possuíam esses confortos, e alguns sequer possuíam plantações de verduras próximas a casa.

Figura 9 – Planta de aproveitamento da terra da sede da fazenda.



Fonte: PELUSO, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 102.

Figura 10 – Planta de aproveitamento da terra da residência dos filhos.



Fonte: PELUSO, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 104.

O material empregado por excelência nas construções das residências do proprietário, de seus filhos ou agregados era a madeira, abundante nas margens dos rios. A não ser em algumas residências de regiões como a Coxilha Rica, em Lages, onde se construíam casas de alvenaria desde o século XIX, o emprego da madeira, tanto na residência quanto na mobília, pouco se diferenciava do registrado por Avé-Lallemant, a respeito da residência de um fazendeiro da região: “a construção interior da casa era genuinamente nacional, e madeira de araucária. Soalho, portas, paredes, teto, mesas, banco, tudo asseado e variadamente ornado, feito de tábuas e traves de pinho”²⁵⁹. Madeira que servia também para a construção de cercas que separavam as mangueiras e currais que ficavam próximos da residência do fazendeiro. A separação dessas mangueiras demandava um amplo uso de madeira, uma vez que seu custo era muito menor do que se empregassem arame. Exemplos desse emprego podem ser visualizados na divisão da Fazenda Dois Irmãos, de Curitiba, em 1924, na Figura 11 e na Fazenda Boa Vista, em Campos Novos, na Figura 12. Nas imagens percebe-se o galpão da fazenda e as mangueiras, onde praticamente tudo na construção dependia do emprego da madeira da região, inclusive as telhas de tábuas lascadas do galpão. Ao fundo também é possível vislumbrar as pastagens:

Figura 11 – Fazenda Dois Irmãos, Curitiba, em 1924.



Fonte: acervo do Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza.

²⁵⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p. 63.

Figura 12 – Fazenda Boa Vista, Campos Novos, década de 1930.



Fonte: acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental – Universidade Federal de Santa Catarina.

Se no século XVIII e primeira metade do século XIX a criação dos Campos catarinenses possuía como principal destino o Sudeste e a capital de Santa Catarina, a colonização do Sul do país, deu origem a um novo mercado consumidor em expansão, onde passaria a ser direcionada parte da produção animal²⁶⁰.

O comércio de mulas, entretanto, permanecia sendo realizado com a região sudeste. O trajeto que os animais percorriam até São Paulo ocorria de maneira semelhante ainda na primeira metade do século XX no planalto de Santa Catarina. Atividade cujo capital acumulado possibilitou a aquisição de terras por muitos tropeiros que passaram a se instalar na região. Ivadi de Almeida comenta que seu bisavô, nascido em Sorocaba, era um tropeiro e criador de burros e mulas ao se estabelecer na região de Curitibaanos. Em seu depoimento relembra as atividades empreendidas por seu bisavô no século XIX, que adquiria os animais no sul, permanecendo um tempo invernado nas terras da família, para adquirir peso, sendo mais tarde comercializado. No caso dos muares, o principal centro comprador era São Paulo enquanto o gado era comercializado principalmente no litoral catarinense:

²⁶⁰ BOITEUX, José. **O Estado de Santa Catharina na Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro: Alexandre Borges & C, 1912, p. 31.

Era bom negócio criar burro e cavalo, se criava muito cavalo e burro. [...] nosso local de venda era o litoral, mula era só em São Paulo. [...] para as lavouras de café. Eu fui tropeiro de burro, meu bisavô foi tropeiro de burro, meu pai também. Eu sou o ultimo tropeiro de burro vivo de Curitibanos. Aqui tinha mais tropeiros. E gado a gente vendia pro litoral e pra região de Blumenau e essa gente se alimentava bem, era um bom lugar para vender carne, vendi muito²⁶¹.

O mesmo ocorria em Campos Novos, como no caso do pai de Dilceu Granzotto, que iniciou as atividades de criação a partir do comércio de animais: “meu pai comprava mula do Rio Grande do Sul e vinha até Campos Novos. O pai comprava, a cada 100 mulas que o pai trazia ganhava 5 de lucro, trazia lá da fronteira. Saía com 100, 200 mulas”²⁶².

O Vale do Itajaí, cuja colonização passou a ocorrer a partir de 1850, teve a comunicação com o planalto aberta em 1867, subindo o rio Itajaí-Açú e depois o Itajaí do Oeste, transpondo a seguir a serra com destino a Curitibanos. O caminho de tropas, a partir de 1874, alargou a picada²⁶³. Este fluxo de tropas possuía caráter regional visando atender as necessidades da colônia, tanto para a venda de sua produção quanto para o atendimento do mercado local.

O nascente processo de urbanização dos núcleos coloniais do Vale do Itajaí, cujo desmembramento de Blumenau deu origem mais tarde a municípios como Rio do Sul, Indaial e Ibirama, impulsionou o fluxo de animais e mercadorias a região. Nesses núcleos urbanos surgiram diversas iniciativas industriais, muitas delas de produção de derivados de carne bovina e suína, que contavam com um mercado consumidor local, formado pelos moradores das áreas urbanas da região²⁶⁴.

A compra dos animais que seriam comercializados na região poderia ocorrer tanto no Estado, na volta, passando por Lages, por exemplo, quanto em outras áreas de criação como no Rio Grande do Sul. É o que relata, por exemplo, Dilceu Granzotto em relação às

²⁶¹ ALMEIDA, Ivadi. Entrevista citada.

²⁶² GRANZOTTO, Dilceu. Entrevista citada.

²⁶³ PELUSO Júnior, Victor Antônio. *Op. Cit.*, p. 165.

²⁶⁴ MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplan, 1986, p. 104

tropeadas de gado realizadas na região por sua família ainda em meados da década de 1940:

Vendia gado gordo, em Joaçaba tinha um frigorífico e serra abaixo, tropeava o gado gordo, tropa de boi gordo, tinha frigorífico em Blumenau, até Florianópolis. Eles levavam tropa de boi gordo serra abaixo e na volta passavam por Lages, São Joaquim e compravam gado de cria e traziam e vendiam para os fazendeiros daqui. [...] Trazia muito gado do Rio Grande para engordar. [...] Comprava em Vacaria, Esmeralda, ia para frente, passava a nado, aqui no Rio Pelotas, cento e tanta duzentas vacas de cria, ia tropeando²⁶⁵.

O Vale do Itajaí era também o centro consumidor do queijo produzido no planalto e o principal centro comercial, onde produtos que não eram encontrados na região poderiam ser adquiridos, como aponta o depoimento de Aldair Goeten de Moraes:

Eles faziam muito queijo e esses queijos a principio eram vendidos em Blumenau. Quando eles desciam eles buscavam os viveres que não produziam aqui. Eles levavam queijo, crina de cavalo, que era valorizado. Égua de cria não era encilhada, então eles deixavam crescer e cortavam. Aqui em si não tinha erva-mate, mas onde tinha eles vendiam²⁶⁶.

Com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a consolidação da colonização do Vale do Rio do Peixe, a partir da segunda década do século XX, após o conflito do Contestado, muitos animais passaram a ter também como destino os nascentes núcleos coloniais surgidos às margens da ferrovia. O escoamento da produção para a região visava tanto o consumo local, sendo comercializado em açougues e empresas produtoras de banha e derivados de carne suína e bovina, quanto a comercialização destinada ao mercado das grandes cidades do Sul e Sudeste do país²⁶⁷.

²⁶⁵ GRANZOTTO, Dilceu. Entrevista citada.

²⁶⁶ MORAES, Aldair Goeten de. 64 anos. Depoimento, 16 de março de 2010. Curitibaanos. Entrevistador: Marlon Brandt.

Atuavam também na região diversos comerciantes de compra e venda que adquiriam a produção não apenas dos colonos, mas também dos criadores de gado da região. Produtos como queijo, couros, lãs, crina, cera, banha, toucinho, bois e porcos vivos eram negociados e exportados via férrea. A compra era realizada em muitos casos na base da troca por tecidos, calçados, ferramentas, bebidas, louças e armarinhos em geral²⁶⁸. A comercialização da produção poderia ocorrer também com base da troca com tropeiros de mulas que percorriam os caminhos da região. Os demais itens, sobretudo relacionados à alimentação, eram todos produzidos localmente, tanto por sítiantes independentes, quanto pelas fazendas pastoris, onde os agregados desempenhavam um importante papel, cujo excedente de suas lavouras também poderiam ser comercializados.

2.3 MÃO-DE-OBRA DAS FAZENDAS E PERFIL DA POPULAÇÃO

A mão-de-obra empregada nessas fazendas era composta por peões agregados e escravos, até 1888, e a partir de então muitos permaneceram nas fazendas como agregados. Trazidos pelos tropeiros e fazendeiros que se instalaram na região, os escravos eram utilizados tanto nas atividades domésticas quanto nas lides campeiras. Embora seu número não fosse tão significativo, se comparado a outras regiões do país, sobretudo as de produção açucareira, mineira e mais tarde cafeeira, esse relativo reduzido número de escravos, de acordo com autores como Licurgo Costa, e o médico Aujor Ávila da Luz, por exemplo, seriam responsáveis pelo pequeno número de habitantes negros no planalto catarinense. Isso porque, nas palavras do último autor, “a pecuária, por longo tempo a única ocupação do homem do planalto, não necessitava de muitos escravos”²⁶⁹. No entanto, como apontam Paulo Pinheiro Machado e Frank Marcon, não é possível considerar o contingente de

²⁶⁷ ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999, p. 19-26. MAMIGONIAN, Armen. *Op. Cit.*, p. 104.

²⁶⁸ Nos arquivos do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza encontram-se algumas notas referentes a venda da produção de queijo de Carlos Goeten com o comércio de Antonio Paschoaletto e Filho. Na nota, de 11 de janeiro de 1933, 218 quilos de queijo foram vendidos, levando Goeten em troca sal, uma peça de seda e vinho, ficando com uma certa quantia em haver do comerciante. NOTA de compra e venda de de Carlos Goeten com o comércio de Antonio Paschoaletto e Filho, de 11 de janeiro de 1933. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza.

²⁶⁹ LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 1999, p. 68.

negros e afrodescendentes no planalto utilizando apenas como referência o número de escravos²⁷⁰.

Em 1840 Lages, para uma população de 2.713 pessoas, possuía 290 escravos,²⁷¹ proporção que se manteria com o Censo de 1872, onde é possível verificar que o planalto catarinense, na época compreendendo Lages, Curitiba, Campos Novos e São Joaquim, possuía menos de 15 mil habitantes. Destes, 10,9% eram escravos, classificados entre “negros e pardos”, enquanto a população livre, composta por 89,1%, estava dividida em “pardos”, com 28,05%, “pretos”, com 2,98% e os “caboclos” com 3,24%. Números que somados à população escrava, totalizavam 45,17% da população enquadrada como “não-branca”²⁷². Seria assim o número de pessoas de ascendência africana miscigenada maior do que a considerada pelas produções ditas tradicionais, fato que contribuiu desta forma para uma maior invisibilidade desta população no planalto²⁷³.

Outro importante grupo que compreendia a força de trabalho empregada na fazenda eram o dos agregados. Os agregados moravam “de favor” nas terras do fazendeiro, caracterizando uma dependência com o proprietário que lhe concedia o direito de morar e usufruir de uma parte das terras, em troca de trabalho e da prestação de serviços temporários, pelos quais poderia ser remunerado, que poderia ser em gado, tornando o agregado também um criador. Na fazenda lidavam com o gado, participavam das tropeadas, construía taipas, currais, cuidavam da segurança da fazenda, dentre outros afazeres. Viviam com

²⁷⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 65; MARCON, Frank. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. In: HEINSFELD, Adelar (org). **A região em perspectiva**: Diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001. Autores como Frank Marcon e Élio Cantalício Serpa fazem uma crítica a visão historiográfica tradicional que, além de invisibilizar a presença de afrodescendentes no planalto, construiu a ideia da relação senhor/escravo como sendo mais branda do que a praticada no resto do país, como afirma Licurgo Costa, para quem “o trato dado aos escravos pelos fazendeiros, proprietários da quase totalidade deles, sempre foi benigna, humana e afável”. O que Serpa contesta, através de fontes judiciais, demonstrando também a existência de confrontos e violências. COSTA, Licurgo (1982a). *Op. Cit.*, p. 189. SERPA, Élio Cantalício (1994). *Op. Cit.*, p. 18.

²⁷¹ SANTA CATARINA. **Falla, que o Presidente da Província de Santa Catharina, O Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, dirigio à Assembléa Legislativa**, em 1º de março de 1841. Desterro: Cidade do Desterro Typographia Provincial, 1841, documento nº 15.

²⁷² MARCON, Frank. *Op. Cit.*, p. 52.

²⁷³ MARCON, Frank. *Op. Cit.*, p. 52. Para Ilka Boaventura Leite, “o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade”. LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 41.

suas famílias, construindo uma pequena casa de tábuas lascadas de pinheiro, mantendo uma pequena roça²⁷⁴.

Agregados e escravos que, além da lida pastoril, atuavam como uma espécie de milícia particular, como aponta Duglas Teixeira Monteiro, se referindo a defesa contra incursões indígenas e mesmo em eventuais conflitos com outros ocupantes, onde em muitos casos “somente pela exibição de poder ou pelo uso efetivo da violência, eram respeitados os limites das glebas apropriadas ou era possível a expansão de novas áreas”²⁷⁵. Agregados e peões cuja origem, em muitos casos, remonta ao início da ocupação quando vieram acompanhando os primeiros fazendeiros, podendo ser descendentes de luso-brasileiros, indígenas ou africanos, porém conhecidos, em sua maioria, como caboclos. Outros, no entanto já viviam nas terras, tornando-se agregados somente mais tarde.

Ainda nos tempos das sesmarias, muitas das terras existentes nos campos do planalto, que inicialmente foram apossadas, seriam alvo de apropriações. Não apenas na região, mas em todo país, conforme José de Souza Martins, “não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos”. Os posseiros que nestas residiam e que passaram a constituir fazendas de criação, acabavam dependendo do fazendeiro para permanecer ou não naquelas terras, a partir de então na condição de agregados²⁷⁶. Criou-se deste modo, segundo Neusa Bloemer, uma relação de “viver de favor”, caso permanecessem nas terras, criando-se assim “uma relação não só de dependência, mas também de lealdade a quem teoricamente os ‘amparava’”²⁷⁷.

Mesmo existindo, ao menos até o início do século XX, imensas áreas de terras devolutas, muitas com manchas de Campos, que poderiam ser simplesmente ocupadas pelos agregados ou peões, tornando-se independentes, as relações entre os fazendeiros, agregados e peões permaneciam. Como aponta Paulo Pinheiro Machado em relação a subordinação desses grupos aos fazendeiros, as relações sociais praticadas, “eram sentidas como costumeiras e naturais pelas pessoas”.

²⁷⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 66; PELUSO Júnior (1991). *Op. Cit.*, p. 113.

²⁷⁵ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974. Série Universidade, n. 2, p. 19.

²⁷⁶ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 35.

²⁷⁷ BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000., p. 53.

Segundo o autor, apoiando-se em Edward Palmer Thompson, estas, “como relações de produção, são experiências socialmente compartilhadas”²⁷⁸, sendo reguladas por certas práticas, normas e costumes, impossíveis de serem apreciadas somente pelo viés econômico.

Embora não fossem escravos ou servos, peões e agregados estavam submetidos ao poder dos grandes fazendeiros através de um conjunto de laços de lealdade, compadrio e obrigações. Quase sempre agregados e peões nasciam e morriam trabalhando na mesma propriedade. O que poderia ocorrer, caso saíssem sem o consentimento do fazendeiro, frequentemente seu parente por compadrio, era fazer uma “desfeita”, uma traição, se visto pelos olhos da época, reprovada tanto pelos seus semelhantes quanto pelos fazendeiros da região.

Muitos agregados poderiam deixar as fazendas pelo aumento dos animais de sua propriedade, ou pelo crescimento populacional e a partilha entre herdeiros. Era costume na região que os agregados possuíssem um pequeno rebanho, formado das crias de reses ganhas “de presente” do proprietário da fazenda. Se, com o passar dos anos, o número de cabeças do rebanho fosse considerado excessivo, o fazendeiro mandava o agregado se mudar, buscando terra própria, onde “virava criador, tornava-se independente, passava a viver – como se dizia – sobre si”, ou vender o excesso de animais²⁷⁹. As fazendas não poderiam suportar o aumento gradativo dos animais das famílias ou dos agregados. Além desse crescimento, o processo de fragmentação do domínio das fazendas entre herdeiros, tornando as propriedades menores, não comportavam muitas famílias trabalhando nas terras, situação que se agravaria a partir do século XX, fazendo com que muitos desses agregados partissem em busca de uma nova fazenda ou de novas terras.

A ocupação do planalto, se ocorria preferencialmente nas áreas de Campos com melhor qualidade, próximos aos caminhos de tropas ou em áreas com acesso facilitado em suas ramificações, passou também, na medida em que a região se povoava, a ocupar espaços cada vez mais distantes, interiorizando o povoamento.

²⁷⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 95-96.

²⁷⁹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaios, n. 23, p. 30

2.4 CRESCIMENTO POPULACIONAL E INTERIORIZAÇÃO DO POVOAMENTO

O povoamento e a instalação das fazendas de criação em áreas de Campos, irradiava-se a partir das áreas mais propícias à criação, tanto pela qualidade das pastagens quanto pela localização, que possibilitasse o transporte mais fácil e rápido aos centros consumidores. O povoamento e a localização de algumas fazendas podem ser observados, por exemplo, em alguns mapas produzidos ao longo do século XIX que tratam da Província de Santa Catarina. Um desses mapas, datado de 1842, é o *Mappa Chorographico da Provincia de Santa Catharina*, elaborado pelo Major Engenheiro Carlos Van Lede. Os dados empregados na confecção do mapa, segundo consta no próprio, além das observações do autor, haviam sido obtidos de dados de militares da década de 1770 em diante, de jesuítas e expedições no início do século XIX. Esses dados eram, em sua maioria, da região litorânea do Estado, onde diversas vilas e povoados são indicados, enquanto o seu interior, onde atualmente se encontram a região Sul e o Vale do Itajaí, nas bordas do planalto eram até menos conhecidos que o planalto. Se neste existem algumas indicações de fazendas e caminhos, vários espaços do Sul e Vale do Itajaí eram nomeados como “sertões incultos”. “Incultos”, no caso, deve-se a ausência de ocupação europeia, uma vez que esse espaço era ocupado por diversos aldeamentos do grupo Xocleg. O mapa pode ser visto na Figura 13.

Figura 13 – *Mappa Chorographico da Provincia de Santa Catharina*, produzido pelo Major Engenheiro Carlos Van Lede em 1842.

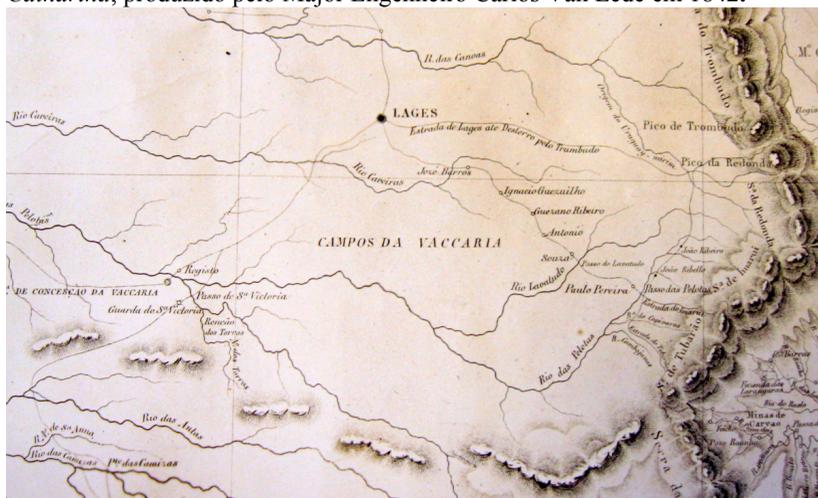


Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná.

O mapa é importante ao indicar algumas áreas de fazendas, que poderiam ser utilizadas como referência para pouso e internada por viajantes e tropeiros que percorressem a região. São poucas as menções ao relevo, onde constam apenas as bordas da serra. No mapa são

indicadas informações úteis a um viajante que percorresse aquele espaço, como principais rios que eram cruzados pelos diversos caminhos existentes. Dentre os aspectos relacionados a vegetação, apenas são vistas as áreas que formavam os “Campos da Vaccaria” e os “Campos de Cima da Serra” pela sua importância econômica, pois eram neles e nas vilas formadas em função da pecuária é que se encontrava toda a “civilização” do planalto. No mapa, com informações de 1842, existem menções a Fazenda Grande, além de nomes de alguns fazendeiros, como João Ribeiro, Antônio Souza, Guezano Ribeiro, Ignacio Guezilho e José de Barros, como pode ser visto do detalhe do mapa, que consta na Figura 14.

Figura 14 – Detalhe do *Mappa Chorographico da Provincia de Santa Catharina*, produzido pelo Major Engenheiro Carlos Van Lede em 1842.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná.

O viajante Robert Avé-Lallemant, após subir as bordas do planalto em direção a Lages, ao encontrar um desses mapas produzidos por Van Lede em uma fazenda local, destaca algumas de suas inexatidões, como a localização de alguns rios ou o desenho da serra. Esse, entretanto, teve suas informações utilizadas em outro mapa, que o viajante alemão utilizava, também com a localização considerada equivocada²⁸⁰. A distância entre essas fazendas no mapa permite, juntamente com o relato de Avé-Lallemant, inferir tanto a dimensão das

²⁸⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p. 66-67.

propriedades e a sua localização, quanto a baixa densidade demográfica da região na primeira metade do século XIX. Mesmo nas áreas com maior altitude, mais próximas da ligação com o litoral, já existiam fazendas, como a de José Joaquim Velho, distante aproximadamente 21 léguas, ou seja, quase 140 quilômetros de Lages, a qual o viajante faz o seguinte comentário:

A região que nos achamos chama-se Tijuca. A granja isolada, que consta de quatro edifícios e de uma multidão de cercados, pertencia a um senhor Joaquim Velho, chamado Juca Velho, que acabava de partir para Lages. A sua filha recebeu a carta do capitão Colaço que eu trouxera e atendeu prontamente o meu pedido de emprestar três cavalos até Lages, que ficava ainda a uma distância de vinte e uma léguas de distância de Tijuca. Dada a enorme extensão da propriedade, não era possível mandar apanhar os cavalos no mesmo dia²⁸¹.

A ampla extensão da fazenda, que tornaria difícil para os empregados capturar os animais, é destacada pelo viajante, onde o imenso rebanho também é comentado, situando-se em torno de 20.000 cabeças espalhadas por seus Campos.

Ao seguir viagem, Avé-Lallemant comenta que passou um dia todo sem encontrar qualquer pessoa nos Campos ou no caminho, encontrando, apenas no dia seguinte “numa pequena pastagem, uma choça. Ali pastavam ovelhas”. Essa choça, possivelmente de algum agregado, anunciava, pouco tempo depois, a chegada a uma fazenda, onde o viajante perguntou pela residência do Coronel Souza, possivelmente o mesmo Antônio Souza indicado no mapa de Van Lede, que se encontrava distante cerca de meia légua, ou 3.300 metros. Adiante é mencionada também a fazenda de Manoel Joaquim, onde de lá segue a Lages. Mesmo tendo omitido algumas fazendas vizinhas e casas de agregados por onde tenha passado nesses 140 quilômetros, vislumbra-se um quadro dominado pelas extensas fazendas pastoris, em uma região “cujo território municipal perfaz centenas de léguas quadradas com 8 ou 9 mil habitantes”²⁸².

²⁸¹ *Ibidem*, p. 53.

²⁸² *Ibidem*, p. 53-69.

Ao passar para a jurisdição catarinense, no ano de 1820, Lages possuía como território toda a extensão do planalto catarinense até a fronteira com a Argentina. Apesar de amplo, seu contingente populacional era reduzido, concentrando-se principalmente nas áreas de Campos e suas bordas. Pelos dados demográficos produzidos pelos Censos, é possível inferir o incremento populacional pelo qual a região passou entre o final do século XIX e início do século XX. A Tabela 2 apresenta a população total e o crescimento dos principais municípios planaltinos onde se encontravam as maiores manchas de Campos que se desmembraram de Lages, ou seja, Curitibaanos, Campos Novos, São Joaquim e Bom Retiro, entre os anos de 1840 e 1940:

Tabela 2 – Crescimento populacional da região dos Campos do Planalto

Municípios	Anos					
	1840	1872	1890	1900	1920	1940
Campos Novos	-	2136	4681	6636	16938	52689** *
Curitibaanos	-	2191	5420	6319	12673*	20486
Lages	2713	8498	14348	18875	37314	53697
São Joaquim	-	1731	4933	6738	12541	19692
Bom Retiro**	-	-	-	-	-	27842
Total	2713	14456	29382	38568	79466	174406

Fonte: Mensagem do presidente da Província de Santa Catarina em 1841, Documento nº 15 e Censos de 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940.

*Canoinhas desmembrou-se de Curitibaanos em 1911

** Bom Retiro em 1922 desmembrou-se de Lages e Palhoça

*** Campos Novos e Curitibaanos cederam parte de seu território para a emancipação de Caçador em 1934²⁸³.

Ao se observar o crescimento populacional desses municípios, Campos Novos destaca-se entre 1920 e 1940, mesmo com a emancipação de Caçador em 1934. Isso, contudo se deve principalmente a colonização por migrantes e imigrantes de origem alemã e italiana nas áreas de floresta do Vale do Rio do Peixe nos anos posteriores ao

²⁸³ SILVA, Fernando João da. **A divisão político-administrativa do Estado de Santa Catarina: do passado ao presente.** 2008, 255 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p. 80-88.

conflito do Contestado. Os demais também receberam migrantes e imigrantes nesse período, porém em menor fluxo. Porém a presença de alemães já se fazia sentir nas vilas e Campos do planalto desde o século XIX.

O movimento de ocupação territorial dos Campos do planalto catarinense a partir do século XVIII e início do XIX levou ao estabelecimento de novas fazendas, expandindo e interiorizando o povoamento. Registros de Vigários da década de 1850 forneciam alguns nomes de ocupantes de terras nos vales dos rios dos Patos e Correntes²⁸⁴. Porém, além desses moradores que promoverem o primeiro registro oficial, já existiam, como aponta Machado, “troyeiros, posseiros e lavradores anônimos que geralmente precedem a chegada do mundo oficial”²⁸⁵. Muitos desses registros já não se dirigiam somente às áreas de Campos, mas também aos faxinais e as florestas próximas, como é o caso de uma área de terras que hoje se localizam próximas ao Faxinal dos Domingues, no município de Fraiburgo:

Declaro no abaixo assignando que possuo huns faxinaes e mattos nesta Freguesia de Lages no Districto de Curitiba, cujos faxinaes e mattos forão por mim descobertos, e que confinão pela parte do Norte com terrenos de Gregorio Ferreira Maciel, pelo Leste com terrenos de José Custódio de Mello, e pelas partes do Sul e Oeste com o Sertão de mattos devolutos cujos faxinaes e mattos terão de extensão no fim comprimento de trez legoas e meia mais ou menos, e na sua largura huma e meia legoa.
Villa de Lages, 1º de Agosto de 1854. Ruberto Rodrigues Pereira²⁸⁶

A leitura desse registro de 1854, assim como de outros da época que tratam do município de Lages, indicam que tais terras já não se encontravam nos domínios naturais dos Campos, sendo somente compostas por “faxinaes” e “mattos”, e que, possivelmente, da mesma maneira que muitas terras vizinhas, tornaram-se áreas de campos ou de cultivo pela ação do machado e do fogo.

²⁸⁴ Registro n. 39, livro 08. Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁸⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. (2004). *Op. Cit.*, p.63-64.

²⁸⁶ Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12, livros 08, 09, referentes a Lages.

Outro aspecto que pode ser observado com a leitura do documento mencionado acima se refere ao termo “descobertos”. Percebe-se não apenas a ideia de que a região se encontrava erma, desocupada, cuja presença indígena era invisibilizada, mas também a do direito a terra pelo trabalho que se faz nela. A ideia de “descobrir” uma faixa de terra e garantir sua posse pode ser observada na ocupação dos Campos de Palmas, cujo exemplo foi citado no Capítulo 1, onde era ateadado fogo nestes, e também na memória de antigos moradores ao relatar sua vinda à região. Para Margarida Ribeiro, da fazenda Liberata, em Fraiburgo, “era o tempo em que se achava terra [...] no sertão era um tempo em que saíram campear o lugar da casa”²⁸⁷, enquanto para Joaquim Pereira Neto, a ocupação da região, no caso a localidade da Baía, ocorreu “no tempo em que o terreno não tinha dono [...] João Baiano foi possessor do lugar, ele não era dono”²⁸⁸.

Essas falas, herança dos tempos do regime sesmarial, quando fazendeiros, peões, agregados e escravos se dirigiam aos sertões sulinos, mesmo após a Lei de Terras de 1850, continuou norteando as concepções de acesso à terra por parte dessa população, pois, como afirma Edward Palmer Thompson, “a memória popular, especialmente numa sociedade pré-alfabetizada, é extraordinariamente duradoura”²⁸⁹. Assim, se baseando nas ideias de José de Souza Martins sobre o processo de povoamento nas regiões de fronteira, quando um possessor, no caso um recém-ocupante de campos e florestas do planalto “descobre” novas terras ou as requer, após anos de posse mansa e pacífica, “ele o faz invocando o direito que teria sido gerado pelo trabalho na terra”. Essa concepção, segundo o autor, de que é necessário ocupar as terras com trabalho, derrubando a floresta para a lavoura ou criando animais, antes mesmo de obter o reconhecimento do direito, era próprio do regime sesmarial, e este princípio continuou norteando a concepção de direito à terra de ricos e pobres “e, em muitos casos, norteia até agora”²⁹⁰.

Os posseiros tinham a concepção de que o trabalho gera propriedade sobre seus frutos, o que se caracteriza, de acordo com

²⁸⁷ RIBEIRO, Margarida. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

²⁸⁸ PEREIRA NETO, Joaquim. 64 anos; PEREIRA NETO, Olídia. Depoimento, dezembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

²⁸⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 177. MARTINS, José de Souza (1996). Op. Cit., p. 43.

²⁹⁰ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 43.

Martins, como sendo próprio desse antigo regime fundiário. Nesse sistema “o *domínio* estaria separado da *posse*. O domínio era da Coroa”. Quando o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou de obter renda para pagar tributos, esta terra se tornava devoluta, ou realenga, isto é, pertencente ao rei. Poderia, assim, ser novamente distribuída pelo representante da Coroa. Para isso bastava que alguém a ocupasse e depois a requeresse, o que ocorria frequentemente, pois “o trabalho de fato gerava direito sobre bens produzidos e sobre a terra beneficiada, ou melhor, sobre o benefício incorporado à terra”. Essa persistência de antigas concepções em relação a posse e uso da terra eram um dos motivos pelo qual o vocabulário e o imaginário monárquicos foram tão fortes na região antes e mesmo depois da Guerra do Contestado. Isto não se deve apenas a arcaísmos religiosos, “mas também a uma concepção de direito muito próxima dos pobres: a dos direitos (de uso) gerados pelo trabalho em oposição aos direitos (de propriedade) gerados pelo dinheiro”²⁹¹.

Outras fazendas passam a se constituir nessas áreas, formadas por Campos e/ou faxinais, muitos deles abertos ou ampliados pela ação humana em meio a uma espessa floresta entre os vales do rio do Peixe e rios tributários do Marombas, como era o caso da Fazenda Butiá Verde. Situada entre os campos de Curitiba e os campos do Espinilho, a Fazenda Butiá Verde, foi concedida pelo Estado de Santa Catarina, no ano de 1864, para Eugênio Frederico Seiblit, compondo uma área de 26.944.750 braças quadradas, ou seja, 82.235.377 metros quadrados, que equivalem a aproximadamente 8.223 hectares. Essas terras, possuidoras de “campos, fachaes, pastagens, matto e terras de cultivo”, foi vendida, no ano de 1896, ao Coronel Zacharias de Paula Xavier, de Curitiba, que incorporou mais tarde outras faixas de terras à fazenda²⁹².

²⁹¹ *Ibidem*, p. 44.

²⁹² No registro também, constam dois nomes para a fazenda Butiá Verde e Campos do Nascimento. Porém em futuras transações de compra e venda o segundo nome caiu em desuso. Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina. Zacharias de Paula Xavier era irmão do também Coronel Artur de Paula, que atuou em favor do Paraná na disputa pelas terras situadas entre Timbó e Canoinhas. **O Dia**. Florianópolis, ano 14, n. 7.414, 14 de janeiro de 1914, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Thomas Burke confunde informações e não cita as fontes obtidas sobre as fazendas Butiá Verde, da família Deus e de Zacharias de Paula Xavier, considerando que estas seriam apenas uma. Ao mencionar sobre a ocupação da região de Fraiburgo, comenta o autor que “‘Butiá Verde’, com uma área de 696.960.000 m², fora adquirida por usucapião em 1920 por Benedicto de Deus e outros, passando depois para Zacaria de Paula, residente em Curitiba”. BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994, p. 7. A ação de usucapião foi movida

Essa fazenda desempenhou um importante papel na campanha militar durante a Guerra do Contestado, pela proximidade com a região do Taquaruçu, distante não mais que 20 quilômetros. A fazenda servia tanto ao acampamento de tropas quanto ao sustento dos sertanejos que arrebanhavam o gado da fazenda, como era o caso do piquete de Venuto Baiano, uma das lideranças sertanejas, que, conforme o jornal *O Dia*, de 16 de janeiro de 1914, percorreu, junto com 36 homens, as terras da fazenda Butiá Verde campeando gado para levar ao reduto²⁹³. Incurções que são também mencionadas pelo Capitão Vieira da Rosa, “nos sertões de Botiá Verde, em continuas e fructuosas explorações”. Os sertanejos iam “levando para o reducto as ultimas cabeças de gado alli existentes, resto de uma fazenda de mil e quinhentas rezes”²⁹⁴, comentando em outra passagem que

da fazenda outrora povoadissima de Zacharias de Paula nada mais existia, e nos arredores o silencio era completo, e impressionante. [...]. O jagunço passara por alli; naquelles ermos caçavam os últimos porcos alçados, e na falta desses animais contentavam-se com o levar palmito de botiá e o mel das abelhas silvestres.

A localização da Fazenda Butiá Verde era estratégica do ponto de vista das operações militares. Encontravam-se nas terras vários caminhos interligando a propriedade com outras localidades, o que facilitava o deslocamento das tropas. Esses caminhos podem ter sido formados pela topografia mais plana, por se encontrar próxima ao divisor de águas dos rios Marombas e do Peixe, possuindo poucos e pequenos rios, além da existência de Campos. Esses, que outrora eram “povoadísimos” de gado, poderiam ter sido ampliados pela ação

apenas em 1923 e já se referia a propriedade de Zacharias de Paula Xavier como confrontante, da mesma forma que a ação de sobrepartilha movida por Benedito Ludgero de Deus. Inventário amigável dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1895. Comarca de Curitibaanos, caixa 15. Ação de Sobrepartilha Particular dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1897. Comarca de Curitibaanos, caixa 18. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Escritura Pública de Compra e Venda de Bens de Raiz entre Zacharias de Paula Xavier e sua mulher e Albano Burger e Frederico João Burger, no dia 10 de janeiro de 1917. Livro de notas n. 39. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitibaanos, Santa Catarina.

²⁹³ **O Dia**. Florianópolis, ano 14, n. 7.416, 16 de janeiro de 1914, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

²⁹⁴ VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 55, ano 1, 2 de outubro de 1918, p. 1

humana, aproveitando-se da madeira para formarem mangueiras para o aprisionamento e invernagem dos animais:

dali irradiavam caminhos e carreiros em todas as direcções e, situado num campestre limpo, estava protegido naturalmente o nosso acampamento, sendo difficil senão impossível uma surpresa por parte do inimigo.

Occupamos o local da antiga casa amplo espaço que outrora fora cercado de mangueirais com grossos palanques de cernes diversos, em que apoiamos as nossas trincheiras e rede de arame, do que achamos nos escombros dez rolos estragados pelo fogo, mas que se prestavam para uma defeza accessoria²⁹⁵

A porção de Campos por onde irradiavam caminhos, descrita por Vieira da Rosa, era conhecida pelos moradores da região como Campo da Dúvida. Existem várias versões sobre a origem deste curioso nome. Autores como Thomas Burke e Willy Frey apontam a indefinição de limites entre as fazendas Butiá Verde e Liberata, além de porções de terras devolutas e a reivindicação de posseiros por pequenas áreas²⁹⁶. Existe também uma versão popular, mais difundida entre os antigos moradores, e aqui apresentada por um pequeno semanário que circulou no município na década de 1960, intitulado *O Eco*:

[...] aqui, exatamente onde está o Cemitério Municipal de Fraiburgo, constam que certa vez, foram encontrados dois cadáveres de homens cujos corpos haviam sido perfurados por balas, com suas armas atiradas ao chão, dinheiro nas guaiacas e até os revirados atados nos tentos dos seus animais que pastavam por perto. Porque se mataram? Foram mortos num tiroteio? Por quem? Uma espera? Sobre isso pairou uma dúvida. Ali mesmo foram sepultados por viajeiros que os encontraram, originando o nome de “Campo da

²⁹⁵ VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 78, ano 1, 29 de outubro de 1918, p. 2.

²⁹⁶ BURKE, Thomas J. *Op. Cit.*, p. 8; FREY, Willy. **Lá nos Frai**. Curitiba: Sépia Editora, 2005, p. 60.

Dúvida” a porção de terras que hoje é o município de Fraiburgo e arredores²⁹⁷.

Uma outra versão, no entanto, relaciona o nome Campo da Dúvida a uma área de Campos cercada pela floresta, a qual abrigava vários caminhos. Essa versão, que concorda com a passagem de Vieira da Rosa sobre a existência de vários caminhos que partiam da fazenda Butiá Verde, é relatada por Ivadi de Almeida, ao relembrar as tropeadas e venda de gado da fazenda da sua família na região no início da década de 1930:

Era uma mancha grande de campo nativo. [...] E na época era chamada de Campo da Dúvida porque naquela campina muito linda e muito grande que hoje é Fraiburgo tinham muitas estradas para diversos lugares, só carreiro. Então ia para Lebon Régis, ia para Linha, para Baía, ia para outra fazenda do Butiá Verde, tinha lugares onde saía os carreiros. Então o nome Campo da Dúvida veio porque a pessoa não sabia para onde ir porque tinha muito carreiro, o caboclo tinha muita dúvida para onde ir. [...] Eram diversos carreiros, tinha que estar bem orientado para pegar a estrada certa, para ir para o Guarda Mor, ir para Lebon Régis²⁹⁸.

Embora não se exclua nenhuma das possibilidades de origem do nome, parece mais plausível admitir que a existência desses caminhos, no qual um viajante pudesse escolher um rumo equivocado caso não conhecesse o local tenha levado a escolha desse nome.

No ano de 1917 as terras que compunham a fazenda do Coronel Zacharias de Paula foram vendidas aos fazendeiros Albano e Frederico João Burger, residentes em Lages²⁹⁹, que mais tarde passou a abrigar a Serraria René Frey & Irmão, instalada em 1937, exatamente na abertura de Campos que compunham o Campo da Dúvida, onde atualmente se encontra a área urbana do município de Fraiburgo.

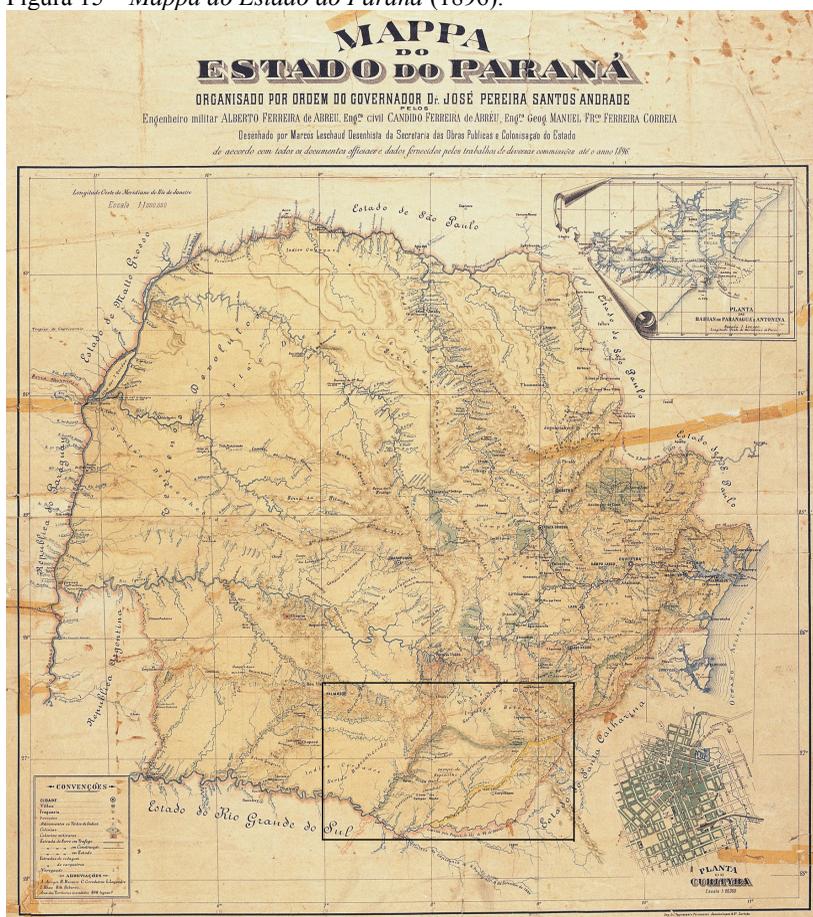
²⁹⁷ **O Eco**. Fraiburgo n. 2, p. 2, 27 julho 1963. Acervo particular de Aldani Frey.

²⁹⁸ ALMEIDA, Ivadi. 87 anos. Depoimento, 25 de maio de 2010. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt.

²⁹⁹ Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

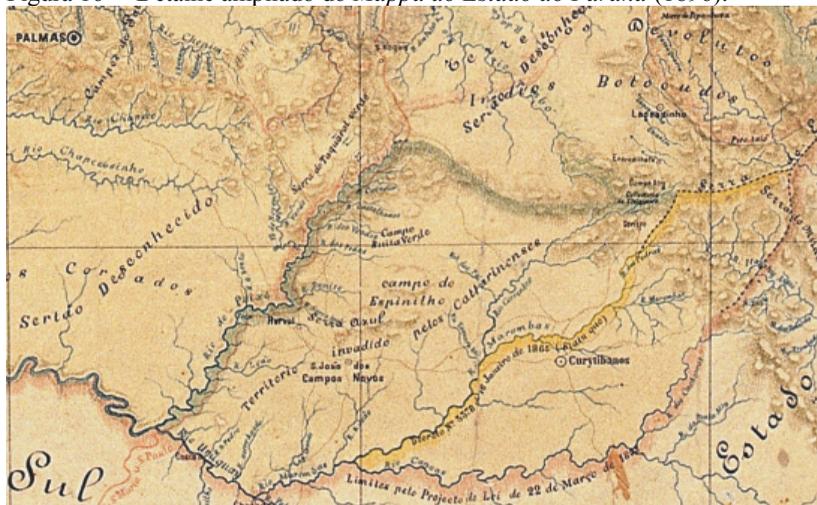
No mapa que consta na Figura 15, e seu detalhe ampliado da porção sul na Figura 16, elaborado pelo Estado do Paraná no ano de 1896, são apontadas algumas áreas de Campos em terras então em litígio com Santa Catarina. Essas, consideradas como parte de sua jurisdição incluem uma porção dos municípios de Campos Novos e Curitibaanos, onde são apontadas algumas áreas de campos como os do Espinilho e os do Butiá Verde. Podem-se notar também menções a áreas denominadas como “sertão desconhecido”, “terrenos devolutos” e “índios botocudos”, em espaços até então dominados pela floresta, muitos deles ocupados por diversas famílias posseiras.

Figura 15 – *Mappa do Estado do Paraná* (1896).



Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geociência. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_iap.html>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

Figura 16 – Detalhe ampliado do *Mapa do Estado do Paraná* (1896).



Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geociência. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_iap.html>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

Essa interiorização do povoamento, fruto da expansão demográfica das áreas de Campos do Sul do Brasil, motivadas pelo crescimento vegetativo e pela migração, dentro de um processo que até então “saltava” de campos em campos, pode ser percebida ao longo da trajetória da família Correia de Mello. Nilson Thomé, ao analisar a instalação de um dos membros da família em terras que se tornariam mais tarde o município de Caçador, procura traçar a trajetória da família ao longo do século XIX, iniciando por Joaquim Correa de Mello, supostamente nascido no Rio Grande do Sul. Após seu casamento, instalou-se no atual município de Lapa, no Paraná, onde requereu uma porção de terras para dedicar-se a criação. Por volta de 1850 adquiriu uma porção de matos, campos e faxinais da Fazenda Velha do Espinilho, localizada então no Butiá, lugar próximo a Taquaruçu, compondo atualmente o município de Monte Carlo. No ano de 1879, Joaquim Correia de Mello comprou a posse de uma extensa área de terras, compreendendo 42.600.000 braças quadradas, que equivalem a

aproximadamente 130.015.200 metros quadrados, ou 13.000 hectares, formando a Fazenda do Espinilho, também em Monte Carlo³⁰⁰.

No inventário do seu falecimento, em 1896, encontra-se na descrição dos bens da referida fazenda, descontada uma área de 9.000.000 de braças quadradas, aproximadamente 27.468.000 metros quadrados, ou 2.756,8 hectares, vendidas a Francisco Cardozo França, além de uma área de campos, faxinais e matos lavrados localizados no “Botiá, próximo a estrada que seguia ao Taquaruçu no arroio Lageado indo até a foz do rio “Butya”. Embora possuísse uma vasta extensão de terras no Espinilho, seus bens semoventes eram modestos, se resumindo a oito vacas com crias, três novilhos, dois touros, três potros, duas éguas, cinco cavalos, um cavalo criado e uma junta de bois mansos³⁰¹.

Joaquim Correia de Mello e sua esposa, Maria Rodrigues do Espírito Santo tiveram doze filhos, que ficaram com os seus bens após seu falecimento em 1896, como era o caso de Guilherme Correia de Mello, falecido em 1936 aos 86 anos. Em seu inventário consta que era possuidor de uma área de 21.182.978 metros quadrados, aproximadamente 2.118 hectares, de terras na Fazenda do Espinilho, possuindo em comum com Eugênio Corrêa Becker, seu filho primogênito, José Militino Ferraz, Eugênio Ribeiro da Cruz, José Maria Ribeiro, Florêncio Ribeiro Corrêa, todos genros, Luiz Corrêa de Mello e Emilia Ribeiro, além de duas glebas de terras, uma de matos de cultura, com uma área de 133.100 metros quadrados, e outra de campos e faxinais, com 387.200 metros quadrados, localizadas no “Botiá”, além de uma área de terras de cultura com 455.191 metros quadrados, fazendo parte do imóvel Espinilho³⁰².

Outros filhos, no entanto, partiram em busca de novas terras. Francisco Correia de Mello, filho primogênito, nascido em 1823, já havia se estabelecido em outro local, formado por uma extensa área de terras devolutas ao norte de Campos Novos, onde atualmente se encontra o município de Caçador. Segundo Nilson Thomé, Francisco Correia de Mello estabeleceu-se em 1881 nestas terras sob o regime de posse, legalizando-as apenas em 1910. Além de Francisco, seu irmão

³⁰⁰ O Registro da concessão que se encontra no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina Registros de Legitimações de Posses de 1870 a 1883. Livro 760. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. THOMÉ, Nilson. **Família Corrêa de Mello**: raízes da história de Caçador. 2. ed. Caçador: Fearpe, 1982, p. 12-13.

³⁰¹ Inventário de Joaquim Correia de Mello, 1896. Comarca de Campos Novos, fl. 5 e 6. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

³⁰² Inventário de Guilherme Correia de Mello, 1936. Comarca de Campos Novos, fl. 14 e 15. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

Luiz Correa de Mello, se estabeleceu em Imbuial, atual município de Rio das Antas, enquanto seu concunhado instalou-se em uma área próxima a Fazenda dos Pontes, atualmente no município de Videira. A família deixou, segundo o autor, uma imensa parentela espalhada pela região³⁰³.

Vizinhas às terras que formavam os campos do Espinilho e os campos do Butiá Verde, outras famílias procuraram também ocupar esses espaços onde encontravam eventuais áreas de campos em meio a espessa floresta, como as famílias de Generoso Ribeiro de Andrade e Porfírio José de Oliveira que passaram a ocupar uma faixa de terras ao oeste de Curitiba, formando a fazenda Liberata em meados no ano de 1870³⁰⁴. A legalização destas terras, ou ao menos uma parte, ocorreu somente 50 anos após a chegada da família às terras, no dia 8 de maio de 1926, quando o Estado de Santa Catarina concedeu o título de legitimação de posse da Fazenda Liberata, com uma área de 81.552.070 metros quadrados, ou seja, pouco mais de 8.100 hectares, a Porfírio José de Oliveira, João Batista Ribeiro, Heliodoro Dias de Andrade, Bento Dias de Moraes e Francisco Dias de Moraes³⁰⁵. Porfírio José de Oliveira, apesar de possuir até então a Fazenda Liberata sob o regime de posse, havia adquirido legalmente outras glebas de terras, também localizadas próximas à Liberata, no ano de 1919³⁰⁶.

Conforme o depoimento de Sebastião Andrade dos Santos, da família Andrade, e também bisneto de Porfírio de Oliveira, sua família era oriunda do Rio Grande do Sul, cuja vinda para a região foi motivada pela existência de terras devolutas disponíveis, conhecidas através do contato com moradores que viviam na localidade, então conhecida como Butiá Verde³⁰⁷. O tropeirismo possibilitou a constituição de uma rede social estruturada por vínculos construídos ao longo do tempo, onde se vislumbrou um conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações, tanto nas comunidades vizinhas quanto distantes, formada na experiência cotidiana das pessoas e em suas práticas e articulações sociais, como o compadrio, a formação de

³⁰³ THOMÉ, Nilson (1982). *Op. Cit.*, p. 17-33.

³⁰⁴ BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 7-8.

³⁰⁵ Registro número 1.163, livro 3, de 8 de maio de 1926. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

³⁰⁶ Registro número 323, livro 3, de 24 de janeiro de 1919. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina; Registro número 324, livro 3, de 24 de janeiro de 1919. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

³⁰⁷ SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada.

parentelas e o trabalho³⁰⁸. Rede instituída através do fluxo de mercadorias que também transportava notícias, como acontecimentos políticos ou a existência de áreas de terras que poderiam ser ocupadas. Muitas famílias também se espalhavam por várias regiões para contar, conforme aponta Paulo Pinheiro Machado, com pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para as lidas tropeiras. Rastreando as origens da família Paes de Farias no planalto catarinense, o autor demonstra que esta residia na região de Lages desde pelo menos a primeira metade do século XIX, tendo parte da família seguido para Curitiba nos anos de 1850. Generoso Paes de Farias era, em 1888, um pequeno sitiante que possuía uma besta (o inventário não especifica se era muar ou asinina), quatro éguas, quatro vacas, doze porcos e algumas galinhas, além, de uma área de terras de lavrar de matos e capoeiras de 15 alqueires, na localidade do Passinho³⁰⁹.

As terras que compunham originalmente a posse de Generoso Ribeiro de Andrade e Porfirio Oliveira eram ocupadas tradicionalmente por indígenas, o que despertou temor na família, visto que no século XIX não eram raros os conflitos contra os indígenas na região. Segundo o depoimento de Sebastião Andrade dos Santos, uma das medidas adotada pelo seu bisavô para evitar tensões e conflitos com os indígenas era manter um contato amistoso, com troca de objetos, que este deixava na beira de um rio que cruzava as terras apossadas. A princípio os índios não recolhiam os objetos, mas com o tempo passaram a deixar também mel, caça e trabalhos artesanais. Contato que de acordo com a memória da família não resultou apenas na troca de objetos. Neste grupo havia uma índia idosa chamada Liberata, que seria a cacique do grupo, ocupando o lugar do seu marido que havia falecido. Como uma forma de homenagear a índia, o nome da fazenda passou a se chamar Liberata. Consta que quando a índia faleceu os demais indígenas que habitavam o local foram embora, possivelmente rumo a região da Serra do Espigão³¹⁰.

Além do crescimento e migração interna, a região passou também a receber no século XIX o fluxo de migrantes de origem alemã e italiana provenientes de núcleos de colonização do Paraná, Santa Catarina e Rio

³⁰⁸ MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.14, nº .41, p.45-67, Out. 1999, p. 46
³⁰⁹ SANTOS, Gislene Aparecida. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, p. 52.

³⁰⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 81,82.

³¹⁰ SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada.

Grande do Sul. Em Lages, como aponta Juçara de Souza Castello Branco, colonos e mercenários de origem alemã teriam se instalado na região de Lages após a Revolução Farroupilha (1835-1845), provenientes da colônia de São Leopoldo³¹¹, sendo inclusive relatados por viajantes como Robert Avé-Lallemant, que comenta que “entre o pequeno número de habitantes do lugar encontram-se também alemães”³¹². Alguns se estabeleceram na área urbana, como artífices, com profissões que poderiam estar relacionadas às lides pastoris, como seleiros ou ferreiros, por exemplo³¹³. Outros alemães eram também provenientes da colônia catarinense de São Pedro de Alcântara e de outras regiões, como os Vales do Itajaí, Cubatão e Braço do Norte³¹⁴. Em Curitiba e Campos Novos muitos alemães eram provenientes do Vale do Itajaí e de Joinville, em Santa Catarina, e da colônia de Rio Negro, no planalto paranaense³¹⁵.

Além de ofícios urbanos, descendentes de alemães e italianos que se instalaram na região passaram também a atuar na criação de animais, formando extensas fazendas. A origem do capital que seria destinado à compra das terras poderia, inclusive, ter sido formada localmente, em atividades relacionadas ao tropeirismo ou à exploração madeireira, esta, no caso, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Dilceu Granzotto, ao relatar as atividades de criação da família em Campos Novos, aponta para a aquisição de terras por seu pai com o capital acumulado nas atividades decorrentes do comércio de animais:

Meu pai veio trabalhando com carreta de puxar madeira [...] trabalhou muito, e foi a 65 anos atrás que ele começou a lidar com gado, vender comprar, adquirir um pedaço de terra, que naquela época terra aqui não valia quase nada [...] foi trabalhando e comprando, chegou a seis milhões de terra³¹⁶.

³¹¹ CASTELLO BRANCO, Juçara de Souza. **Alemães em Lages**: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória. 2001, 169 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 52-53

³¹² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p. 71.

³¹³ *Ibidem*, p. 71.

³¹⁴ CASTELLO BRANCO, Juçara de Souza. *Op. Cit.*, p. 63.

³¹⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 72-73.

³¹⁶ GRANZOTTO, Dilceu, 72 anos. Entrevista citada.

Outros imigrantes e migrantes, deslocando-se em famílias e indivíduos avulsos, não vinham para alguma profissão nas vilas ou cidades ou para ocupar uma pequena propriedade, mas sim para se estabelecerem como comerciantes em alguma vila ou caminho, como a família de Henrique Weber, que se instalou como comerciante no Taquaruçu. Outros passaram a se estabelecer como fazendeiros, como os Granemann, Goeten, Hau, Driessen e Rauén.

De acordo com o depoimento de Aldair Goeten de Moraes, estas famílias de fazendeiros seriam provenientes da região de Rio Negro, se instalando em Curitiba nos na primeira metade do século XIX³¹⁷. Em 1854 Adão Goeten comprou uma área de terras no rio Marombas de Egydio Alvez da Silva Roza e sua esposa Maria Meireles do Nascimento³¹⁸.

O casamento entre os membros das famílias de origem alemã resultou em diversas fazendas co-possuídas por membros destas famílias, como pode ser visto na medição de uma planta de terras, de 1884, que mede uma posse de terras de uma área de 24.440.000 braças quadradas, que equivalem a aproximadamente 7.500 hectares localizadas na borda da Serra Geral, pertencentes a Adão Rauén e João Granemann³¹⁹. Posteriormente são também encontradas diversas transações de compra e venda de terras formadas por “campos”, “mattos” e “capoeiras” realizadas pelas famílias Goeten, Granemann, Rauén e Drissen³²⁰.

Algumas destas famílias se instalaram como sítiantes independentes, em regiões mais ao norte de Curitiba, onde dominavam as florestas³²¹. Diferente do que ocorreu a partir da segunda década do século XX, quando imigrantes e migrantes de origem alemã e italiana passaram a ocupar terras destinadas à colonização, essas famílias se integraram a vida local, casando-se com moradores locais³²².

³¹⁷ MORAES, Aldair Goeten de. 64 anos. Entrevista citada.

³¹⁸ Acordo de compra de terras que fazem Adão Goeten, Egydio Alvez da Silva Rosa e sua esposa, Maria Meireles do Nascimento em 15 de dezembro de 1854. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, Curitiba, SC.

³¹⁹ MAPPA da posse de terras dos posseiros Adão Rauén e João Granemann. Lages, 1884. 1 mapa. Escala 1:2400.

³²⁰ Registros de imóveis do Livro 3. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

³²¹ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 69.

³²² O contato entre tropeiros do planalto e colonos do Vale do Itajaí promoveu, ao menos no caso da família Webber, registrada por Pedro Felisbino, a vinda para Taquaruçu, através do casamento de Juventina Weber, de Blumenau, e Teodoro dos Santos Weber, de Taquaruçu. Após a morte de Teodoro na Revolução de 1893 Juventina Weber, então com três filhos,

Em Campos Novos, encontravam-se poucos migrantes e imigrantes de origem alemã, onde uma colônia havia sido criada pelo Coronel Henrique Rupp. Foram nos anos seguintes ao Contestado, que a atuação de diversas companhias colonizadoras trouxeram um acréscimo populacional com a criação de colônias no Vale do Rio de Peixe, em áreas dominadas pela floresta, em regiões que se tornariam mais tarde os municípios de Abdon Batista, Erval Velho, Herval d'Oeste, Tangará e Capinzal³²³.

As questões de limites, envolvendo o Brasil e a Argentina, conhecida como a Questão de Palmas ou de *Misiones*, e a ocorrida entre o Paraná e Santa Catarina, também foram importantes no quadro de povoamento da região. Dentro da disputa entre o Brasil e a Argentina, cuja solução se deu apenas em 1895, foi criada a Colônia Militar de Chapecó como uma forma de assegurar a posse brasileira daquele território³²⁴.

A disputa entre o Paraná e Santa Catarina pela região situada entre os rios Uruguai e Iguazu, se estendendo da divisa com a Argentina até os municípios de Lages, Curitiba e Campos Novos, se arrastava desde a fundação de Lages por paulistas. A anexação de Lages a Santa Catarina em 1820 não solucionou a questão, apenas a estendeu para o interior. Indefinição que continuou mesmo com a criação do Estado do Paraná, em 1853. No século XIX, o tropeirismo, além de desempenhar um importante papel para a povoação do Brasil meridional, significava, para as Províncias sulinas, uma importante fonte de arrecadação, através das barreiras fiscais ao longo do seu curso. Assim, a posse de um território, como o de Palmas, por onde passava o Caminho das Missões representava uma importante fonte de divisas para o tesouro provincial. A instauração pelo Paraná em 1864 de uma barreira fiscal no rio Chapecó, e de outra, por parte de Santa Catarina no rio Uruguai, motivou protestos por ambos os lados. Estes promoveram medidas no intuito de estabelecerem jurisdições provisórias, até que a questão fosse

retornou a Blumenau, onde seus filhos poderiam estudar. O primogênito, Carlos Henrique Webber, após concluir os estudos em Blumenau, retornou, mais tarde, a Taquaruçu, casando-se com Maria Gomes Damaceno. FELISBINO, Pedro Aleixo. **Voz de caboclo: a saga do Contestado** revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 17-19.

³²³ LAZZARINI, Sérgio. Estrutura da população de Campos Novos (SC): 1872-1940. In: HEINSFELD, Adelar (Org.) **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2001, p. 32-33.

³²⁴ HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino**. Joaçaba: Unoesc, 2003, p. 33-34.

definitivamente solucionada mediante projeto de Lei, que deveria ser negociado entre os parlamentares das respectivas Províncias³²⁵.

Tal questão, cuja solução ocorreria somente em 1916, quando foram consolidadas as atuais divisas estaduais, contribuiu para o povoamento do planalto, através do surgimento de diversas vilas e povoações por ambos os Estados. Paulo Pinheiro Machado, em seu estudo sobre a Guerra do Contestado, realiza uma crítica a quase todos os autores que estudam o movimento, afirmando que estes não guardam “uma relação direta de causa e efeito com o processo de disputa de limites empreendidas” entre o Paraná e Santa Catarina e o início do conflito. Ressalta o autor que o período de indefinição das divisas marcou o processo de natureza da ocupação demográfica da região, da mesma forma que o seu perfil social e político. Novas vilas e povoações surgiam por parte dos dois Estados, visando a confirmação da posse territorial. Do Paraná surgiram, partindo de União da Vitória, que ocupava o leito do rio Iguazu, as vilas de Valões, Poço Preto e Vila Nova do Timbó. De Rio Negro, localizado nas margens do rio homônimo, foram fundadas Três Barras, Papanduva e Colônia Lucena, e pela parte de Palmas, além dos postos militares do Chopim e Chapecó, foi fundada Clevelândia. Santa Catarina fundou, no norte do Estado, partindo de Joinville, a Colônia de São Bento e o município de Campo Alegre. E é de São Bento que, em 1889, é fundada Canoinhas, na bacia do Rio Negro, compondo o município de Curitiba até 1911, data de sua emancipação³²⁶.

Os Campos com maior altitude, como a Costa da Serra, localizada nas bordas do planalto possuíam algumas peculiaridades em relação ao seu uso e ocupação, que, devido às condições de clima com temperaturas médias mais baixas que em outras áreas de Campo e maior incidência de ventos e o solo menos espesso, ocorriam de forma diferenciada de outras áreas de Campos e florestas.

As áreas de criação poderiam assumir a feição de pequenas fazendas, outrora parte de grandes fazendas cuja partilha sucessiva deixou alguns herdeiros em áreas mais desfavoráveis em termos de Campos, como ocorria, por exemplo, com parte da Fazenda Santa Bárbara. Esta, quando Peluso visitou na década de 1940 possuía cerca de 400 hectares dos mais de 20.000 que o bisavô do proprietário na época possuía. Na fazenda eram criadas entre quinze e vinte cabeças, das quais eram vendidas cinco ou mais anualmente, além do queijo, que

³²⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 123-126.

³²⁶ *Ibidem*, p.123-127.

era responsável por mais de um terço da renda anual da fazenda, e do charque com o litoral³²⁷.

Algumas áreas poderiam configurar-se apenas como uma área temporária de criação, onde o proprietário das terras poderia visitá-las em algumas épocas do ano, como na primavera, para algumas lidas. Essas consistiam em ordenhar as vacas, de modo a habituar os bezerros ao contato humano, evitando que os animais se tornem alçados. Diferente de outras grandes fazendas, seus produtos consistem basicamente na venda de reses a criadores locais e ao queijo³²⁸.

Existia também na Costa da Serra a migração estival de animais, dos Campos para as florestas do Canoas no inverno. Segundo o autor, baseando-se em conversas com moradores da vila de Urupema, os rebanhos deslocavam-se no passado para as florestas do Canoas, onde passavam o inverno. Esse deslocamento possivelmente usufruía em comum as áreas de floresta. Essa migração, embora o autor não a considere como uma transumância, como a que pode ser verificada nos Alpes, relacionada ao movimento migratório para as montanhas no verão, “indica simplesmente o movimento dentro do mesmo planalto, onde as condições das pastagens são as mesmas, em todos os Campos”³²⁹.

A migração animal pode ser também verificada em outras áreas de diferentes formações vegetais do Estado, como aponta, Nazareno José de Campos em relação a criação de gado na região da Serra do Tabuleiro, no litoral. Lá, os animais de moradores circunvizinhos eram transportados até um dos vários campos encontrados em altitudes, em muitos casos superiores a 600 metros, compartilhando em comum as pastagens³³⁰. Essas migrações animais eram comuns também na região Ibérica, que, da mesma forma que o uso comum da terra e dos recursos naturais, pode ter exercido influência na população luso-brasileira do litoral e planalto³³¹.

³²⁷ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1991). *Op. Cit* p. 131-136.

³²⁸ *Ibidem*, p. 131-136.

³²⁹ *Ibidem*, p. 143.

³³⁰ CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/FCC, 1991, p. 102-104.

³³¹ NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997**. 2000. 286 fl. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000; CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

As migrações eram realizadas por criadores cujos Campos eram insuficientes para o seu rebanho. No inverno, as propriedades não mantinham bem o gado, que definhava, e mesmo morria com a falta de pasto. Na primavera, se fazia então necessário levar para áreas onde havia pastagens para a engorda. As pastagens da Costa da Serra, embora considerada de pouco rendimento, eram uma opção viável aos criadores com menos recursos, que assim não necessitavam arrendar pastagens. O gado era usualmente transportado para essa região em setembro, sendo retirado apenas em abril. Alguns criadores aproveitavam esse período para cultivar, plantando antes da migração, em terreno próprio ou arrendado. No tempo que passavam nas pastagens, os homens comumente verificavam a lavoura, enquanto as mulheres fabricavam queijo. Próximo a abril, época em que os animais estavam com maior peso, algumas reses eram abatidas para a produção de charque, e outras eram comercializadas, juntamente com o queijo, para a região litorânea, aproveitando, em muitos casos, os caminhos abertos ainda no século XVIII. Sua produção era vendida a comerciantes, dos quais adquiriam por troca tecidos, café, açúcar e fumo³³².

Nesse processo de interiorização do povoamento o avanço em direção a floresta e as suas bordas, ocupando também manchas de Campos isoladas em meio a floresta, paulatinamente avançava também em direção as áreas que até então eram refúgios de diversos grupos indígenas, dando continuidade a situação de tensões e conflitos dentro da disputa territorial com a população indígena.

2.4.1 Tensões e conflitos com as populações indígenas

As disputas existentes nas regiões onde se instalavam fazendas no planalto tornavam as áreas ainda pouco ocupadas ou de difícil acesso os últimos refúgios de alguns grupos indígenas, dentre eles algumas áreas de caminhos de tropas. O movimento povoador rumo a áreas mais distantes, entretanto, fez com que situação de disputa permanecesse no planalto até meados do século XX, sendo comuns menções de ataques de grupos indígenas a fazendas, da mesma forma que fazendeiros, com a ajuda de agregados, peões, escravos e “bugreiros”, atacavam os aldeamentos.

No planalto, conforme Paulo Pinheiro Machado, a população “branca”, ao se instalar em suas terras, procedia a uma “limpeza de terreno”, eliminando os assim chamados “bugres”, agindo como uma

³³² PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 143-146.

forma preventiva contra ataques. Prática que persistiu na região pelas populações posteriores, pois além da disputa territorial, os moradores não-indígenas não reconheciam os indígenas como gente³³³.

Para isso era comum a contratação do serviço dos chamados “bugreiros”, uma espécie de caçador encarregado, pelo governo ou particulares, de afugentar os grupos existentes nas matas, porém o que realmente se fazia era “afugentar pela boca da arma”³³⁴, buscando eliminar a presença indígena naquela área. Nessas incursões, os principais alvos eram os índios adultos e jovens, só conseguindo escapar em alguns casos mulheres jovens e crianças. Até hoje é possível ouvir de descendentes de antigos moradores da região dizerem que a avó foi “caçada a laço pelo avô” que a pegou no mato³³⁵. Portanto, não era raro existirem famílias formadas a partir da miscigenação, em uma região onde, de acordo com Silvio Coelho dos Santos, “uma mulher era um bem extremamente valorizado, não importando se fosse branca, negra ou índia”³³⁶. Em relação às crianças, geralmente sobreviviam apenas as de colo, pois se considerava que “bugrezinho que já anda com as próprias pernas não presta, só dá problema”³³⁷.

Esses “bugreiros” possuíam uma ampla área de atuação espacial, prestando serviço principalmente aos fazendeiros e as vilas da região, podendo também atuar a serviço de viajantes, agrimensores e tropeiros ao atravessar territórios ocupados por indígena. Muitos eram caboclos “conhecedores profundos da vida do sertão”³³⁸.

³³³ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 58.

³³⁴ Entrevista com o bugreiro Ireno Pinheiro, 1972. *Apud*. SANTOS, Silvio Coelho. **Educação e sociedade tribais**. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 22.

³³⁵ No mês de julho de 2004 ministrei um curso de curta duração, voltado a professores do ensino fundamental, sobre a história de Fraiburgo. Durante uma discussão sobre a povoação da região e a questão da ocupação indígena, ouvi de algumas professoras a história de que sua avó foi “laçada no mato” pelo avô, pois ela era “bugre”, como também é o caso de Valdir Rodrigues Mafra, antigo morador, que em entrevista realizada no ano de 1973 afirmou que sua avó era “uma bugra”. História que não é rara na memória de muitas famílias que habitavam a região nas primeiras décadas do século XX. MAFRA, Valdir Rodrigues. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

³³⁶ SANTOS, Silvio Coelho. A modernidade chega pelo trem. In: SANTOS, Silvio Coelho (org). **Santa Catarina no século XX**. Florianópolis: Ufsc/FCC Edições, 2000, p. 18.

³³⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, Ufsc, 2001, p. 13.

³³⁸ SOUZA, Almir Antônio. Bugres e Bugreiros: vida e morte em Santa Catarina (1870-1940) In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM, p. 5.

Jornais como o *Região Serrana*, de Lages anunciavam, no ano de 1897, ataques a fazendas, onde não era raro ocorrerem mortes de ocupantes, sobretudo mulheres, quando seus maridos saíam em tropa para venda do gado ou se dirigiam a cidade. Uma dessas reportagens relata o ataque ocorrido na fazenda da família de Firmiano de Carvalho, na localidade denominada Tanque. Na manhã de 28 de julho, a esposa, com mais de 50 anos foi assassinada, juntamente com “o preto e septuagenário Bruno, que alli residia há muito tempo”. Segundo moradores do lugar chamado Cambará, em cima da serra, esses indígenas estavam acampados no lugar “em grande número, carneando animaes e aves de Firmiano”³³⁹. Avé-Lallemant menciona a preocupação dos fazendeiros em relação a possíveis ataques indígenas contra as fazendas, onde não são adotados apenas expedientes como a caça ao indígena ou o uso de armas. Paliçadas e outras formas de guarda são realizadas no próprio espaço da fazenda, para proteger principalmente a sua sede, o que é relatado da seguinte maneira:

[...] atacaram de dia a propriedade, quando apenas um negro a vigiava; expulsaram-no , saquearam a casa e foram embora. Assim, sempre se encontram vestígios deles e vive-se a constante preocupação com os selvagens. Uma inteira horda de cães guarda de noite a fazenda, na qual não faltam armas de todas as espécies. Fortes paliçadas guardam a entrada; o pomar é cercado por uma barricada de tipo especial. Podem cerrar-se os fetos pela raiz e plantar na terra; eles nascem de novo. Uma cerca viva de fetos arborescentes, tão densa que não se pode atravessar com a mão [...]. Não pode ser fácil tomar essa trincheira viva³⁴⁰.

Entre os anos de 1973 e 1974, foram realizadas diversas entrevistas com moradores antigos de Fraiburgo pelo Padre Tomás Pieters. O depoimento de Firmino Gonçalves Pontes expressa bem a situação de tensão em relação a possíveis contatos e confrontos com a população indígena nas primeiras décadas do século XX: “passeamos pelas poucas estradas, pelas picadas, tinha bugre. Vi os animais e os

³³⁹ **Região Serrana**. Lages, ano 1, n. 19, 2 de julho de 1897, p. 3-4. Acervo do Museu Thiago de Castro.

³⁴⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p. 54-55.

cargueiros, que os bugres matavam. Há um lugar perigoso: Serra do Taió, na estrada para Blumenau”³⁴¹.

Amélia Andrade de Ribeiro e Aristiliano Dias, cujos familiares também conduziam tropas, rememoram estes momentos de confronto com a população indígena e a dificuldade de deslocamento da então remota localidade da Liberata até o Vale do Itajaí:

Iam com cargueiros. Foram para Blumenau, enfrentando as picadas, os bugres. Tocavam tropas, traziam sal, açúcar, até cachaça. Levavam quase trinta dias. Tinha bugre na Serra do Espigão. Da pirambeira caíram algumas vezes as mulas, que depois nem se encontravam mais. Os bugres enfrentavam os tropeiros, brigavam, matavam as mulas; do cargueiro tiravam nada sinão as argolas de metal do arreamento dos animais, mesmo da cangaia [...] Isso era a única coisa que tiravam. Nas mercadorias não tocavam mão [...] Toda a vida daquela época não era mole. Era de enfrentar os bugres na serra, tinha só as estradinhas para burro³⁴².

Os ataques, no caso, rumo a Blumenau ocorriam, como aponta o jornal *O Planalto*, preferencialmente durante a primavera e o verão, “nas epochas que as fructas sylvestres começam a amadurecerem, occasiões sempre escolhidas pelos selvícolas nas suas expedições”³⁴³. Segundo Rodrigo Lavina, é possível supor que os ataques “eram realizados principalmente para obtenção de ferro, que os Xokleng trabalhavam a frio para produzir armas e ferramentas”³⁴⁴. A ocorrência de investidas contra tropeiros também foi mencionada por Victor Peluso, em seu estudo sobre o Vale do Rio Itajaí do Oeste, onde comenta que “no alto do curso desse rio [os indígenas] dominavam, atacando violentamente as tropas que atravessavam a região”, sendo este inclusive um dos fatores que fizeram com que o povoamento deste vale,

³⁴¹ PONTES, Firmino Gonçalves. Depoimento, 16 de janeiro de 1974, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

³⁴² DIAS, Aristiliano Dias. 42 anos; RIBEIRO, Amélia Andrade Ribeiro. [8-] anos. Depoimento, novembro de 1973. Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

³⁴³ **O Planalto**. Curitibaanos, ano 1, n. 5, 1º de março de 1909, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

³⁴⁴ LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 79.

por colonos e sertanejos, pouco avançasse rio acima até a década de 1910³⁴⁵.

Euclides Felipe relata que nas regiões de território tradicionalmente ocupado pelos indígenas, as tropas se faziam acompanhadas de “bugreiros”, e cães treinados “na caça” aos indígenas. Estes, “atacavam os pousos principalmente na escuridão. Por isso os tropeiros montavam guarda durante as noites inteiras”³⁴⁶. O uso dos “bugreiros”, como apoio e medida de segurança no caminho das tropas, é relatado por Firmino Gonçalves Pontes:

tinha gente para frente a pé, para desfazer os trincheiros dos bugres, sofria muito para cruzar com tropa. Vão dois três camaradas pelo mato para espantar os bugres, foram os bugreiros, que entraram no mato. Eles sabiam onde estavam os bugres, porque eles cozinhavam e deixaram rastros. Os bugreiros vieram de Santa Cecília, num lugar por nome de Corisco. Quando a gente precisava para fazer uma viagem, tinha de dirigir-se lá para obter os guias, que conheciam o movimento dos bugres. Assim mesmo matavam muita gente³⁴⁷.

O depoimento de Amélia Andrade de Ribeiro e Aristiliano Dias também faz menção ao serviço dos “bugreiros” na condução das tropas para Blumenau:

um chefe deles, que entendia a arte deles, ele não vivia junto com eles. Ele avisou onde estavam e indicou a direção para tomar. Não eram bugres, mas homens conhecidos deles, como se fosse bugre, não posso dar uma definição certa para o senhor. Bugre já mais civilizado, ele sabia por exemplo: eles estarão lá em 10 de novembro, nem precisava ir lá, não sei por que intermédio ele sabia, ele indicou o caminho para evitar eles. Enquanto batiam tropas, que matavam os animais,

³⁴⁵ PELUSO Júnior, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 165-168.

³⁴⁶ FELIPPE, Euclides. O caminho das tropas em Curitiba. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira *et. al* (orgs) **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000, p. 142-143.

³⁴⁷ PONTES, Firmino Gonçalves. Entrevista citada.

os tropeiros, então o bugreiro esse ia com mais dois ou três, quatro companheiros³⁴⁸.

No entanto, também existiam casos onde ocorria uma espécie de “acordo” entre tropeiros e bugres, com a intenção de se evitar qualquer situação de conflito. Paulo Pinheiro Machado cita o caso de Chico Ventura, importante personagem na Guerra do Contestado, que, de acordo com seu filho João Ventura, além de possuir uma fazenda no Taquaruçu, também conduzia tropas serra abaixo. No depoimento concedido ao autor este comenta que:

quando o pai puxava gado para Blumenau, Gaspar e Itajaí, ele levava um negro velho, o Mariano, que se entendia com os bugres. Então ele mandava o Mariano falar com os bugres que, se eles não mexessem com a nossa tropa, a gente não ia mexer com eles. Isso funcionava³⁴⁹.

Em uma clara disputa territorial o governo e a imprensa ofereciam, no caso do Vale do Itajaí, “diversas soluções para o ‘problema’ Xocling: a repressão pela força pública (as chamadas Tropas de Pedestres), a catequese promovida por religiosos ou a sua simples eliminação”. Além dos depoimentos de antigos moradores e tropeiros que cruzavam a região ou se dirigiam ao litoral, é possível observar, no final do século XIX, assim como primeira década do século XX, tanto na correspondência oficial quanto na imprensa, menções a ataques realizados pelos indígenas. Em 1898, por exemplo, foi dirigido um ofício da “Collectoria das Rendas Estaduaes de Passa Dous”, situada em Curitiba, ao Presidente do Estado de Santa Catarina, comunicando, “a V. Ex^a que hontem na estrada “Serra do Espigão”, os gentios atacarão a tropa de animaes do Cidadão José Vallerio, residente no “Tijuco Preto”, Estado do Paraná, ficando ferido elle e gravemente um camarada e mortos 31 animaes³⁵⁰.

Essa disputa com os indígenas era também vista como um entrave para a economia, impedindo o livre trânsito de tropas. Jornais locais, como *O Trabalho* e *O Planalto*, que circularam em Curitiba nos

³⁴⁸ DIAS, Aristiliano; RIBEIRO, Amélia Andrade. Entrevista citada.

³⁴⁹ Entrevista com João Paes de Faria. 11 de fevereiro de 1998 em Timbó Grande. *Apud*. MACHADO, Paulo Pinheiro (2001). *Op. cit.*, p. 81.

³⁵⁰ Ofício de João Francisco Duarte d’Oliveira ao Presidente do Estado de Santa Catarina, 1898. Ofícios G. 1898, V. 2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

início do século XX, mencionam o impacto econômico dessas investidas na produção ervateira na região do rio Taió³⁵¹.

Nas Mensagens do Presidente do Estado Vidal Ramos dos anos de 1911 e 1913, são relatados também ataques nestas regiões, próximas às poucas matas que lhes restaram de refúgio, algumas delas nas bordas do planalto, próximas à Serra do Espigão, tornando-se alvo de tentativas de aldeamento pelo recém-fundado Serviço de Proteção ao Índio, o SPI³⁵², tendo, no ano de 1914, o aldeamento de um grupo no Vale do Itajai³⁵³.

“No meu tempo os bugres já estavam recuando, porque a região estava se povoando”. Essa fala, de Firmino Gonçalves Pontes, em entrevista no ano de 1973, já idoso, exprime não somente o processo de extermínio dos grupos indígenas de diversas áreas, assim como o recuo a espaços cada vez mais distantes e de difícil acesso, mas também o crescimento populacional e a interiorização do povoamento pela população não-indígena³⁵⁴.

Nas primeiras décadas do século XX, período ao qual possivelmente Firmino Gonçalves Pontes se referia, essa população dobraria de tamanho em duas décadas. Crescimento, cujo modelo de exploração do solo praticado desde o século XVIII, não o absorvia em sua totalidade, o que impulsionou o povoamento a novos espaços. Esse aumento populacional levou não apenas a interiorização do povoamento, mas também a mudanças na própria estrutura das fazendas de criação dos Campos. A divisão das terras entre herdeiros acarretou na intensificação do uso das áreas de Campos e nas florestas para as atividades de criação e formação de lavouras.

³⁵¹ **O Planalto.** *Op. Cit.*, p. 1. **O Trabalho.** Curitibaanos, ano 1, n. 8, 3 de março de 1908, p. 1; ano 3, n. 77, 13 de maio de 1910. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

³⁵² SANTA CATARINA. **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 23 de julho de 1911. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1911, p. 37-39; **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 24 de julho de 1913. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1913, p. 53-54.

³⁵³ LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 80-81.

³⁵⁴ PONTES, Firmino Gonçalves. Entrevista citada.

2.4.2 Partilhamento das fazendas

Diversas fazendas situadas nos Campos do Planalto sofreram desde a sua formação o partilhamento entre herdeiros, o que gradualmente resultou em uma redução da área de cada propriedade. Assim, se o modelo de fazenda com uma quadra em sesmaria, ou seja, uma légua de frente e três de fundo, com 13.000 hectares era comum na primeira metade do século XIX, cem anos depois poucas eram as propriedades com mais de 1.000 hectares na região.

Um exemplo dessa subdivisão de terras de uma fazenda pode ser observado na partilha da Fazenda do Triumpho, em 1887. Com uma área medida de 77.465.430 m², ou seja, mais de 7 mil hectares, a fazenda foi partilhada entre quatro pessoas, ficando uma com 4 mil hectares, e o restante foi dividido em três áreas de aproximadamente 1.600 hectares e um lote com 100 hectares³⁵⁵.

Peluso, ao analisar a região de São Joaquim comenta que se nos séculos XVIII e XIX as fazendas da região se estendiam por dezenas de milhares de hectares, no Censo de 1940 apenas uma propriedade possuía mais de 5.000 hectares, evidenciando o parcelamento da terra. Essa redução na dimensão das propriedades também se verificava em outros municípios do planalto, como Bom Retiro, Lages, Curitibaanos e Campos Novos, o que pode ser visualizado no levantamento realizado nos Censos de 1920 e 1940 que consta na Tabela 3

Tabela 3 - Estabelecimentos rurais em 1920 e 1940.

Municípios	Até 200 ha		201 a 1000 ha		1001 a 5000 ha		Mais de 5000 ha	
	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940
Bom Retiro	-	2621	-	152	-	29	-	3
Campos Novos	585	5139	182	223	42	37	3	1
Curitibaanos	114	1762	96	302	63	94	7	6
Lages	813	3135	517	719	167	118	15	8
São Joaquim	198	1005	216	392	57	57	6	1

Fonte: Censos de 1920 e 1940.

³⁵⁵ Divisão do imóvel Fazenda do Triumpho, 1887. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

A existência de um grande número de propriedades com área abaixo dos 200 hectares registrada no Censo de 1920 se deve a diversas famílias de pequenos criadores e lavradores que ocupavam principalmente às pequenas manchas de campos e florestas às margens das fazendas pastoris. A esse número pode-se acrescentar a colonização por migrantes e imigrantes de origem alemã e italiana a partir da década de 1920. Enquanto nas terras florestadas da região do Vale do Rio do Peixe em Campos Novos e Curitibanos, a migração provinha, em sua maioria, de antigos colonos do Rio Grande do Sul, no Vale do Rio Canoas, em São Joaquim e Lages, estes vinham das colônias da planície litorânea do Sul do Estado³⁵⁶.

A redução no tamanho das propriedades, o que se pode observar pelo número de propriedades entre 200 e 1.000 hectares promoveu o aumento do uso do solo dos Campos, onde este poderia empobrecer pelo sobrepastejo, e da floresta para a formação de plantações ou o aumento das pastagens. O crescimento demográfico da região e o processo de divisão das fazendas foi um dos principais responsáveis pelas mudanças no uso do solo e no maior aproveitamento das áreas de florestas para a agricultura.

Nas grandes fazendas as terras florestadas poderiam ser alvo de arrendamento para a agricultura. Os rendeiros poderiam ser tanto colonos quanto antigos agregados da fazenda, que pela agricultura foram se afastando do grupo originário. Se nessas propriedades o arrendamento das terras para a agricultura poderia surgir como mais uma fonte de renda, para fazendeiros e herdeiros menos abastados, a agricultura surgia também como uma possibilidade de sustento. As fazendas da Costa da Serra analisadas por Peluso são um exemplo desse processo. De 2.217 propriedades no município, apenas 101 possuíam mais de 500 hectares, sendo pouco mais de 600 as com mais de 100 hectares³⁵⁷. Esse aumento do número de propriedades e a consequente redução das dimensões é marcada por alterações na paisagem e no uso da terra, onde a agricultura passa a desempenhar um maior papel por parte da população que não dispõe de áreas com grandes extensões para a criação do gado, aumentando a pressão sobre a floresta, que cedia espaço para a pastagem e as plantações.

³⁵⁶ BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestato à colonização.** 2007, 310 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 193-215. PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 154.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 151-152.

Além da redução do tamanho das propriedades, verifica-se também o aumento total da área de terras exploradas por município, como no caso de Campos Novos, Curitibanos, Lages e São Joaquim conforme pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 4 – aumento da área de estabelecimentos rurais em relação ao território.

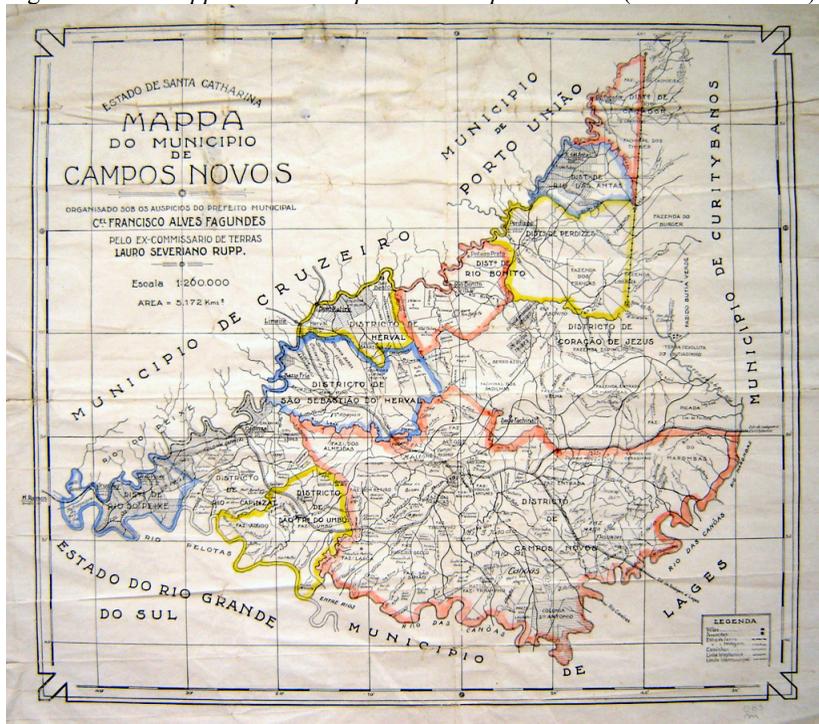
Municípios	Território 1920 (ha)	Área dos estabelecimentos rurais em 1920 (ha)	Área dos estabelecimentos rurais em 1940 (ha)
Campos Novos	535800	222533	331431
Curitibanos	480500	263832	436169
Lages	995600	803462	722582*
São Joaquim	526500	285312	310192

* Bom Retiro desmembrou-se de Lages e Palhoça em 1922

Fonte: Censos de 1920 e 1940.

O mapa elaborado na década de 1920 do município de Campos Novos mostra a indicação de diversas localidades e povoados em seu território que compreendia toda a porção leste do médio e baixo Vale do Rio do Peixe, assim como a divisão em distritos e a localização e dimensão das fazendas. Nesse período se observa a existência de propriedades ocupando praticamente todo o território do município. Apenas uma pequena área, ao leste, confrontante ao município de Curitibanos permanecia como devoluta, na região do Butiazinho, uma área de florestas próxima aos Campos do Espinilho, onde se instalara, no século XIX, a família Correia de Melo, e os Campos do Butiá Verde. Na década em que o mapa foi produzido, a colonização ainda dava seus primeiros passos no Vale do Rio do Peixe. Na imagem, que consta na Figura 17, e em um detalhe da porção leste, na divisa com Curitibanos, na Figura 18, é possível observar a dimensão das fazendas que se localizavam nos Campos, mesmo que muitas delas já tivessem passado pelo processo de subdivisão entre herdeiros ou vendidas a terceiros. No detalhe, é também possível comparar a dimensão das fazendas com os lotes coloniais da Colônia Rio das Antas, às margens do rio do Peixe.

Figura 17 – *Mapa do município de Campos Novos* (década de 1920).



Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

territórios tradicionais de grupos indígenas, o que acirrou a disputa que ocorria desde o início da ocupação luso-brasileira do planalto Sul do Brasil. Porém, embora marginalizados espacialmente, sua herança, assim como a dos indígenas paulistas, dos quais muitos habitantes que migraram para o planalto, não era apenas genética. Muito do conhecimento adquirido de plantas, ciclos naturais e técnicas de uso dos recursos naturais tiveram uma significativa influência indígena, sobretudo pela população que, tomava os rumos do sertão. Esses excedentes poderiam adquirir ou ocupar pelo regime da posse um pedaço de terra às margens das fazendas pastoris, para viver da agricultura, da caça, da coleta de erva-mate e da criação de animais.

3 FORMAS DE USO E ACESSO DOS CAMPOS E FLORESTAS ÀS MARGENS DAS FAZENDAS PASTORIS

Nazareno José de Campos em sua tese intitulada *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*, discute a importância do quadro natural dentro do processo de ocupação humana em uma região, argumentando que existe “uma estreita relação entre diferentes elementos naturais, proporcionando a muitas áreas uma constituição característica que em termos econômicos mostram-se desvantajosas”³⁵⁸. Assim, uma área, ao menos em um determinado contexto, pode assumir um caráter economicamente desinteressante ou até mesmo inviável.

No planalto catarinense, a floresta consistia em um ecossistema inadequado para as atividades econômicas predominantes nos Campos. Para o pecuarista, ela era mais um empecilho que uma fonte de renda, pois impedia “a maior extensão das áreas de campo, e portanto, de alimento para o gado que se multiplicava, em grande parte, à solta”³⁵⁹.

Por se constituir em uma região de fronteira, entre as grandes formações de Campos que se encontravam em Lages, Curitiba, Campos Novos, São Joaquim e Palmas, o avanço da ocupação rumava a espaços cada vez mais distantes, principalmente em áreas dominadas pela floresta, com esparsas manchas de campos ou faxinais, que poderiam ser ampliados pela ação do fogo. Tem-se, a partir de então a constituição de fazendas e a ocupação de terras por apossamento ou mesmo aquisição por uma parcela, se não numerosa, ao menos significativa de sítios independentes nos interstícios das grandes fazendas pastoris. São terras localizadas, em sua maioria, nas bacias dos rios Canoas e seus afluentes, o Marombas, Correntes, dos Patos, Taquaruçu, além de outros rios que pertencem a bacia do rio Uruguai, como os rios Chapecó, Irani, do Peixe e das Pedras, enquanto mais ao norte a ocupação se dirigia aos rios da bacia do Iguazu, como o Timbó, Tamanduá, Paciência, Canoinhas e Jangada.

Como agentes dessa expansão espacial, é possível incluir escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e descendentes de fazendeiros empobrecidos pela sucessiva divisão das terras. Partiam principalmente das grandes áreas de fazendas de criação, situadas, ao leste, nos Campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto por parte do Paraná provinham dos Campos Gerais, de

³⁵⁸ CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 71.

³⁵⁹ LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 264.

Guarapuava e de Palmas. A instabilidade política do Rio Grande do Sul, principalmente nos anos da Revolução Farroupilha (1835-1845) e da Revolução Federalista (1893) trouxe um acréscimo a este contingente populacional, ocupando não apenas os campos, mas também as florestas, mais ao norte³⁶⁰. As principais levas populacionais rumo às florestas do planalto podem ser observadas no mapa da Figura 19:

Figura 19: Mapa das principais frentes de povoamento do planalto catarinense.



Fonte: Bases cartográficas: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2004, 2005). Autor: Marlon Brandt.

Esses novos moradores, como aponta Maurício Vinhas de Queiroz, “embrenharam-se sertão adentro com suas famílias, instalando-se em ranchos por eles construídos em terra de dono ignorado ou do Estado³⁶¹. Poderiam viver da criação de animais, do extrativismo, da caça, da pesca e da agricultura de subsistência, sendo essas atividades possíveis, segundo Neusa Bloemer, “em uma fronteira aberta, com terras devolutas e uma baixa densidade demográfica”³⁶². Modo de vida

³⁶⁰ AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001, p. 25.

³⁶¹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 64.

³⁶² BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Op. Cit.*, p. 72.

que não chega a se enquadrar em uma economia natural, mas sim naquilo que José de Souza Martins denomina como “economia do excedente”, cujo principal objetivo era a subsistência e secundariamente a comercialização da produção que excedem suas necessidades³⁶³.

3.1 OCUPAÇÃO E MODOS DE VIDA

À medida que a população aumentava, formavam-se novas vilas e povoados, que junto com a abertura e melhoria das estradas, possibilitou a expansão do comércio da produção agropecuária dessas famílias. Parte da produção da população planaltina que vivia ao leste, mais próximo às bordas da Serra Geral, possuía como principais destinos econômicos as regiões litorâneas, passando também a contar com o comércio com os colonos alemães no Vale do Itajaí e italianos no Sul do Estado. Já nas regiões mais ao oeste, o comércio passou também a ser realizado, não somente com vilas dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, mas também com a vizinha Argentina, conforme relembra João Maria José de Matos, morador de Campo Erê:

[...] era feita a farinha de biju de milho branco, levavam pra Argentina 10, 12 cargueiros de farinha pra Argentina e quirera, canjica e charque e toucinho de porco, mas tudo seco na fumaça, descarregava aquelas tropas iam lá e traziam, levavam um modo e traziam outro daí iam deixando nas bodegas, cada bodegueiro encomendava tantas coisas e ia dez, doze cargueiros, então descarregava a outra encomenda era tudo encomendado certo como agora que tem os carro, os bodegueiro encomendo, faz o pedido quanto quer de coisa, assim era quem tinha cargueiro³⁶⁴.

Esse avanço à floresta, que não teve o caráter de uma fronteira em marcha, mas sim de uma “sorradeira infiltração”, para utilizar o termo empregado por Maurício Vinhas de Queiroz, possuía também a

³⁶³ MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975. Coleção Pioneira de Ciências Sociais, p. 45.

³⁶⁴ MATOS, João Maria José de. 66 anos. Depoimento, 25 de Novembro de 1996. Campo Erê. Entrevistadora: Angela Maria de Lima Cechetti. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

influência do quadro natural, que não se resume a simples divisão entre campo e floresta³⁶⁵.

A Floresta Ombrófila Mista, vista de cima pode parecer homogênea, dada a predominância das araucárias. Porém existem subformações e submatas com diferentes espécies que assumem maior ou menor presença em algumas áreas. Roberto Klein, em seu *Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina*, publicado em 1978, dividiu a Floresta Ombrófila Mista, por ele denominada de Floresta de Araucária em duas subformações: a Floresta dos Pinhais e a Floresta dos Faxinais. Enquanto na primeira predominavam araucárias de grande porte, com submatas densas e bastante desenvolvidas, com espécies da família das lauráceas, a segunda apresenta pinheiros de menor porte e submata baixa, com predominância de mirtáceas e aquifoliáceas, entremeadas por taquarais e carazais³⁶⁶.

Suas subformações, divididas por submatas, são constituídas por árvores características em diferentes áreas de ocorrência, sendo a floresta também interrompida por campos ou capões arbustivos. Segundo Klein, são encontradas quatro submatas, cada uma dominada por espécies arbóreas diferentes. São elas a Floresta de Araucária na bacia do Iguaçu-Negro e na parte superior das bacias do afluente do Rio Uruguai, Floresta de Araucária na bacia Pelotas-Canoas, Floresta de Araucária do Extremo-Oeste e Núcleos de Pinhais na Zona da Mata Pluvial Atlântica³⁶⁷.

A Floresta de Araucária na bacia do Iguaçu-Negro e na parte superior das bacias do afluente do Rio Uruguai, abrange a região de Canoinhas, parte superior da bacia do Rio do Peixe e parte da região Oeste, apresentando vastas áreas contínuas de floresta de aspecto bastante uniforme. Predominam nessa submata espécies como a imbuia (*Ocotea porosa*) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) no estrato das arvoretas. A bacia do Pelotas-Canoas possui uma maior densidade de araucárias, agrupadas em manchas, que são muitas vezes interrompidas por formações de campo. As maiores concentrações de araucárias localizavam-se próximas aos grandes rios, vales e encostas, predominando, nos terrenos ondulados, os Campos e capões. Nas áreas mais densas de floresta, encontra-se uma submata menos densa, se comparada à região de Canoinhas³⁶⁸.

³⁶⁵ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 35.

³⁶⁶ KLEIN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 10.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 10

A Floresta de Araucária do Extremo-Oeste e os Núcleos de Pinhais na Zona da Mata Pluvial Atlântica apresentam como principais características a densidade menor de araucárias, apresentando, no entanto uma densa submata, formada por elementos da Floresta Subtropical. Já os Núcleos de Pinhais na Zona da Mata Pluvial Atlântica geralmente possuem araucárias adultas e velhas, possuindo em sua submata ora espécies do planalto, ora espécies da Mata Pluvial Atlântica, ou Floresta Ombrófila Densa³⁶⁹.

As diferenças encontradas dentro de uma mesma formação vegetal, como a Floresta Ombrófila Mista, levaram a diferentes frentes de ocupação e uso dos seus recursos naturais. Maurício Vinhas de Queiroz, ao estudar o processo de povoamento do planalto de Santa Catarina, separou espacialmente essas frentes de ocupação, tendo como parâmetro as atividades econômicas relacionadas ao quadro natural, dividindo a ocupação em direção aos Campos, como fazendo parte da “frente pastoril” e a “frente extrativa”, relacionada à exploração da ervamate. Nos espaços onde os campos e as “*minas de erval*” eram escassas, o mate, nas palavras de Nair Ribeiro do Prado, antiga moradora da região de Fraiburgo, “era mais para o gasto”³⁷⁰, ou seja, para o consumo próprio, pois a quantidade não era suficiente para alguma produção comercial. Nessas áreas era a criação dentro do que Vinhas de Queiroz denominou como “roça cabocla” que assumia o papel de principal fonte de renda de diversas famílias do planalto, residentes, sobretudo nas áreas compreendidas pela subformação da bacia do Pelotas-Canoas³⁷¹.

Essa diferenciação entre os Campos e a Floresta Ombrófila Mista era observada e destacada, por exemplo, pelo militar José Vieira da Rosa no início do século XX, em sua série de artigos intitulados *Reminiscências da Campanha do Contestado: subsídios para a História*, publicados no jornal *Terra Livre* de Florianópolis no ano de 1918. Vieira da Rosa se detém, inclusive como uma forma de procurar uma explicação para as origens do conflito, a registrar e analisar a paisagem, expressa nos aspectos naturais e sociais da região do Contestado. São abordados nessa série o relevo, o clima, a vegetação e a população, composta por grandes fazendeiros pecuaristas, ervateiros, e

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 11-12. REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel; REIS, Ademir. Projeto madeira de Santa Catarina. **Sellowia**: anais botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues. Itajaí, ano 30, n. 28-30, p. 1-320, 1978.

³⁶⁹ KLEIN, Roberto. *Op. Cit.* p. 12-13.

³⁷⁰ PRADO, Nair Ribeiro do. Entrevista citada.

³⁷¹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 35.

sitiantes que ocupavam as regiões de florestas. Em uma passagem, o autor realiza uma divisão espacial entre as terras formadas por Campos, “que são todos propriedades de ricos fazendeiros” e a floresta, ocupada por caboclos que viviam da criação de animais:

Município serrano, Curitibaanos é, apesar disso, mais nemorensis do que campesino, porem, mesmo nessas mattas, que nenhum ponto de contacto têm com as florestas virgens do littoral, que tem um caracter subtropical, pascem os gados bovino e cavallar, criam-se manadas abundantes de porcos.

É que essas mattas, limpas de cipós, gramadas, permittindo passear por ellas a Cavallo, como nalgum parque europeu, os fructos nutritivos são abundantes, entre os quaes os guamirins, o vacul, as goiabas serrana, os araçãs a imbuia, o pinhão, as amoras e o butiá, constituem o alimento principal para a engorda dos suinos

O butiá vegeta expontaneamente numa área não muita dilatada: começando apparecer junto à Villa, nos campos de Antonio Sampaio, prolonga-se pelo Guarda-mór atravessa o Correntes, acompanha o Butiásinho e parte do Espinilho, volta pela Liberata, Butiá Verde, Bahia, Taboão, Perdizinhas, Trombudo e Fachinal das Águas, onde se aproxima de novo do Guarda-mór tendo descripto um circulo de 20 leguas mais ou menos.

A descripção que fizemos dos terrenos curitibanenses explica: primeiro o modo de vida do caboclo que, tendo a creação de porcos como sua principal e unica industria era obrigado a viver pelos ermos, no meio das mattas; segundo, a difficuldade que as forças do governo encontraram nas marchas e no serviço de intendencia.

Vimos acima que os terrenos comprehendidos entre o Marombas e o Correntes, formam uma bella região campesina bordada de capões. Estende-se desde a barra do Timbó, Corrente ao Jusante, até à confluencia do Marombas com o Grande e magestoso Canoas. No ponto de bifurcação, porem, e isso numa extensão

de meia légua, os campos desaparecem para dar lugar a uma frondosa matta de pinhaes e palmeiras.

Entre o Correntes e o Rio do Peixe, toda essa grande extensão curitibanense, com excepção dos Campos de Butiá Verde, os das Perdizinhas e Perdizes, gramados e um ou outro campestre, como o da Liberata e do Serro de Pedra, do Cahapiá, etc, é coberta de matto. O caracter da vegetação altera-se cada vês ao aproximar-se do Rio do Peixe onde apesar da existência dos pinheiros e imbuias, já apparecem especies que habitam a região littoral, de caracter subtropical; e o que acontece com os vegetaes tambem succede aos animaes, encontrando-se ali especies que só encontramos nas mattas da costa.

Os terrenos limpos, de campos, são todos propriedades de ricos fazendeiros que, cuidando tambem da lavoura, possuem outras terras no que chamam serras, terras de matto. Para os de Guarda Mor e para todos os que ficam situados ao sudoeste da Villa, essas terras de planta estão nas mattas da margem direita do Correntes [...] ³⁷².

Conjuntamente às atividades ervateiras, ou assumindo o papel de protagonista nas atividades econômicas e de sustento das famílias que se embrenhavam nas florestas, as “roças caboclas” eram também formadas, de modo semelhante às fazendas dos Campos, segundo Arlene Renk, a partir da adoção de “uma prática costumeira de dividir as terras em terras de plantar e terras de criar”³⁷³.

Tanto as “terras de plantar” quanto as “terras de criar” espacialmente pouco se diferenciavam das encontradas nas fazendas dos Campos. Enquanto as primeiras encontravam-se na floresta, geralmente afastadas das residências, a segunda era composta por praticamente toda a propriedade ou posse, abrangendo tanto a floresta quanto pequenas áreas de campos. Criavam principalmente gado bovino e suíno. O primeiro era criado nas áreas abertas, enquanto o suíno vivia nas florestas, sendo a principal criação de muitas famílias, por serem fáceis

³⁷² VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 6, ano 1, 7 de agosto de 1918, p. 1.

³⁷³ RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva**: um officio étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006, p.. 107.

de criar, necessitando de pouco manejo. Bastava soltá-los nos campos e floresta que cresciam e engordavam se alimentando de frutos e sementes, principalmente o pinhão, abundante a partir do outono. Florestas as quais também eram utilizadas para a caça e para atividades extrativistas. Nela obtinham carne, couros, como o de veado, mel, cipós para extrair corantes para a lã, ervas medicinais e principalmente a erva-mate. Na bacia do Iguaçu, onde a presença desta planta era maior, a criação de animais servia como uma espécie de complemento à extração erva-teira³⁷⁴.

Através de inventários de antigos moradores das terras situadas nos Campos e na floresta é possível ter uma noção do modo de vida da população, seu uso da terra, quantidade de roças, número de animais e profissão dos inventariados e de alguns dos seus familiares. Muitos desses moradores, como é possível analisar pelos documentos, embora possuíssem quantitativamente uma porção às vezes extensa de terra, essa nem sempre significava um grande número de animais ou áreas agricultáveis, como era o caso de Joaquim Correa de Mello da Fazenda Espinilho. Um dos fatores que poderiam levar ao baixo número de animais, no caso, de bovinos, seria não apenas as técnicas de manejo das pastagens, mas a proporção de áreas florestadas. Embora essas desempenhassem um papel fundamental na sobrevivência do gado nos meses frios, as florestas eram principalmente locais para a abertura de roças e criação de porcos.

Dentre os diversos inventários arrolados de moradores que possuíam uma pequena área de campo, sendo suas terras compostas, em sua maioria, por florestas e áreas de cultura, encontra-se o de Joaquim Barbosa, morador de Faxinal dos Carvalhos, atualmente localizado no município de Fraiburgo. Joaquim Barbosa, falecido em dezembro de 1897, possuía, de acordo com a relação de seus bens, quatro mulas mansas, um cavalo, uma égua, uma vaca, um boi, acessórios para a montaria, quatro cangalhas, dois cargueiros de sal, uma capoeira e um alqueire de roça³⁷⁵. Pelos bens é possível dizer que o inventariado não se tratava de um criador, embora vivesse em uma região onde existiam diversos fazendeiros criadores de bois e porcos na Liberata, mas de um agricultor e tropeiro. A existência das mulas, cangalhas e cargueiros,

³⁷⁴ FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG). 2003. 290 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003, p. 174.

³⁷⁵ Inventário de Joaquim Barbosa, 1898. Comarca de Curitibaanos, caixa 15. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

evidencia esse ofício, com os quais escoaria sua produção ou mesmo a de outros produtores, em direção aos municípios próximos, como Curitiba e Campos Novos ou mesmo ao Vale do Itajaí. Outros, como Manoel Luiz Cordeiro, de Rio Bonito, em Campos Novos, possuíam somente terras de cultura, haja vista que o rio Bonito, pertencente à bacia do Rio do Peixe, se encontra na região da Floresta Ombrófila Mista. Seus bens semoventes se resumiam a oito éguas, um cavalo bom e um inferior, um burro bom, arreado e um burro velho, uma vaca e uma novilha³⁷⁶.

Joaquim Dias de Moraes, falecido em novembro de 1939, aos 54 anos de idade, era também residente no Faxinal dos Carvalhos, que na época fazia parte do distrito da Liberata. Segundo consta na certidão de óbito anexa ao seu inventário, sua profissão era a de criador. Possuía, de acordo com descrição dos bens de raiz os seguintes imóveis:

- um terreno de matos situado à margem esquerda do Rio do Tigre no imóvel denominado Fazenda do Espinilho, município de Campos Novos, com área de dois milhões, cento e dezenove mil e seiscentos metros quadrados (2:119.600 m²) [...].

- um pinhal existente no terreno acima referido [...], o qual deverá ser contado oportunamente porquanto existe um contrato de venda assinado pelo *de cujus*.

- um terreno de posse de matos e fachinais situado no lugar denominado Fachinal dos Carvalhos, no distrito da Liberata [...] com área de dois milhões setecentos e setenta e três mil duzentos e cinquenta metros quadrados (2:773.250 m²) mais ou menos [...]

- uma parte de terras de posse de cultura, situada na fazenda do Espinilho [...] com área de trezentos mil metros quadrados (300.000 m²) mais ou menos [...].

- uma casa velha, constituída de madeira, sita no imóvel “Fachinal dos Carvalhos”.

Constam no inventário de bens móveis, 10 mulas, seis cavalos mansos, quatro potros, quatro éguas, velhas e novas, quatorze vacas com

³⁷⁶ Inventário de Manoel Luiz Cordeiro, 1911. Comarca de Campos Novos. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

crias, onze vacas sem crias, oito bois, um touro, seis ovelhas e trinta e cinco porcos. Contam também alguns utensílios úteis na criação como um arreo, sela e uma aranha puxada a cavalo³⁷⁷. Observa-se nesse inventário, que, além da divisão entre os matos e faxinais e as terras de cultura, possivelmente formadas a partir da formação de capoeiras e da prática da policultura, existia um reduzido número de animais se comparada à quantidade de terras que o inventariante possuía, sejam elas por posse ou legalizadas, devido a existência da floresta. A separação entre os pinhais, que já possuíam um contrato de venda e as terras do Espinilho, demonstra também que em 1938 as serrarias já atuavam nos Campos do Espinilho.

Outros moradores, como Bento Alves Fagundes, possuíam um número maior de animais. Em seus bens semoventes encontram-se quatro éguas com crias, cinco sem crias, sete bestas (sem identificar se eram asininas ou muares), sete potros e trinta reses de várias idades. Animais que se encontravam em terras de campos e matos, localizados na Fazenda da Lagoa, próxima ao rio Canoas, em Campos Novos. Embora sem determinar a dimensão das terras, é possível concluir que esse morador possuía nas lidas pastoris sua principal fonte de renda, pois nas terras do inventariado não constam nenhuma menção a terras de cultura, e também não foram inventariados objeto relacionados às práticas agrícolas³⁷⁸.

Embora o modo de povoamento realizado por essa população fosse disperso, esses moradores não viviam isolados. Eles estavam vinculados entre si por diversos elementos conectados à sua vida social e cultural. As pessoas, como salienta Norbert Elias, estabelecem relações sociais quando negociam, trabalham ou se divertem juntas, mas “elas também estabelecem relações quando ‘moram juntas num mesmo lugar’, quando constroem seus lares num mesmo local”. As interdependências que se estabelecem sobre esse grupo, são especificamente comunitárias³⁷⁹. Mesmo que sua análise seja dirigida a uma pequena vila operária inglesa do século XX, é possível pensar nessa ideia da formação de uma comunidade a partir da construção de lares num mesmo local, dentro do processo de povoamento do planalto

³⁷⁷ Inventário de Joaquim Dias de Moraes, 1938. Comarca de Curitibaanos, caixa 23, fl. 13-14. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

³⁷⁸ Inventário Bento Alves de Fagundes, 1897. Comarca de Campos Novos. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

³⁷⁹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 165.

entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esses vínculos eram construídos a partir da convivência e do uso e acesso à bens da natureza, como na criação de animais à solta dentro das “terras de criar”, onde os espaços para criação eram compartilhados entre vizinhos.

A forma de ocupação, como a que ocorria nas áreas marginais às fazendas pastoris dos Campos, para autores como Larissa Mies Bombardi, “transforma o meio natural, ou um território anterior, por meio de padrões culturais”, estabelecendo, por sua vez, uma rede de relações que cria uma especificidade no território, que pode ser caracterizada por práticas culturais, de trabalho e de uso e acesso a terra e aos recursos naturais³⁸⁰. A “roça cabocla” e as atividades de criação e ajuda entre os moradores serviam inclusive como uma espécie de delimitação territorial, traçada pelos moradores na participação dessas atividades.

A criação de animais à solta era uma prática comum tanto na criação de bovinos quanto de suínos, com os animais de diferentes proprietários compartilhando os mesmos espaços, que compreendiam áreas de capões, matas de galeria, ou a floresta, com pequenas aberturas de campos ou Campos com butiazais. As divisas entre as propriedades e as posses eram feitas empregando marcos naturais, dispensando o emprego de cercas, o que persistiu, em muitas regiões até o início da colonização. Isso fica evidenciado em depoimentos de moradores, como José Lindolfo Cordeiro Leite, antigo criador de animais a respeito da criação à solta:

[...] naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas [...] não tinham cerca, nada, que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação era tudo junto, uns criavam porco outros criavam gado. E era tudo misturado. Era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meu Deus do céu. Então da nossa fazenda nós vínhamos para pegar animal [...] ali na Liberata, e às vezes noutras partes. [...] Às vezes levava mês para a gente achar. Naquele tempo tinha tudo que era criação³⁸¹.

³⁸⁰ BOMBARDI, Larissa Mies. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. *Agrária*, São Paulo, n. 1, pp. 55-95, 2004, p.61.

³⁸¹ LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

Na região de Curitiba e Campos Novos, por exemplo, a divisão de muitas propriedades e posses era regulamentada pela própria população, com divisão por rios ou árvores assinaladas. A ampla mobilidade dos animais é relatada por Sebastião Celso Abrão, também ex-criador, que enfatiza também a ausência de cercas nas divisas das terras, sejam elas constituídas por posses ou terras legalizadas:

Era tudo em aberto, tinha a propriedade, tinha um poteirinho para fechar um cavalo, mas era tudo em aberto. [...] Só o marco na época, cada um sabia onde era a divisa. E todo ano era retocada a divisa, roçada para não desaparecer. Ia de um marco para outro e limpava. Eu passava para o terreno do outro, passavam no meu terreno, ninguém ligava. Tudo em aberto³⁸².

A ausência de barreiras físicas entre as terras possibilitava o livre trânsito de animais de diferentes proprietários, ou seja, seu uso na criação era em comum em diversos espaços. Práticas de auxílio mútuo podem ser observadas nessa forma de criação, onde o arrebanhamento, de bois, cabras ou porcos, tanto para consumo quanto para a venda, era facilitado pelo contato entre os moradores, que tinham o hábito de avisar ao proprietário caso avistassem alguns animais em suas terras, prática assim descrita por Miguel Lara Sobrinho, morador da região de Fraiburgo: “cada um cuidava do seu porco, às vezes achava no vizinho, levava um para o outro. Às vezes andavam campeando, aí achavam o porco do outro vizinho e avisavam”³⁸³.

O espaço, à medida que adquiria familiaridade, que era cada vez mais conhecido, definido e significado pela população, transformava-se em um lugar familiar e humanizado³⁸⁴, estando, como aponta João Baptista Mello, “cheio de objetos comuns”, onde emergiam experiências cotidianas, de trabalho, lazer e sobrevivência³⁸⁵. Lugar cuja formação, para Antônio Cândido, “depende não apenas da posição geográfica, mas

³⁸² ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

³⁸³ LARA SOBRINHO, Miguel. 77 anos. Depoimento, 26 abril 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

³⁸⁴ TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983, p. 184.

³⁸⁵ MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olindina Vianna; Silva, Solange Tietzmann (org). **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 32

também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas”, onde a “convivência entre eles decorre da proximidade física e a necessidade de cooperação”³⁸⁶. Dessa forma, os sitiantes, para Bombardi,

se reconhecem uns aos outros por meio dessa *identidade*, ou seja, não é o tamanho da propriedade que indica quem é ou não sitiante, mas o modo de vida que nela se dá, que se plasma no espaço, transformando-o em uma fração diferente do território, que pode até mesmo ser apreendida com o olhar³⁸⁷.

Essa população que vivia em áreas marginais às formações campestres, embora dispusesse de uma ampla faixa de terras florestadas abertas, mais ao oeste, constituindo uma área de fronteira agrícola, era relativamente fixa, ao menos em parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A existência de florestas e terras abundantes, associadas a uma baixa ocupação demográfica, possibilitava a reprodução de práticas de acesso e uso da terra e seus recursos. Soma-se a esses fatores para a sedentarização da população o sentimento de localidade, formado através dos laços de parentesco, vizinhança, compadrio, práticas lúdico-religiosas e de entreatjada, como o mutirão³⁸⁸. É o que expressa o depoimento de Sebastião Andrade dos Santos:

³⁸⁶ CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971, p. 64-65.

³⁸⁷ BOMBARDI, Larissa Mies. *Op. Cit.*, p.61.

³⁸⁸ Também conhecido na região como *puxirão*, *putirão*, *pixirum* ou *pixurum*, o mutirão se caracteriza como “uma cooperação mútua entre agricultores, usada, principalmente, nas paragens onde o trabalho remunerado é quase desconhecido, nas zonas de pequenas e médias propriedades ou de terras desvalorizadas”. “MUTIRÃO” ou “adjunto”. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 38-39, maio de 1943, p. 39. Este é um dos elementos ao qual o morador rural recorre à ajuda dos vizinhos, para a abertura de um roçado ou a alguma colheita, suprimindo assim as limitações da atividade individual ou familiar. Além da cooperação na faina agrícola, destaca-se como aponta Antônio Cândido, o seu aspecto festivo, fundamental na “formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança”. CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, p. 68. Muito embora tais práticas de auxílio mútuo ocorressem de forma consensual entre os moradores, podendo até, como aponta Alexandre Assis Tomporoski “muitas vezes, romper ou amenizar certas barreiras, inclusive de caráter étnico” não era raro ocorrerem desavenças durante a faina ao longo do dia ou mesmo durante as festividades na noite. TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber!** Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929. 2006, 207 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 26.

na época o filho do fazendeiro quando arrumava a época do casamento o pai dizia vai lá acha uma nascente e faz uma casa. E cada um dava uma coisa, o pai dava um porco, outro dava uma vaca, era assim. Se encostava lá e começava a vida. Tinha os animais e se ajudavam. [...] Se encostava naquele cantão, fazia um rancho, quando ele estivesse melhor, derrubava um pinheiro, fazia uma casa³⁸⁹.

Essas relações, que também eram verificadas em fazendeiro das áreas de Campos, sobretudo nas áreas mais afastadas das grandes formações campestres, formavam um conjunto de normas, hábitos e costumes, transmitidos de geração em geração, onde a oralidade exerce uma importância fundamental, onde a memória legitima essas práticas. Práticas que, assim como as memórias que as transmitiam, longe de serem permanentes e transmitidas “pelo modo atemporal da ‘tradição’”, segundo Eurípedes Funes, são um campo em constantes mudanças, reconstruções, ressignificações, fraturas e oposições, não apenas se autodefinindo, mas recebendo influências externas, assumindo variações tanto espaciais quanto temporais³⁹⁰.

Conjunto que possui também uma íntima ligação com o direito consuetudinário, que deriva dos hábitos considerados bons, dos usos habituais, que podem ser da terra, da água ou de algum outro recurso natural, por exemplo, e que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, sendo uma espécie de lei local³⁹¹. Conforme Paulo Pinheiro Machado, essas práticas eram também balizadas “religiosamente pelos ensinamentos do monge João Maria como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio”³⁹².

Ensinamentos que os moradores planaltinos das áreas rurais seguiam “como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio”³⁹³. Muitos destes ensinamentos

³⁸⁹ SANTOS, Sebastião Andrade de. Entrevista citada.

³⁹⁰ FUNES, Eurípedes. *Mocambos do trombetas: memória e etnicidade (séculos XIX e XX)*. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (orgs). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 228.

³⁹¹ THOMPSON, Edward Palmer (2002). *Op. Cit.*, p. 88-120.

³⁹² MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 96.

³⁹³ *Ibidem*, p. 95-98, 168.

eram e ainda são proferidos através de profecias e histórias, retransmitidas entre a população através de décimas e porfias³⁹⁴ que buscam reproduzir o pensamento de João Maria, de forma semelhante a apresentada por Edward Palmer Thompson:

as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares³⁹⁵.

Mesmo que, embora atribuídos a figura de João Maria, possam não ter sido proferidos pelo mesmo, o respeito que a população possuía pelos seus ensinamentos poderia dar legitimidade a esses mandamentos, que também recebiam eventuais modificações e acréscimos, onde, como aponta Élio Serpa, a “tradição encarregou-se de preservar a memória dos profetas e seus ensinamentos que, até hoje, ainda são cultuados na região”³⁹⁶. Tais mandamentos e ideias, atribuídas ao monge “embutiam uma concepção do que deveria ser considerado tradicionalmente correto no trato entre as pessoas, uma ‘economia moral’³⁹⁷”. Pode-se assim afirmar que a cultura da população planaltina assume formas conservadoras, embora esta não possa ser vista como imutável, que procura recorrer aos costumes tradicionais e busca, de certa forma, reforçá-los.

Isto pode ser percebido inclusive no trato com a natureza, conforme evidencia Euclides Felipe em seu estudo sobre o folclore da região do Contestado, em que apresenta alguns preceitos do monge,

³⁹⁴ Competição entre trovadores, comum na região.

³⁹⁵ THOMPSON, Edward Palmer (2002). *Op. Cit.*, p. 18.

³⁹⁶ SERPA, Élio Cantalício. **A Guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Ufsc, 1999. Coleção Rebento, p. 32.

³⁹⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 98. A economia moral de uma população possuía, de acordo com E. P. Thompson como “fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais”. Esta, não pode ser descrita como “política” em nenhum sentido avançado, mas também não devemos entendê-la como apolítica, “pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas do bem-estar comum”. Economia que não “se intrometia apenas nos momentos de perturbação social”, sendo baseada, de acordo com Frederico de Castro Neves, “em concepções morais pouco influenciadas pelas noções de lucro e acumulação ilimitada de riquezas”, onde a “lógica” do capital encontra um “terrível obstáculo” THOMPSON, Edward Palmer (2002). *Op. Cit.*, p. 152-153. NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 39-57, fevereiro 1998, p. 49-50.

muitos deles relacionados ao uso dos recursos da natureza, colhidos pelo Capelão Emídio Conceição, do Faxinal do Paulista, “os quais ouvira daqui e ali”, em parte transcritos a seguir:

- 1)-Não se deve queimar folhas, cascas nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 3)-Ao cortar uma árvore ou pé do mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4)-Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.
- 5)-As casas e as propriedades de quem incendia as matas, um dia também hão de virar em cinzas.
- 11)-Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
- 12)-Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.
- 16)-Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.
- 17)-Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas³⁹⁸.

O acesso e uso da terra, contudo, torna-se cada vez mais precário a essa população, à medida que imensas faixas de terras devolutas passavam a ser alvo de açambarcamento privado, o que passa a ocorrer com maior intensidade a partir das primeiras décadas do século XX. Apropriações promovidas por grupos políticos, fazendeiros locais e empresas de capital estrangeiro como a *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, cujos interesses estavam voltados tanto para a valorização do mate, nas áreas onde a erva-mate abundava, quanto pela possibilidade de exploração madeireira e colonização das terras³⁹⁹.

Em Santa Catarina, a política de terras, definida após a Constituição Republicana de 1891, quando as terras devolutas passaram

³⁹⁸ FELIPPE, Euclides. **O último jagunço**: folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: Unc, 1995, p. 36-37.

³⁹⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 75.

ao domínio dos Estados, possuía como objetivo atuar na regularização de antigas posses e na venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. Política que se baseava, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado,

na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto⁴⁰⁰.

Da mesma forma que em outros estados brasileiros, as populações indígenas estavam completamente alijadas desta política de desenvolvimento. Situação que não era diferente para os sitiantes que viviam no planalto sob o regime da posse e que passaram a ser expropriados por fazendeiros, políticos e grupos econômicos, interessados no aumento das propriedades e na exploração madeireira e/ou colonização. Processo que assinala a origem de diversas situações de disputa envolvendo a questão da terra⁴⁰¹.

Dentre estas disputas, a Guerra do Contestado, que ocorreu na região de planalto no interior do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916, se sobressai, tanto pela abrangência espacial, que em alguns momentos envolveu uma área de 28 mil quilômetros quadrados, quase um terço do atual território catarinense, quanto pelo número de envolvidos, que chegou próximo dos 20 mil. Em linhas gerais, o movimento do Contestado iniciou-se como um fenômeno religioso de exaltação mística com fortes características messiânicas, o que foi mantido, com maior ou menor intensidade, até os seus momentos finais⁴⁰². Os rebeldes formavam um grupo bastante heterogêneo, agregando diferentes elementos sociais, como posseiros expropriados, ervateiros, trabalhadores desempregados, fazendeiros com reduzido

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 139.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 139.

⁴⁰² QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 177.

número de campos e animais, antigas lideranças federalistas e opositores políticos dos “coronéis”⁴⁰³ da região. Para Paulo Pinheiro Machado, o movimento identificou, desde o início, a marginalização da população local, ao passo que cresciam os estímulos para a colonização do planalto, demonstrando também o descontentamento político e social, em muitos casos, relacionados à posse da terra, tendo como seus principais alvos os coronéis, fazendeiros, especuladores e o capital estrangeiro, representados pelo grupo norte-americano *Brazil Railway Company*⁴⁰⁴.

A *Brazil Railway* apoderou-se de uma enorme faixa de terras concedidas como pagamento pela construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, concluída em 1910, que corta Santa Catarina de norte a sul acompanhando o curso do Rio do Peixe, em uma área rica em reservas madeireiras, especialmente a araucária, que seria destinada à colonização e exploração madeireira. A instalação da ferrovia intensificou na região do Vale do Rio do Peixe e arredores a passagem da terra em mercadoria, tendo conforme Rosângela Lunardelli Cavallazzi “como companheira a generalização da propriedade legal em detrimento da ocupação ou posse”. No caso da *Brazil Railway*, ao fazer valer seus direitos pela concessão, a empresa expulsou a população posseira que vivia nestas terras, o que fez muitos desses moradores a ingressar nos quadros rebeldes⁴⁰⁵.

Com o término da guerra no início de 1916 é possível constatar uma espécie de “desocupação” da região onde se desenrolou o conflito devido ao grande número de mortos e de famílias que fugiram para

⁴⁰³ Quando a denominação coronel for mencionada entre aspas trata-se de uma referência ao “chefe local”, utilizando o termo de Duglas Teixeira Monteiro, ou a grandes proprietários de terras, membros da Guarda Nacional. A Guarda Nacional, criada em 1831, originalmente servia para a defesa da Constituição e a manutenção da ordem local e regional, policiando e prevenindo revoltas. Existia nessa instituição uma hierarquia semelhante às instituições militares, onde os postos mais elevados eram os coronéis, seguidos pelos maiores, capitães e outras patentes inferiores. Refletia, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, “no escalonamento de seus postos, a estrutura sócio-econômica das diversas regiões”. Muitos membros da Guarda Nacional também ocupavam cargos políticos, influenciando, no caso do planalto catarinense, no processo de apropriação de terras devolutas. MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Op. Cit.*; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 156.

⁴⁰⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 25-26.

⁴⁰⁵ CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado**: tempo do camponês, espaço da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003, p. 69.

outras áreas⁴⁰⁶. Porém muitas famílias envolvidas retornariam às suas antigas terras ou se instalariam em alguma nova área de terras pertencentes ao Estado, permanecendo em grande parte como posseiras.

É o que se pode constatar na região de Curitiba, a partir da leitura do *Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado* do ano de 1917, instituição responsável na época pelos assuntos ligados à terra na região do planalto, abrangendo Lages, Curitiba e Campos Novos. No Relatório, o Agente Constâncio Krummel discorria em seu relatório anual, sobre a dificuldade encontrada para legalizar a terra de posseiros, onde

grande é o numero de intrusos que tenho encontrado em toda a parte em terras do Estado, e tenho procurado fazer com que os mesmos queiram as terras que ocupam, por compra ao Estado n'estas condições, já enviei cerca de 130 requerimentos á Directoria, e enorme numero está por fazer, aguardando minha intervenção e auxilio⁴⁰⁷.

No ano de 1922 outro relatório, expedido pelo Agente Júlio Boppré, também informa a grande quantidade de famílias posseiras vivendo em Curitiba:

grande ainda é o numero de intrusos em terras do Estado, principalmente no município de Curitiba, onde elementos nocivos, quer oriundos de outros lugares, quer oriundos da campanha dos fanaticos, quer apossado de outros lugares ocupavam uma area de terras devolutas nunca menos de 800-1000 milhões de metros quadrados sem haver possibilidade por parte d'esta Agencia, de os fazer adquirir estas terras legalmente. Julgam que lhes assiste pleno direito de ocupar as terras do Estado sem mais nem menos e não há meio de convencer-os do seu procedimento irregular e criminoso⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 41.

⁴⁰⁷ SANTA CATARINA. **Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Lages referente ao ano de 1917.** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

⁴⁰⁸ SANTA CATARINA. **Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Bom Retiro referente ao ano de 1922.**

Nesses relatórios, vislumbra-se ainda a existência de um grande número de famílias que ocupavam áreas de terras que ainda permaneciam devolutas sob o regime da posse, cujo avanço da apropriação privada da terra, trazendo a colonização e a exploração madeireira, colaborou decisivamente para a desagregação de diversas formas de uso e acesso à terra e recursos naturais, muitas delas praticadas em comum.

3.2 ESPAÇOS E RECURSOS NATURAIS DE USO COMUM NOS CAMPOS E FLORESTAS

Práticas relacionadas ao usufruto em comum da terra e dos recursos naturais implantados por comunidades para a geração de benefícios mútuos e o manejo de recursos disseminaram-se em diversos espaços no planeta. É provável que muitas formas tenham desaparecido ou assumido novas feições, como apontam Margaret McKean e Elinor Ostrom, “na medida em que as comunidades tradicionais optaram por outras relações ambientais, particularmente à luz de mudanças tecnológicas”⁴⁰⁹. Em muitos casos esses regimes sofreram e vêm sofrendo com a legislação, que desconsidera essa forma de regime de propriedade ou uso da terra, além da interferência ou inserção de pessoas externas a uma determinada comunidade ou região. Elementos que, ao se apropriarem daquele espaço, promovem, na quase totalidade dos casos, a desarticulação das redes sociais do lugar, seja pelo cercamento, destruição ambiental ou pela própria expropriação dos moradores, culminando não apenas no declínio ou mesmo término do usufruto em comum da terra, mas também de outras práticas sociais de cunho coletivo⁴¹⁰.

No Brasil são inúmeros os exemplos de áreas de uso comum e vasta é a sua distribuição espacial. De norte a sul encontram-se variadas formas, cujo uso aparece, conforme aponta Alfredo Wagner Berno de Almeida, “combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de

Relatório de 1923. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

⁴⁰⁹ McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usps, 2001, p. 87.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 87.

maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e agropecuária⁴¹¹.

Muito embora a existência de áreas de uso comum no Brasil tenha uma herança lusa, sobretudo no que cabe aos usos dos chamados bens da Coroa, que dão origem ao patrimônio do Estado, estando inclusive reguladas por leis e códigos, muitas delas ocorriam à revelia dos dispositivos legais⁴¹². Esses sistemas podem ser encontrados em comunidades não-urbanas e urbanas e se caracterizam pela utilização em comum de certos recursos, como peixes, plantas medicinais, produtos do extrativismo vegetal e atividades relacionadas à criação de animais⁴¹³.

Verificam-se nestes espaços a existência de “uma complexa rede de elementos naturais e humanos”⁴¹⁴, cuja imbricação é resultante também do contato entre diferentes grupos humanos. No planalto, destacam-se as influências ibéricas, africanas e indígenas, trazendo cada uma as suas experiências espaciais, sociais, culturais e econômicas, criando assim novas formas de uso, ressignificações e apropriações da terra.

O uso da terra em comum em áreas onde se exercem atividades pastoris, ao que tudo indica, parece ser uma prática muito difundida desde os primeiros anos do avanço das frentes pecuárias no Brasil⁴¹⁵. Mesmo nas regiões de planalto no Sul do Brasil, apesar de possuírem características semelhantes no povoamento, as formas de uso comum na região não são homogêneas, estando relacionadas tanto às diferentes áreas de vegetação, separando as áreas extrativistas das de criação, quanto das diferentes levadas de povoamento e contato com diferentes culturas.

⁴¹¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004, p. 12.

⁴¹² DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro. Apresentação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001, p. 9. CAMPOS, Nazareno José de. Terras de uso comum no Brasil: elementos de base jurídica. In: ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, 1. 2005, Irati, **Anais eletrônicos...** Irati, 2005 1 CD-ROM p. 72-80, p. 72-73.

⁴¹³ DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001, p. 98.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 90.

⁴¹⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: **Cadernos Naea**. Belém, n. 10, p. 163-195, 1989, p. 163.p. 181.

As populações dos Campos e das florestas não apenas convivem com a biodiversidade no espaço que as circundam, mas também nomeiam e classificam os seres vivos – sendo possível estender os comentários a todo o grupo de não humanos – de acordo com suas próprias categorias e nomes. A natureza, longe de ser vista como selvagem, era parte de suas vidas. No planalto catarinense e sulino em geral, onde penetraram as primeiras incursões europeias, tanto do lado português quanto do espanhol, parte do conhecimento indígena foi assimilado pelos invasores, pela experiência individual e coletiva, sendo fundamental na construção e adaptação ao novo meio. Heranças, as quais se incluem mais tarde as influências africanas, que seriam amalgamadas pela população local, formando seu conjunto de explicações e representações da natureza. No manejo desses recursos naturais, os não-humanos participam do espaço, tanto domesticado, como as lavouras e os espaços por onde percorrem as criações, quanto por espaços identificados e reconhecidos como fazendo parte do seu lugar, que compunham seu “território enquanto *locus* em que se produzem as relações sociais e simbólicas”⁴¹⁶.

A necessidade de utilizar os recursos que compõe seu território fez com que a população desenvolvesse estratégias no manejo da natureza. Conhecer a natureza, o significado de cada sinal que ela transmite e que táticas adotar nos momentos de condições adversas, podem significar fome ou abundância. Isso implica no profundo conhecimento da flora, fauna, seus ciclos naturais, e na combinação de diferentes atividades produtivas, como a criação de animais, a agricultura e a coleta da erva-mate, esta última, uma atividade especificamente florestal. Ricardo Ferreira Ribeiro em seu estudo sobre o Cerrado de Minas Gerais e suas populações tradicionais, destaca que entre povos e grupos nômades que realizam migrações sazonais, de modo semelhante ao realizado pelos ervateiros no sul, “há uma identidade entre ambientes e épocas do ano, segundo os ‘recursos’ que oferecem”⁴¹⁷. Já os fazendeiros dos Campos, seus agregados e os sítiantes envolvidos na agricultura e criação, de caráter mais sedentário, atuam em um território mais restrito, assim precisam estar mais atentos aos ciclos naturais, com seus “atrasos ou antecipações, em cada uma das

⁴¹⁶ DIEGUES, Antônio Carlos. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (orgs). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**, 2. Ed. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2004, p. 16.

⁴¹⁷ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Op. Cit.*, p. 37-38.

atividades do calendário agrícola”⁴¹⁸. Períodos excepcionais de alterações climáticas podem comprometer a produção e o conjunto de estratégias de sobrevivência de ambas as atividades.

Estratégias que, aliadas a construção por parte dos próprios moradores de redes de sociabilidade no lugar, foram fundamentais para a disseminação de práticas relacionadas à criação de animais nos Campos e na Floresta Ombrófila Mista do planalto do Sul do Brasil. No entanto, muitas destas práticas também se faziam presentes nos espaços que compreendiam os rocios dos municípios do planalto, compondo um importante elemento da paisagem das vilas e mais tarde municípios no século XIX e início do XX.

3.2.1 Uso em comum nos rocios das vilas

Se nos espaços mais afastados dos núcleos urbanos o uso e acesso à terra e recursos naturais no Brasil, antes de qualquer atribuição jurídica formal tem uma relação direta com o direito consuetudinário, o direito costumeiro, que é transmitido através do costume, da tradição e da memória, nas áreas urbanas seu uso estava regulados por um conjunto de leis e normas que provinham do período colonial⁴¹⁹.

No âmbito legal, as terras destinadas ao uso comum são uma herança do regime colonial português, estando ligadas a aspectos de caráter público, como os bens da Coroa, que compõem o patrimônio do Estado e as terras de natureza comunal, como as terras dos conselhos ou municípios, e terras de usufruto comum, destinadas à pastagem do gado e a obtenção de lenhas⁴²⁰. No Brasil, com a transposição da legislação portuguesa para o além-mar, a doação de terras para o patrimônio das Câmaras Municipais ocorria desde os princípios da colonização portuguesa, sendo determinada inclusive nos forais dos donatários⁴²¹. Dentre estes patrimônios municipais existiam no Brasil os chamados logradouros públicos que, além das terras do conselho, serviam, segundo Murillo Marx, a

distintos propósitos, que poderiam resumir-se em sua utilização por parte de todos os moradores

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 37-38.

⁴¹⁹ CAMPOS, Nazareno José de (2005). *Op. Cit.*, p. 74.

⁴²⁰ CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. *Geosul*, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002, p. 114.

⁴²¹ ABREU, Mauricio de Almeida. *Op. Cit.*, p. 216.

para pasto de animais, para coleta de madeiras ou de lenha, para algum plantio, bem como constituía uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças⁴²².

Maurício de Almeida Abreu destaca o fato de que no Brasil as terras que compunham o patrimônio municipal foram muitas vezes chamadas de rocios. Porém esse termo poderia significar tanto a sesmaria dada ao conselho, que servia como uma garantia de renda para os conselhos, que poderia dividi-los em glebas e aforá-los aos moradores quanto às terras que formavam o que em Portugal se conhece como baldio, que no Brasil ficaram conhecidas como logradouro público⁴²³.

Em Santa Catarina diversas leis e regulamentos foram expedidos para o uso e acesso das terras que compunham o patrimônio municipal e os rocios. Estas podiam ser vistas em Lages, Curitiba e Campos Novos, cujos espaços que compunham essas terras, formadas por campos e capões, eram usufruídos pela população local, inclusive com reconhecimento em seus respectivos códigos de posturas.

Era incipiente ainda a urbanização no planalto ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Apesar da imensa área territorial dos municípios planaltinos, a baixa densidade demográfica era regra, sendo ainda menos habitadas as sedes dos municípios. Lages, por exemplo, era descrita da seguinte maneira por Ave-Lallemant:

se deve convir que é uma vila, que tem ruas, duas ou três, até bastante largas e regulares. Mas faltalhes, na maioria, boa aparência. Quase tôdas as moradas são térreas, geralmente faltam vidraças

⁴²² MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1991. Coleção Cidade Aberta, p. 68.

⁴²³ ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 217. Em seu *Dicionário de Agricultura*, Francisco Soares Franco definia desta maneira as terras do baldio: "1º são terrenos incultos, mas susceptíveis de cultura, ou, terrenos áridos, cujo gasto de cultura excederia o producto. 2º São prados bons em si mesmos, e que produzem qualquer herva para pastos, ou prados pantanosos, que se podem esgotar. 3º São bosques em bom terreno, de que se podem fazer boas matas, ou arbustos, e espinhais em hum terreno árido". Seu aproveitamento era variado: forneciam lenhas, que eram inclusive comercializadas nas cidades próximas, madeira, saibro e pedra para a construção, além do pasto e água para a agricultura e abastecimento de fontes públicas, dentre outros usos. BALDIOS. In: FRANCO, Francisco Soares. **Dicionário de Agricultura**. V. 1. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804, p. 357-358.

nas janelas, o que dá aparência erma. Creio que não vivem 500 habitantes no ninho, na vila, cujo território municipal perfaz centenas de léguas quadradas, com 8 a 9 mil habitantes⁴²⁴.

Embora a impressão do viajante sobre a vila não seja das melhores, considerando-a triste, o que ele mesmo atribui ao tempo e a estação em que estivera na vila, enfrentando chuva e frio, seu relato ilustra a paisagem urbana de muitas das vilas e povoados serranos de Santa Catarina, onde é possível vislumbrar também muitos elementos rurais. As casas possuíam em seus quintais diversas espécies de plantas e currais onde ficavam os animais. Fato descrito da seguinte maneira pelo médico alemão: “notam-se por trás das casas lugares geralmente cercados irregularmente com estacas, – currais ou pequenas hortas separando as casas da pastagem aberta”⁴²⁵. Animais cuja alimentação também poderia provir dos pastos de áreas que seriam de uso comum da população.

Em Lages, a existência de uma área de terras de caráter público pode ser constatada através de documentos como os Códigos de Posturas Municipais e em ofícios como o expedido em 1885 pela Câmara Municipal de Lages que trata da existência de uma área de terras situadas em um logradouro público, onde

[...] desde os fundamentos desta povoação forão destinados pelo poder competente certa quantidade de terrenos que formão ainda hoje o patrimônio do lugar e serve de logradouro público; e esse terreno circula a povoação e é desfructado pelo povo, já nas tiradas de lenhas, já nas de madeiras para construcções, também na manutenção de seus gados [...]⁴²⁶.

Os Códigos de Posturas e Leis Municipais de Lages, publicados entre o final do século XIX e início do XX, ao mencionar as terras que compunham o patrimônio municipal, tratavam de questões relacionadas principalmente ao seu aforamento, pagamento de taxas e impostos e concessões de áreas. Algumas delas foram inclusive destinadas à

⁴²⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p. 68-69.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 71.

⁴²⁶ Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Antônio Ribeiro dos Santos dirigido a José Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província de Santa Catarina, no dia 16 de fevereiro de 1885. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

formação de lotes coloniais suburbanos, de no máximo oito hectares, conforme expresso na Lei nº 42, de 5 de julho de 1898, Art. 3, em seu parágrafo único, a “cultura [...] principalmente de vinicultura, arboricultura, horticultura, cereaes e outros produtos agrícolas propios desta zona”⁴²⁷.

Zélia Lemos apresenta em seu estudo sobre o município de Curitiba na Guerra do Contestado⁴²⁸, a “escolha do terreno da sede ou patrimônio municipal” do governo da Província em 1884, pela Lei nº 1.067, de 30 de março de 1864, que “aprova os artigos de posturas abaixo transcriptos, propostos pela Câmara Municipal de Curitiba [...]” a regulamentação dos usos que se fariam das terras que compunham o “rocio da villa”:

Posturas

Artigo 1º – Ninguém poderá, nas mattas e campos do rocio da villa, fazer derrubadas de madeiras para roças outro qualquer fim, bem como derrubar qualquer páo sem ser por utilidade pública e precedendo licença da Câmara, pela qual pagará o impetrante quatro mil réis, sob pena de quinze mil réis, de multa, e trinta nas reincidentes.

Artigo 2º – Só é permitido nas referidas mattas tirar-se lenha seca para consumo particular de cada um dos seus habitantes, sob multa acima estabelecida.

Artigo 3º – São considerados, temporariamente, mattas e campos do rocio, todo terreno comprehendido dentro das seguintes divizas: – começando do Lageado chamado – dos Linhares – de onde se chama a Taipinha – por este abaixo até a casa em que reside Laurindo Manoel de Barros, outr’ora de Fortunato Rodrigues de Lima aonde deságua uma vertente que divide dos campos do rocio a fazenda denominada Butiá, e subindo por esta vertente até suas cabeceiras, e d’ahi a procura de uma outra vertente que divide a mesma Fazenda dos campos do Rocio, e descendo por esta até chegar no Lageado da Estância Nova, e por este acima até suas cabeceiras, e ahi, aonde

⁴²⁷ LAGES (Município) Lei nº 42, de 5 de julho de 1898. In: **Leis do município de Lages promulgadas no ano de 1898**. São Leopoldo: Typographya de H Rotermund, 1898, p. 21.

⁴²⁸ LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitiba na história do Contestado**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977, p. 173-176.

deságua uma vertente que passa pelo lado do outão do sul da casa de Joaquim Rodrigues da Veiga, subindo por esta até suas cabeceiras, e desta cortando por uma baixa até encontrar a Taipinha de onde começou as divizas.

Paço da Assembléia Legislativa provincial de Santa Catharina, em 28 de Março de 1884.

O presidente, Alexandre Ernesto d'Oliveira.

O 1º Secretário, Dr. Abdon Baptista⁴²⁹.

Campos Novos também possuía uma área de rocio, situada nos Campos e capões que rodeavam a vila, usufruído tanto na criação de animais, fossem moradores locais ou tropeiros, quanto na coleta de recursos naturais. Segundo Paulo Blasi, as terras que compunham o rocio teriam sido doadas por José Custódio de Camargo a São João, padroeiro de Campos Novos. A incorporação dessas terras ao patrimônio do município se deu após sua emancipação, que passou a exercer domínio sobre as mesmas⁴³⁰. O uso e acesso ao rocio passou então a ser regulamentado, conforme se pode constatar na Lei nº 69, publicada no jornal *Região Serrana*, de Lages, em 2 de março de 1901:

Art. 1º - Ampliando o art. 136 § 1º das Posturas Municipaes, é prohibido derrubar madeira de qualquer especie no rocio desta Villa, salvo com autorização do Superintendente.

Art. 2º - Ninguém poderá construir casas e outras edificações com madeiras do rocio, a não ser pessoas reconhecidamente pobres, e ao arbítrio do Superintendente e com sua licença.

Att. 3º - É expressamente prohibido fazer roças e derrubadas nos Mattos do rocio⁴³¹.

O apascentamento de animais das tropas que pousavam no município também era regulamentado, conforme a Lei nº 151, de 26 de dezembro de 1908:

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 173-176. Comenta a autora que possivelmente este registro existia no cartório de Curitibaanos até 1914. No registro do patrimônio de Curitibaanos, existente no Cartório de Registro de Imóveis, no livro 3, com o número 1.409, de 4 de janeiro de 1928, é possível encontrar a descrição do imóvel.

⁴³⁰ BLASI, Paulo. **Campos Novos**: um pouco de sua história. Florianópolis: Edeme, 1994, p. 29.

⁴³¹ CAMPOS NOVOS (Município). Lei nº 69, de 2 de março de 1901. In: **Região Serrana**. Lages, ano 5, n. 9, 3 de março de 1901, p.5. Acervo do Museu Thiago de Castro.

Art. 1º O conductor de tropas de animaes soltos tem o direito de permanecer somente 48 horas nos terrenos do rocio e excedendo este prazo pagará o imposto de 200 reis por cabeça tantas vezes quanto forem os dias que ficar ocupando os mesmos terrenos⁴³².

Tanto o pouso de tropas quanto o uso dessas terras seriam uma fonte de arrecadação do município. A esse respeito, por exemplo, o jornal *O Clarim*, veicula uma reportagem mencionando a falta de pagamento do gado que pasta no rocio do município⁴³³.

Os códigos de posturas, como salienta Francisco Carlos Teixeira da Silva, moldaram a paisagem das cidades, estipulando seus rocios e seus usos, além de determinarem áreas não edificáveis, a localização dos matadouros públicos e o uso de fontes. Já nos espaços rurais estes regulavam estradas públicas, servidões, cercas, aguadas, queimadas e caças, que não poderiam ser feitas nas épocas de procriação⁴³⁴. Os códigos de posturas, no caso das áreas de Campos, poderiam separar espacialmente as terras em “terras de plantar” e “terras de pastagem”, como consta na Lei nº 06, de 10 de Dezembro de 1905, do município de Palmas. Essa Lei considerava terras de plantar “as cobertas de mattas em costa de serras ou margens de rios, na extensão mínima de 6 kilometros quadrados”, ou seja, praticamente todas as áreas de capões, encostas e vales de rios cujo uso não fosse restrito por lei. Onde houvesse formações de floresta em meio aos Campos, estas poderiam ser derrubadas para formação de roças diversas. Já as terras de pastagem são todas as outras terras que não constavam como áreas de plantar⁴³⁵. Em muitas propriedades, onde não existia o manejo dos animais, separando-os em invernadas, era comum não existirem cercas dividindo propriedades ou criações. No inverno, quando escasseava o pasto, o

⁴³² CAMPOS NOVOS (Município). Lei nº 151, de 26 de dezembro de 1908. In: **Vanguarda**. Campos Novos, ano2, n. 21, 1º de março de 1909, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁴³³ **O Clarim**. Lages, ano 1, n. 30, 30 de abril de 1908, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁴³⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴³⁵ PALMAS (Município). Lei n. 06, de 10 de Dezembro de 1905. Livro n. 1 Decreto-Leis 1900 a 1907. Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

gado adentrava nas florestas e faxinais para a obtenção de melhor alimento nos meses frios, destruindo a plantação de muitos lavradores que não cercavam suas plantações. A lei, dando clara preferência aos pecuaristas, também determinava que todos os que cultivassem em capões, na beira do campo ou nas terras de pastagens, deveriam cercar as terras para evitar a invasão dos animais.

O mesmo pode ser percebido em Lages. O Código de Posturas de 1895 havia separado os campos e capões como terras para criação, enquanto as “terras de mattas, exceptuando-se os capões nos campos de criar” eram destinadas à agricultura, sem estipular nenhuma faixa para a criação⁴³⁶. A faixa seria estipulada somente no ano de 1904, quando o então Superintendente Municipal, Belizário José de Oliveira Ramos sancionou a decisão do Conselho Municipal, regulando os Artigos nº 122 e 123 da Lei nº 6, de 9 de julho de 1895, para os quais “não são consideradas terras para agricultura as mattas situadas à margem dos campos de criar até seis kilometros para o interior”⁴³⁷. A promulgação dessa Lei foi comentada no jornal *Região Serrana*, de Lages, publicado no dia 23 de fevereiro de 1913:

A Lei n. 114 de 8 de Janeiro de 1904 regulamentando os arts 122 e 123 do Codigo de Posturas estabelecia como terras de cultura as mattas situadas à margem dos campos de criar, até 6 kilometros para o interior. Esta lei motivou, na sua execução, não pequenas duvidas entre lavradores e creadores, residentes no Cerrito, porque si aquelles estabeleciam roças abertas, no interior das mattas, estes deixavam os gados à solta, sob fundamentos que eram consideradas terras para crear as situadas à margem das mesmas mattas. A consequencia era a invasão inevitável do gado pela matta e os damnos e devastações das culturas, com grave prejuizo para o lavrador reduzido a fazer uma diminuta colheita, se não prejuizo total naquelle anno⁴³⁸.

⁴³⁶ LAGES (Município). Lei n. 6, de 9 de Julho de 1895. Código de Posturas do Município de Lages. In: **Colecção das Leis do Município de Lages Promulgadas no anno de 1895**. Lages: Gabinete Typographico J. Godinho, 1895, p.42. Acervo do Museu Thiago de Castro.

⁴³⁷ LAGES (Município). Lei n. 114, de 8 de janeiro de 1904. In: **Colecção das Leis do Município de Lages (1902-1906)**. Florianópolis: Typ da Escola de Aprendizes de marinheiros, 1911, p. 33. Acervo do Museu Thiago de Castro.

⁴³⁸ **Região Serrana**. Lages, ano 17, n. 7, 23 de fevereiro de 1913. Acervo do Museu Thiago de Castro.

Em 1912, a margem de matas foi reduzida a três quilômetros, regulando “satisfatoriamente, quanto possível, o assumpto, amparando os interesses dos lavrador sem prejuizo dos que se dedicam exclusivamente à criação ambos dignos da protecção do poder publico”⁴³⁹. Embora nunca tenha sido fiscalizada, argumenta Paulo Pinheiro Machado que esta situação, ao menos para reclamar uma regulamentação a tal prática, pode demonstrar uma força política e legitimidade por parte da população posseira ou possuidora de pequenas porções de terra. Muitos dos lavradores do Cerrito, assim como outros posseiros, possivelmente acabaram migrando para regiões mais ao norte e oeste, onde “as matas eram muitas e o campo e o poder dos coronéis, mais escassos”⁴⁴⁰.

Essa força e legitimidade poderia também ser vista nas críticas efetuadas sobre a ampliação do Campo de Demonstração criado em Lages no início do século XX em uma área que compunha o patrimônio municipal. Seu estabelecimento, em uma área usufruída pela população, teria recebido críticas, tanto em relação a sua localização quanto a condição do local, cujas terras eram consideradas inférteis. Essa pode ser vista, por exemplo, em uma reportagem veiculada no ano de 1909 pelo jornal *O Clarim*, de Lages ao comentar uma possível ampliação da sua área, “cercando para isso maior quantidade de campos da Varzea”. Perguntava a reportagem sobre a verdadeira necessidade de tal ampliação, uma vez que “a grande extensão já cercada e ocupada é mais que sufficiente para a conservação do numero de animaes de reprodução que os esforços do municipio permittem adquirir”⁴⁴¹, e mesmo que por ventura esse espaço fosse empregado para novas tentativas de cultivo, as terras já cercadas e lavradas também eram suficientes para qualquer experiência de cultura. Ampliação que, por sua vez, também acarretaria em prejuízos para a população urbana que usufruía em comum daquelas áreas, pois lá havia pastagens onde pastavam vacas leiteiras. O cercamento prejudicaria “não pequeno número de famílias pobres que tira da venda do leite o principal meio de subsistência”⁴⁴². Essas reivindicações do jornal, apoiando a população pobre que poucos recursos possuía, em um município com pouco

⁴³⁹ *Ibidem*.

⁴⁴⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 76.

⁴⁴¹ **O Clarim**. Lages, ano 1, n. 26, 1º de abril de 1908, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 1.

comércio e indústria, contudo, não deixava de reconhecer a importância do órgão. O desenvolvimento da pecuária era vital para o progresso do município, porém o jornal ressaltava que não se conformava “com a ideia de sacrificar-se a comodidade da população urbana unicamente em proveito da classe que vive daquela indústria”⁴⁴³. No entanto, a reivindicação feita, clamando pela compra de outra área, com mais fertilidade, permitindo a continuidade do usufruto comum não foi atendida⁴⁴⁴.

É possível observar o constante processo de apropriação privada das terras que compunham o patrimônio municipal, cujos campos e áreas de florestas serviam para o usufruto de muitos moradores pobres das áreas urbanas e rurais, não apenas por aforamentos e vendas, conforme a legislação permitia, mas também por meios ilegais, como o apossamento.

O já mencionado Ofício expedido em 1885 pela Câmara Municipal de Lages trata principalmente do processo de apropriação que se faz dessas terras, sendo usurpado por moradores que já teriam inclusive vendido as terras para terceiros:

Há bastante annos um indivíduo de nome Pacifico tomou a si uma parte desses terrenos – dentro do perimetro do logradouro público – e desfructou-o despoticamente.

Mais tarde, um outro indivíduo de nome Leandro de Tal, apossou-se desses mesmos terrenos, dizendo que os tinha comprado a Pacifico, sem que mostrasse escriptura alguma, ou qualquer outro documento. E Leandro passou os mesmos terrenos ao poder de Américo Ribeiro Gomes, por uma escriptura particular na qual se continha a cláusula de – não responsabilizar pela boa ou má venda que fazia – e portanto provendo que também obtivera por meios illegaes. Por fallecimento de Américo passou esses terrenos ao poder de seus filhos que, por sua vez, e nas mesmas condições, os transpassão a Jeremias José Ribeiro de Amaral, em poder de quem se acha hoje, e sem que há houvesse qualquer benfeitoria feita por esses possuidores, e isto por mais de 16

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 1.

⁴⁴⁴ **O Clarim**. Lages, ano 1, n. 29, 22 de abril de 1908, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

anos. Esses terrenos que a população sempre desfructou quer antes daquele primeiro occupante, quer durante as posses que se allegarão os demais, e que não poderão nunca vedar o ingresso do povo para tiradas de lenhas e madeiras e nem privar suas pastagens aos animais, são e devem ser sempre considerados de patrimônio municipal e portanto do logradouro público, e a Câmara tem por vezes tentado repelir alguns pretendentes a fechá-las e sempre conseguindo [...]⁴⁴⁵.

O fechamento das terras foi concretizado por Jeremias, o que provocou reclamações da população contra este procedimento, que impedia não apenas a pastagem do gado e a retirada de madeira e lenha, mas também o acesso a uma estrada pública que atravessava estas terras rumo a Campos Novos. Segue no final do ofício uma lista com a assinatura de vinte e quatro moradores que se serviam destas “para conservarem suas criações, já gozando-se da grande extensão de mattos que ali tem para tirarem alguma lenha, madeiras”. Argumenta ainda o documento que

[...] se a ocupação mansa e pacífica de um terreno constitui o direito de posse, depois de um certo tempo; esse direito tem adquirido aos abaixo assignados e todos os habitantes desta cidade, tem sido e estão sendo, occupados por todos com suas criações⁴⁴⁶.

A Lei de Terras de 1850 reconhecia o instituto do uso comum, como é possível observar no Artigo 5º, Parágrafo 4º:

campos de uso commum dos moradores de uma ou mais freguezias, municipios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, emquanto por Lei não se dispuzer o contrario⁴⁴⁷,

⁴⁴⁵ Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Antônio Ribeiro dos Santos dirigido a José Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província de Santa Catarina, no dia 16 de fevereiro de 1885. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁴⁷ BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. *Op. Cit.*

Ainda que reconhecesse o instituto das terras em comum, as legislações complementares a Lei de Terras, acabaram por transferir a sua jurisdição para os municípios. Tal fato possibilitou o arrendamento das terras de seu patrimônio, além do aforamento ou até mesmo a venda por parte das instituições públicas. Somadas às apropriações ilegais, percebe-se a perda gradual do domínio público desses bens, implicando assim no fechamento de diversas áreas que eram de uso comum a partir do período Imperial no Brasil⁴⁴⁸. Em Lages, por exemplo, as terras que compunham o logradouro público, eram também destinadas a garantir renda ao município, tornando possível sua divisão, aforamento e arrendamento para moradores. Através de um Ofício da Câmara Municipal de Lages, expedido em 1855, constata-se o arrendamento de parte das terras do logradouro público, como se verifica a seguir:

Tendo a Câmara Municipal de por em execução o disposto no Art. Nº30 da Lei nº 347 de 01/05/1852, sobre arrendamento de quaisquer terrenos de seu patrimônio, em de logradouro público, está em dúvida se o foro que devem pagar os que edificarão casas dentro da Vila depois da data desta Lei é a mesma quantia de 40 réis por braça de frente estipulada para os terrenos possuídos nos logradouros públicos. Outrossim deseja a mesma Comarca que se esclareça quais os posseiros que estão sujeitos ao Laudêmio, e qual a cota desta imposição [...] para não haver dúvidas para o futuro poder cobrar com acerto no estabelecimento destes impostos⁴⁴⁹.

Ocorria mesmo uma indefinição quanto aos usos dessas terras em Lages, o que poderia favorecer o processo de apropriação privada. Conforme o Código de Posturas de 1949, o Artigo 611 estipulava que o “compáscuo de terreno baldio e público [...] se regerá em tudo que lhe fôr aplicável, pelas disposições da legislação civil”⁴⁵⁰. Porém segundo o Artigo 646, parágrafo único do Código Civil de 1916, “o compáscuo em

⁴⁴⁸ CAMPOS, Nazareno José de (1991). *Op. Cit.*, p. 128.

⁴⁴⁹ Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Manoel R. de Souza dirigido a João José Coutinho, Presidente da Província de Santa Catarina, no dia 11 de abril de 1855. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. A Lei a que se refere o documento é provincial e não municipal.

⁴⁵⁰ LAGES (Município). **Código de Posturas**. Lages: A Perola de Lajes Tipografia, 1949, p. 102.

terrenos baldios e públicos regular-se-á pelo disposto na legislação municipal⁴⁵¹. Genericamente essas terras de uso comum recebem a designação jurídica de compáscuo, da mesma forma que as terras particulares pertencentes a proprietários diversos⁴⁵². Isso colaborou para que ocorresse também nas terras publicas lageanas uma “crescente alienação dos logradouros públicos por aforamento ou, o que foi mais comum, à sua apropriação por invasão”⁴⁵³. Processo que no planalto catarinense fez com que no ano de 1936, o relatório do 4º Distrito da Diretoria de Terras e Colonização do Estado, responsável pela região de Lages afirmasse que “dentro da zona compreendida pelo 4º Distrito não existem campos de uso comum”⁴⁵⁴, embora ainda existissem terras pertencentes ao patrimônio municipal ou do Estado que se prestassem a tal uso em formas não reconhecidas pela lei.

A apropriação privada dos patrimônios municipais é também mencionada no Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1935 e na Mensagem do Governador Nereu Ramos em 1936. Consta no Relatório um item a respeito dos patrimônios municipais que de acordo com a Lei n. 46, de 11 de julho de 1934 concedia aos municípios que foram criados ou que ainda não receberam, uma área de dois mil hectares de terras devolutas para comporem o seu patrimônio. O documento apresenta as áreas e as datas de concessões, sendo possível constatar na Tabela 5 alguns dos municípios do planalto:

⁴⁵¹ BRASIL. Constituição da República de 1891. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 25 de outubro de 2005.

⁴⁵² CAMPOS, Nazareno José de (1991). *Op. Cit.*, p. 57.

⁴⁵³ ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 238-239.

⁴⁵⁴ SANTA CATARINA. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936**. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

Tabela 5 – Patrimônios municipais em 1935.

Municípios	Lugares	Área (m ²)	Data dos títulos
Lages	Lageadinho	6.848.686	26/06/1928
	Cerro Negro	4.886.254	26/06/1928
	Cerro Negro	1.253.233	09/01/1929
Curitibanos	Faxinal do Gado	10.413.532,5	29/07/1930
	Anta Morta	11.376.468	18/08/1930
Campos Novos	Barra do Rio do Peixe	21.199.965	17/09/1904
São Joaquim	Rio Canoas e Urubici	10.890.000	06/11/1912
Bom Retiro	Rio Canoas (margem direita)	8.764.221	30/04/1924
		2.484.122	30/04/1924
	Águas Brancas	4.882.000	30/04/1924
	Atrás da Serra e cabeceiras do Rio Bom	3.367.000	30/04/1924
	Retiro	1.564.650	30/04/1924
	Fundos da Negrinha	716.960	30/04/1924
	Pinheiro Seco		
	Monjolo Fundos do arroio Capinzal		
Campo Alegre	Campo do Araçá, Rio Vermelho e Campestre	19.342.500	13/09/1905

Fonte: SANTA CATARINA, 1935, p. 71.

É possível constatar nos itens referentes aos patrimônios municipal de Lages, Curitibanos e Campos Novos, a ausência de alguma áreas, o que pode indicar que foram fruto da apropriação privada antes da década de 1930. São essas áreas as que constam nos Ofícios de 1855 e 1885 de Lages, bem como o rocio de Curitibanos estipulado em 1884 e a área próxima ao entorno urbano de Campos Novos.

Quanto à área de Campos Novos concedida pelo Estado em 1904, esta seria futuramente destinada a colonização, conforme a Lei nº 132 de 12 de janeiro de 1907. Nela, o Conselho Municipal “autorizou o Superintendente a mandar dividir o patrimonio que possui na bifurcação do Rio do Peixe e Rio Uruguay em lotes coloniaes, mandando reservar uma area para n’ella construir-se povoação”⁴⁵⁵. Terras que, se não eram

⁴⁵⁵ CAMPOS NOVOS (Município). Lei nº 132 de 12 de janeiro de 1907. In: **Vanguarda**. Campos Novos, ano 2 n. 2, 1º de maio de 1908, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

habitadas por posseiros, possivelmente serviam ao usufruto da população que vivia próxima, como era costume.

Além dessas informações, a Mensagem do Governador Nereu Ramos também traz uma informação interessante a respeito destas concessões ao apresentar o mesmo quadro de concessões, afirmando que “alguns malbarataram o patrimônio concedido”, o que torna possível pensar que muitas destas áreas, sobretudo as mais antigas vinham há tempos sofrendo com o processo de apropriação privada⁴⁵⁶.

No município de Palmas é possível também constatar a existência de uma área que compunha o rocio do município. O Capítulo III, Título I da Lei n. 6, de 10 de dezembro de 1905, estipula que as terras do município e demais povoações serão concedidas por aforamento. Nessas concessões, cuja área estipulada era de 10 mil metros quadrados, conforme o Artigo 75, cada indivíduo não poderia receber mais de três lotes, que seriam destinados a ocupação e realização de diversas benfeitorias, derrubando a floresta para a abertura de roças, menos as localizadas em nascentes, margens e cabeceiras de rios até 10 metros. Já os terrenos de banhados eram concedidos gratuitamente, desde que os terrenos fossem drenados em menos de um ano⁴⁵⁷.

A Lei também regulamentava as queimadas, que não deveriam ser realizadas fora de época no rocio. Um fato interessante desta lei era a obrigação que os foreiros possuíam de cercar suas plantações, “os plantadores que não tiverem fechado, não poderão reclamar por danos causados pelos animais, e nem tão pouco maltratar estes”. Essa desobrigação dada aos criadores de cercarem os animais, como foi visto, também ocorria em Lages, e mesmo com o Código Civil de 1916, que obrigava o cercamento pelos criadores, essa prática foi comumente mantida, não apenas pelos grandes fazendeiros, mas também por diversos criadores das áreas marginais, entre os campos e floresta adentro. A Lei municipal de Palmas também proibia a criação de porcos soltos nas terras que compunham o rocio e logradouros públicos.

Se nas áreas urbanas o processo de transposição da terra pública ao domínio privado mediante concessões, aforamentos e mesmo apropriação ilegal significou o fechamento de diversos espaços de uso comum nos rocios das vilas, na área rural passou a representar também a expropriação de diversas famílias posseiras que viviam nos campos e

⁴⁵⁶ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1936, p. 15.

⁴⁵⁷ PALMAS (Município). Lei n. 06, de 10 de Dezembro de 1905. *Op. Cit.*

florestas às margens das grandes fazendas pastoris. A apropriação/expropriação da terra ocorreu, em diferentes tempos, a diferentes espaços. Nos séculos XVIII e XIX eram os Campos o principal objeto de apropriação, porém com a valorização do mate, e posteriormente da madeira, a atenção voltou-se a esses a novos espaços, desagregando gradualmente os espaços de usufruto comum da população planaltina.

3.2.2 – Uso em comum da terra na criação de porcos

Se nas áreas mais abertas os bovinos predominavam na paisagem, os capões, Campos com butiazais e florestas eram os espaços destinados a criação de porcos. “Porco era que nem rato”, dizia Altino Bueno da Silva, antigo morador da região do Vale do Rio do Peixe sobre a abundância do animal na região⁴⁵⁸. Para Valdomiro Monteiro, antigo morador da região, “o porco criava a toa no mato, comendo fruta. Nasci em 1935, tinha muito porco naquela época, todo mundo tinha porco, criava nos terrenos dos vizinhos, dos fazendeiros”⁴⁵⁹.

A criação de suínos era comum no Brasil já no período colonial, sendo essa forma de criação possivelmente a responsável pela conservação e/ou disseminação da vegetação florestal em algumas regiões⁴⁶⁰, embora possa promover impactos na fauna local, competindo com espécies nativas de porcos-do-mato por alimento e espaço. O porco, de acordo com o historiador ambiental Alfred Crosby, dentre os animais domesticados, é o que mais se assemelha a uma erva daninha. Pelo fato de serem onívoros, havia para eles, em comparação aos herbívoros bois, cavalos e mulas das áreas de campo, uma maior variedade de alimentos disponíveis. Comiam de tudo: frutos caídos, sementes, raízes, relva e qualquer animal pequeno⁴⁶¹. O ambiente favorável propiciou a muitos dos moradores do planalto encontrar na criação de porcos soltos uma fonte de renda. Soltos nos pinheirais, partilhavam a paisagem e seus recursos com animais selvagens e rebanhos domésticos. Era o chamado “porco alçado”, cuja criação consistia, de acordo com Man Yu Chang, em uma “suinocultura

⁴⁵⁸ SILVA, Altino Bueno da. 103 anos. Depoimento. 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁴⁵⁹ MONTEIRO, Valdomiro. 75 anos. Depoimento, 11 de outubro de 2010. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁴⁶⁰ DEAN, Warren (2004). *Op. Cit.*, p. 91.

⁴⁶¹ CROSBY, Alfred. *Op. Cit.*, p. 156-158

extensiva, onde os animais eram criados em completa liberdade⁴⁶². Criado em um ambiente rico em fontes de alimento, as porcas poderiam ter grandes ninhadas, com mais de dez bacorinhos, ou seja, era um animal com grande fertilidade com um baixo custo de produção, pois para seu trato não necessitava de nada além dos recursos disponíveis⁴⁶³.

O porco assim assumia o papel de principal fonte de renda de muitas das famílias que não dispunham de grandes áreas de campos em suas terras. Outro fator que pode explicar a adoção do porco é sua capacidade de conversão de alimento em carne e banha em comparação aos bovinos. Os porcos converteriam cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo para o boi⁴⁶⁴.

Tal fato fez com que a criação de porcos fosse considerada vantajosa, não apenas pela capacidade de conversão de alimento em carne e banha, mas também pelo menor trabalho e tempo necessário para a comercialização, que poderia ser até de um ano. Vantagem da qual também os fazendeiros das áreas de Campos se aproveitavam, aproveitando para isso de seus capões florestas. A abundância de porcos se comparado a criação de bois em uma área próxima ao rio Marombas, nas margens dos Campos de Curitiba, é assim relatada por Valdomiro Monteiro:

criavam muito porco solto [...] Gado não era tanto, mais era porco. Que naquele tempo o gado tinha que deixar até seis anos de idade para poder viajar daqui. Bom aqui carregava pela estrada de ferro mesmo⁴⁶⁵.

Autores como José Vieira da Rosa também viam a criação suína realizada no planalto como mais lucrativa que a realizada no litoral, pois “nos annos em que abunda o pinhão, [...] o fazendeiro só tem o serviço de ir buscar ao capão o porco e matal-o”. Assim, “o pinhão é tão bom

⁴⁶² CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22), p. 26.

⁴⁶³ CROSBY, Alfred. *Op. Cit.*, p. 156-158.

⁴⁶⁴ CROSBY, Alfred. *Op. Cit.*, p. 156-157. Segundo Paulo Fernando Lago os bovinos necessitam de cerca de 20 quilogramas de alimento, como o feno e o milho, para a engorda em um quilograma, enquanto o porco necessita, para o mesmo ganho de massa, de apenas seis quilogramas de milho. LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 289.

⁴⁶⁵ MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 70 anos. Depoimento, abril de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

para tal fim, que um porco magro em princípios de abril pode ser morto em princípios de julho. Estará extremamente gordo⁴⁶⁶.

O conhecimento aprofundado, construído historicamente pela população planaltina do espaço e seus recursos naturais, conformou, nas palavras de Izabel Mendonça Faria “a imbricação dessa população com o meio ambiente e, conseqüentemente, estabeleceu um alto grau de dependência em relação à manutenção dos mesmos”. Essa imbricação, no entender da autora, “se expressa pela elaboração de técnicas dependentes de elementos do ambiente específico”, pela adaptação das práticas de criação, agricultura e extrativismo aos ciclos naturais⁴⁶⁷. É o que ocorre também com a criação de porcos, que dependia dos ciclos da natureza para a engorda dos animais, conforme aponta Maurício Vinhas de Queiroz:

[...] é preciso prever com antecedência aqueles anos em que o pinheiro vai frutificar, o que se conhece examinando a copa das árvores: – quando os ramos de baixo principiam a esbranquiçar, em contraste com as grimpas que continuam verde-escuro, é sinal de que vem aí o tempo bom. [...] Soltos no pinheiral, crescem e ficam tão gordos que mal podem andar⁴⁶⁸.

Havia, por parte dos criadores, todo um calendário formado pelos ciclos da natureza para a criação de porcos, regulando a época de plantação, de modo a distribuir o mais igualitariamente possível a alimentação dos animais de acordo com as estações do ano e a época de frutificação das árvores na região. Valdomiro Monteiro relata a dependência dos ciclos da natureza na criação dos porcos:

quando começava a primavera vinham algumas frutas, como a guavirova, e aí terminava e vinha o butiá. O butiá dava a vontade, e cada cacho dava 20 quilos. Então os porcos comiam. Quando terminava o butiá vinha o pinhão, então tinha

⁴⁶⁶ VIEIRA DA ROSA, José. **Chorographia de Santa Catarina**. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1905, p. 336-341.

⁴⁶⁷ FARIA, Izabel Mendonça *et al.* Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, Anita, PINEIRO, Diego. (Orgs.) **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005, p. 267.

⁴⁶⁸ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 35.

porco que nascia no mês de junho, julho, e quando chegava com um ano sem praticamente nenhuma despesa ele estava com 80, 100 quilos. Nem todos se desenvolviam tão bem. Escolhíamos alguns e trazíamos lá de Guarda-Mor, até Videira, caminhando para vender⁴⁶⁹.

Inclusive as roças de milho, cujo plantio era realizado em função da criação, dependiam do ciclo do pinhão:

O milho era depois do pinhão, no mês de maio esperava colher, sempre depois da primeira geada. Alguns colhiam antes para tratar o porco, mas se usava muito milho porque o pinhão não dá todo ano. Dá bem no primeiro, no segundo nem tanto e no terceiro não dava nada, aí usávamos o milho⁴⁷⁰.

Nessa forma de criação dos animais em aberto, as roças eram cercadas para impedir a invasão dos animais criados e até mesmo de alguns veados que existiam na região, conforme Miguel Lara Sobrinho, “o pessoal criava porcos que iam por toda a parte [...] Faziam as roças fechadas para engordar aqueles porcos. Era esse o sistema naquele tempo”⁴⁷¹.

Sebastião Andrade dos Santos menciona o respeito e o cuidado que os criadores possuíam em relação aos animais de criadores próximos. Por percorrer livremente as terras, muitos porcos reproduziam-se sem a assistência ou o conhecimento de seus proprietários. Como esse animal ainda não possuía sinal era considerado sem dono:

quem pegava animal sem marca era dono. Meu pai, me lembro que reunia oitenta, cem porcos [...] no mato. Porco que nascia e se criava comendo no mato [...] Quem pegasse o animal sem sinal era dono, respeitava a criação pela marca. Um avisava o outro, cuidavam [...] tem um boi seu sangrando, machucado, picado de cobra⁴⁷².

⁴⁶⁹ MONTEIRO, Valdomiro (2010). Entrevista citada.

⁴⁷⁰ *Ibidem*.

⁴⁷¹ LARA SOBRINHO, Miguel. 78 anos. Depoimento, 3 de janeiro de 2006, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁴⁷² SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada.

Para a identificação, os animais eram diferenciados com cortes na orelha ou no rabo no caso dos porcos, e de marcas ou cincerros nos outros animais, como bois e cavalos. Animais sem marca, como no caso dos porcos, conhecidos como “orelhão”, não possuíam dono, sendo de quem os encontrasse em suas terras. Mesmo assim isso não impedia que eventuais furtos de animais ocorressem, principalmente de porcos⁴⁷³.

Por percorrerem livremente campos e florestas, reproduzindo-se sem o controle dos proprietários, não era raro que o número exato de animais possuídos fosse desconhecido, sobretudo em relação aos porcos. Sebastião Celso Abrão conta que quando ia capturar os porcos assinalados, encontrava, em muitos casos, as porcas acompanhadas de mais de uma centena de leitões⁴⁷⁴. O número exato de porcos possuídos por Joaquim Dias de Moraes foi alvo, por exemplo, de discussão entre seus herdeiros, conforme consta no seu inventário elaborado em 1939, onde foram levantados 35 animais. Nos autos consta um ofício dirigido ao Juiz da Comarca de Curitiba, pelos herdeiros com o seguinte teor: “o número de porcos cremos ser maior que o declarado, mas, não o negamos, só com cuidadoso trabalho de procura, no mato, pode haver entrega do exato número”⁴⁷⁵. No mesmo processo, outro ofício é enviado, desta vez para reclamar o estado de abandono em que se encontrava a criação de porcos do inventariado:

os porcos pertencentes ao espólio, não estão sendo cuidados e, ha sete meses falecido o inventariado, os porcos que, então não tinham ainda marca ou sinal, não foram, posteriormente marcados; e a verdade é que facilmente se encontrarão na fazenda inventariada, o dobro ou o triplo dos porcos que foram declarados; e pertencentes ao espólio⁴⁷⁶.

Os porcos criados à solta eram destinados tanto à subsistência das famílias quanto à comercialização, como ocorria, por exemplo, na região de Lebon Régis, conforme aponta o depoimento de Abetino Domingues dos Santos, filhos de posseiros da região que legalizaram as terras mais

⁴⁷³ LARA SOBRINHO, Miguel (2005). Entrevista citada; PRADO, Nair Ribeiro do. Entrevista citada; FELISBINO, Pedro Aleixo. 61 anos. Depoimento, 07 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁴⁷⁴ ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

⁴⁷⁵ Inventário de Joaquim Dias de Moraes, 1938. *Op. Cit.*

⁴⁷⁶ *Ibidem*, f 86.

tarde. Nas terras da família eram cultivados trigo, milho e feijão, além da criação de porcos, que era “só para o gasto [...] criava soltinho, pouca coisa”, diferente de outros criadores próximos que faziam roça para engorda dos porcos para a posterior comercialização⁴⁷⁷.

Nessa forma de criação, após alguns meses ou até anos criados soltos, os porcos eram capturados no meio do mato. Depois de arrebanhados, os animais eram conduzidos a uma encerra de milharal aberta em meio a floresta para continuarem a engorda, ou a um mangueirão, de onde as varas de porcos partiam, conduzidas a pé, rumo aos centros consumidores⁴⁷⁸. Pelo fato de muitos porcos permanecerem mais de um ano soltos, se tornando desta forma alçados, os criadores, para conseguir transportar a porcada em tropa, adotavam o seguinte método, aqui descrito por José Lindolfo Cordeiro Leite:

[...] então pegava aqueles porcos de 3,4 anos, assim, porco criado no mato que nunca via gente. Então a gente tinha que costurar os olhos, bem costurado para ele seguir os outros que daí ele segue a tropa e não sai. Porque se não costurar ele não acompanha, daí ele vai pro mato e não há mais quem pegue⁴⁷⁹.

Procedimento que segundo Euclides Felipe também era adotado por outros criadores da região, que “costuravam-lhe as pálpebras com fio de cedenho [crina cortada] ou pingavam-lhes uma gota de creolina nos olhos, a fim de deixá-los completamente cegos. Assim, os brutos seguiam a tropa só ‘pela bulha e pelo faro’”⁴⁸⁰. A condução rumo aos mercados consumidores ocorria de forma semelhante a descrita por João Maria José de Matos, morador de Campo Erê:

[...] tocado, colocava uma cargueira de mantimento e forro e uns saiam com os cargueiros esperando, pra ir em frente fazer comida para os outros. Ia devagarzinho, atrás dos porcos que o porco caminha muito devagarzinho quando é gordo, ali de Faxinal [Velho], daí de

⁴⁷⁷ SANTOS, Abetino Domingues dos. 77 anos. Depoimento, 11 de junho de 2010. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁴⁷⁸ HEPP, Carlos. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt; LEITE, José Lindolfo Cordeiro. Entrevista citada.

⁴⁷⁹ LEITE, José Lindolfo Cordeiro. Entrevista citada.

⁴⁸⁰ FELIPPE, Euclides (2000). *Op. Cit.*, p. 144.

Campo Erê, ali da vila era, lá em Pato Branco era três dias e meio. [...] Quando refrescava viajava até a boca da noite daí cortava a rama e fazia um círculo de rama, só derrubava a rama e os porcos, cansados, deitavam e levantavam de madrugada, daí eles jogavam um pouco de milho para os porcos [...] Encher a barriga não pode, tem que deixa eles meio com fome para eles irem catando os grãos de milho⁴⁸¹.

Até as primeiras décadas do século XX, o Vale do Itajaí consistia no principal destino desses animais. Saindo de Curitiba, conforme relata Valdomiro de Souza Monteiro: “tinha que descer a serra e ir até lá em Rio do Sul para chegar em Itajaí”⁴⁸². Outros animais rumavam a Porto União e mesmo ao Paraná⁴⁸³. Nas regiões de Lages, São Joaquim e parte norte do planalto do Rio Grande do Sul os animais poderiam descer as escarpas da Serra Geral para a venda nas regiões litorâneas e de colonização italiana do sul do Estado⁴⁸⁴.

Eram os tempos do chamado “porco banha”, cuja produção desempenhou um importante papel na pauta geral das exportações catarinenses na primeira metade do século XX, sendo “favorecido pelo pinhão, elemento alimentício natural para o gado suíno da Região Serrana”⁴⁸⁵. Na época, a banha era destinada a abastecer as necessidades da população dos grandes centros urbanos, sobretudo da região Sudeste⁴⁸⁶. Os óleos vegetais eram então pouco utilizados, e sua produção, a partir de sementes oleaginosas, como no caso do azeite de dendê, visava atender o consumo regional. A banha era um produto valorizado, servindo tanto no cozimento quanto na conservação de alimentos⁴⁸⁷. E os porcos criados soltos, como os da raça Macau,

⁴⁸¹ MATOS, João Maria José de. 66 anos. Entrevista citada.

⁴⁸² MONTEIRO, Valdomiro de Souza (2005) Entrevista citada.

⁴⁸³ BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 144.

⁴⁸⁴ SILVA, Manoel Maria da. 69 anos. Depoimento, 15 de abril de 2008. Bom Jesus. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁴⁸⁵ O MAPPA geral da exportação do Estado de Santa Catharina de 1892 até 1901. **Cruzeiro do Sul**. Lages, ano 1, n. 33, 24 de dezembro de 1902, p. 01.

⁴⁸⁶ BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. Ed. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988, p. 58,79,95. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries estatísticas retrospectivas**, v. II, tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 444.

⁴⁸⁷ LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 28; VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org). **História faz história: contribuições ao estudo da história**

Caruncho, Tatu, Piau, Canastra e Canastrão, algumas das variedades rústicas de origem ibérica e asiática, introduzidas na região e amplamente disseminada entre a população planaltina, eram adaptadas às condições locais, apresentando resistência à doenças e facilidade de reprodução, sendo próprios para a produção de banha⁴⁸⁸.

O crescimento na produção de banha relacionava-se, segundo Roberto Lobato Corrêa, à expansão do mercado consumidor, “que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras”⁴⁸⁹. Nesse contexto surgem, no Sul do Brasil, diversos frigoríficos destinados ao aproveitamento da banha e produção de carne e derivados, tanto de origem suína quanto bovina, muitos deles em Santa Catarina, sobretudo nas áreas de colonização dos vales do Rio do Peixe e Uruguai⁴⁹⁰.

O *Indicador agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico*, publicado no ano de 1941, apresenta alguns dos principais produtores de porcos em cada município, separando-os também por localidades. Tanto em Curitiba quanto em Campos Novos, eram as áreas de florestas ou as margens dos Campos os principais espaços de criação. Em Curitiba, os principais criadores eram das localidades da Baía, Liberata, Posto e da sede municipal, enquanto em Campos Novos um dos maiores criadores encontrava-se em Perdizes, que na época constituía um núcleo de colonização. Em Lages é destacada a criação de porcos na Coxilha Rica e em Capão Alto, que se constituem em áreas predominantemente formadas por Campos⁴⁹¹.

Os Censos de 1940 e 1950 apontam para o crescimento no número de suínos no Estado. Em 1940 o número de animais no Estado era de 1.124.426, sendo que os municípios de Campos Novos, Caçador, Cruzeiro (Joaçaba) e Concórdia, abrigavam 303.661 animais, tanto os criados por colonos, fechada, em encerras, mangueiras ou chiqueirões, quanto o dos moradores que antecediam a colonização, cuja prática dominante era o regime à solta⁴⁹². Em 1950 esse número saltaria para

regional. Concórdia: UnC, 2006, p. 49.

⁴⁸⁸ OLINGER, Glauco. **Siga este livro e crie suínos**. 3. Ed. Florianópolis: [s.l], 1969, p. 17.

⁴⁸⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970, p. 89.

⁴⁹⁰ ESPÍNDOLA, Carlos José. *Op. Cit.*, p. 23.

⁴⁹¹ SANTA CATARINA. **Indicador Agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

474.659⁴⁹³. Municípios como Curitibanos, Lages, Bom Retiro e São Joaquim, que ainda não haviam recebido fluxo considerável de colonos, possuíam, em 1940, 183.076 animais, decaindo para 161.138, em 1950⁴⁹⁴. Embora o número de animais na região pudesse ser maior, pois, por serem criados à solta existia um número considerável de animais que se reproduziam livremente, essa queda pode também indicar uma redução nos espaços usufruídos pela população para a criação.

A atividade de criação à solta, nos moldes costumeiramente praticados, requeria amplas áreas, sendo que cada animal necessitava, como aponta Roberto Lobato Corrêa, de cerca de cinco hectares de floresta, ou seja, não pode coexistir com uma ocupação mais densa. “Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e à medida que o povoamento de colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas”⁴⁹⁵. Assim, essa forma de criação passa a desaparecer em diversos espaços que passaram a ser colonizados e suas florestas devastadas.

A colonização, se de um lado impulsionou pela formação de um mercado consumidor dos animais vivos a criação à solta nas florestas e capões dos Campos, foi também a responsável, com a abertura de lavouras e a exploração madeireira, pela desagregação dos espaços de criação em comum localizados em terras devolutas ou de propriedade de fazendeiros. Até então, além das suas terras os criadores de porcos possuíam à disposição as áreas de capões, florestas e butiazais que poderiam inclusive pertencer a grandes fazendeiros das áreas de Campos.

A colonização dessas terras, da mesma forma que a colonização do Sul do Brasil em geral, era vista pelos grupos políticos e econômicos como uma forma de se ocupar território de modo racional, povoando com seletividade para realizar a exploração econômica do solo⁴⁹⁶. De

⁴⁹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p. 260

⁴⁹³ Em 1943 foi criado o município de Videira, desmembrado de Caçador, e em 1948 emanciparam-se Capinzal, desmembrado de Campos Novos e Joaçaba, Piratuba, desmembrado de Campos Novos e Concórdia e Tangará, desmembrado de Videira. FERREIRA, Jurandy Pires (org). *Op. Cit.*, p. 361, 399.

⁴⁹⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estado de Santa Catarina: censos econômicos**. Série Regional, v. XXVII, Tomo II. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956, p. 52.

⁴⁹⁵ CORRÊA, Roberto Lobato (1970). *Op. Cit.*, p. 93.

⁴⁹⁶ GREGORY, Valdir. **Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Unioeste, 2002, p. 25-26.

acordo com Paul Little, a migração colonizadora é também uma construção ideológica, “onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, à custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região”, que juntamente com suas práticas culturais são desqualificadas⁴⁹⁷. A floresta, então alvo dessa colonização, passou a ser representada por esses grupos políticos e econômicos simplesmente como uma área sem nenhum uso ou ocupação, um “sertão”.

A ocupação desses “vazios demográficos”, ocorreu de forma planejada, sendo subvencionada e dirigida pelo governo, por companhias particulares de colonização ou proprietários de maneira individual. Em Santa Catarina, verificou-se, a partir da década de 1920, de acordo com Eunice Sueli Nodari, a atuação de várias empresas colonizadoras pertencentes, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul, encarregadas de atrair através de diferentes formas de propaganda pessoas para o povoamento da região, colocando “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoaassem e colonizassem a região ordeiramente”⁴⁹⁸.

A população cabocla ficou alijada desse processo, cuja escolha por colonos “ordeiros” e “trabalhadores” incidiu sobre os teutos e ítalo-brasileiros estabelecidos, ao longo do século XIX, nos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, além do baixo custo da terra se comparado ao das áreas de colonização gaúchas, era ainda possível a compra de terras contíguas, permitindo que as famílias permanecessem unidas, o que já não ocorria no Rio Grande do Sul⁴⁹⁹, possibilitando também a esses grupos reproduzirem ou adaptarem nas novas terras as suas práticas socioculturais e de uso do espaço valorizadas em seu círculo.

A colonização para a população que antecedeu esse processo na região foi, segundo Arlene Renk, “internamente apontada como um divisor de tempo e de mundo: antes e depois da Companhia”⁵⁰⁰. Esse processo desestruturou o modo de vida anterior fragmentando, pela apropriação da terra e a consequente expropriação dos posseiros, a base morfológica da população cabocla, onde práticas costumeiras de uso e

⁴⁹⁷ LITTLE, Paul Elliott. *Op. Cit.*, p. 13.

⁴⁹⁸ NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999, p. 34.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 34-38.

⁵⁰⁰ RENK, Arlene Anélia. *Op. Cit.*, p. 118.

acesso à terra e seus recursos naturais em comum exerciam um importante papel na vida desses moradores. Encontramos a partir de então, de um lado, a atuação das companhias colonizadoras, amparadas pelo poder político e econômico, destruindo e construindo territórios e, do outro, a sociedade já existente, que disputava a preservação de seu território e de formas tradicionais de uso do mesmo.

Pode-se imaginar que os caboclos esperavam que os colonos se adaptassem às suas práticas de uso da terra, demonstrando a disposição de se “enquadrar” de maneira semelhante ao que ocorria com a chegada de novos moradores de origem luso-brasileira, que compartilhavam seus costumes. Entretanto, isto não aconteceu, pois os colonos, tanto de origem alemã quanto italiana, formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção, e se necessária, a renegociação das suas práticas socioculturais. Dessa maneira, “a utilização do espaço até então habitado, principalmente, por caboclos sofreria modificações e remodelações com a chegada desses novos moradores, no decorrer dos anos”⁵⁰¹. Ao se instalarem nas terras os colonos tratavam de derrubar a floresta para o cultivo cuja produção era voltada à comercialização de seus produtos, principalmente o trigo e o milho, diferente das pequenas plantações da “roça cabocla”⁵⁰².

Com a apropriação privada da terra e o adensamento demográfico promovido pela colonização passaram a ocorrer diversas situações de tensão, promovidas pela incompatibilidade entre as concepções de uso e acesso à terra de colonos e caboclos. Muitas delas estão relacionadas à questão da invasão dos animais criados à solta na roças dos colonos. Relatos de colonos se queixando da invasão de porcos e outros animais criados à solta nas lavouras eram comuns, assim como a exigência para o cercamento dos animais. Juntamente com a formação de roças, passam a se instalar diversas serrarias, que embora possibilitassem ainda o trânsito de animais, reduziam, pela exploração da araucária, a oferta de pinhão aos animais.

Diferente das intervenções naturais provocadas por chuvas excessivas, tempestades e secas ou mesmo do uso realizado pela população, a devastação, pela sua intensidade em um curto intervalo de tempo, provocou danos irreversíveis à fauna e flora locais. No caso de

⁵⁰¹ NODARI, Eunice Sueli. *Op. Cit.*, p. 57.

⁵⁰² BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

diversas áreas de colonização promovidas no Sul do Brasil, onde predominava a pequena propriedade, os impactos à vegetação original são semelhantes ao de uma agricultura de grande escala. A disposição dos terrenos e a sua reduzida dimensão acarretaram no adensamento populacional e no maior uso do solo para as atividades agrícolas.

Conjuntamente ao processo de apropriação privada da terra para a colonização, tem-se na região a atuação de diversas indústrias madeireiras, cuja origem poderia ser de pessoas ou grupos que já atuavam ou haviam atuado no ramo madeireiro do Rio Grande do Sul ou de capitais localmente acumulados ou transferidos para a região junto com seus proprietários⁵⁰³. A atuação de diversas empresas madeireiras, explorando tanto os pinheirais antes ocupados por famílias posseiras quanto os encontrados em terras de grandes fazendeiros e herdeiros empobrecidos pela sucessiva divisão das terras, agravaram ainda mais a situação da população cabocla. Sem a floresta, muitas famílias passaram a perder uma parte substancial de sua renda, obtida com a comercialização dos porcos criados à solta, como ocorreu com a família do sogro de Sebastião Pires:

Quando veio a serraria [...] meu sogro teve que sair dali, minha mulher teve que sair dali porque o seu René [proprietário de uma serraria em Fraiburgo] não aceitou mais porco. [...] O povo que era mais ou menos bem de vida teve que se desfazer para não ficar sem nada, teve que vender meio a troco [...]⁵⁰⁴.

A colonização e exploração madeireira fizeram com que a paisagem predominante das áreas compreendidas pela floresta e eventuais manchas de campos, em muitos casos abertas pela ação humana, com baixa densidade demográfica e atividades relacionadas ao extrativismo e a criação, formando a chamada “roça cabocla” sofresse intensas transformações. Em curto intervalo, como demonstra Susana Cesco, o processo seria responsável por introduzir o que seria o “progresso”, e o “desenvolvimento” na região⁵⁰⁵. Atividades que em pouco mais de duas décadas deixaram marcas profundas tanto na

⁵⁰³ GOULARTI Filho, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002, p. 89. NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História ambiental. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 9, n. 1, jan-jun. 2009, p. 136-150, 2010, p. 141.

⁵⁰⁴ PIRES, Sebastião. 73 anos. Depoimento, 02 de outubro de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

natureza quanto no destino de diversas famílias excluídas do acesso e uso dos espaços e recursos naturais.

A população posseira, despojada de suas terras e dos espaços onde era possível o uso da terra em comum, acabou sendo forçada a optar por dois caminhos: a inserção na nova lógica econômica, como agregados ou assalariados em alguma serraria, ou a busca de novas terras, cada vez mais distantes, onde pudessem se apossar de uma porção de terras e permanecer com o costume da criação à solta. Os criadores proprietários de pequenas porções de terra, por sua vez, sentiam a redução cada vez maior dos espaços de uso em comum, o que impedia o livre trânsito dos seus animais, sobretudo os porcos, agora confinados em mangueiras e chiqueiros, à maneira dos colonos.

Outro importante fator que culminou no declínio da criação à solta dos animais está relacionado ao contexto político e econômico da época, marcado pela ideia de desenvolvimento rural, estando inserido dentro do que Reinaldo Lindolfo Lohn apontou como uma “necessidade de eliminar formas antiquadas de trabalho para produzir ‘mais e melhor’”. As mudanças políticas e econômicas, marcadas por uma maior intervenção do capital na agricultura e na vida dos produtores rurais também tiveram impacto no cotidiano das pessoas, tanto nos ambientes rurais quanto urbanos. Para o autor, a difusão do trigo e da soja, trouxe novos hábitos alimentares. Uma dieta associando proteína animal com óleos vegetais foi sendo incorporada em vários países em detrimento a antigos hábitos alimentares de caráter local⁵⁰⁶. Assim a banha passa gradativamente a ceder espaço aos óleos vegetais, principalmente o de soja na alimentação, sobretudo nos setores urbanos. Nas empresas, o desenvolvimento econômico dos frigoríficos da região e as diversas inovações técnicas pelas quais estes passaram, sobretudo a partir da década de 1950, abriram “uma nova fase na criação, transporte e comercialização de suínos”⁵⁰⁷. Novas raças passam a ser introduzidas e confinadas em pocilgas e chiqueiros, pois não resistiriam ao ambiente rústico da floresta, cada vez mais escassa. Animais que visavam atender

⁵⁰⁵ CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. 2004, 135 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p. 119.

⁵⁰⁶ LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 48-49.

⁵⁰⁷ VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional: o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (orgs). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004, p. 179.

as novas demandas consumidoras que não exigiam mais o porco do tipo “banha”.

No campo político, ganha força o discurso em que o que era considerado “tradicional” passa a ser desqualificado em contraposição ao moderno. Começavam a atuar novos instrumentos que colocariam em prática os preceitos da “Revolução Verde” em Santa Catarina, cujos efeitos se fizeram sentir tanto na floresta quanto nos Campos, onde ainda dominava uma agricultura incipiente e uma pecuária considerada antiquada.

4 “PROGRESSO” E “MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA” NOS CAMPOS DO PLANALTO AO LONGO DO SÉCULO XX

A modernização dos meios de comunicação e técnicas de estocagem ao longo dos séculos XIX e XX promoveram, como aponta Clive Ponting, um grande aumento no comércio mundial de alimentos. O vapor movia navios e locomotivas que eram capazes de transportar com maior velocidade quantias imensas de produtos, muitos deles perecíveis, antes destinados apenas ao consumo local, e que agora passavam a ter como destino países localizados a milhares de quilômetros. O período que se seguiu vivenciou, segundo o autor, duas importantes revoluções: a mecanização da agricultura, cujo impulso definitivo veio com o desenvolvimento do motor de combustão interna e o trator no final do século, e a formação de grandes fazendas, aumentando a concentração da terra. Mecanização e concentração da terra que marcam um afastamento cada vez mais radical das práticas agrárias anteriores, levando também a uma redução gradual no número de pessoas que trabalham em atividades rurais, levando a implicações importantes para a sociedade e o campo⁵⁰⁸.

No Brasil, esse período também marca o início de importantes modificações na estrutura social e econômica, o que contribuiu para o desenvolvimento do mercado interno e o processo de urbanização. São desse período o fim do tráfico negreiro, a abolição da escravatura, a entrada de imigrantes europeus, que se dirigiram ao campo e as cidades, o desenvolvimento da industrialização e a instalação e expansão da malha ferroviária⁵⁰⁹. Um exemplo desse crescimento populacional e a intensificação da concentração urbana podem ser percebidos, por exemplo, na cidade de São Paulo, que saltou de 27.557 habitantes em 1872, época do primeiro Censo, a 239.820 em 1900, chegando a 1.326.251 em 1940⁵¹⁰. A cidade do Rio de Janeiro saltou de 274.792 em 1900, para 691.565 em 1950 e 1.764.141 em 1970⁵¹¹. Porém permanecia

⁵⁰⁸ PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 395-398.

⁵⁰⁹ COSTA, Emília Viotti da. Urbanização no Brasil no século XIX. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999, p. 251.

⁵¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional, parte XVII, Tomo I – São Paulo. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 1

⁵¹¹ RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brasil%201872.pdf>. Acesso em

ainda o país essencialmente rural e agrário em seu interior. Atender esse emergente centro consumidor fornecendo trigo, carne, milho e outros produtos era agora uma necessidade cada vez maior para um país que possuía, em 1940, apenas 31,3% de um total de 41.236.313 habitantes vivendo em cidades⁵¹².

Nesse contexto, o interior do país passa a ser posto em questão. Seus moradores e seus recursos naturais passaram a ser alvo conforme Gilmar Arruda, de novas concepções de tempo, propriedade e trabalho. Essa tarefa de “civilizar”, o que também pode ser entendido como “homogeneizar” territórios a essas novas ideias, “inscrevem-se no chamado ingresso do Brasil no campo da modernidade”. A modernização deveria ocorrer com o avanço do “progresso”, que seria o “novo”, o moderno, que deveria também atingir os remotos espaços do território. “Ferrovias, estradas, telégrafos, mapeamentos, urbanização, civilização, modernização são termos corolários deste processo”⁵¹³.

Esse conjunto de mudanças, atingindo diferentes espaços a diferentes ritmos, mantendo-os em um constante estado de “vir-a-ser”, ou seja, de mudanças permanentes, vêm a chamar-se, como aponta Marshall Berman, de “modernização”⁵¹⁴. Essa noção de modernidade começou a se difundir na Europa a partir do século XVIII. Para David Harvey, “a idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária”. O pensamento iluminista abraçou a ideário do progresso, buscando romper com a história e a tradição pela modernidade. O progresso significava também dominar a natureza cientificamente, libertando o homem da escassez, da necessidade e das arbitrariedades naturais⁵¹⁵.

15 de novembro de 2011. SYNOPSE do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905, p. 101. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional, parte XVI – Distrito Federal. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. 1

⁵¹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, v. II, p. 1. COSTA, Emília Viotti da. Urbanização no Brasil no século XIX. In: *Op. Cit.*, p. 248-249.

⁵¹³ ARRUDA, Gilmar (2000). *Op. Cit.*, p. 99-102.

⁵¹⁴ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 16

⁵¹⁵ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 23.

O processo de (re)ocupação do sertão, onde ainda se encontrava uma natureza “selvagem”, intocada pela “civilização”, segundo Gilmar Arruda, era motivado pelo imaginário de um amplo processo de montagem de um “estado-nação moderno”. Essas ideias e discursos, embora estivessem generalizados nos meios intelectuais, são absorvidas pelo discurso republicano. A ascensão do regime republicano em 1889 empunhou a bandeira da modernização, em contraposição ao que seria o atraso que seria mantido pelo regime monárquico. O progresso, portanto, deveria ocorrer pela ação desses republicanos, que se propunham a atualizar o país, entrando em sintonia com o que era considerado atual, ou seja, com que ocorria na Europa, considerada o centro da civilização⁵¹⁶.

Acentuavam-se com a modernização e as reformas urbanas das principais cidades as diferenças entre os habitantes urbanos e os rurais, entre o cidadão e o caipira, caboclo ou tabaréu, dentre muitos termos utilizados de maneira pejorativa para com o habitante do campo. Construiu-se uma imagem do espaço rural como centro do atraso, em contraposição a cidade⁵¹⁷. Data dessa época, de acordo com Nicolau Sevcenko, a descoberta por escritores brasileiros, de uma atribuição até então dada principalmente por viajantes estrangeiros: a “nossa tradicional preguiça”. O olhar urbano e cosmopolita desses grupos intelectuais, onde o tempo era visto dentro da ideia de que deveria ser aproveitado para a acumulação de riquezas e para a produção, passava a desqualificar grupos rurais e os grupos tradicionais, com seus ritmos e técnicas⁵¹⁸. A cidade era associada às “grandes indústrias”, aos “grandes ideais”, à velocidade. Era ela o centro irradiador de novas ideias e comportamentos, atributos esses que seriam característicos da modernidade e da civilização. O campo, ou o sertão, de modo mais geral, por outro lado, era associado ao atraso, ao arcaico, com sua população indolente, avessa as mudanças e as mudanças impostas pela modernidade⁵¹⁹. A oposição entre “*cidade industrial/campo indolente*”, era verificada na obra de autores como Euclides da Cunha em *Os Sertões*, em Graça Aranha e em Monteiro Lobato e seu Jeca Tatú. Encontrava-se o país dividido em duas sociedades antagônicas e

⁵¹⁶ ARRUDA, Gilmar (2000). *Op. Cit.*, p. 99-103.

⁵¹⁷ COSTA, Emilia Viotti da. Urbanização no Brasil no século XIX. In: *Op. Cit.*, p. 269.

⁵¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 45.

⁵¹⁹ ARRUDA, Gilmar (2000). *Op. Cit.*, p. 102.

dessintonizadas, onde uma deveria prevalecer sobre a outra ou um ponto de ajustamento deveria ser encontrado⁵²⁰.

Dentro dessa discussão sobre o atraso do espaço são propostas por engenheiros, sanitaristas, médicos e outros técnicos soluções dentro dos moldes técnicos/científicos, para levá-los à “modernidade”⁵²¹. A ação, seja ela estatal ou privada sobre o espaço rural carregou a “mística do progresso de que ela seria o avanço da 'civilização'”. Para atingir esse objetivo era preciso, entretanto, romper enormes barreiras que separavam as cidades dos sertões: a distância e a fraca comunicação, os “vazios” demográficos, e a população, considerada indolente e avessa ao progresso⁵²².

Pregava-se a necessidade de se usar as mais modernas tecnologias também no meio rural, dotando-o com máquinas agrícolas, realizando “correções” na natureza introduzindo plantas, alterando quimicamente a composição do solo, extirpando pragas e plantas indesejadas. Nesse período a crença moderna a respeito do domínio do homem pela natureza, superando os limites naturais pela vontade criativa e transformadora humana, foi, mais do que nunca, defendida e difundida, “tornando-se uma das mais poderosas imagens do homem moderno”⁵²³.

Era necessário atuar tanto sobre o homem rural quanto ao meio em que ele vivia. E em Santa Catarina, o planalto e seus Campos, surgiam para uma camada de intelectuais e políticos do Estado, como uma região cujas condições seriam propícias para a produção de alimentos de origem animal ou vegetal, cujo destino seria os grandes centros urbanos. A agricultura e a pecuária permaneciam, entretanto, objeto de severas críticas por suas técnicas, vistas como atrasadas e pouco eficazes, combinadas a falta de infraestrutura, sobretudo estradas, para onde a produção pudesse ser escoada. A região deveria receber o progresso e modernizar a agricultura e a pecuária. Campos experimentais, novas espécies de forrageiras e raças de gado importadas passaram a ser testados e introduzidos, visando à melhoria da produtividade animal e vegetal na região.

A intervenção do Estado na economia seria sentida não mais somente no fornecimento de infra-estrutura, ou na cobrança de impostos, por exemplo, mas também na própria produção, atingindo os

⁵²⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, p. 45.

⁵²¹ ARRUDA, Gilmar (2000). *Op. Cit.*, p. 104.

⁵²² *Ibidem*, p. 103.

⁵²³ LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 41-42.

processos de trabalho até então empregados⁵²⁴. Essa necessidade de se modernizar a economia ganha fôlego no período pós-II Guerra Mundial, onde se vislumbrou um maior esforço por parte do Estado brasileiro, se comparado com as iniciativas anteriores, de promover a modernização das atividades agrícolas e pecuárias. Estas, por sua vez estavam conectadas com a modernização dos hábitos urbanos, suas novas demandas e com o acelerado crescimento demográfico e urbano. Produzir mais e com preços baixos os produtos alimentares básicos como leite, carne e cereais era fundamental para que os orçamentos domésticos da população assalariada possibilitassem a aquisição de bens industrializados⁵²⁵.

Em Santa Catarina, procurava-se modernizar e desenvolver um Estado onde era frequente a representação sobre o atraso em relação aos outros Estados, principalmente São Paulo e o Rio Grande do Sul, e a inferioridade do crescimento econômico em relação à média nacional. Em 1947, por exemplo, o Estado participava com 2,99% da representatividade econômica no país, diminuindo para 2,63% no ano de 1960⁵²⁶. Isso fica evidente nos discursos políticos realizados nas Reuniões Econômico-Agrícolas do final da década de 1940, que enfatizavam a necessidade de se “produzir mais e melhor”, contribuindo para o “progresso na pecuária na agricultura, na economia rural, na colonização, na meteorologia, na silvicultura, na mineração, no ensino agrícola”⁵²⁷, expandindo a economia agrária estadual. Os Campos do Planalto, por exemplo, ainda possuíam “suas pastagens quasi todas ainda de palha nativa” onde “degenerados espécimes” de gado poderiam dar lugar a “vastos rebanhos de gado fino”⁵²⁸. Santa Catarina possuía na década de 1950 cerca de 75% da população vivendo no campo⁵²⁹. O

⁵²⁴ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997. 220 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1997, p. 28.

⁵²⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. Dão Paulo: Edusp, 2007, p. 32-36.

⁵²⁶ ABREU, Alcides. Panorama da economia catarinense. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (org.) **Ensaio sobre a economia catarinense**. Florianópolis: EDEME, 1970, p. 17.

⁵²⁷ Discurso do Secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura, Leoberto Leal, na Sessão de Instalação da Primeira Reunião Econômico-Agrícola. In: REUNIÃO ECONÔMICO-AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, 1. , 1947, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Secretaria da Viação Obras Públicas e Agricultura, 1947, p. 5-7.

⁵²⁸ *Ibidem*, p. 5-7.

⁵²⁹ CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992, p. 30.

setor agrícola respondia por 73,4% da força de trabalho empregada na economia estadual, gerando 48,1% da renda do Estado nesta mesma década⁵³⁰. A agricultura deveria ser incentivada, sobretudo em relação ao potencial tríticola, com distribuição de sementes e mecanização da agricultura⁵³¹.

De uma forma geral percebe-se, sobretudo a partir da década de 1950, a maior presença do Estado organizando os recursos oficiais e direcionando-os na linha do desenvolvimentismo e da “modernização agrícola”. A produção agrícola, inserida dentro do contexto do processo de urbanização e industrialização do país, precisa, para manter os níveis de renda desejados, elevar constantemente a sua produtividade. Para isso, é necessário adotar novas tecnologias de produção e organização, o que exige, por parte do produtor, maiores somas de investimentos, ocasionando uma modernização sem alteração na estrutura agrária⁵³². Esse processo, fazia em seu conjunto, parte da chamada “modernização conservadora”, onde se pregava que, “para salvar a lavoura bastaria que os agricultores brasileiros entrassem em contato com as novas tecnologias⁵³³”.

A adoção de novas tecnologias pressupunha, segundo Eros Marion Mussoi, uma mudança “radical, no sentido de substituir a estrutura produtiva 'tradicional' por uma 'moderna', dinâmica, perfeitamente integrada ao setor industrial”⁵³⁴. São dados a partir daí os primeiros passos nas estratégias de desenvolvimento do Estado, com o surgimento de planos e projetos econômicos visando implementar a política de modernização da agricultura⁵³⁵. Essa foi a época dos grandes planos de desenvolvimento, tanto nacionais quanto estaduais. No âmbito nacional, o Plano de Metas (1955-1960), do governo Juscelino Kubitschek, inaugurou o planejamento no Brasil, enquanto em Santa Catarina era criado o Plano de Obras e Equipamentos, o POE, em 1955

⁵³⁰ Aqui considera-se o setor primário como um todo (agricultura e indústria extrativista). Dados obtidos em: ABREU, Alcides. *Op. Cit.*, p. 18.

⁵³¹ Discurso do Secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura, Leoberto Leal, na Sessão de Instalação da Primeira Reunião Econômico-Agrícola. *Op. Cit.*, p. 5-7.

⁵³² RAMOS, Soraia. Sistemas técnico-agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 376.

⁵³³ LOHN, Reinaldo Lindolfo. (2004). *Op. Cit.*, p. 57.

⁵³⁴ MUSSOI, Eros Marion. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULO, Maria Ignes Silveira; SCHMIDT, Wilson (orgs). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003, p. 216-217.

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 216-217.

e mais tarde o Plano de Metas do Governo, o Plameg, em 1961, que tinha como objetivo inversões para o desenvolvimento agrícola e industrial⁵³⁶. Esse período foi fundamental nas estratégias de desenvolvimento, onde até então os órgãos e políticas visando o desenvolvimento agrícola e econômico, possuíam alcance limitado e pontual, devido às fragilidades administrativas e financeiras⁵³⁷.

Nesse cenário, o setor agrícola passa a seguir o processo de industrialização e urbanização, se inserindo, como aponta Soraia Ramos, “cada vez mais na lógica industrial de produção. Para manter os níveis de rendimentos desejados, essa atividade precisa constantemente elevar sua produtividade e, para tanto, adotar novas tecnologias de produção e organização”⁵³⁸. Esse processo atuou de diferentes formas transformando a paisagem dos Campos do planalto, culminando com o desenvolvimento das atividades relacionadas à agricultura mecanizada, a disseminação de forragens exóticas nas pastagens e a formação de “lavouras de árvores”, notadamente o *Pinus*.

4.1 “MATTAS SOBERBAS”, “PASTAGENS RIQUÍSSIMAS” E O ATRASO DO PLANALTO CATARINENSE

O desenvolvimento da malha ferroviária no sudeste, o crescimento das exportações do país e as reformas urbanas são exemplos de medidas que faziam parte de um esforço que procuravam atualizar o Brasil frente às nações europeias. Nos meios intelectuais catarinenses, desde pequenos textos e reportagens até livros escritos sobre o Estado e a região procuravam criticar e propor possíveis soluções para o “atraso” em que se encontrava a população rural. A ideia do interior como um sertão é ainda recorrente nesse período, onde a natureza, como lembra Gilmar Arruda, é reinterpretada pelo campo da cidade, visto pelo olhar do progresso⁵³⁹.

No desejo de “atualizar” o país de acordo com os ritmos das nações ditas civilizadas, uma das questões que passou a ser objeto de preocupação se referia ao problema da integridade territorial do país. O que fazer com seus moradores, com a população indígena e com a

⁵³⁶ *Ibidem*, p. 220. SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência do Plameg**. Florianópolis: UFSC, 1985, p. 17-52.

⁵³⁷ MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. Campo Grande: UFMS, 1998, p. 28.

⁵³⁸ RAMOS, Soraia. *Op. Cit.*, p. 376.

⁵³⁹ ARRUDA, Gilmar (2000). *Op. Cit.*, p. 16.

natureza era posto em questão. Eliminar as “manchas” de áreas desocupadas, de sertões incultos, desconhecidos ou territórios indígenas, justificavam a necessidade de seu conhecimento, medindo, mapeando, catalogando espécies vegetais e animais, como uma forma de preparar o território para o desenvolvimento e a implementação de novas formas de produção.

Em Santa Catarina, uma das primeiras produções dentro dessa ideia de reconhecer, catalogar e mapear o Estado e seus principais atributos foi realizada em 1905, com a *Chorographia de Santa Catharina*, escrita por José Vieira da Rosa. Com suas quase 500 páginas divididas em capítulos que tratam separadamente da fauna, flora, clima, rios, geologia, história, agricultura, indústrias, colonização e principais aspectos de cada município, fazendo uma síntese das principais informações sobre o Estado⁵⁴⁰.

Como militar, José Vieira da Rosa participou das principais campanhas republicanas no Sul do país entre o final do século XIX e início do XX, como a Revolução Federalista de 1893 e a Guerra do Contestado⁵⁴¹. Vieira da Rosa foi também diretor do Serviço Geográfico e Inspetor de Proteção aos Índios de Santa Catarina, além de colaborador do jornal *Folha do Commercio* e do jornal *Terra Livre*, de Florianópolis⁵⁴², onde publicou uma série de artigos sobre a Guerra do Contestado, intitulada *Reminiscências da Campanha do Contestado: subsídios para a História*, em 1918⁵⁴³. A Guerra do Contestado também deu origem às produções do Primeiro Tenente Herculano Teixeira D’Assumpção que publicou em dois volumes a obra *A Campanha do Contestado* em 1917 e 1918⁵⁴⁴, respectivamente e Demerval Peixoto,

⁵⁴⁰ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*

⁵⁴¹ PAULI, Evaldo. Gal. Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa, um filósofo do dia-a-dia. In **Enciclopédia Simpozio**. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/GAL.htm>. Acesso em 23 de setembro de 2009.

⁵⁴² ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). 2008. 434 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 38.

⁵⁴³ VIEIRA DA ROSA, José. *Reminiscências da Campanha do Contestado – subsídios para a História*. In: **Terra Livre**, Florianópolis, n. 2, 2 de agosto de 1918; n. 8, 9 de agosto de 1918, n. 9, 10 de agosto de 1918 e n. 27, 31 de agosto de 1918.

⁵⁴⁴ D’ASSUMPCÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, v. 1. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918, v. 2.

com *A Campanha do Contestado* em 1920, sob o pseudônimo de Clivelaro Marcial⁵⁴⁵.

Estas obras, como salienta Katiúscia Maria Lazarin, estando “dentro da tradição militar brasileira, com sua ideologia pautada na doutrina positivista [...] visavam atrair a atenção de políticos e governantes para o problema que era a condição de barbárie da população do interior”⁵⁴⁶. Para esses oficiais, como era comum no discurso da imprensa e de intelectuais da época, a origem que se sobressai para explicar a guerra era a barbárie, cujos males, a ignorância e o fanatismo, atingiam a população brasileira que habitavam os distantes sertões do país⁵⁴⁷.

Além dessas obras, podemos destacar os comentários realizados sobre os municípios do Estado por José Boiteux. Atuando no campo político e intelectual, Boiteux foi Deputado Estadual no final do século XIX, sendo também Secretário Geral do Estado no governo Hercílio Luz. Em 1896 fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, colaborando também no mesmo período com o Conselheiro Manoel da Silva Mafra na defesa dos limites territoriais de Santa Catarina com o Paraná. E foi nessa colaboração que José Boiteux permaneceu por algum tempo em Lages, colhendo documentos para a defesa dos direitos catarinenses. Durante o exercício de Deputado Federal, também manteve vínculos com a Sociedade Brasileira de Geografia, sendo organizador do primeiro Congresso Nacional de Geografia, em 1909⁵⁴⁸.

O que os autores mencionados têm em comum é o fato de apresentarem, de modo semelhante aos viajantes do século XIX, o planalto como um espaço “natural”, com pouco ou nenhum trabalho do homem, cujas possibilidades de progresso e desenvolvimento eram imensas, desde que esse espaço fosse “trabalhado”. A região do planalto era vista, por autores como Vieira da Rosa e José Boiteux, como uma

⁵⁴⁵ Em 1995 foi publicada uma segunda edição, em três volumes. PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado: as raízes da rebelião**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

⁵⁴⁶ LAZARIN, Katiúscia Maria. Lendo o Contestado: discursos e construção de sujeitos na bibliografia sobre a Guerra do Contestado – 1915 a 1960. **Esboços**: revista do programa de pós-graduação em história da Ufsc, Florianópolis, v. 12, p.151-164, 2004, p. 154-156.

⁵⁴⁷ LAZARIN, Katiúscia Maria. **Fanáticos, rebeldes e caboclos**: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003). 2005. 146 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, p. 25

⁵⁴⁸ FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX. Disponível em: <http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=32>. Acesso em 21 de março de 2011.

das mais importantes do Estado pela possibilidade em potencial da exploração de seus recursos naturais e por possuir características que se diferiam do litoral do Estado, como o clima, que poderia proporcionar o cultivo de espécies frutíferas de clima temperado, como a uva e a maçã, por exemplo. O trigo, o fumo, o feijão e o milho eram outros exemplos de culturas que se desenvolviam bem no fértil solo do planalto. Outros atributos eram as florestas, ricas em madeira, e o relevo, cujas vertentes íngremes dos rios da bacia do Uruguai e do Pelotas já eram destacados, em 1908 por José Boiteux pela possibilidade de se instalarem usinas hidrelétricas no futuro⁵⁴⁹.

Porém a precária comunicação era uma das principais “dificuldades com que, em geral, luctam os municipios serranos”⁵⁵⁰. O município de Curitiba, por exemplo, era, para Vieira da Rosa, “um dos mais esquecidos do Estado, mas possui condições para progredir espantosamente porque todas industrias encontrarão ali elemento de vida”⁵⁵¹. Esse “esquecimento”, traduzido também na ausência de boas estradas, é salientado por José Boiteux:

como os demais municipios da serra, Corytibanos se acha peiado em seu desenvolvimento pela circunstancia de não ter communicações faceis com os mercados do littoral. Não possui estradas ditas de rodagem, com aterros, boeiros e pontes. Os côrtes sem conta para praticar, vencer as elevações dos terrenos, innumeradas pontes a construir, e isto em centenas de kilometros não é possível à ainda minguada receita de 12 contos que arrecada o municipio. O que ha são apenas caminhos de cargueiros, numa extensão de 548 kilometros⁵⁵²

Sempre presente em discursos políticos, que a viam como fundamental para o desenvolvimento da região, as vias de comunicação, na entrada do século XX ainda primavam pela má conservação e precariedade, problema que persistiria nas décadas seguintes. Isso fica claro quando Vieira da Rosa aponta como fator em comum de Lages, Curitiba, Campos Novos e São Joaquim, a ausência de boas estradas

⁵⁴⁹ BOITEUX, José. *Op. Cit.*, p. 29-30.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 33.

⁵⁵¹ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 151-266

⁵⁵² BOITEUX, José. *Op. Cit.*, p. 32.

e de uma ferrovia, “pois que todos sabem, depois de solida instrução, o que mais coopera para o desenvolvimento de um Estado, de um paiz ou de um município, são as vias de communicação fáceis”⁵⁵³.

Em 1915, ao realizar alguns apontamentos para a segunda edição da *Chorographia*, abordando especificamente o município de Lages, Vieira da Rosa reitera suas críticas à falta de comunicação, o que impedia o crescimento da produção agrícola:

Afastado como se acha o município de Lages de todos os mercados consumidores, sem meios fáceis de exportação de seus productos, não admira que a sua produção seja quase nulla para a exportação.[...] Os fazendeiros plantam somente para uso proprio⁵⁵⁴.

O milho, por exemplo, que a seu ver era de qualidade superior “pela belleza e grandeza do grão”, diferente do cultivado no litoral, que era inferior pelo fato de sua semente ser utilizada por mais de 130 anos sem renovação, poderia, juntamente com o trigo e outros cereais, ser exportado para o Rio de Janeiro. Além da atribuída qualidade, os cereais cultivados no planalto possuiriam outra vantagem: encontravam-se “livres de insectos danninhos que tanto perseguem no littoral”. Os produtos poderiam permanecer três anos ou mais sem sofrer deterioração, enquanto no litoral o feijão e o milho eram colhidos já bichados⁵⁵⁵. Faltava apenas a esses espaços, no entender do autor, uma maior atuação do Estado, para evitar o abandono ao qual a região havia passado durante o período imperial, como pode ser constado em relação ao município de Campos Novos:

[...] não passam ali muitas estradas, mas o campo aberto pode ser percorrido pelos carros de bois, únicos vehiculos conhecidos n’aquella zona, n’um raio de quarenta kilometros mais ou menos. Os municipios serranos do oeste do Estado tem sido sempre os menos protegidos pelos homens. Vemos por isso que elles pouco tem progredido,

⁵⁵³ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 306.

⁵⁵⁴ VIEIRA DA ROSA, José. **Apontamentos para a segunda edição da Chorographia de Santa Catharina – município de Lages**. Florianópolis: Escola de Aprendizes Artífices, 1915, p. 16.

⁵⁵⁵ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 318-327.

com exceção de Lages, e que a zona mais propria para a colonização européia acha-se sem ella. Mas, si os governos do extinto regimen não cogitaram de um melhoramento serio, se não produziam o benefico orvalho para abrir o botão de Rosa Catharinense, a natureza amontoando ali todos os seus dons, tornou a nossa mais extensa zona, merecedora de todos os elogios⁵⁵⁶.

Quando a *Chorographia* estava sendo escrita, a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande ainda estava em construção. Seu percurso em Santa Catarina cruzaria o planalto acompanhado o traçado do rio do Peixe pelos municípios de Curitibanos e Campos Novos. Atrasos na obra, iniciada em 1890, fizeram com que o referido trecho fosse iniciado apenas em 1906 pela empresa *Brazil Railway Company*, que assumiu a concessão para a sua construção⁵⁵⁷. Mesmo sendo a área de Campos inferior, se comparada a de florestas, como no caso de Curitibanos, que era um dos mais extensos municípios do Estado, a pecuária era a principal atividade econômica. José Boiteux separou aproximadamente as áreas de criação e cultura no município da seguinte forma: “as terras de Coritybanos acham-se occupadas da seguinte fôrma approximadamente: por campos naturaes 400 kilometros q., por heruaes 1.600 kilometros q., pelas culturas de milho 100 kilometros q., de tabaco 25 quilometros q e por outras 5 kilometros q.”⁵⁵⁸. Era necessário também ocupar e explorar as florestas, vistas ainda como sertões. Seria a ferrovia, para Vieira da Rosa, a protagonista desse processo de avanço do progresso à região:

Quando, porem tiverem corrido os annos e as populações invadirem aqueles uberrimos vales (e penso mesmo que esse futuro não está tão longiquo, pois que a ramal da Transbrasilera parece alli passar), Curitibanos acompanhará os seus irmãos no continuo avançar da estrada esplendida do progresso⁵⁵⁹.

A construção da ferrovia foi saudada na imprensa local, pela possibilidade de trazer a prosperidade à região. A ferrovia, ainda em

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p. 262-263.

⁵⁵⁷ THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 53-83.

⁵⁵⁸ BOITEUX, José. *Op. Cit.*, p. 30.

⁵⁵⁹ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 266-267.

processo de construção nas margens do Rio do Peixe, já alterava a paisagem local, como relata o jornal *A Vanguarda*, de Campos Novos, transformando a “monotonia do Rio do Peixe”:

[...] Onde até há pouco somente se via moradores dispersos, casinhas primitivas, engenhos de canna e de farinha, typo antidiluviano, não esquecendo o legendário monjolo, hoje, subindo ou descendo a margem esquerda do rio até a sua barra no Uruguay, o panorama está mudando, casas, casinhas, ranchos em toda parte, e as locomotivas sibilando em ambas as direcções, attestam o que pode a actividade humana, o capital, a picareta, a polvora e o dynamite⁵⁶⁰.

Com a construção da ferrovia, embora alguns moradores locais tenham sofrido alguns prejuízos e contratempos,

o Município todo usufruirá dos beneficios; a colonisação virá rapidamente; a aurora de uma nova era está despontando e a pasmaceira, em que tantos annos viviamos [...] substituindo-a a actividade em todos os sentidos; teremos a lavoura racional, teremos industrias, fontes de bem geral⁵⁶¹.

A colonização dos sertões traria a “lavoura racional” e a indústria, suplantaria a agricultura tradicional, “antidiluviana”, praticada pelos sitiantes que até então viviam às margens do Rio do Peixe, muitos deles possivelmente expropriados mais tarde pela *Brazil Railway Company*. Atrair imigrantes, na visão de Jorge Knoll, um dos redatores do jornal *O Trabalho*, de Curitiba, faria dos “nossos sertões, agora abandonados, um nucleo prospero, um centro populoso, rico e feliz”⁵⁶².

A pecuária e suas práticas costumeiras de criação e manejo também não escapavam desse olhar. O progresso deveria também chegar aos seus “campos de excelente pastagem [que] convidam o

⁵⁶⁰ **Vanguarda**. Campos Novos, ano 4, n. 4, 1º de junho de 1910, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁵⁶¹ *Ibidem*, p. 1.

⁵⁶² **O Trabalho**. Curitiba, ano 1, n. 11, 18 de abril de 1908, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

habitante a vida pastoril, e por isso vêm-se enormes rebanhos de gado pelas diferentes fazendas de criação⁵⁶³.

A criação de gado se desenvolvia graças às condições naturais, onde os animais, no inverno, buscavam refúgio nas áreas de capões e florestas, e “por vezes os invernos determinam grandes baixas; as lestadas [ventos na direção leste que trazem chuva] dizem tropas de mulas e bois, como bem atestam essas ossadas que alvejam nos capões⁵⁶⁴. Essa forma de criação extensiva e sem cuidados, praticada pelos grandes fazendeiros, o que provocava grande mortalidade e animais de qualidade inferior, não escapava das críticas, como a realizada por Herculano Teixeira D’Assumpção:

A industria pastoril é a riqueza do sertão contestado.

O seu desenvolvimento é de tal ordem que, em geral, os sertanejos, tirando o serviço de rebanho de gado, não conhecem outra profissão. Mas os fazendeiros, na maioria, pouco cuidado têm com a criação. Os pastos nem sempre são fartos de forragens silvestres e estas nem sempre primam pela qualidade. Pequenas aguadas, campos de fachineas, com espaços tomados de capim, são os pastos mais communs.

O gado é solto em taes terrenos, no meio dos quaes está a pequena casa de madeira, residencia do fazendeiro. Durante o inverno, aquelle se abriga nas mattas, onde encontra algum capim fresco e hervas próprias á sua alimentação.

Em geral, o fazendeiro, em *dolce farniente*, fica em casa e deixa o gado entregue á natureza. Somente uma ou duas vezes no anno é elle recolhido ás mangueiras para a salgagem, occasião em que é feita a marcação. Esta é constituída de arabescos ou de iniciais dos fazendeiros⁵⁶⁵.

Essa, que era a principal atividade econômica dos municípios planaltinos era também considerada mal aproveitada por José Boiteux. A respeito de Curitiba, um dos municípios do planalto que mais

⁵⁶³ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 279.

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 250.

⁵⁶⁵ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira (1917). *Op. Cit.*, p. 206-207.

recebem atenção, em sua obra sobre Santa Catarina para a Exposição Nacional de 1908, comenta que o número de bovinos se situava na cada das 10.000 cabeças, além de 2.400 equinos, 1.500 muares e 2.500 suínos, número que deveria ser bem maior se considerarmos as criações à solta nas florestas. Com toda essa quantidade de animais

é de supôr, pois que Coritybanos seja do nosso Estado um dos centros productores de laticionios e banha. Assim, porém, não acontece, visto como o fim a que se propõe a indústria pastoril, na nossa região serrana, é produzir gado para o consumo no exterior, e do suíno, o que não é exportado vivo, aproveitam para o commercio apenas o toucinho, que d'alli sae na quantidade de 20.000 arrobas annualmente⁵⁶⁶.

A produção bovina se resumia ao abate e a produção de queijo “com as cifras de 5.000 e 500 arrobas respectivamente”⁵⁶⁷. A sempre destacada falta de comunicação da região do planalto era, para Vieira da Rosa, um dos fatores que levavam ao fraco desenvolvimento de uma indústria de laticínios. Apesar das dificuldades, parte da produção de queijos lagueana escoava para o litoral em lombo de mulas⁵⁶⁸.

Outros gêneros ligados à economia pastoril, muitos deles produzidos no planalto, faziam parte da pauta econômica catarinense, como chifres, ossos, lã e couro. O couro produzido no planalto era comercializado em sua maioria com Porto Alegre, haja vista a maior facilidade de escoamento pela região e o tradicional contato com a cidade advindo da economia tropeira. O charque, por outro lado, era importado, o que se devia, segundo o autor, “por nossa incuria, visto termos terra que o produzem, visto termos gado enumeravel na região dos Campos”⁵⁶⁹.

A natureza e a potencialidade agrícola do planalto eram merecedoras de todos os elogios. Os municípios possuíam clima excelente, como São Joaquim, cujas áreas compreendidas pelas nascentes dos rios Pelotas e Contas, “é, não só o mais alto pedaço de terra catharinense, como o que apresenta mais o caracter de clima

⁵⁶⁶ BOITEUX, José. *Op. Cit.* p. 31.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 31.

⁵⁶⁸ VIEIRA DA ROSA, José. **Chorographia de Santa Catarina**. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1905, p. 338.

⁵⁶⁹ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 337-343.

européu no Brasil”. O solo fértil era também destacado, apresentando terras “negras” e aráveis. A agricultura até então praticada no Estado como um todo, por outro lado, era “atrasadíssima”. Além de não possuir renovação de sementes, “os agricultores, que não merecem tal nome, não entendem da enxertia, não conhecem o arado e outros instrumentos da moderna lavoura”⁵⁷⁰.

O planalto não possuía apenas “clima europeu”. Algumas áreas eram também próprias ao cultivo de espécies de climas mais quentes, como em Curitiba, cujo vasto território era “conjuntamente pastoril e agricultor, pois, que possui bons campos e ótimas terras onde todas as plantas littorales se dão bem”. Exagerando em muitas passagens as condições edafoclimáticas propícias a certas culturas no planalto, o autor salienta que a agricultura poderia se desenvolver de modo prodigioso, sendo possível o cultivo tanto de espécies temperadas quanto tropicais, como a cana-de-açúcar, a qual apresentava uma área cultivada considerável em Campos Novos, onde se encontravam, em 1905, cerca de dezessete engenhos, possivelmente nas áreas mais baixas dos vales dos rios do Peixe e Uruguai, além de existirem plantações de laranjas, mandioca, fumo e milho. As terras que eram também “ubérrimas para todas as culturas europeias” existentes em Lages, vislumbravam a um investidor em potencial ou a um colono a possibilidade de se cultivar espécies de clima temperado, comuns ao ambiente europeu. Muitas frutas já eram cultivadas, na maioria para o consumo próprio, como a maçã, a pêra, a ameixa, e o pêssego⁵⁷¹.

No texto, Vieira da Rosa frequentemente critica o caráter do brasileiro, para quem “dá uma importância exagerada a tudo que vem de fora, ao que é novidade”, porém deixa de lado, em uma clara preferência a espécies europeias, a possibilidade de cultivo das diversas variedades de frutas nativas existentes no planalto e no Estado em geral, que inclusive são citadas, como o araçá, a goiabeira do mato e o butiá⁵⁷².

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 248-317.

⁵⁷¹ Cabe destacar as inúmeras reportagens veiculadas nos jornais do município de Lages, como *O Clarim*, *A Época* e *Região Serrana* com reportagens a respeito do cultivo de frutas de clima temperado como a maçã, a pêra e a uva, além de cereais como o trigo nas primeiras décadas do século XX. VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 17, 263-282.

⁵⁷² VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 446-462. A goiabeira do mato (*Acca sellowiana*) é também conhecida como goiabeira-serrana, goiabeira-do-campo ou feijoa. MORETTO, Samira Peruchi *et. al.* As vias de domesticação da *Acca sellowiana* (goiabeira-serrana) e a conservação da biodiversidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 1, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. 1 CD ROM.

Essa ênfase dada ao cultivo de espécies exóticas de clima temperado também ocorria pelo fato de que a abertura de uma ferrovia facilitaria sua comercialização com a Capital Federal, evitando a importação de frutas de outros países, o que pode ser percebido na passagem a seguir:

A tres dias de viagem do Rio de Janeiro e possuindo, por causa dos diferentes climas devidos aos relevos do solo, todos os fructos do sul da Europa, podemos, desde que tenhamos uma estrada de ferro para Lages, abastecer os mercados no norte do Brasil de peras, maçãs, nozes, cerejas, amendoas, ameixa diversas, entre as quaes as formosas *rainha claudia* e mirabella; o marmello, pecegos incomparáveis, uvas e todas as outras, e isso desde que a estrada seja prompta, visto cultivar-se muito n'aquella bella Região, todas as fructas que venho de citar. Os milhares de contos que empregam nos fructos vindos do Prata aqui ficariam⁵⁷³.

A produção agrícola, se não assumia grande vulto na pauta de exportação do Estado, supria as necessidades locais, sendo exportado apenas o excedente. Essa produção, como constantemente enfatiza o autor, só não era maior pela ausência de meios eficientes de transporte que ligasse o planalto ao litoral. Além do escoamento da produção, essa também passaria a estimular a produção:

Uma estrada de ferro que ligue o littoral á zona serrana n'em só de lá trará mantimentos.

Comprehende-se que, havendo maior facilidade de transporte, o povo será por elle estimulado e plantará mais, tendo mais cuidado afim de que tenham melhor qualidade e collocação no mercado⁵⁷⁴.

Através de uma comparação com a produção de trigo, centeio, cevada e aveia da Alemanha, Vieira da Rosa, procura demonstrar a viabilidade de tais cultivos, mostrando que a produção era, em média,

⁵⁷³ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 331.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p. 321.

três a quatro vezes maior. Porém havia um desinteresse, inclusive de colonos, a essas culturas, as quais o autor associa ao progresso:

Eu não sou pessimista, mas da maneira que vejo ir tudo isso que é relativo a lavoura, o indiferentismo com que recebem as propagandas, o pouco caso que ligam ao progresso, penso que, a não ser que um phenomeno qualquer de ordem social se opere, não veremos senão a mandioca, o milho, o feijão e o assucar, e esses mesmos generos de qualidade que reconhecemos pessima.

Os nossos olhares voltam-se para os campos serranos; as nossas esperanças citam-se na construção de uma estrada de ferro⁵⁷⁵.

Essa crítica se volta também à importação de produtos cuja produção poderia ser realizada em solo catarinense. A seu ver, o brasileiro não possuía espírito observador e nem era um povo empreendedor. Em um país onde as riquezas jaziam espalhadas em toda a superfície do país, onde as florestas eram um mundo a explorar “em plantas texteis, cascas, folhas d’arvores, óleos industriais, madeiras soberbas” o brasileiro simplesmente as importavam do exterior⁵⁷⁶.

Em geral, o que se percebe a partir da leitura da desses textos é que o futuro da região dependia da transformação das “intermináveis florestas” e Campos em territórios “civilizados”, onde, como aponta Sílvio Marcus Correa e Juliana Bublitz “o caos da floresta sucumbisse à ordem, à racionalidade, à agricultura, considerada um símbolo da presença e engenhosidade do homem civilizado. A natureza deveria ser subserviente ao homem”⁵⁷⁷. Para Vieira da Rosa, “as enormes mattas precisam ser exploradas. A civilização precisa desbastar o invio sertão”⁵⁷⁸.

Até então pouco havia sido feito na região, onde as técnicas agrícolas e o manejo dos animais eram considerados rudimentares e atrasados. A população e seu modo de vida eram criticados, sendo que na visão desses autores não havia vontade por parte dos moradores do planalto em melhorar sua produção e seu rebanho, pois o trabalho sedentário era considerado aviltante. A ideia do atraso em que se

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p. 328.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, p. 328-329.

⁵⁷⁷ CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Op. Cit.*, p. 124.

⁵⁷⁸ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 316.

encontrava o planalto catarinense em relação a outras regiões, como o Vale do Itajaí era recorrente na imprensa e nos meios intelectuais, sendo comum a comparação entre o planaltino e o colono de origem alemã. Enquanto o primeiro era pouco afeito ao trabalho, qualificado muitas vezes como preguiçoso e indolente, o colono era visto como ordeiro e trabalhador, o elemento que traria o progresso para a região. Essa visão do morador do planalto, de certa forma justificava sua preferência pela pecuária dos Campos, que pouco esforço demandaria em relação à agricultura. Criticava-se assim a sua “tradição”, a rotina de seus velhos hábitos.

Esse olhar etnocêntrico, que visava desqualificar os hábitos e costumes da população local, sobretudo relacionados ao trabalho e ao aproveitamento dos recursos naturais pode ser percebido na comparação realizada por Herculano D’Assumpção em relação aos colonos alemães do Vale do Itajaí:

[...] em marcha para Curitybanos, saímos da região colonial, na qual nos habituamos a lidar com o colono allemão e seus descendentes, população ordeira, disciplinada, intelligente e summamente prestativa, entrâmos na zona serrana, onde, então só reinava a anarchia, a miseria, a completa desorganização na vida privada e publica de seus habitantes. E sentimos profunda dôr moral em constatar o atrazo dos seus sertões⁵⁷⁹.

Para os oficiais do exército que atuaram na Guerra do Contestado, a origem que se sobressai para explicar o conflito era a barbárie, cujos males, a ignorância e o fanatismo, atingiam a população brasileira que habitavam os distantes sertões do país, como era comum no discurso da imprensa e de intelectuais da época⁵⁸⁰. Faltava a essas regiões a presença de ações por parte do Estado, levando a “civilização” aos “sertões”, como expõe Herculano D’Assumpção, em um trecho onde enfatiza que cabe ao governo “incentivar a instrução primaria naquelles sertões e estimular os seus habitantes aos trabalhos da lavoura e da industria pastoril. [...]. É necessário encaminhar para o bem os

⁵⁷⁹ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. (1917). *Op. Cit.*, p. 198.

⁵⁸⁰ LAZARIN, Kátiuscia Maria (2005). *Op. Cit.*, p. 25.

homens madraços que alli habitam e preparar, pela educação, as novas gerações sertaneja que ora surgem”⁵⁸¹.

A existência de uma natureza exuberante, com “mattas soberbas” e “pastagens riquíssimas”⁵⁸², contrastando com a pobreza da população local, ajudaram a propagar a indolência e a preguiça de seus habitantes. O que é comum a esses discursos é o mau aproveitamento da riqueza oferecida pela natureza pela população local que, segundo Herculano Teixeira D’Assumpção, “pouca importância liga ao amanhã das terras”. A seu ver, deveria ocorrer na região “uma propaganda porfiada, tenaz, sem tréguas, em prol da lavoura, entre os homens que vivem em logares afastados dos centros da civilização e que, criminosamente, não a praticam – tendo á sua disposição um solo de invejável feracidade”⁵⁸³.

O planalto, para transformar-se em um espaço civilizado deveria também ter seus ricos recursos naturais bem aproveitados, o que não ocorria para Vieira da Rosa: “devido a nossa ignorância [...] nosso povo, possuidor de riquezas incomparáveis nos tres grandes reinos da natureza, mas que, não as conhecendo, as vae destruindo todos os dias”⁵⁸⁴. Vieira da Rosa incorpora, nessa fala, um discurso contra a devastação e a destruição do meio ambiente que muito se assemelha ao de pensadores brasileiros do século XIX, cuja crítica estava vinculada ao que era considerado mau aproveitamento dos seus recursos, conforme aponta José Augusto Pádua⁵⁸⁵. Esse discurso era voltado à exploração predatória, com práticas como a queimada e a coivara para a abertura de roças, então comuns à população catarinense em geral, tanto do litoral quanto do planalto. A esse respeito comenta o seguinte:

É pena ver-se desaparecer cada anno enormes trechos da floresta virgem

Derribam as grandes mattas [...] para, na miserável lavoura que praticam, substituir os gigantes pelo anões annuaes.

Vemos, com dôr no coração o destroço das coiváras, onde denegridas pela acção do fogo, fazem troncos colossaes dos cedros que antes

⁵⁸¹ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. (1917). *Op. Cit.*, p. 447.

⁵⁸² VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, n. 6, 7 de agosto de 1918, p. 1.

⁵⁸³ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. (1917) *Op. Cit.*, p. 209.

⁵⁸⁴ VIEIRA DA ROSA, José. (1905). *Op. Cit.*, p. 447.

⁵⁸⁵ PÁDUA, José Augusto (2002). *Op. Cit.*

elevam altivamente nos ares as suas verde negras folhas.

Cresce todo dia a população do Estado; decresce todos os dias a floresta virgem; virá tempo que chorarão a sua falta. Isto é uma cousa fatal, não se evita, visto não haver leis que cohibam o grande mal⁵⁸⁶.

Como uma solução a esse futuro esgotamento dos recursos florestais, que se faria sentir no planalto pouco mais de cinco décadas depois, Vieira da Rosa já sugeria o reforestamento para os lavradores: “si os derribarem para fazer roças, plantassem os galhos de arvores mais preciosas, em vinte e cinco annos teriam nova matta que, se não apresentasse velhos troncos, offerceria madeira bastante para o corte”. Percebe-se que a intenção do autor não era garantir a biodiversidade ou a preservação da floresta nativa, mas sim impedir que os recursos se exaurissem, empobrecendo o agricultor e a região. Os cipós que se encontravam nas árvores também eram destacados, pois eram, a seu ver, “quasi todos úteis, quasi todos tendo uma applicação industrial qualquer”. Era também indicada a formação, pelos poderes competentes, de uma reserva de mata virgem em cada município, não só para que a caça se recompusesse e não entrasse em declínio, mas que também se tivesse um fundo de reserva madeireira para construções futuras. Essa área deveria ser em torno de cinco ou seis mil hectares de florestas, para os municípios com menor área, e de trinta mil hectares pelo menos para os municípios e maior extensão territorial, pois “assim não soffreria futuramente o Estado falta de madeiras indispensaveis como a peroba, a canella e tantas outras utilizadas para edificações”. As colônias, segundo o autor deveriam também possuir uma pequena área de reserva florestal de cinco hectares, para preservar os mananciais⁵⁸⁷.

Um Estado “cuja riqueza florestal é enorme”, ainda não possuía um comércio regular de madeiras. Era de pequeno vulto a exportação de toras e tábuas, o que era atribuído à devastação da floresta no litoral e a localização cada vez mais remota de árvores de valor comercial⁵⁸⁸. No planalto, a exploração madeireira ainda se fazia na base de pequenos engenhos de serrar, destinados ao mercado local, na construção de casas, pontes, igrejas e estábulos. São raras no período as menções a engenhos de serrar na região, sendo que uma das primeiras serrarias de maior

⁵⁸⁶ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 448.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 338-462.

⁵⁸⁸ *Ibidem*, p. 448.

porte só viria se instalar na região de Lages na segunda década do século XX⁵⁸⁹. Vieira da Rosa aponta, por exemplo, a existência de apenas dois engenhos de serra no município de Campos Novos⁵⁹⁰. Sua exploração assumiria maior vulto somente a partir do final da mesma década com a instalação da Ferrovia São Paulo – Rio Grande e o funcionamento da serraria da *Southern Brazil, Lumber and Colonization Company* no Planalto Norte⁵⁹¹.

Além das técnicas “rudimentares” e “atrasadas”, o sobrepartilhamento das fazendas, com o aumento no número de propriedades com menor dimensão, tornaria cada vez mais difícil a manutenção da pecuária e dos hábitos e costumes no que cabe as técnicas de criação extensiva do gado com pouco manejo. Essa preocupação era alvo de comentários na imprensa local, como se pode observar no jornal *A Voz Serrana* de São Joaquim. Em um texto publicado em 1923, a subdivisão era apontada como um problema grave. As “outroras vastas extensões de terras vão sendo, pouco a pouco, repartidas em dezenas de glebas cada vez mais limitada, em que filhos e netos dos primitivos proprietários continuam a exercer a mesma profissão dos seus antepassados pelos mesmos moldes anachronicos e rotineiros praticados ha cem annos”. Seguiu a reportagem criticando os criadores que ainda não haviam percebido que não era mais possível “continuar com esse systema absurdo e retrogrado de criar inteiramente à lei da natureza”. Era necessário melhorar a criação, introduzir novas técnicas para evitar o empobrecimento dos criadores⁵⁹².

Pouco mais de três décadas depois das produções dos militares, a crítica ao atraso não se relacionava mais somente a ausência de comunicação ou a pouca educação dos moradores do planalto. Nessa época, a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande estava em pleno funcionamento, transportando a produção madeireira e dos frigoríficos do vale do Rio do Peixe, enquanto estradas de rodagem possibilitavam a

⁵⁸⁹ MORETTO, Samira Peruchi. Os saldos da floresta: as transformações ambientais no município de Lages (1900 – 1960). **História e-história**. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=234>>. Acesso em 28 de setembro de 2009.

⁵⁹⁰ VIEIRA DA ROSA, José (1905). *Op. Cit.*, p. 263.

⁵⁹¹ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. 2006, 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

⁵⁹² **A Voz Serrana**. São Joaquim, ano 2, n. 20, 26 de agosto de 1923, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

extração e transporte da madeira extraída de florestas cada vez mais distantes da ferrovia, bem como facilitou o transporte de animais como bois e porcos. Essas melhorias vislumbravam o futuro aumento da produção agrícola da região, o que poderia ser feito com o cultivo dos Campos.

A persistência do predomínio da criação nos Campos separando a agricultura, nas áreas de floresta e pecuária nas áreas de Campos, é profundamente criticada por Victor Antônio Peluso, para quem “em todo o Planalto de São Joaquim as terras são propícias a lavoura. Clima e solo indicam a região para este uso”⁵⁹³. A agricultura, nas áreas de Campos desempenhava um papel de atividade acessória entre os pecuaristas, enquanto os vales, como o do Canoas, passaram a serem habitados por os colonos descendentes de imigrantes alemães e italianos, muitos deles do Sul do Estado, onde,

florescia uma comunidade agrícola próspera, que em 1940 contava com 3.250 habitantes, ou seja, 16,20% do total do município de São Joaquim. A população do vale do Canoas dedica-se à agricultura, enquanto a do restante da região, cuja maior parte trabalha a terra, tem no gado a sua maior fonte de renda⁵⁹⁴.

Essa separação entre lavoura e pecuária, no entanto, não era uma particularidade da região, mas sim do país. Em 1949 essa separação foi também alvo de críticas pelo geógrafo alemão Léo Waibel.

Waibel considerava que a ideia comum de que os solos dos Campos eram pobres para a agricultura fazia com que esses fossem empregados apenas para a criação, sendo as florestas destruídas para a formação de lavouras e pastagens. Como resultado, essas práticas promoviam “uma destruição em massa das florestas, enquanto os campos têm geralmente preservado sua vegetação natural” Dessa mentalidade resultou, no Sul, a separação dos Campos como áreas de domínio do fazendeiro “de origem luso-brasileira, que cria cavalos e bovinos em grandes propriedades”, e as florestas onde era realizada a agricultura. Eram os Campos e a floresta, para o autor “dois mundos inteiramente diferentes no Sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais tanto quanto às econômicas, sociais e raciais”. Esses Campos, vistos como mal aproveitados, uma vez que eram

⁵⁹³ *Ibidem*, p. 154.

⁵⁹⁴ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 154.

exclusivamente dedicados à pecuária, poderiam “ser cultivados e colonizados, se forem aplicados métodos agrícolas intensivos e se fôr assegurado um mercado para produtos comerciais compensadores”⁵⁹⁵

É interessante notar, nas regiões analisadas por Peluso, a ausência da criação de porcos como fonte de renda. Essa é mencionada apenas como uma fonte de alimentos, como a galinha, não se constituindo um produto de venda, mesmo estando próximo à borda do planalto, onde poderiam ser comercializados com o litoral sul do Estado, como ocorria, por exemplo, na região de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul⁵⁹⁶. A existência de amplas áreas de Campo obviamente inviabilizava a criação nesses espaços, porém as áreas de capões e mesmo as florestas do vale do Canoas e Pelotas serviriam como espaço de criação. Uma das possíveis explicações para essa ausência poderia ser dada pela época em que Peluso esteve na região, em 1942. A importância que a lavoura assumia com a instalação de colonos de origem italiana, combinado com o maior adensamento demográfico, teria colaborado para o possível declínio dessa criação.

Em meados de 1940 a economia do planalto de São Joaquim, segundo Peluso, pouco avançava. Não existiam meios de comunicação, não se sentia a necessidade de criação intensiva animal, pois não havia grandes centros urbanos próximos para consumir carne ou leite, inexistindo também a produção para um mercado que não fosse o regional. Transportado em tropas pelas estradas, a capacidade de consumo era limitada. Mesmo a lavoura, vista como pródiga e com possibilidades de um amplo desenvolvimento no início do século XX, por Vieira da Rosa, pouco mudou: “nenhuma cultura nova foi introduzida de maneira a possibilitar maiores lucros para a exportação, ou alterar a economia dominante”. Ficava assim a população da região

presa às formas tradicionais de economia rural. As propriedades, subdividindo-se, tornaram-se incapazes de alimentar uma única rês, mas o homem do planalto arrenda pastos e consegue, em suas terras, colher o que necessita para consumo e mesmo vender o excesso, mas sua renda será, principalmente, a transação que fizer com o gado

⁵⁹⁷

⁵⁹⁵ WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 159-222, abr/jun., 1949, p. 165-208.

⁵⁹⁶ SILVA, Manoel Maria da. Entrevista citada.

⁵⁹⁷ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1991). *Op. Cit.*, p. 156.

Esse pensamento coadunava com as ideias da época a qual o chamado “atraso” dos fazendeiros das áreas de Campos era o resultado de sua “tradição”. Os Campos, costumeiramente considerados como pouco propícios para o cultivo, salvo algumas áreas com solos rasos e litólicos, já eram apontados por autores da época, como Léo Waibel, como propícios ao cultivo desde que manejados. A solução, para o geógrafo seria “aplicar bastante adubo e fertilizar para tornar o cultivo possível”. Seria o principal problema para Waibel não o contraste entre o cultivo na floresta ou no Campo, mas sim o contraste econômico entre diferentes métodos e técnicas agrícolas⁵⁹⁸.

Se na floresta com o sistema de rotação de terras, a prática da coivara não necessitava de capital, mas apenas de trabalho, derrubando as árvores e ateando fogo, o cultivo nos Campos por outro lado, além do trabalho, necessitava de capital para a aquisição do instrumental necessário e de insumos, além do conhecimento para aplicar um sistema agrário intensivo. Sistema que seria muito mais produtivo e rentável, se comparado ao considerado “primitivo” sistema da coivara⁵⁹⁹.

Peluso e Waibel pesquisaram e publicaram seus estudos no final da década de 1940, quando as atividades estatais fomentando a agricultura no Brasil e em Santa Catarina começavam a ganhar corpo. Era clara, na visão dos responsáveis pelos órgãos e agentes estatais, o atraso em que se encontravam a pecuária e a agricultura, o que se devia tanto a “ignorância” em relação as modernas técnicas agropecuárias quanto a sua falta de recursos para melhorar a produtividade.

O planalto, seus Campos e florestas eram considerados uma região naturalmente rica, com seus solos férteis, e excelente clima, onde era possível cultivar as mais variadas espécies de plantas de ambientes temperados ou tropicais e criar gordos e numerosos animais em seus Campos. Urgia intervir através de novos órgãos estatais nessa situação, “modernizando” a agricultura e a pecuária em Santa Catarina.

4.2 PESQUISAS AGROPECUÁRIAS

Desde o século XIX a agricultura esteve presente em discursos e mensagens do governo de Santa Catarina, sempre enfatizando a necessidade de aprimoramento e aumento na produção, embora quase sempre relacionada à colonização alemã, como pode ser observado, por

⁵⁹⁸ WAIBEL, Léo (1949). *Op. Cit.*, p. 209.

⁵⁹⁹ *Ibidem*, p. 209.

exemplo, no Relatório do Presidente da Província João Carlos Pardal do ano de 1838:

tendo os Colonos estrangeiros, principalmente os Alemães, dado exemplos da maneira de aproveitar as diferentes especies de terra, e de amanha-las, e introduzindo o uso de machinas, ainda que em pequena escalla, para economizar o trabalho braçal na manipulação, e preparação dos productos; nossos conterraneos, não deixarão de imita-los⁶⁰⁰.

Mesmo enfatizando a imigração, como se esta carregasse consigo toda a bagagem para o melhoramento da agricultura, esta, em sua situação geral permanecia presa a antigas técnicas consideradas atrasadas. Em 1840, por exemplo, o Presidente da Província de Santa Catarina Francisco José de Souza Soares D'Andréa, considerava inexistente a indústria agrícola, onde “cada hum faz o que seu pai já fazia, e planta o que tem visto plantar, e ajuntando a isto alguma indolencia, fica completo o quadro por este lado”⁶⁰¹.

No Brasil, a emergência das pesquisas referentes à agricultura e pecuária que surgem desde o início do século XIX, possuíam como marca a necessidade de “racionalizar” a produção agrícola, descobrir novas riquezas e recursos naturais e manter os grupos agrários no poder⁶⁰². A criação do Jardim Botânico, pelo governo português em 1808, e mais tarde dos Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura por parte do governo imperial em 1860 são exemplos de órgãos criados para a pesquisa agrícola, com introdução, aclimação e seleção de plantas. Nesse período, afora essas instituições, as iniciativas científicas do governo imperial também incluíam a visita de cientistas estrangeiros, que percorreram diversos

⁶⁰⁰ SANTA CATARINA. **Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838**. Desterro: Typographia Provincial, 1838, p. 14.

⁶⁰¹ SANTA CATARINA. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província de Santa Catharina o Marechal de Campo Francisco Jose de Souza Soares D'Andréa na Sessão Ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março**. [s.l, s.n], 1840. p. 27-28.

⁶⁰² OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 104-115, jul-dez. 2006, p. 105.

espaços do interior do país para estudar sua fauna e flora⁶⁰³. A necessidade de melhoria na produção, aliadas à permanência de um pragmatismo das atividades científicas, permaneceram na criação de diversos institutos agrícolas, muitos deles por parte dos governos estaduais no final do século XIX e entrada do século XX⁶⁰⁴.

Essas instituições de pesquisa e ensino agrícolas acompanhavam, ao menos no plano do discurso político, a criação de outras condições para melhorar as condições rurais do país, como a abertura novas estradas e ferrovias, o estabelecimento do crédito rural, a inserção de máquinas e novas tecnologias de plantio e cultivo, juntamente com a propaganda institucional ou por revistas, boletins técnicos e tópicos e artigos sobre agricultura na imprensa local⁶⁰⁵.

Em Santa Catarina as pesquisas referentes à agricultura e a pecuária tem início com a instalação e funcionamento da Estação Agronômica e Veterinária de Rio dos Cedros em 1895. Localizada no Vale do Itajaí, a Estação realizava pesquisas relacionadas ao fumo, buscando também introduzir, testar e avaliar diversas espécies vegetais, incluindo cereais, frutíferas, forrageiras e florestais, distribuindo sementes e orientando produtores da região, tendo como responsável o médico veterinário italiano Giovanni Rossi⁶⁰⁶. A Estação nesse período também atuou na orientação técnica e na divulgação de orientações aos produtores, algumas delas sendo publicadas em jornais, inclusive na região de Lages⁶⁰⁷. Posteriormente as atividades da Estação foram transferidas para o litoral, no bairro Estreito, na época pertencente ao município de São José, vizinho a Capital Florianópolis⁶⁰⁸.

⁶⁰³ RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da Corte Portuguesa ao início da República. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 21-38 jan.-abr. 1987.

⁶⁰⁴ OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Op. Cit.*, p.105-108.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, p.105-108.

⁶⁰⁶ SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação Agronômica e de Veterinária do Estado: (1895-1920) uma abordagem história sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998, p. 103-115.

⁶⁰⁷ Em 1899, foi publicado, por exemplo, um artigo assinado por Giovanni Rossi a respeito de técnicas de plantação e sementeira, indicado o uso do sulcador para o plantio de cana-de-açúcar, mandioca e batata, além do semeador, empregado para a sementeira de cereais e leguminosas. ROSSI, Giovanni. Plantar e semear. In: **Região Serrana**. Lages, ano 3, n. 104, 30 de abril de 1899, p. 1. Acervo do Museu Thiago de Castro. O fumo e as potencialidades de produção em Blumenau foram expostas em um artigo de 1900 e reproduzidos pelo jornal Região Serrana. ROSSI, Giovanni. Cultura do fumo. In: **Região Serrana**. Lages, ano 4, n. 143, 25 de fevereiro de 1900, p. 1-2. Acervo do Museu Thiago de Castro.

⁶⁰⁸ SANTOS, Lucy Woellner dos. *Op. Cit.*, p. 103-115.

No planalto, uma das primeiras iniciativas estatais de pesquisa destinadas ao melhoramento dos animais e das técnicas de criação do gado teve início em 1905, durante o mandato de Vidal Ramos, de um Campo de Demonstração, com o intuito de fomentar a agricultura. Para o Posto Zootécnico anexo foram levados, no mesmo ano, dois touros provenientes da Argentina das raças Hereford e Holstein⁶⁰⁹.

A Mensagem do Governador do Estado de 1906 traz mais algumas informações sobre o início das atividades. Nos terrenos onde se instalaram o Campo de Demonstração e do Posto Zootécnico, cedidos pela prefeitura de Lages na sua criação, foram feitas duas subdivisões, uma com “prados naturais e uma para terreno de culturas”, além da instalação de edificações, como estábulos e galpões, de cercas para currais e dois jardins para plantas raras⁶¹⁰.

No ano seguinte, o Campo de Demonstração passou para a municipalidade de Lages, permanecendo, no entanto, o governo estadual a auxiliar com capital e animais⁶¹¹. Nesse período o Campo de Demonstração possuía poucos touros, algumas vacas e algumas dezenas de ovinos. Em 1912 o Posto Zootécnico e o Campo de Demonstração foram incorporados ao governo federal, passando a formar o Posto Zootécnico Federal de Lages. Este possuía como objetivo melhorar a criação de gado, atuando tanto no melhoramento dos rebanhos quanto na formação de pastagens e combate a doenças e pragas que afetavam as criações e os Campos. Foram incorporados ao novo órgão os terrenos e materiais existentes no Campo de Demonstração, da mesma forma que outros terrenos foram adquiridos.

Em sua Mensagem do ano de 1913, o Governador Vidal Ramos destaca seu esforço para realizar a incorporação do Posto Zootécnico ao governo federal “para que a nossa rica zona pastoril fosse dotada de mais esse poderoso factor de prosperidade econômica”⁶¹². O relatório do

⁶⁰⁹ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 30 de julho de 1905 pelo Vice-governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Júnior.** Florianópolis: Gab. Typográfico d'O Dia, 1905, p. 25 e 26.

⁶¹⁰ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906 pelo Governador Cel. Antônio Pereira da Silva Oliveira.** Florianópolis: Gab. Typográfico d'O Dia, 1906, p. 32.

⁶¹¹ SANTA CATARINA. **Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na Sessão de Abertura do Congresso Representativo em 5 de agosto de 1907.** Florianópolis: Gab. Typográfico d'O Dia, 1907, p. 25. SANTA CATARINA. **Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na 2ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908.** Joinville, Typ. Boehm, 1908, p. 27.

⁶¹² SANTA CATARINA (1913). *Op. Cit.*, p. 39-42.

Ministro da Agricultura referente ao ano de 1912 destaca a criação do Posto, o qual possuía clima “particularmente favorável à saúde do europeu”, onde também poderiam ser criadas raças do norte da Europa, aclimatando-as na região⁶¹³.

O Relatório da Gestão dos Negócios do Município de Lages do ano de 1912, apresentado ao Conselho Municipal em 2 de janeiro de 1913, pelo Superintendente substituto Otacílio Costa, também destacava a importância do Posto Zootécnico. A criação e melhoramento de matrizes que já vinha sendo feita por alguns criadores seria melhor dirigida e orientada pelo profissional do posto⁶¹⁴. O Posto Zootécnico também atuava no atendimento veterinário aos animais dos criadores da região, tanto no tratamento quanto na profilaxia dos animais⁶¹⁵. Também fazia parte da atuação do órgão a instalação de postos de monta provisórios com animais cedidos por prazos determinados. Conjuntamente à introdução de novas raças, foram também realizadas experimentações de diversas espécies de forrageiras nativas e exóticas, muitas das quais seriam distribuídas e disseminadas na região. Conjuntamente a essas atividades, o Posto orientava os criadores em relação as pragas do Campo e a formação de pastagens.

Além da criação do Posto Zootécnico, o Estado também se preocupava com a agricultura de espécies como o trigo, cujo cultivo acompanhava a instalação de algumas fazendas⁶¹⁶. O clima da região despertou a atenção para a potencialidade de cultivo da planta, pois o país dependia da sua importação. Sua cultura tornou-se, a partir de então o centro das atenções, se comparada aos costumeiros produtos da região, como o milho e o feijão. Em 1912, a Mensagem do Governador Vidal Ramos, menciona a atuação de um especialista em plantio de trigo, que percorreu a região de Lages, “fazendo activa e inteligente propaganda, examinando as plantações existentes e dando instruções e conselhos uteis ao agricultor”⁶¹⁷.

⁶¹³ BRASIL. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1912.** v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 41-42.

⁶¹⁴ **Região Serrana.** Lages, ano 17, n. 7, 23 de fevereiro de 1913, p. 1-2. Acervo do Museu Thiago de Castro.

⁶¹⁵ **Região Serrana.** Lages, ano 17, n. 23, 6 de julho de 1913, p. 2. Acervo do Museu Thiago de Castro.

⁶¹⁶ COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme.** Vol. 3. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982b, p. 885.

⁶¹⁷ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior.** Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1912, p. 54.

Conjuntamente com as pesquisas agrícolas e pecuárias empreendidas pelo governo do Estado, incentivos para a produção agrícola e pecuária foram adotados, como o expediente de premiações. Em 1897, foi estabelecida a Lei nº 260, de 23 de setembro, que estabelecia prêmios para favorecer a agricultura e a indústria. Uma dessas premiações era destinada ao agricultor que produzisse anualmente mais de cinquenta toneladas de trigo, sendo também premiadas outras produções, como a seda, o algodão e o vinho⁶¹⁸. O mesmo ocorria com a pecuária, premiando o gado com melhor qualidade, através da instituição da Lei n. 79, de 28 de agosto de 1893, pelo governador em exercício Cristóvão Nunes Pires⁶¹⁹. Mesmo com o destaque dado a importância da agricultura na economia do Estado, no quadro geral, as iniciativas estatais eram pontuais, atuando principalmente na infraestrutura, como a abertura e conservação de estradas, ou a alguma autorização para a importação de gados de raça.

Como uma dessas medidas para melhoria da pecuária, pode-se ter como exemplo a Lei n. 607, de 5 de agosto de 1904, a qual autorizava o Poder Executivo a importar gado reprodutor, por conta dos criadores. Lei cuja implementação foi saudada pelo jornal *Região Serrana*, como um grande passo no futuro da pecuária⁶²⁰.

Para o jornal, porém não era apenas a baixa qualidade dos animais um dos limitantes do crescimento da pecuária, mas também o sobreparcelamento e a exploração excessiva das terras:

enquanto os campos vão se estreitando e perdendo suas suas propriedades nativas em razão do sobrepartilhamento sucessivo por direito hereditário e da condensação de sua população animal, nenhuma providência apreciável tem despertado no animo descuidoso do criador a salvaguarda contra o perigo futuro de não corresponderem mais, esses campos, à fadiga do custeio e à renda do capital n'elles empregado⁶²¹.

⁶¹⁸ SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 260, de 23 de setembro de 1897. In: BERNARDES, Jacy (org) **Quase um século de Legislação Agro-pecuária (1874-1963)**. Mimeo. Acervo da biblioteca da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.

⁶¹⁹ COSTA, Licurgo. COSTA, Licurgo. (1982c). *Op. Cit.*, p. 1485-1486.

⁶²⁰ **Região Serrana**. Lages, ano 7, n. 41, 16 de outubro de 1904, p. 1. Acervo do Museu Thiago de Castro.

⁶²¹ *Ibidem*, p. 1.

A situação futura da agricultura e da pecuária também despertava a atenção das autoridades públicas de outros municípios do planalto. Conforme o Relatório do Superintendente Municipal, o Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, apresentado ao Conselho Municipal de Curitiba em 1904, eram realizadas apenas ações pontuais como a distribuição de sementes e mudas aos “habitantes de reconhecido capricho”, onde esperavam que os lavradores “comecem a abandonar o systema antigo e prejudicial de somente plantar o indispensável, feijão e milho”. A agricultura no município precisava se desenvolver, produzir para comercializar, mencionando a pomicultura e a produção de cereais. O território era imenso, porém não se produzia o necessário para atender sequer as demandas locais, sendo necessário importar alimentos. A pecuária também passava por dificuldades, pois não possuía Campos tão vastos como os de Lages ou Campos Novos. A subdivisão das propriedades era também vista como um problema, onde “cada vez mais desaparecem as grandes fazendas e estancias e as chacaras augmentam consideravelmente”. A indústria pastoril estava em franca decadência, e a agricultura despontava como uma possibilidade de desenvolvimento do município⁶²².

Em 1908 o mesmo Superintendente Municipal em seu Relatório apresentado ao Conselho Municipal demonstrava a preocupação com a situação da agricultura. Segundo o documento, a agricultura ainda se encontrava em “estado primitivo, carecendo os agricultores de novos methodos e encinamento”. Porém, era difícil com o orçamento municipal obter recursos para “que se contracte um profissional afim de instruir aos nossos agricultores, mas com um pouco de bôa vontade poder-se-ha instituir premio áquelles que pela sua dedicação e esforço mostrarem uma certa somma de produção”⁶²³.

Embora a colonização e o crescimento populacional das regiões do Vale do Itajaí e do litoral, que seriam acompanhadas, a partir da segunda década do século XX, pela colonização do Vale do Rio do Peixe tenham surgido como um importante mercado consumidor local, ampliando a produção animal e agrícola, as técnicas empreendidas no manejo dos animais e plantas pelos pecuaristas planaltinos pouco havia se alterado na no período. De modo semelhante ao apontado por Warren Dean em relação à difusão da agricultura de *plantation* no sudeste, o

⁶²² **Região Serrana**. Lages, ano 7, n. 5, 31 de janeiro de 1904, p. 3. Acervo do Museu Thiago de Castro.

⁶²³ **O Trabalho**. Curitiba, ano 1, n. 8, 3 de março de 1908, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

crescimento populacional intensificou as formas tradicionais de uso e exploração dos Campos e da floresta. Isso a sujeitaria, em muitos espaços a uma pressão suficiente para desestabilizá-la e degradá-la⁶²⁴.

Esses métodos tradicionais possuíam baixa produtividade, como no caso da pecuária extensiva praticada nos Campos. O pouco cuidado desprendido com a vegetação, da mesma forma que no manejo dos animais, resultava tanto em uma grande mortalidade nos meses frios como na lotação inadequada dos pastos. A agricultura ainda era basicamente de subsistência, valendo-se do expediente da coivara. O gado até então criado, descendente do rebanho jesuíta e português, embora adaptado às condições locais, era considerado como degenerado, decadente, devido aos cruzamentos consanguíneos praticados. Segundo Licurgo Costa, este estado de degeneração teria chegado a tal ponto que o declínio geral parecia irreversível⁶²⁵.

Havia nessa época, como aponta Reinaldo Lindolfo Lohn, a ideia de que o atraso em que se encontrava a agricultura do Estado, com suas técnicas rudimentares e seus hábitos predatórios deveriam ser alvo da intervenção estatal através dos meios então disponíveis⁶²⁶. As mensagens de governadores da época comumente enfatizavam o trabalho realizado na tentativa de se melhorar as condições agrícolas. Porém, como na Mensagem do Vice-governador em exercício, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, de 1924, também se reconhecia o abandono da agricultura, “em que se ocupam seguramente nove décimos de nossa população”. Nas “velhas culturas” como o arroz, o feijão e a mandioca “replantam-se indefinidamente as mesmas sementes, sem os cuidados da seleção”⁶²⁷.

Aumentar a produtividade implicava-se não apenas em pesquisar e introduzir novas técnicas e meios, mas também modificar os hábitos e costumes do homem rural⁶²⁸. Esse era o papel desempenhado pelas instituições de fomento, com seus campos de experimentação e postos zootécnicos, através de exposições, aulas práticas, distribuição de

⁶²⁴ DEAN, Warren (2004). *Op. Cit.*, p. 219.

⁶²⁵ COSTA, Licurgo (1982c). *Op. Cit.*, p. 1453-1455.

⁶²⁶ LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 45.

⁶²⁷ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 22 de julho de 1924 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-governador no cargo de Governador do Estado de Santa Catharina.** [s.l, s.n], 1924, p. 39.

⁶²⁸ SANTA CATARINA. **Relatório referente aos trabalhos agrícolas realizados pela Secção de Fomento Agrícola.** Florianópolis: Departamento Nacional de Produção Vegetal, Secção de Fomento Agrícola de Santa Catarina, 1942. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina, p. 7-8.

sementes, e incentivos fiscais⁶²⁹. Dentre essas medidas, muitas delas voltadas ao desenvolvimento dos Campos, destacam-se as pesquisas voltadas a sua “melhoria”, com a introdução de forragens exóticas e a formação de lavouras mecanizadas em um espaço onde os agricultores e criadores acreditaram por muitos anos ser pouco propício à agricultura.

4.2.1 Forragens exóticas para os campos

Dentro de uma pastagem somente com forragens naturais, existem em seu meio espécies que apresentam diversas deficiências no ponto de vista da nutrição animal, como o baixo teor de digestibilidade e nutrientes. Assim, esses campos deveriam receber “correções” no solo, “melhorias” nas pastagens, com seleção de espécies e introdução de outras. Essa artificialização da paisagem teria sido em diversas partes do mundo uma “conquista de extrema importância, para a qual tanto concorreu a figura de Lord Towsend, quando iniciou a substituição de gramíneas por leguminosas, mais precisamente o trevo, nos campos da Inglaterra, donde se propagou por toda Europa”⁶³⁰.

Em Lages, essas intervenções nos Campos eram alvo de pesquisa do zootecnista belga Charles Vincent, diretor do Posto Zootécnico Federal, que permaneceu no cargo até o ano de 1926, retornando brevemente em 1930 até o final do mesmo ano. Logo no início de suas atividades já eram conduzidas diversas experimentações com forragens para testar sua adaptação e viabilidade de cultivo de acordo com as condições de solo e clima do planalto. Os resultados obtidos nessas atividades, que proporcionariam a melhoria na qualidade e na produtividade do rebanho planaltino, foram expostos da seguinte forma pelo relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio referente ao ano de 1913:

⁶²⁹ SANTA CATARINA. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1937 pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1937, p. 36. BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura apresentado ao Chefe do Governo Provisório por Mário Barboza Carneiro, de 24 de outubro de 1930 a 31 de dezembro de 1931. Rio de Janeiro: Tip. Do Ministério da Agricultura, 1933, p. 95-96. *Idem*. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Fernando Costa. Ano: 1938. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola, 1939, p. 227-232. *Idem*. O ministério da Agricultura no Governo Getúlio Vargas (1930-1945). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Agricultura, 1945, p. 83-88.

⁶³⁰ LAGO, Paulo Fernando (1988). Op. Cit., p. 265.

As experiências com forragens que devem se desenvolver em abundância naquela região, atendendo-se à natureza especial do clima, deram excellentes resultados, podendo-se considerar bem encaminhado allí o problema das culturas forrageiras, applicação de adubos e formação de pastagens⁶³¹

O melhoramento das pastagens envolvia a introdução de diversas espécies de forrageiras exóticas a fim de avaliar seu comportamento e viabilidade econômica. Muitas dessas espécies pesquisadas pelo zootecnista belga, podem ser vistas no Inventário do Posto Zootécnico Federal de Lages, realizado em 31 de dezembro de 1913. Em uma parte do documento são especificadas as espécies e as despesas referentes à compra e transporte de suas sementes para a estação⁶³². A Tabela 6 expõe algumas das principais espécies exóticas empregadas como forrageiras mencionadas no Inventário de 1913.

Tabela 6 – Sementes de forrageiras exóticas no Posto Zootécnico Federal de Lages em 1913

Família	Nome comum	Nome científico (gênero ou espécie)
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Dactyle</i> (provavelmente dátilo)	<i>Dactylis</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Fetuque</i> (festuca)	<i>Festuca</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Fléole</i>	<i>Phleum</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Fromental</i> (aveia perene)	<i>Arrhenatherum elatius</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Paturin de prés</i> (grama azul)	<i>Poa pratensis</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Paturin fertile</i>	<i>Poa palustris</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Ray grass anglais</i>	<i>Lolium perenne</i>

⁶³¹ BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1914, p. 41,

⁶³² Inventário do Posto Zootécnico Federal de Lages, Santa Catarina, referente ao ano de 1913. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

	(azevém perene)	
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Ray grass italien</i> (azevém italiano)	<i>Lolium multiflorum</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Vulpin</i>	<i>Alopecurus</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Brome</i> (cevadilha)	<i>Bromus</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Houlque</i> (ulca ou capim lanudo)	<i>Holcus lanatus</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Tréfle violet</i> (trevo vermelho)	<i>Trifolium pratense</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Tréfle blanc</i> (trevo branco)	<i>Trifolium repens</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Tréfle incarnat</i> (trevo encarnado)	<i>Trifolium incarnatum</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Tréfle hybride</i> (trevo híbrido)	<i>Trifolium hybridum</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Tréfle jaune</i> (trevo)	<i>Trifolium campestre</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Minette</i> (alfafa lupulina)	<i>Medicago lupulina</i> .
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Luzerne rustique</i> (alfafa)	<i>Medicago</i> sp.
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Sain foin</i>	<i>Onobrychis viciifolia</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Serradelle</i> (serradela)	<i>Ornithopus</i> sp.
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Lupin</i> (possivelmente lupino)	<i>Lupinus</i> (o gênero possui espécies nativas e exóticas)
<i>Caryophyllaceae</i> (carofiliácea)	<i>Spregule</i> (spergula)	<i>Spergula</i> sp.
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Ajonc</i> (possivelmente tojo)	<i>Ulex</i> sp.
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Vesce vellue</i> (ervilhaca peluda)	<i>Vicia villosa</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Moha</i>	<i>Setaria</i> sp.

<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Gesce</i> (possivelmente chicaro)	<i>Lathyrus</i> sp.
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Pois</i> (ervilha forrageira)	<i>Pisum sativum</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Féverole</i> (fava equina)	<i>Vicia faba equina</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Ble dur</i> (trigo rijo)	<i>Triticum turgidum</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Seigle de mie</i> (centeio)	<i>Secale cereale</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Orge de moravie</i> (cevada)	<i>Hordeum</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Orge de chevallier</i> (cevada)	<i>Hordeum</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Avoine grise</i> (aveia)	<i>Avena</i> sp.
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Avoine noire</i> (aveia preta)	<i>Avena strigosa</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Avoine blanche</i> (aveia branca)	<i>Avena sativa</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	Capim gordura (vindo do serviço de Defesa Agrícola)	<i>Melinis minutiflora</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	Capim jaraguá	<i>Hyparrhenia rufa</i>
<i>Poaceae</i> (Gramínea)	<i>Vesce commune</i> (ervilhaca comum)	<i>Vicia sativa</i>
<i>Fabaceae</i> (Leguminosa)	<i>Luzerne de Provence</i> (alfafa)	<i>Medicago</i> sp.

Fonte: Inventário do Posto Zootécnico Federal de Lages, Santa Catarina, referente ao ano de 1913. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

As experiências com “culturas de diversas plantas exóticas e nacionais” proporcionariam, de acordo com o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em seu relatório de 1916 “aos criadores da zona catarinense adjacente os ensinamentos indispensáveis ao cultivo de forragens que, resistindo com vantagem às geadas, previnam a carencia

do gado no fim da estação hibernal, causa primária da mortandade annual de gado”⁶³³.

Nos estudos relacionados à agrostologia e ao clima “elementos indispensáveis à diretriz a seguir-se na adopção das forragens mais convenientes ao meio e procura de outras que melhor resistam as geadas”, é possível que muitas das espécies encontradas no Posto pudessem já estar presentes nos Campos da região Sul⁶³⁴. Muitas eram “forragens lageanas”, nativas ou já encontradas no local. Em um ofício expedido em 30 de julho de 1914, Charles Vincent, além de destacar a atenção dada a aclimação do capim gordura e de *Chloris virgata*, também selecionava “tendo em vista o rendimento”, forrageiras locais como o trevo nativo do campo e o capim milhã⁶³⁵.

Além dessas espécies, em correspondências enviadas e recebidas pelo Posto Zootécnico, verifica-se a aquisição de novas sementes de forrageiras para a região, assim como o envio para outros lugares. Em uma correspondência datada de 9 de maio de 1914, Charles Vincent solicitava o fornecimento de sementes para o Posto Zootécnico, explicitando a necessidade das sementes serem provenientes da Europa, “afim de evitar sementes já velhas”, sendo “de preferência originarias da Allemanha, paiz em que a selecção faz-se com mais cuidado”, onde era também indicada a fazenda onde poderiam ser adquiridos os produtos, em Darmstadt. Foram encomendadas nesse pedido as seguintes sementes, que podem ser vistas na transcrição da lista que consta na Tabela 7:

⁶³³ BRASIL. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti.** Anno de 1916. [S.n, s.l], 1916, p. 39.

⁶³⁴ BRASIL. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti.** Anno de 1915. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatistica, 1915, p. 58

⁶³⁵ Correspondência enviada em 30 de julho de 1914 pelo diretor do Posto Zootécnico de Lages, Charles Vincent. Documento nº 87. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Tabela 7 – Sementes solicitadas pelo Posto Zootécnico de Lages em 1914.

Quantidade (Kg.)	Nome francês	Nome científico
5	<i>Rutabaga</i>	<i>Brassica napue rapifera</i>
300	<i>Lupin Vivace</i>	<i>Lupinus polyphyllus</i>
300	<i>Feverolles</i>	<i>Faba equina</i>
200	<i>Pois fourrager d'hiver</i>	<i>Pisum arvenae</i>
400	<i>Vesce Velue</i>	<i>Viscia villosa</i>
15	<i>Moutarde blanche</i>	<i>Sinapia alba</i>
50	<i>Spergula geante</i>	<i>Spergula maxima</i>
100	<i>Serradelle</i>	<i>Ornithopus sativus</i>
50	<i>Fromental</i>	<i>Avena elatio</i>
100	<i>Ajone queue de renard</i>	<i>Ulex sp.</i>

Fonte: correspondência enviada em 9 de maio de 1914 pelo Posto Zootécnico de Lages a empresa Carl Hoepcke & Cia, de Florianópolis, SC. Documento nº 50 Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Eram comuns as solicitações de sementes exóticas, assim como de maquinário, citando, por exemplo, semeadores e distribuidores de adubo, como se pode auferir nos relatórios e correspondências dos primeiros anos de atividade da instituição⁶³⁶. Em 1914 Charles Vincent pede o envio de sementes de Cowpea (*Vigna unguiculata*), proveniente da Filadélfia, nos Estados Unidos⁶³⁷. Em outra correspondência expedida pela Inspetoria Agrícola do 16º distrito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, datada de 27 de agosto, verifica-se que o órgão busca tomar providências para enviar sementes de capim catíngueiro, ou capim gordura roxo, conforme havia sido solicitado⁶³⁸. Eram também enviadas sementes de espécies exóticas para outras instituições

⁶³⁶ Correspondência enviada em 26 de março de 1914 pelo Posto Zootécnico de Lages a empresa Carl Hoepcke & Cia, de Florianópolis, SC. Documento nº 36 Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

⁶³⁷ Correspondência enviada em 14 de março de 1914 pelo diretor do Posto Zootécnico de Lages, Charles Vincent. Documento nº 23. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

⁶³⁸ Correspondência enviada em 27 de agosto de 1914 pela Inspetoria Agrícola do 16º distrito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao diretor do Posto Zootécnico de Lages, Charles Vincent. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

agrícolas, como no caso do envio de sementes de ulca e fulva (*Anthoxantum odoratum*), dirigidas no início de 1935 a Sub-inspetoria Agrícola Federal em Florianópolis, órgão do Ministério da Agricultura⁶³⁹.

Analisando essas mensagens, relatórios e correspondências, percebe-se uma cada vez maior “instrumentalização” dentro da chamada relação entre a sociedade e a natureza. Formada pelo que Milton Santos denomina como “objetos técnicos”, essa “instrumentalização”, em seu entender junta “à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais”. Esses novos materiais atribuem ao homem “novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada”⁶⁴⁰. Para evitar doenças, perdas acarretadas pela escassez no pasto nos meses frios, pesquisas com novas plantas que continuam produzindo nos meses mais frio são experimentadas, da mesma forma que outras, consideradas mais produtivas que as pastagens nativas. Essas introduções voluntárias e a disseminação involuntária das plantas, a partir de então, fazem com que, paulatinamente essas espécies, como tantas outras “intrusas” nos campos desde o século XVIII, se metamorfoseassem em “paisagem natural” aos olhos inclusive dos habitantes da região.

A adoção e cultivo das forraginosas experimentadas pelo Posto Zootécnico de Lages, ao que tudo indica, não eram grandes, embora o plantio de forragens, sobretudo de inverno como a aveia, fosse realizada por alguns criadores. É o que pode ser constatado, por exemplo, a partir dos dados fornecidos pelos criadores para o Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas, realizados na década de 1920. Pelo documento constata-se que muito poucos criadores declaravam que em suas pastagens haviam espécies cultivadas. A grande maioria, composta tanto por criadores, com pastagens superiores a 2.000 hectares, ou com menos de um milhar de hectares declaravam suas pastagens como sendo nativas.

Alguns criadores, como Silvério Pereira Bastos, que possuía uma fazenda na localidade de Caraguatá, na época pertencente ao município de Curitiba, com uma área de 5.500 hectares, possuíam forragens exóticas. No documento, onde declara possuir pastagens naturais, ou seja, sem a abertura de novas áreas de pasto, com 4.500 hectares,

⁶³⁹ Correspondência enviada em 28 de março de 1935 pela Sub-inspetoria Agrícola Federal em Florianópolis ao Sub-inspetor do Serviço de Fomento Animal em Lages. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

⁶⁴⁰ SANTOS, Milton (2006). Op. Cit., p. 233-237.

constava o capim jaraguá⁶⁴¹. Outros criadores possuíam também espécies que teriam sido introduzidas, ou ao menos constavam nos registros do Posto Zootécnico de Lages, como a ulca, além da alfafa, aveia e trevo, como era o caso de Mário Teixeira de Carvalho, da Fazenda do Sachim, em Curitibaanos⁶⁴². Dentre os possuidores de pequenas áreas de pastagens, poucos possuíam pastagens artificiais ou com espécies exóticas. Era o caso, por exemplo, de Lydio Reis, lavrador de Lages, cujas terras compreendiam 20 hectares, dos quais 15 eram de pastagens, onde eram cultivados aveia e alfafa, além de milho e feijão, cultivados nos cinco hectares restantes da propriedade. Eram mantidos, em 15 hectares, cerca de 20 bovinos e 6 equinos⁶⁴³.

Mesmo se tratando de fazendas localizadas nas áreas de Campos, esse termo “nativos” empregado pelos criadores não deve ser entendido como havendo apenas espécies nativas. Como foi visto nos capítulos anteriores, desde a formação das primeiras fazendas, diversas espécies de plantas acompanharam o avanço do que pode ser entendido como frente pastoril. Nesse sentido, espécies exóticas poderiam estar há mais de dois séculos presentes nos espaços de criação, o que as tornaria “nativas” na visão dos criadores, sejam elas consideradas úteis ou daninhas.

Algumas dessas espécies introduzidas pelo Posto Zootécnico se disseminariam pela região mediante a distribuição pelo posto, juntamente com o intercâmbio entre os produtores. Dessa maneira, como apontam Ulisses de Arruda Córdova, José Lino Rosa e Nelson Eduardo Prestes, as que “sobreviveram ao longo desse tempo se adaptaram às condições edafoclimáticas locais e regionais e se tornaram naturalizadas”⁶⁴⁴. Dentre essas espécies que se tornaram naturalizadas,

⁶⁴¹ Pedido de inscrição de Silvério Pereira Bastos no Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas, em 24 de março de 1924. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

⁶⁴² Pedido de inscrição de Mário Teixeira de Carvalho no Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas [s.d]. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

⁶⁴³ Pedido de inscrição de Lydio Reis no Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas, em 18 de abril de 1927. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

⁶⁴⁴ CÓRDOVA, Ulisses de Arruda; ROSA, José Lino; PRESTES, Nelson Eduardo. A importância de pesquisar forrageiras adaptadas. In: REUNIÃO DO GRUPO TÉCNICO EM FORRAGENS DO CONE SUL - GRUPO CAMPOS, 11. 2006. Pelotas. Anais eletrônicos....p. 1-3. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/documentos/documento_166/PDFs/1/1-15.pdf>. Acesso em 7 de abril de 2011, p. 1.

muitas delas são mencionadas desde 1913 no inventário do Posto Zootécnico de Lages, como o capim lanudo, o trevo branco e outras leguminosas do gênero *Medicago*. Outras espécies também se “naturalizaram”, como a fulva e leguminosas do gênero *Melilotus*, passando a ser introduzidas nas propriedades pelas qualidades forrageiras e pela produção no outono-inverno⁶⁴⁵.

No Relatório de 1936, a agora Fazenda Experimental de Criação, como passou a se chamar em 1934, destaca alguns avanços promovidos no desenvolvimento pecuário da região. No entender do Sub-Ajudante Encarregado da Fazenda Experimental de Lages, que redigiu o documento, a criação, motivada por maior atividade e “modificações radicais nos antigos métodos de exploração [sic] zootécnica”, passou a ser uma indústria lucrativa”. Porém, os tempos eram outros e os métodos até então empregados, embora “eficientes” do ponto de vista da produção, eram, agora “incompatíveis com o progresso observado em todos os ramos da actividade humana”. Se “antigamente, os bois eram vendidos com 6 annos e mais; actualmente, as tropas sahem com 4 annos e, as vezes, com menos idade”. Isso era uma vantagem para o criador, pois economizaria dois anos ou mais no custeio dos animais⁶⁴⁶.

Para permitir esse acréscimo da produtividade animal, além do melhoramento dos animais, era também imprescindível melhorar as pastagens da Fazenda Experimental de Criação, que se encontravam abandonadas e, “devido a falta de método na lotação dos mesmos, estavam quasi totalmente cobertos por vassouraes”. As terras eram, pelo Relatório de 1936, consideradas esgotadas. Não eram adubadas há seis anos e recebiam sempre o mesmo cultivo. Assim, estas se encontravam com “grande infestação por vegetação adventícia, de azedinha, carrapicho, spergula, etc.”⁶⁴⁷. Nas pastagens artificiais criadas para abrigar o gado da fazenda, nesse mesmo ano foram empregados como forragens espécies como a ulca, ou capim lanudo o azevém e o trevo, espécies já experimentadas desde 1913, e a fulva. Salienta ainda o relatório, que a ulca, a fulva e o trevo resistiram bem ao pisoteio⁶⁴⁸.

Espécies como a ulca e fulva, de acordo com o Relatório de 1938 da mesma instituição, encontravam-se “de permeio com o revestimento

⁶⁴⁵ CÓRDOVA, Ulisses de Arruda; ROSA, José Lino; PRESTES, Nelson Eduardo. *Op. Cit.*, p. 1.

⁶⁴⁶ BRASIL. **Relatório da Fazenda Experimental de Criação de Lages referente ao ano de 1936**. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages, p. II-III.

⁶⁴⁷ *Ibidem*, p. VI.

⁶⁴⁸ *Ibidem*, p. VI.

nativo, denotando assim uma tendência para a propagação espontânea, de grande vantagem por serem justamente capins de inverno e resistentes às geadas”. O pisoteio promovido pelo gado, no entanto, promovia também a formação de manchas de gramas diversas, dentre elas a forquilha e a barba-de-bode⁶⁴⁹.

Os ensaios de agrostologia continuavam na Estação Experimental ao longo das décadas de 1930 e 1940 com forragens exóticas. Das culturas forrageiras experimentadas desde a criação do Posto Zootécnico por Charles Vincent, espécies como as já citadas ulca e fulva, além de alguns trevos “se adaptaram perfeitamente às condições locais [...] circunstância esta que tem sido aproveitada no preparo de pastos artificiais, não só do estabelecimento, como também de particulares”⁶⁵⁰. O capim quicuio (*Pennisetum clandestinum*), amplamente disseminado atualmente no planalto catarinense, foi introduzido em 1937 na Fazenda Experimental de Lages. Seu início não pareceu muito promissor, recebendo o seguinte comentário no Relatório de 1938:

O capim Ki-kuio, experimentado nesta fazenda em 1937, não produziu resultados que animem a continuação de sua cultura como forrageira. Reconhecidamente exigente, não chegou a dar corte compensador, prestando-se para pasto. Com seu emaranhado de barços e trama espessa de raízes, abriu luta com a azedinha, chegando a extingui-la em alguns trechos no verão. No inverno, porém, fica em inferioridade por ser mais sensível às geadas e a azedinha aparece novamente⁶⁵¹.

Algumas espécies de clima mais quente foram prejudicadas pelas condições locais, como ocorreu em 1941, marcado por um inverno chuvoso e rigoroso, com geadas e nevascas, com o frio entrando no mês de setembro, o que provocou a morte da brotação nas pastagens. A variação climática da região proporcionou “por vezes o crescimento vegetativo, e por outras tantas vezes as geadas fortes aniquilaram a produção”. Para o ano de 1941, que teria apresentado temperaturas na

⁶⁴⁹ BRASIL. Relatório da Fazenda Experimental de Criação de Lages referente ao ano de 1938. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

⁶⁵⁰ *Ibidem*

⁶⁵¹ *Ibidem*.

casa dos -7 °C, o efeito sobre as forragens foi muito variável conforme pode ser observado na seguinte passagem do Relatório de 1941 da Estação Experimental de Lages:

Capim gordura – completamente prejudicado. Até 25/10 não havia sinal de brotação.

Capim elefante – sofreu bastante e, em 25/10 já estava em brotação (pela 3ª vez), deixando a desejar quanto a seu vigor.

Capim Venezuela – sofreu muito. Provavelmente não voltará.

Capim de Rhodes – a parte aérea foi bastante prejudicada, mas em fim de outubro abrotação já era satisfatória.

Cana forrageira – parte aérea completamente queimada. Brotação numa porcentagem ao redor de 50%, um pouco maior no lote procedente da F.E.C de Ponta Grossa.

Capim Ki-Kuio – Êste capim, apesar de ter sua parte aérea bem crestada, reagiu rapidamente e, em fim de Setembro, os vários piquetes existentes já estavam sendo usados⁶⁵².

É possível que a rápida reação do capim quicuiu após o inverno rigoroso tenha colaborado para sua ampla aceitação. Nos relatórios são encontradas diversas imagens referentes às culturas e ao trabalho realizado pela Estação Experimental de Lages. São mostrados, em sua maioria, os campos prontos para a colheita e o processo de colheita. No Relatório de 1941, por exemplo, encontram-se os cultivos de aveia para forragem e ensilagem, além de soja e de gramíneas exóticas. Embora o inverno tenha promovido perdas e baixo rendimento, as imagens costumam mostrar as forragens em sua maior fase de crescimento e desenvolvimento, como é possível constatar nas imagens das Figuras 20, 21, 22 e 23:

⁶⁵² BRASIL. Relatório da Fazenda Experimental de Criação de Lages referente ao ano de 1941. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Figura 20 – Capim gordura (*Melinis minutiflora*).



Fonte: BRASIL, 1941.

Figura 21 – Capim colônião ou sempre-verde (*Panicum maximum*).



Fonte: BRASIL, 1941.

Figura 22 – Capim Venezuela (*Axonopus scoparius*).



Fonte: BRASIL, 1941.

Figura 23 – Capim elefante (*Pennisetum purpureum*).



Fonte: BRASIL, 1941.

Na manutenção das pastagens da Estação Experimental são realizadas menções a respeito de espécies consideradas daninhas, sejam elas nativas ou exóticas. Se em 1936 era mencionada a presença de “azedinha, carrapicho, spergula, etc.”⁶⁵³, em 1938 e 1941, são também mencionadas outras espécies comuns a campos sobrecarregados, como a carqueja, diversas vassouras e vassourinhas, o tojo, a língua de vaca e a azedinha, possuindo essas duas últimas, conforme o Relatório de 1941, “assombrosa vitalidade”. É interessante notar que tanto a spergula, quanto o tojo foram experimentados como forragem como consta no relatório de 1913. A spergula, conforme o Relatório de 1938, “a princípio cultivada, aparece agora espontaneamente nas lavouras, porem degenerada; não dá corte, entrando assim na categoria de plantas daninhas”⁶⁵⁴. Remover essas plantas dentro da Fazenda Experimental era tarefa constante, como atesta, por exemplo, uma das imagens apresentadas no Relatório de 1938, sobre a presença de línguas-de-vaca

⁶⁵³ BRASIL (1936). *Op. Cit.*, p. VI. Sobre a azedinha, essa nomenclatura pode ser aplicada a plantas tanto do gênero *Rumex*, quanto *Oxalis*, essa uma herbácea exótica da Europa e América do Norte, que vegeta com maior vigor no inverno, sendo considerada daninha no Brasil. ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA. v. 5. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 292.

⁶⁵⁴ BRASIL (1938). *Op. Cit.*

(*Rumex* sp)⁶⁵⁵, como consta na Figura 24, cuja legenda dizia o seguinte: “serviço de despraguejamento de lavouras. Montes de 'línguas de vaca' extirpadas com a raiz”.

Figura 24 – montes de língua-de-vaca (*Rumex* sp.) extirpados em campo da Fazenda Experimental de Lages.



Fonte: BRASIL, 1938.

Para despertar a atenção dos criadores para a introdução dessas novas forragens em suas pastagens, eram veiculados anúncios em jornais locais destinados aos agricultores. Em 1939, por exemplo, a Fazenda Experimental de Lages publicou um anúncio destinado aos “Lavradores e Criadores inscritos no Registro da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura”, os quais poderiam obter sementes e mudas de forrageiras como a do capim quicuio, ulca e fulva⁶⁵⁶.

A difusão de espécies exóticas desde o período colonial realizada por particulares ou pela iniciativa pública tem alterado a paisagem local. Diversas espécies passaram, no novo ambiente, a se multiplicar competindo e ocupando espaços da vegetação nativa. Conforme Silva Renate Ziller, tamanho é o potencial das espécies exóticas em alterar os

⁶⁵⁵ Planta de origem eurásiana, cuja introdução no Brasil se deu de maneira acidental. SCHNEIDER, Ângelo Alberto. A flora naturalizada no Rio Grande do Sul, Brasil: herbáceas subespontâneas. **Biociências**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 257-268, jul. 2007, p.267.

⁶⁵⁶ **Correio Lageano**. Lages, ano I, n. 8, 9 de dezembro de 1939, p. 4. Acervo do Museu Thiago de Castro.

sistemas naturais, que as plantas exóticas invasoras são atualmente consideradas a segunda maior ameaça mundial à biodiversidade, perdendo apenas para a destruição de habitat pela ação humana direta. Esse processo, denominado de contaminação biológica, refere-se aos danos provocados por espécies que não fazem parte de um ecossistema, mas que se naturalizam, passando a se dispersar e a provocar mudanças em seu funcionamento⁶⁵⁷.

Embora muitas das espécies de gramíneas façam parte das pastagens cultivadas, seu comportamento, assim como de outras plantas de origem exótica, em relação ao ambiente é considerado agressivo, como é o caso de espécies como o capim-gordura, capim-elefante e capim-colônião. Algumas destas espécies, caso tenham sido introduzidas para o cultivo de pastagens, podem escapar, invadindo outras áreas cultivadas e mesmo competir com a flora local⁶⁵⁸. Essas invasões têm o agravante de não serem absorvidas e terem seus impactos amenizados com o tempo. Pelo contrário, o problema aumenta à medida que as plantas exóticas invasoras ocupam o espaço das nativas, provocando com isso a perda da biodiversidade e a modificação dos ciclos e características naturais dos ecossistemas atingidos, alterando a fisionomia da paisagem⁶⁵⁹.

Não é possível afirmar com clareza a dimensão da dispersão promovida apenas pelos órgãos estatais, porém, é indiscutível a sua presença na introdução de novas espécies na pecuária dos Campos. É possível encontrar nos dias de hoje diversas espécies pesquisadas, como o capim gordura, por exemplo, em áreas degradadas, recém devastadas, abandonadas ou dispersas na beira das estradas. Porém deve-se levar em conta também outros meios de dispersão, como os animais transportados em tropas, o que ocorria até a década de 1940, e os caminhões que passaram a transportar os animais à medida que as novas estradas eram abertas ou as antigas recebiam melhorias.

Além das pastagens, a agricultura também era alvo de investigação por parte das instituições de pesquisa agropecuária no Estado. As diferenças climáticas da região em relação ao litoral do Estado possibilitavam o cultivo de frutas de clima temperado, como a maçã, e o trigo, este último alvo de grande atenção por parte de políticas

⁶⁵⁷ ZILLER, Sílvia Renate. Os processos de degradação ambiental originados por plantas exóticas invasoras. **Revista Ciência Hoje**, São Paulo, n. 178, 2001.

⁶⁵⁸ FILGUEIRAS, Tarciso de Souza. Africanas no Brasil: gramíneas introduzidas da África. **Cadernos de Geociências**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 57-63, 1990.

⁶⁵⁹ ZILLER, Sílvia Renate (2001). *Op. Cit.*

públicas, principalmente em um período onde a sociedade brasileira se urbanizava e a produção, insuficiente, implicava na sua importação, que exercia um considerável peso na balança comercial.

4.2.2 Culturas nos campos

Desde os experimentos do químico alemão Justus Von Liebig, na primeira metade do século XIX, demonstrando que a produtividade das plantas estava também relacionada à quantidade de insumos químicos colocados no solo, desenvolveu-se uma indústria de fertilizantes químicos a base de potássio, nitrogênio e fósforo, que passou a substituir os fertilizantes naturais, como o esterco e o húmus na Europa. Nesse mesmo período as lavouras europeias e norte-americanas começaram a sofrer com a intensificação do ataque de fungos e insetos devido à monocultura, o que estimulou a pesquisa por substâncias que reduzissem ou eliminassem esses tipos de pragas. Da mesma maneira, o declínio na produção dessas regiões a partir do final do século XIX, fez com que diversas pesquisas fossem iniciadas para superar essa tendência, muitas delas atuando no melhoramento de plantas mediante a técnica da hibridização⁶⁶⁰.

A partir da década de 1930 o pacote comercial representado pelo milho híbrido, cujo desenvolvimento ocorreu em 1914, foi amplamente difundido nos Estados Unidos. As pesquisas de melhoramento dos cultivos logo se estenderam a outras culturas, modelo esse já consolidado no país no final da Segunda Guerra Mundial, passando então a ser difundido em outros países. Essa difusão, principalmente para os países do então chamado Terceiro Mundo representou a abertura de um novo canal para a expansão dos negócios das empresas que se voltavam a produção dos insumos para a agricultura⁶⁶¹.

Nesse contexto, a chamada “Revolução Verde”, estava em curso. Consistia em um programa internacional iniciado em 1943 que visava ao desenvolvimento de experimentos em genética vegetal, com a intenção de criar e multiplicar sementes de espécies como o milho, o trigo e o arroz, visando maior produtividade e resistência a pragas e doenças, para diversos solos e climas. A “Revolução Verde”

⁶⁶⁰ ALBERGONI, Leide, PELAEZ, Victor. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas?. *Revista de Economia*. Curitiba, v. 33, n. 1, ago. 2007, p. 31-53. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/8546/6017>>. Acesso em: 15 Abr. 2011, p. 38.

⁶⁶¹ *Ibidem*, p. 38.

incorporava também um discurso humanitário que pregava a erradicação da fome pelo aumento da produtividade no campo⁶⁶².

Se novas variedades de sementes e investimentos na tecnologia e mecanização promoveram o aumento da produtividade, como aponta Clive Ponting, resultaram também na necessidade de grandes quantidades de fertilizantes e pesticidas. Essas novas espécies ou variedades, ou não eram adaptadas às condições locais de solo, ou não possuíam a imunidade natural contra pestes. O uso de fertilizantes superfosfatados, e à base de nitrogênio proporcionaram o aumento da produtividade, porém, ao custo de tratar o solo “mais como um meio de manter as colheitas em posição, enquanto vários produtos químicos eram despejados sobre elas”. Paralelamente ao crescimento do uso de insumos químicos, houve, principalmente após 1945, um movimento crescente em direção à dependência de uma única colheita sobre uma ampla região, com o declínio de fazendas mistas⁶⁶³.

Aos poucos a “Revolução Verde” e a difusão dessas novas tecnologias passaram a ser compartilhadas com os governos de diversos países, e instituições surgiram ou foram inseridas dentro desse conjunto de ideias. Em Santa Catarina, além dos órgãos já existentes de fomento agrícola, foi fundada, por exemplo, a Associação de Crédito e Assistência Rural, a Acaresc, em 1956. Seu objetivo era promover a extensão rural, ampliando a difusão dos conhecimentos até então produzidos pelos órgãos de fomento e pesquisa agrícola no país e no Estado. Esta, deveria atuar no campo, persuadindo os agricultores a aderirem a “modernização”⁶⁶⁴.

A “modernização” da agricultura, dentro dos moldes da “Revolução Verde” foi amplamente subsidiada pelo Estado catarinense, envolvendo o financiamento público por meio da concessão de crédito para que os produtores se “modernizassem”, adquirindo implementos agrícolas. O Estado também realizava investimentos na construção de silos e armazéns, dava assistência e empréstimo de ferramentas e máquinas, distribuía sementes e vendia de fertilizantes químicos a preço de custo, o que era realizado, pelos diversos Campos de Sementes espalhados pelo Estado⁶⁶⁵.

⁶⁶² LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 46.

⁶⁶³ PONTING, Clive. *Op. Cit.*, p. 399-406.

⁶⁶⁴ LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 47.

⁶⁶⁵ BRASIL (1941). *Op. Cit.*, p. 6-17. SANTA CATARINA. **Relatório apresentado ao exmo. sr. Presidente da República pelo dr. Nereu Ramos, Interventor federal no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938, p. 91. **Relatório apresentado em outubro de 1939 ao exmo. sr. Presidente da República pelo dr. Nereu**

Uma maior atenção por parte do Estado em relação à produção agrícola no planalto, entretanto, podem ser observada já na década de 1930. Na época a triticultura era o centro das atenções governamentais, deixando em segundo plano outras culturas. Nesse período a produção do trigo não conseguia suprir as necessidades de consumo do país, cujo aumento populacional e a urbanização se acentuavam, fazendo com que fosse necessário importar, cada vez mais, trigo em farinha e em grão⁶⁶⁶. A autossuficiência em trigo parecia fundamental para a soberania brasileira⁶⁶⁷.

Em Santa Catarina tal importância pode ser conferida, por exemplo, na leitura do Relatório de 1941 da Seção de Fomento Agrícola de Santa Catarina, órgão, vinculado ao Departamento Nacional de Produção Vegetal. Nessa época o Campo de Sementes de Lages possuía uma área cultivada de 373.477 m², dos quais 196.649 m² eram de trigo, com o restante seguindo em ordem de área, com aveia, milho, feijão de porco e centeio⁶⁶⁸. Culturas cujas sementes, como a de trigo e centeio, por exemplo, eram distribuídas gratuitamente aos lavradores⁶⁶⁹.

“Encravado em pleno coração da zona dos campos de criação”. Era assim descrita a área onde se encontrava o Campo de Sementes de Lages. Os Campos, vistos como áreas pouco propícias para o cultivo, passam a ter seus principais aspectos enfatizados no documento e nas imagens anexas, como o relevo plano, o que possibilitava amplo cultivo do trigo, futuramente com o emprego de máquinas e de outras espécies para a experimentação, conforme pode ser observado nas imagens das Figuras 25 e 26:

Ramos, Interventor federal no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939, p. 50.

⁶⁶⁶ BRASIL (1933). *Op. Cit.*, p. 95-96.

⁶⁶⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 48-49.

⁶⁶⁸ BRASIL (1941). *Op. Cit.*, p. 6-17.

⁶⁶⁹ **Correio Lageano.** Lages, ano I, n. 32, 25 de maio de 1940, p. 3. Acervo do Museu Thiago de Castro.

Figura 25 – cultura de trigo no Campo de Sementes de Lages em 1941.



Fonte: BRASIL, 1941.

Figura 26 – colheita do trigo no Campo de Semente de Lages em 1941.



Fonte: BRASIL, 1941.

Nos anos de 1940, conforme Reinaldo Lindolfo Lohn, começa a tomar vulto em Santa Catarina a expansão de investimentos em moldes capitalistas. No Oeste, o desenvolvimento das fábricas de derivados de carne suína e bovina formaria, nos anos seguintes, o que seria conhecido como complexo agroindustrial catarinense. A criação de animais, principalmente suínos, a indústria madeireira, e a produção de alimentos e de lavouras destinadas a abastecer as criações de animais pressupunham “transformações nas formas de produção empregadas pelos produtores rurais, modificando hábitos e relações sociais, chegando mesmo a preconizar a criação de um 'novo' homem, um 'novo' trabalhador rural”⁶⁷⁰.

Essas modificações no homem, na produção e suas técnicas implicavam em profundas alterações da paisagem agrícola. Florestas, antes espaços de criação de porcos à solta, eram postas ao chão pelas indústrias madeireiras, cedendo então lugar a lavouras de trigo ou milho para o sustento dos porcos criados, agora, em encerras e chiqueiros. Os instrumentos capazes de colocar em prática os preceitos da “Revolução Verde” no Estado começavam a atuar. Santa Catarina surgia assim como um Estado com um imenso potencial para o desenvolvimento agrícola, sobretudo nos Campos, cuja topografia, relativamente plana, se comparado aos íngremes vale do planalto, possibilitavam a formação de vastas lavouras mecanizadas.

Nas áreas de Campos, as primeiras tentativas de formação de lavouras extensas de um único produto em áreas particulares utilizando-se da mecanização agrícola, podem ser vistas no experimento realizado nas terras pertencentes aos irmãos René e Arnoldo Frey, na localidade de Butiá Verde em Curitiba. Com a intenção de desenvolver o cultivo mecanizado de trigo nos Campos foi elaborado um plano, sob responsabilidade do agrônomo Artur Büchele. No seu relatório, cujo trecho é mencionado na Mensagem do Governador em exercício José Boabaid do ano de 1949, o agrônomo apresenta um breve panorama do cultivo de trigo na época, que a seu ver era de caráter “colonial”⁶⁷¹.

Comenta o agrônomo que plantio e a colheita eram até então feitos principalmente por pequenos produtores, com o uso da foice, da enxada e em alguns casos do arado, em áreas onde anteriormente se encontrava a floresta. A imagem da Figura 27 demonstra o trabalho na

⁶⁷⁰ LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 48.

⁶⁷¹ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 19 de abril de 1949 pelo Governador em Exercício dr. José Boabaid.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1949, p. 87.

terra em áreas de declividade, antes ocupadas por florestas, na Colônia Dez de Novembro, vizinha aos Campos de Butiá Verde⁶⁷².

Figura 27 – preparação do terreno para lavoura de trigo.



Fonte: acervo particular da família Steiner – Fraiburgo, SC.

A produtividade do trigo no Vale do Rio do Peixe era considerada satisfatória por Büchele, com algumas áreas conseguindo bons rendimentos, aumentando o interesse dos pequenos produtores para sua produção, que chegou na época a 81 mil toneladas, sendo os municípios da região “os mais bem dotados pelas condições de clima e solo para a triticultura”⁶⁷³. Entretanto, a topografia do solo impedia a mecanização da agricultura, sendo o uso da foice e da enxada, nas palavras do agrônomo “uma contingência natural, à vista da topografia acidentada do solo”. Devido a essas condições, acreditava-se que apenas 20% da extensão territorial do Vale do Rio do Peixe se prestava a adoção de métodos semimecanizados e motomecanizados. O uso da

⁶⁷² A Colônia Marechal Hindemburgo, mais tarde denominada Dez de Novembro, localizava-se no município de Videira, pouco abaixo na face oeste do divisor de águas das bacias dos rios do Peixe e Marombas. A colônia foi formada no início da década de 1930, onde se instalaram diversas famílias de origem alemã, que na época possuíam no trigo o principal produto agrícola. Cf. BRANDT, Marlon. Dos pinheirais à “terra dos trigais”: colonização e transformação da paisagem - Colônia Marechal Hindemburgo (1930-1950). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 195-208, set. 2010.

⁶⁷³ SANTA CATARINA (1949). *Op. Cit.*, p. 87.

força braçal, que em muitos casos não era exclusivamente familiar, contratando-se mão-de-obra na região, encarecia a produção, que não competia “em condições de igualdade com a produção dos países onde a tricultura é moto-mecanizada em terrenos planos, dotados de condições ecológicas mais aptas”⁶⁷⁴.

Se nas áreas onde a terra era fértil, como no caso do Vale do Rio do Peixe, originalmente ocupado por florestas, a topografia não era favorável, nos Campos, onde o relevo era mais propício, o solo era considerado inadequado, pouco fértil. Para resolver a questão do solo, Büchele foi então incumbido pelo governo para pesquisar as causas da deficiência dos solos dos Campos⁶⁷⁵.

Na pesquisa conduzida nas terras dos irmãos Frey, foi aplicado NPK, uma variedade de adubos que contém os elementos mais exigidos pela planta, ou seja, o nitrogênio (N), o fósforo (P) e o potássio (K), “e um ensaio regional de trigo com 8 variedades e 3 épocas circundado de uma pequena cultura de 15 hectares, moto-mecanizada sobre faixas adubadas com diferentes elementos químicos”. A experiência despertou a curiosidade de tricultores vizinhos, sobretudo pelo emprego de máquinas, e também de proprietários de serrarias “que olham os resultados destas experiências com interesse promissor”⁶⁷⁶. Os Frey continuaram com a agricultura mecanizada de trigo em suas terras, mais tarde instalando também um moinho na vila onde residiam os funcionários que trabalhavam na serraria⁶⁷⁷.

Uma parte das lavouras formadas pelos Frey pode ser observada, por exemplo, na Figura 28, com o plantio em áreas de topografia mais plana, tendo ao fundo a floresta.

⁶⁷⁴ *Ibidem*, p. 87.

⁶⁷⁵ *Ibidem*, p. 88.

⁶⁷⁶ *Ibidem*, p. 88.

⁶⁷⁷ FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 74-77.

Figura 28 – Lavouras nas terras dos irmãos Frey (s.d.).



Fonte: acervo particular de Aldani Frey.

Nesse contexto de investimentos e novas técnicas, as áreas de Campos surgiam como um amplo espaço possível de realizar o cultivo e a colheita com o auxílio cada vez maior de máquinas e tratores. Embora no planalto ainda se fizessem cultivos de milho e feijão para subsistência e comércio local, a tendência era o aumento do cultivo de apenas um produto, como o trigo ou o milho, esse último para abastecer também as nascentes indústrias de carne e derivados de suínos no Oeste.

Diferente das antigas capoeiras, onde ocorria a policultura em meio à floresta, a monocultura é mais suscetível a doenças e pestes, resultando em um aumento no uso de herbicidas e pesticidas químicos nas fazendas⁶⁷⁸. Ataques de fungos e insetos e outros animais considerados daninhos à produção passaram a ocorrer com mais frequência, em vista também do desequilíbrio promovido pelo desmatamento que se processava nas florestas.

Na região diversas técnicas foram empregadas visando à erradicação dessas pragas, ou ao menos a minimização dos danos, valendo-se, em muitos casos, do uso de pesticidas e inseticidas químicos sintéticos. Relatórios produzidos pela Defesa Sanitária Vegetal já apontam o combate a diversas espécies animais daninhas a produção agrícola. Criado em 1939, o órgão tinha por objetivo “combater e prevenir as pragas que assumem, com o aumento das culturas, grande

⁶⁷⁸ PONTING, Clive. *Op. Cit.*, p. 399.

nocividade”. Como afirma em seu relatório de 1948, de nada adiantariam o uso de sementes ou plantas selecionadas e as novas práticas de cultivo se estas “não forem completadas com os tratamentos e outras práticas de defesa agrícola”⁶⁷⁹.

Consta no Relatório de 1947 uma “invasão” de diversas nuvens de gafanhotos, penetrando em diferentes partes do território. No planalto atingiu todos os municípios, levando o órgão a se mobilizar para o “plano de combate”, que se constituía no levantamento das áreas de postura, que no planalto encontravam-se em Curitiba, Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Videira, Joaçaba, Porto-União e Canoinhas. Foram empregados contra as nuvens de animais o polvilhamento de hexacloreto de benzeno (denominado no relatório como HCB, cujos nomes comerciais eram variados, como Gamexame, Hexyclan, Gamexol, sendo, no entanto, mais conhecido como BHC)⁶⁸⁰. Conforme o Relatório de 1948, continuou-se empregando o hexacloreto de benzeno no combate ao gafanhoto no Estado, abrangendo municípios como Campos Novos, Curitiba, Caçador, Canoinhas, Bom Retiro, Videira, Chapecó e Joaçaba. Foram gastos cerca de 98.738 quilogramas do produto no Estado todo, disperso em áreas que totalizavam 9.000 hectares, onde ocorria a postura dos ovos dos insetos. Além do hexacloreto de benzeno era empregada como isca uma mistura de farelo com arsênico, que também era misturado com água para pulverizações⁶⁸¹.

Para “erradicar” as pragas, empregavam-se diversos produtos químicos, como o DDT⁶⁸² e o já mencionado BHC. Eram realizadas

⁶⁷⁹ SANTA CATARINA. **Relatório do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do ano de 1948**. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina, p. 1.

⁶⁸⁰ SANTA CATARINA (1948). *Op. Cit.*, p. 3-4. O hexacloreto de benzeno conhecido comercialmente como BHC, foi descoberto em 1825. Empregado na Primeira Guerra Mundial como arma química, teve suas propriedades inseticidas descobertas em 1942, passando, a partir de então, a ser utilizado como inseticida de largo espectro na agricultura, além de outros usos, como o combate aos vetores da malária e da doença de chagas, além de produtos contra ectoparasitas. Deixou de ser produzido devido a sua toxicidade na maioria dos países na década de 1970, e no Brasil após 1985, quando era empregado no combate a transmissores de doenças infecciosas. MENDES, René. **Hexaclorociclohexano (HCH) e a saúde humana**: síntese do atual estágio do conhecimento e identificação das principais questões controversas. Relatório solicitado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde, Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/hexaclorociclohexano.pdf>>. Acesso em: 14 de abril de 2011, p. 3.

⁶⁸¹ SANTA CATARINA (1948). *Op. Cit.*, p. 3.

⁶⁸² O diclorodifenilcloreto (DDT), teve suas propriedades inseticidas descobertas em 1939, sendo utilizado na Segunda Guerra Mundial para a prevenção de tifo e de piolhos.

visitas a propriedades “executando demonstrações de combate às pragas e doenças que acidentalmente as comprometiam”. Além de realizarem empréstimos de máquinas de defesa, o Serviço de Defesa Sanitária Vegetal atuava em uma rede de colaboração com a Seção de Fomento Agrícola e suas dependências, além das Estações Experimentais, que juntamente com o apoio de particulares, encontravam-se distribuídas no Estado, com a intenção de “facilitar, ao agricultor, a aquisição de inseticidas, fungicidas e aparelhos de defesa agrícola para o combate às pragas e doenças que ocasionalmente atacam suas lavouras”⁶⁸³. Os Campos também sofriam contra as investidas de insetos, como no caso da lagarta do gramado (*Mocis repanda*), que no planalto atacavam as lavouras de milho e pastagens na região de Bom Retiro⁶⁸⁴. O uso de pesticidas aplicados em lavouras, terrenos ou processos ligados a reflorestamento, ligam-se aos sedimentos do solo, podendo contaminar a água, inclusive os lençóis freáticos, serem lixiviados, volatilizados, e serem absorvidos por micro-organismos, vegetais ou animais, acumulando-se no organismo. Acúmulo que pode ser provocado a partir do meio circundante ou dos alimentos. Os pesticidas organoclorados, como o DDT e o BHC, atuam sobre o sistema nervoso central, alterando o comportamento, promovendo distúrbios sensoriais, do equilíbrio, da atividade da musculatura involuntária e depressão dos centros vitais, como a respiração⁶⁸⁵.

Nos anos de 1950 a expansão das lavouras incentivadas pelo Estado passava a ocupar, segundo o Relatório da Secretaria da

Posteriormente foi utilizado na agricultura mundial devido ao seu baixo preço e elevada eficiência. Sua produção em larga escala iniciou-se em 1945, sendo utilizado na agricultura como pesticida por quase 30 anos. Devido a sua toxicidade e acúmulo no organismo de animais. Sua utilização passou a ser proibida em diversos países a partir da década de 1970. No Brasil, a proibição da produção de DDT e BHC para o combate a ectoparasitos domésticos surgiu em 1971, porém a total proibição e comercialização de produtos organoclorados, dos quais o DDT e o BHC fazem parte, veio apenas em 1985. Seu uso continuaria em território nacional nas campanhas de saúde ontra mosquitos transmissores de doenças e em usos emergenciais na agricultura. D'AMATO, Claudio; TORRES, João P. M. and MALM, Olaf. DDT (dicloro difenil tricloroetano) toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão. *Química Nova*. São Paulo, v. 25, n. 6, p. 995-1002, 2002, p. 995-996.

⁶⁸³ SANTA CATARINA. *Relatório do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do ano de 1951*. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina, p. 8-9.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, p. 3.

⁶⁸⁵ D'AMATO, Claudio; TORRES, João P. M. and MALM, Olaf. *Op. Cit.*, p. 996-998. A respeito do avanço do emprego de agrotóxicos e seus efeitos na saúde humana, muitos deles organoclorados, na agricultura catarinense a partir da década de 1950 cf: CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. Avanço no uso de agrotóxicos e das intoxicações humanas em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 2762-2766, nov. 2009.

Agricultura de 1956, “grandes áreas tradicionalmente pastoris. É a extraordinária expansão da cultura do trigo, que no seu avançar constante está ganhando as coxilhas do nosso planalto, modificando a paisagem”⁶⁸⁶.

Essa expansão do trigo, contudo, ocorria em detrimento da redução das áreas de pastagens, o que fez com que técnicos da Secretaria da Agricultura alertassem no mesmo ano, que a introdução das lavouras de trigo vinha competindo com a pecuária, reduzindo assim o rebanho destinado ao abastecimento das principais cidades do Estado⁶⁸⁷. Para tentar minimizar esse avanço, a Secretaria da Agricultura, juntamente com seus técnicos, conforme o Relatório de 1957, procuraram, a curto prazo, melhorar as pastagens selecionando “variedades de gramíneas próprias para a instalação de pastagens artificiais”. Pastagens cuja produtividade teria que ser superior a que se obtinha na época com as espécies nativas, ou seja, eram forragens exóticas, “permitindo o abandono dos métodos tradicionais de criação, incompatíveis com o alto custo atual das terras”. Além da melhoria das pastagens, orientavam para o uso de cercas para a “prática moderna de rotação das pastagens, somente possível com a subdivisão da propriedade pastoril”⁶⁸⁸. Pregava-se assim na pecuária a adoção da criação intensiva, com o uso de plantas exóticas que assegurariam maior produtividade, assim como a rotação de pastos e culturas, onde seria possível também o armazenamento de forragens em silos para os meses mais frios.

As ações do Estado, fomentando a agricultura e a pecuária com novas e mais “modernas” técnicas, resultaram na supressão gradativa das espécies nativas em detrimento de gramíneas, leguminosas ou árvores exóticas, transformando a paisagem dos Campos. Tem-se, a partir das pesquisas agrícolas um aumento da presença de novas espécies de forragens, além do incentivo a agricultura em áreas de Campos, sobretudo do trigo. Técnicas “modernas” cuja disseminação resultou em uma acentuada transformação da paisagem dos Campos.

⁶⁸⁶ SANTA CATARINA. **Relatório da Secretaria de Agricultura referente ao ano de 1956.** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina, p. 3.

⁶⁸⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo (2004). *Op. Cit.*, p. 49.

⁶⁸⁸ SANTA CATARINA (1956). *Op. Cit.*, p. 4.

4.3 O “PROGRESSO” NA PAISAGEM DOS CAMPOS

Uma das causas da perda gradativa de biodiversidade em uma área está relacionada à ocupação humana e a conversão de ecossistemas em áreas produtivas, em muitos casos introduzindo espécies exóticas⁶⁸⁹. No caso das formações vegetais campestres, elas são mais suscetíveis à utilização humana para atividades agropastoris em função da facilidade de ocupação e a não necessidade de se remover a cobertura florestal⁶⁹⁰. Os Campos do Planalto, embora fossem menos propícios ao cultivo, dada suas condições edáficas, se comparada às florestas, passaram a abrigar novas atividades agrícolas para além da pecuária, como a lavoura, graças a difusão de novas técnicas agrícolas, baseadas na mecanização e na adoção de produtos químicos. Já as áreas com solos mais pobres, se não permaneceram com as pastagens, muitas delas contando com exóticas, introduzidas voluntariamente ou invasoras, passaram a abrigar outro tipo de lavouras, formadas pelo plantio adensado de *Pinus*.

No Brasil o gênero *Pinus* encontra-se presente desde o final do século XIX, tendo os primeiros experimentos relacionados à atividade de silvicultura nas regiões Sul e Sudeste datados de 1936⁶⁹¹. As mudanças promovidas pela introdução dessa espécie podem ameaçar atividades econômicas e o uso de recursos naturais pela mudança da matriz de produção pretendida, tendo, em geral impactos negativos⁶⁹².

Verifica-se assim, sobretudo a partir da década de 1950, o início de uma gradual substituição dos Campos por espécies introduzidas para o cultivo agrícola e para a silvicultura, juntamente com a formação de pastagens com espécies exóticas. A introdução e difusão de novas técnicas ainda estavam dando seus primeiros passos, porém já se faziam

⁶⁸⁹ WORSTER, Donald (2003). *Op. Cit., passim*.

⁶⁹⁰ ZILLER, Sílvia Renate. A Estepe Gramíneo-Lenhosa no Segundo Planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque à contaminação biológica. In: **Instituto Hórus**. Disponível em: <<http://www.institutohorus.org.br/download/artigos/Contbiocampostese.pdf>>. Acesso em 9 de junho de 2011, p. 92.

⁶⁹¹ FALLEIROS, Renan Macari, ZENNI, Rafael Dudeque, ZILLER, Sílvia renate. Invasão e manejo de *Pinus taeda* em Campos De Altitude Do Parque Estadual Do Pico Paraná, Paraná, Brasil. **Floresta**, v. 41, n. 1 abr. 2011, p. 123-134. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/view/21193/13980>>. Acesso em: 17 Jun. 2011, p. 124.

⁶⁹² SOUTO, Luiz Carlos Damian . **Florestamento com *Pinus* e pecuária em campo nativo: complementaridade e concorrência no uso das terras do planalto catarinense**. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, p. 54.

sentir na paisagem dos Campos e florestas do planalto. Assim cabe ressaltar o papel dessas atividades de modernização que vinham ganhando corpo e de que forma estas refletiram na paisagem dos Campos.

Dentro do impacto promovido pelo processo de inovações tecnológicas, deve-se considerar a amplitude das mudanças nas formas de uso da terra dos produtores localizados no planalto, nos municípios de Lages, Campos Novos, Curitibanos e São Joaquim, onde se encontravam as principais áreas de Campos. Vale lembrar que esse período é marcado pelas primeiras atividades relacionadas à chamada “modernização agrícola” em Santa Catarina, por isso os números ainda modestos se comparados aos anos posteriores. Essas alterações podem ser analisadas pela relação existente entre as terras dedicadas à lavoura, à pastagem (natural ou artificial) e a redução das áreas e terras incultas. O “progresso” seria, na visão dos órgãos públicos, de políticos locais, da imprensa e de alguns produtores rurais a tentativa de se aproximar, ou mesmo se igualar a região aos centros agrícolas da Europa e dos Estados Unidos, tanto em termos de emprego de técnicas quanto na produtividade. Isso fica claro, por exemplo, na produção que trata sobre a agricultura produzida pelo governo do Estado e pesquisadores ligados a órgãos estatais de fomento agrícola.

Ao analisar a política agrária catarinense do final da década de 1950 e início de 1960, o agrônomo Glauco Olinger, que participou ativamente da implementação da extensão rural em Santa Catarina na época, resalta que “o objetivo da política agrária é a elevação da produtividade do trabalho do produtor rural”, produtividade encarada como “sinônimo de mentalidade de progresso”. Produzir mais e melhor, isso era o progresso para o autor, que constantemente compara a produtividade do trigo, da batatinha, do milho e do leite com países europeus e os Estados Unidos. Era necessário ampliar a atuação dos órgãos estatais na agricultura para aumentar a produtividade. Para isso, deveria o produtor rural “conhecer a técnica que lhe possibilite produzir mais”. Capacidade produtiva que poderia ser também ampliada pelo aumento da área cultivada com o uso do arado, tratores e fertilizantes. A área cultivada aumentou de 1950 a 1960, passando de 669.653 hectares para 1.012.899 hectares. O aumento da produtividade por área, entretanto, ainda era considerado pequeno. Mesmo quase dobrando o número de arados, que passou de 41.029 para 81.259 e o de tratores saltando de 41 para 1.049, constatou-se que modernizar não era só dotar o agricultor de máquinas. A falta de conhecimento em sua operação,

juntamente com a falta da aplicação das técnicas pelos agricultores eram, para Olinger, “as principais causas determinantes desta ocorrência”⁶⁹³.

Nos Campos, onde ainda dominavam as grandes propriedades, os criadores “procuravam tirar o máximo do solo, à base do escasso conhecimento tecnológico que possuem”⁶⁹⁴. Essas constantes críticas que se faziam às técnicas e ao estado da pecuária e dos Campos, permaneciam desde o século XIX, porém as novas técnicas e experiências conduzidas pelos órgãos do governo, juntamente com iniciativas particulares, promoveram mudanças em um ritmo cada vez mais intenso na paisagem dos Campos, visando à inserção de novas atividades econômicas e o aumento da produtividade do rebanho bovino. Para tanto, substituíam espécies de plantas nativas em detrimento de exóticas, para forragens ou para o cultivo, como o trigo, derrubando também as florestas próximas, ampliando artificialmente as pastagens e as áreas agricultáveis.

Um aspecto importante para se verificar a duração desse processo de modernização é a análise do modo de uso da terra pelos produtores rurais dos municípios onde se encontram as principais áreas de Campos do planalto. Na utilização das terras para pastagens, embora a área só aumente quando se forma um pasto pela derrubada de floresta, seu crescimento e o emprego de forragens selecionadas, implicam no uso de técnicas as quais muitas foram divulgadas e experimentadas pelo governo em suas estações experimentais. Ao se verificar dados como distribuição dos estabelecimentos pela utilização das terras, as máquinas e os silos para forragem, é possível inferir o alcance das políticas públicas e a adoção de novas técnicas agrícolas e pecuárias pelos produtores rurais.

Essas diferentes técnicas com que passaram a contar e a empregar os agricultores e pecuaristas dos Campos do planalto, bem como o grau do seu emprego, podem ser constatadas a partir dos censos econômicos efetuados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, nas décadas de 1940, 1950 e 1960⁶⁹⁵.

⁶⁹³ OLINGER, Glauco. **Política Agrária**. Florianópolis: Divisão de Informação da Acaresc, 1964, p.7-20.

⁶⁹⁴ *Ibidem*, p. 6.

⁶⁹⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. *Idem*. **Estado de Santa Catarina: censos econômicos**. Série Regional, v. XXVII, Tomo II. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956. *Idem*. **Censo Agrícola de 1960**: Paraná e Santa Catarina. VII Recenseamento

Ao longo dessas três décadas, marcadas pela “modernização agrícola”, percebe-se de maneira geral um aumento na área das terras utilizáveis do planalto como um todo. Mudanças que podem ser verificadas mesmo com as alterações na área da região, fruto da emancipação de diversos municípios na região⁶⁹⁶. Se considerarmos, por exemplo, a região denominada na época pelo IBGE como “Zona dos Campos de Lages”, que compreendia os municípios de Bom Retiro, Campos Novos, Curitibanos, Lages, São Joaquim, e mais tarde alguns dos seus desmembramentos, como Lebon Régis, Santa Cecília e Urubici, é possível perceber o seguinte aumento na área de pastagens e áreas agricultáveis, conforme pode ser visto na Tabela 8:

Tabela 8 – Área dos estabelecimentos distribuídos pela utilização da Zona Fisiográfica dos Campos de Lages de acordo com os Censos de 1940 a 1970.

Ano	Área (ha)*	Lavouras (ha)		Pastagens (ha)		Matas (ha)		Terras incultas (ha)***
		Permanente	Temporária	Natural	Artificial	Natural	Reflorestada	
1940 **	2043215	16012	77772	1164518		494025		223606
1950	1798208	1352	70789	1050526	12658	437176	15909	162642
1960	1850048	2178	104935	1062817	21126	468429	6981	126849
1970	2191063	3354	121126	1237977	73137	468568	52520	164747

* Os Censos de 1950,1960 e 1970 incluem as terras improdutivas na área total, enquanto o Censo de 1940 faz a separação entre as terras.

** Em 1940 não são distintas as pastagens naturais e artificiais nem as florestas nativas ou reflorestadas.

*** Em 1970 essas informações constam como “terras em descanso e terras produtivas não utilizadas”

Fonte: Censos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Em relação às lavouras, as permanentes são formadas por culturas que tem longa duração, ou seja, não estão sujeitas ao plantio anual como as temporárias. Essas incluem também, como aponta o Censo Agrícola de 1960 as plantas forrageiras destinadas ao corte⁶⁹⁷. Porém, não existe

Geral do Brasil. V. II, Tomo XII, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967; *Idem*. Censo Agropecuário: Santa Catarina .VIII Recenseamento Geral – 1970. V III, Tomo XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

⁶⁹⁶ SILVA, Fernando João da. *Op. Cit.*, p. 95-104..

⁶⁹⁷ IINSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1967). *Op. Cit.*, p. XVI.

uma discriminação em relação a estas, o que dificulta a sua análise. Sobre as pastagens, o Censo define como pastagem artificial aquela que é formada mediante plantio. É possível que englobem tanto áreas de Campos que passaram a ter suas pastagens “melhoradas” pelo plantio de forragens, muitas delas exóticas ou de áreas que foram formadas por florestas. Já as terras incultas compreendem as oficialmente não utilizadas na época, podendo se prestar a plantações ou pastagens, o que seria repetido no Censo de 1970⁶⁹⁸.

Percebe-se a significativa predominância das pastagens em relação às demais categorias, pela própria formação natural da região, ao passo que as lavouras não chegavam a ocupar 15% da área da região. As matas ocuparam o segundo lugar, variando em área entre os anos, o que provavelmente pode ter ocorrido pela inclusão ou não como área inculta ou como mata nesses recenseamentos. Porém a tendência foi de redução nessas duas categorias, que juntas caíram de 717.631 hectares em 1940 para 595.278 hectares em 1960. Se a área de pastagem natural pouco se alterou, percebe-se um aumento de mais 60.000 hectares de pastagens artificiais. Campos Novos teria sua área de pastagens artificiais aumentada, de 4.550 hectares no Censo de 1950, para 26.144 hectares no Censo de 1970, elevando os números totais das áreas de pastagens artificiais na região⁶⁹⁹. Porém, essa “melhoria” representava também a difusão de espécies exóticas de forragens, cuja presença não se encontrava apenas na composição das pastagens artificiais, mas também nas áreas de pastagens naturais.

O aumento das áreas de lavouras também pode ser percebido em Campos Novos. Embora a área tenha caído de 36.603 hectares em 1940 para 19.913 em 1950, o que pode ser atribuído a emancipação dos municípios situados no Vale do Rio do Peixe, no Censo de 1960 são registrados 22.462 hectares, já no início das primeiras atividades de agricultura mecanizada. Na década seguinte conforme o Censo de 1970, o município passou a ter uma área de 26.914 hectares, de um total de 121.126 hectares de lavouras da região⁷⁰⁰.

⁶⁹⁸ *Ibidem*, p. XVII. *Idem* (1975). *Op. Cit.*, p. XXIII.

⁶⁹⁹ *Idem* (1956). *Op. Cit.*, p. 39; *Idem* (1975), p. 147.

⁷⁰⁰ *Idem* (1952). *Op. Cit.*, p. 235; *Idem* (1956). *Op. Cit.*, p. 39; *Idem* (1967). *Op. Cit.*, p. 124; *Idem* (1975). *Op. Cit.*, p. 146.

4.3.1 Formação de pastagens artificiais e o emprego de forragens exóticas nas pastagens naturais

A formação de lavouras para forragem poderia ocorrer tanto nas áreas antes ocupadas por florestas quanto nos Campos com o emprego de tratores e fertilizantes. Em Curitiba, iniciativas particulares entre o final da década de 1940 e início de 1950 promoveram em algumas áreas o cultivo de forragens em áreas de Campos. Essas foram promovidas por fazendeiros, cujo capital possibilitava realizar investimentos destinados à melhoria da produção. Era o caso, por exemplo, de Ivadi de Almeida. Na época ele, assim como outros criadores, “considerava uma loucura lavar os campos”. Porém o conhecimento de algumas regiões onde essa prática era realizada, o motivou a empregar essa técnica:

Os Campos lá em Passo Fundo, Carazinho, eram bem piores que os nossos, então me lembro quando lá se começou a plantar e eu também comecei, lavei, comprei um tratorzinho [...] uma lâmina terraceadora. Comprei em Joaçaba [...] o primeiro trator que lavrou terra foi o meu. [...] Aqui se plantava aveia, pouco, nós plantávamos pouco, principalmente para cavalo. [...] Me lembro que o pouco de aveia que consegui foi com um homem, um pouco de semente que não dava meio saco, ele comprava para tratar cavalo. [...] Plantei para ver qual era melhor azevém, aveia, trigo e centeio e soltei o gado [...] ⁷⁰¹.

O emprego de exóticas na formação de pastagens que seriam armazenadas para o inverno em silos, era realizado em algumas fazendas de forma semelhante à registrada por Epaminondas Almeida na fazenda da família em Campos Novos:

Para o inverno plantava o papuã, que hoje é até um inço na lavoura. Ele é um pasto de verão, no inverno seca. O que nos fazíamos, semeávamos o papuã, fazíamos o corte, de duas vezes, as vezes três, era todo cortado, secado e recolhido para um galpão [...] assoalhado.

⁷⁰¹ ALMEIDA, Ivadi. 87 anos. Entrevista citada.

Embaixo era o galpão de tirar leite, tratado o cavalo, alguma vaca⁷⁰².

A espécie de gramínea empregada nessa formação de forragem, o capim papuã, também conhecido como capim marmelada (*Brachiaria plantaginea*) é de origem africana, tendo sido possivelmente introduzida de forma acidental no continente⁷⁰³. É interessante notar como a planta, inicialmente importante para a alimentação animal passou a uma categoria de “inço”, de espécie daninha a partir da sua maior distribuição e também pela menor aceitação dos criadores a medida que novas forragens, consideradas mais apropriadas, foram adotadas pelos pecuaristas. Da mesma forma que ocorreu com o tojo e a spérgula experimentados pelo Posto Zootécnico de Lages, o capim papuã, para utilizar o termo empregado por Alfred Crosby, foi “rebaixado” à condição de erva, de inço pelos criadores locais. Erva, nesse caso, refere-se a “qualquer planta que se espalha com rapidez e derrota outras, na competição pelo solo alterado”, que nesse caso poderia ser o campo recém queimado na primavera⁷⁰⁴.

Outras forragens passavam paulatinamente a ser adotadas na pecuária. Nem todas as sementes seriam originadas das estações experimentais ou postos zootécnicos na formação dessas pastagens artificiais. Havia intercâmbio entre criadores e mesmo introduções acidentais, como no caso do cultivo de azevém nas terras de Ivadi de Almeida. Inicialmente era adquirido feno, especialmente a alfafa, de produtores do Vale do Rio do Peixe, sendo então transportados em tropas de mulas para a fazenda em Curitibaanos. Posteriormente foi também empregado o azevém, cujo início do cultivo ocorreu da seguinte forma:

[...] apareceu o azevém, e ele tem facilidade para germinar. Então fazíamos feno de azevém. E fazíamos as lavouras de milho, e pelo mês de outubro, novembro, às vezes lavrávamos aqueles pedaços de terras que foram plantados mais vezes. Então, como dávamos o feno de azevém para as

⁷⁰² ALMEIDA, Epaminondas. 87 anos. Depoimento, 24 de fevereiro de 2010. Campos Novos. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁷⁰³ EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Gramíneas forrageiras**
do gênero *brachiaria*. Disponível em:
<<http://www.cnpq.embrapa.br/publicacoes/ct/ct01/04especies.html#4.8>>. Acesso em 18 de abril de 2011.

⁷⁰⁴ CROSBY, Alfred W. *Op. Cit.*, p. 136-137.

mulas, eles comiam o feno e largávamos o boi e as mulas e eles esterçavam e veio azevém. E chamou a atenção porque debaixo do milho tinha bastante azevém [...]. Aí é que nós aprendemos a fazer o cultivo do pasto de inverno⁷⁰⁵.

Para o manejo das pastagens, no caso das artificiais, verifica-se nesse período o aumento tanto no número de tratores quanto de silos na região, juntamente com o maior emprego de fertilizantes. Não é intenção fazer um inventário das máquinas agrícolas empregadas, porém vale ressaltar o aumento no número de tratores, o que possibilitava um aumento na velocidade e na área de trabalho, se comparado ao uso da tração animal, por exemplo. Em 1940 existiam apenas seis tratores em Campos Novos e um em Bom Retiro. Na década de 1940, Bom Retiro permanecia com o mesmo número de tratores, enquanto Campos Novos deixava de possuir os seis, o que se deve possivelmente a emancipação dos municípios do Vale do Rio do Peixe, e Lages passaria a contar com três máquinas. Esse número aumentaria apenas na década seguinte, quando a região passaria a contar com oitenta tratores em setenta e dois estabelecimentos. Campos Novos possuía vinte e sete tratores, seguido por Lages com vinte e dois⁷⁰⁶. Na década de 1960, o número de tratores na região saltaria para 605, sendo 87 em Campos Novos, 83 em Curitibaanos e Lages com 235⁷⁰⁷.

Muitas das máquinas, embora os Censos não discriminem sua utilização, poderiam estar associadas às lavouras mecanizadas nos Campos ou poderiam empregar o arado com tração mecânica para o cultivo de pastagens artificiais ou a alguma atividade associada a extração madeireira. Nesse caso seu uso poderia ocorrer no transporte de toras, em substituição as juntas de bois, na floresta nativa ou mesmo em atividades ligadas ao plantio de *Pinus*. Nos silos era armazenada forragem recém-cortada, onde permanecia conservada. A introdução do sistema de silagem possibilitava ao criador assegurar a alimentação do gado no inverno, indicando também a existência do cultivo de forragens para esse fim⁷⁰⁸. Em 1940 existiam quatro silos, caindo a zero na década

⁷⁰⁵ ALMEIDA, Ivadi. Entrevista citada.

⁷⁰⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1952). *Op. Cit.*, p. 247; *Idem* (1956). *Op. Cit.*, p. 46; *Idem* (1967). *Op. Cit.*, p. 240.

⁷⁰⁷ *Idem* (1975). *Op. Cit.*, p. 203-204.

⁷⁰⁸ COELHO, Pedro Paulo Waltrick. **O desenvolvimento da pecuária bovina em Lages**. 1982, 138 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1982, p. 61.

de 1940, crescendo a 112 na década seguinte. O Censo de 1970 apontou para 166 o número de silos para forragens na região⁷⁰⁹.

Muitos pecuaristas, como aponta Luiz Carlos Damian Souto, diferente do que pensavam criadores como Ivadi de Almeida, por exemplo, continuavam com a opinião de que lavar os Campos poderia destruí-los. Recorriam dessa maneira a formação de pastagens “melhoradas”, que não são nem cultivadas, mas também não são nativas, sendo, pois, para o referido autor, uma classificação intermediária. Esse melhoramento do Campo é uma técnica que visa à introdução de novas forrageiras, sejam elas gramíneas ou leguminosas, com a intenção de se melhorar a quantidade e a qualidade nutricional das pastagens. Muitas dessas espécies possuíam como principal função a alimentação animal no inverno, para reduzir a flutuação sazonal de oferta de alimentos, evitando assim uma maior perda de peso⁷¹⁰.

Porém, como aponta Paulo Fernando Lago, muitas gramíneas e leguminosas exóticas “são, como que, repelidas, como se fossem invasoras”. É que em muitas regiões os solos são, em geral, pouco espessos, retendo pouca umidade nos meses mais secos, além de serem ácidos e deficientes em bases trocáveis. Assim muitas plantas forrageiras exóticas, sobretudo as mais valorizadas na pastagem, encontram dificuldade em se adaptar, não propiciando aumento significativo na lotação do gado. Muitos pecuaristas, dessa maneira, “chegaram a conclusões que parecem desmistificar as propriedades generalizadamente miraculosas das gramíneas e leguminosas exóticas, comprovadas em outros ambientes”. Tentaram artificializar pastagens, porém seus resultados não foram satisfatórios⁷¹¹.

As gramíneas nativas, como salienta Lago, são formas de vida já adaptadas ao ambiente. Os solos evoluíram a partir de rochas matrizes que eram relativamente escassas em nutrientes assimiláveis, sejam eles provenientes do derrame basáltico, sejam de origem sedimentar. Elas “refletem tais condições virtualmente precárias e se apresentam mais resistentes do que as formas de vida vegetal semelhantes que se tenta introduzir”. Muitas delas tornam-se assim “invasoras derrotadas”, possuindo baixo rendimento, exceto se tiverem cuidados especiais em seu manejo⁷¹².

⁷⁰⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1956). *Op. Cit.*, p.45; *Idem* (1967). *Op. Cit.*, p. 234; *Idem* (1975). *Op. Cit.*, p. 213.

⁷¹⁰ SOUTO, Luiz Carlos Damian. *Op. Cit.*, p. 70-71.

⁷¹¹ LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 266.

⁷¹² *Ibidem*, p. 255.

A partir da década de 1960 uma nova técnica de manejo das pastagens passa a ser introduzida por pecuaristas da região de Curitiba e Campos Novos: trata-se do Pastoreio Racional Voisin. O Pastoreio Racional Voisin, ou PRV, criado pelo francês André Voisin na década de 1950, é um sistema intensivo de manejo da pastagem e do solo que procura manter um equilíbrio entre o solo, o capim e o gado, um sem prejudicar o outro, para que seja possível obter o máximo da planta respeitando seus ciclos. São formados piquetes, onde o gado é solto por um determinado intervalo de tempo, quando então é transportado para outra área, o que permite o repouso e o desenvolvimento da forragem⁷¹³.

Em 1968 a antologista curitibanesa Coracy Pires de Almeida organizou um livro intitulado *Nossa terra, nossa gente*, onde buscava apresentar alguns aspectos de Curitiba na época, contando com artigos escritos por algumas personalidades do município. Um deles, escrito por Osman Gomes Santos, intitula-se *Sistema de pastagens para a criação bovina pelo método Voisin*. Curitiba, na visão do autor apresentava uma pecuária ainda presa a antigas técnicas, cujo rebanho, de aproximadamente 30.000 cabeças, era de baixa qualidade, devido a falta de nutrição dos animais no inverno, com uma mortalidade em torno de 10% ao ano. Assim,

fixado a idéia que, outros meios técnicos deveriam ser adotados para resguardar o aumento progressivo do rebanho bovino no município, um grupo de pecuaristas formado pelos senhores Lauro Costa, Ivadi Coninck de Almeida, Marcos Gonçalves de Farias, Ivandel Adonis de Macedo e João Pires de Almeida, iniciaram pioneiramente um novo método de criação, para assegurar economicamente a produção bovina em Curitiba⁷¹⁴.

Com a colaboração da Prefeitura Municipal e dos pecuaristas, tanto de Curitiba quanto de Campos Novos, foi trazido o professor Pinheiro Machado, o qual proferiu palestras e visitou a região na

⁷¹³ MELADO, Jurandir. **Manejo de pastagem ecológica**: um conceito para o terceiro milênio. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000, p. 49-50. LENZI, Alexandre. *Op. Cit.*, p. 52-64.

⁷¹⁴ SANTOS, Osman Gomes. *Sistema de pastagens para a criação bovina pelo método Voisin*. In: ALMEIDA, Coracy Pires de. **Nossa terra, nossa gente**. Curitiba: [s.n.], 1968, p. 16.

época⁷¹⁵. Os recursos necessários a implantação do método nas fazendas foi fornecido pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, o BRDE. Dentre as pastagens empregadas, Ivadi de Almeida menciona que, no consorciamento de gramíneas e leguminosas, empregavam o azevém como gramínea e o trevo branco como leguminosa⁷¹⁶. Osman Gomes Santos, conta em seu artigo com o depoimento de Ivadi de Almeida, que aponta como as principais virtudes dessa técnica de pastoreio:

Recuperação natural do solo com adubação orgânica;
Pastagem artificial;
Divisão das áreas de pastoreio;
Rotação de pastagem;
Facilidade na inspeção veterinária do rebanho;
Avanço técnico na pecuária;
Maior lotação bovina em menor área;
Grande produção de carne na entre-safra⁷¹⁷.

Essas vantagens estavam relacionadas a aspectos voltados a produtividade, aumentando a lotação do rebanho nas áreas divididas, contando com o plantio de espécies exóticas, o que possibilitaria, com o emprego de leguminosas como o trevo, e uma maior oferta de carne nos meses de inverno, chamados de entre-safra. A separação em piquetes também proporcionaria a formação de lavouras nas áreas não utilizadas, aproveitando a adubação proveniente do esterco do próprio animal⁷¹⁸.

Além das pastagens naturalizadas e das áreas que formavam piquetes pelo manejo pelo Pastoreio Racional Voisin, encontravam-se áreas formadas por pastagens artificiais. Se compararmos o rebanho bovino de Curitiba entre os censos de 1960 e 1970 percebe-se um aumento de 28.016 cabeças para 43.453 cabeças⁷¹⁹. Isso teria ocorrido pela adoção de novas espécies forrageiras e desse método por alguns pecuaristas, e não somente pelo aumento da área de pastagem. De acordo com o Censo de 1960, Curitiba possuía uma área de

⁷¹⁵ ALMEIDA, Ivadi. Entrevista citada.

⁷¹⁶ SANTOS, Osman Gomes. *Op. Cit.*, p. 21.

⁷¹⁷ *Ibidem*, p. 23.

⁷¹⁸ Entrevista realizada com Ivadi de Almeida. In: ALMEIDA, Coracy Pires de. **Curitibanos, terra promissora**. Curitiba: [s.n.], 1971, p. 47.

⁷¹⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1967). *Op. Cit.*, p. 249; *Idem* (1975). *Op. Cit.*, p. 262.

87.822 hectares de pastagens naturais e apenas 484 de artificiais. Mesmo com a emancipação de municípios como Fraiburgo em 1961, sua área de pastagens naturais foi estipulada, no Censo da década seguinte, como sendo de 105.740 hectares de pastagens naturais e 9.934 hectares de pastagens artificiais⁷²⁰. Pastagens cuja expansão, com o cultivo ou de forma natural passava a ocupar também espaços antes formados pela floresta.

4.3.2 Ampliando as pastagens pelo fogo e pela serra

Em relação as áreas compostas por matas e terras incultas, percebe-se na Tabela 8, um aumento da área de matas entre os Censos de 1950 e 1960, enquanto as terras incultas reduziram de área. Isso se deve possivelmente a metodologia empregada nos Censos. Enquanto o de 1950 apenas levantava as áreas de matas naturais e considerava as terras incultas como não utilizadas, porém podendo se prestar à lavoura e criação, o de 1960 considerava as matas naturais como áreas ocupadas “por matas e florestas naturais utilizadas para extração de madeira ou outro produto”. Incorporação que estaria relacionada a intensificação da exploração madeireira na região⁷²¹. Época que, como aponta Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, “coincide com o crescimento populacional e econômico do Sul do Brasil e do país como um todo, o que teve como resultado óbvio uma demanda sempre crescente de madeira e seus subprodutos por décadas”⁷²².

Embora o chamado “boom madeireiro baseado na araucária” tenha durado aproximadamente sessenta anos, indo da década de 1910 até 1970, as áreas onde se encontram os Campos no planalto catarinense, sobretudo nas áreas de Curitiba e Lages passam a ter sua madeira explorada principalmente a partir de fins da década de 1930, ultrapassando nas décadas seguintes a pecuária na economia dos municípios⁷²³. A valorização e exploração da madeira, assim como sua exportação, não ocorreram de uma só vez em toda a região do planalto. Inicialmente, a exploração ocorria em caráter local, para a produção de

⁷²⁰ *Ibidem* (1967). *Op. Cit.*, p. 125; *Idem* (1975). *Op. Cit.*, p. 148.

⁷²¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1967). *Op. Cit.*, p. XVI.

⁷²² CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta com Araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (1870-1970)**. 2010, 313 fl. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p. 132.

⁷²³ COSTA, Licurgo (1982b). *Op. Cit.*, p. 913.

residências, mobílias, telhados de tábuas lascadas e mesmo cercamento das roças⁷²⁴.

A melhoria técnica nos meios de transporte, com o aparecimento e difusão de caminhões a partir das décadas de 1920 e 1930, possibilitaram, juntamente com a melhoria das vias de comunicação e a implementação de rodovias como a BR 2, atual BR 116, a instalação de serrarias em áreas cada vez mais distantes, como na região dos Campos de Lages. Se antes, as serrarias dependiam quase que exclusivamente da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande para escoar a produção, a partir de agora, esta poderia ser realizada com caminhões. Mesmo que a quantidade de carga dos caminhões fosse reduzida, se comparado aos veículos atuais e as estradas fossem precárias, com muitos atoleiros em épocas de chuva, ainda assim eram preferidos pelos madeireiros. Isso possibilitava tanto a independência dos produtores com problemas relacionados ao frete, quanto ao avanço a áreas mais distantes⁷²⁵.

O aumento da capacidade de transporte dos caminhões e a introdução de motosserras e tratores para arrastar as toras na mata, substituindo as juntas de bois, foram fatores importantes para a ampliação da devastação das florestas nesse período⁷²⁶. Na década de 1940 diversas serrarias passaram a se instalar na região de Curitiba e Lages, em um avanço do movimento de devastação das florestas que já ocorria no Vale do Rio do Peixe, cuja proximidade com a ferrovia tornava possível o escoamento da produção. Até então, a existência das florestas representou, como foi visto ao longo do trabalho, um obstáculo para a economia pastoril que dominava nas áreas de Campos. Mesmo que a floresta pudesse servir como refúgio aos animais no inverno, as terras de floresta possuíam pouco valor na região. Nilson Thomé, em seu estudo sobre a atividade madeireira na região de Caçador, menciona que os fazendeiros possuíam como costume medir sua importância na região pela dimensão das suas propriedades, pouco se importando com as árvores que possuíam as terras⁷²⁷.

Ari Dias Ribeiro comenta que muitas das áreas de Campos da família eram do chamado “campo sujo”: “tinha bastante campo natural, feito a fogo, tudo queimado, queimava o vassoural e tinha o pasto aí.

⁷²⁴ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. (2010). *Op. Cit.*, p. 132.

⁷²⁵ *Ibidem*, p. 144-147.

⁷²⁶ *Ibidem*, p. 147.

⁷²⁷ THOMÉ, Nilson. **Ciclo da madeira**: história e devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira de pinho na Região do Contestado no século XX – o caso de Caçador. 1994, 96p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 1994, p. 53.

Fazia o verde. [...] ficava também o campo embaixo do pinheiro.[...] Derrubavam pinheiro também só para não cair grimpá”. Nessa região encontravam-se também Campos com butiazais, onde se “criava porco e ovelha embaixo do butiazal, o porco se criava porque tinha muita fruta, primeiro o pinhão, depois a guabiroba, imbuia, ovaia, depois o butiá, tudo para o trato do porco⁷²⁸”. Para Ivadi Almeida, cuja família era possuidora de vastas extensões de Campos no Guarda Mor, “o pinheiro não valia nada, nesse tempo que eu te falo o pinheiro não valia nada. O pinheiro começou a valorizar na região lá por [19]40 mais ou menos⁷²⁹. A existência de madeira e florestas poderia inclusive ser vista como uma “praga”, se considerarmos a afirmação de Licurgo Costa, que aponta também uma das várias técnicas empregadas na derrubada da floresta:

Em tais áreas, o pinheiro nativo, a Araucária Brasileira ou Araucária Angustifolia, era considerado “praga”, que devia ser combatida sem tréguas. O excesso deles desvaloriza o terreno... Os exemplares mais finos, talvez abaixo de 40 cm de bitola, eram derrubados a machado, e as mais grossas, quase sempre imponentes árvores, beirando um século ou mais de existência, eram sacrificadas com o descascamento, na base, de um anel de vinte centímetros de largura, que os fazia secar com relativa rapidez, derrubando as grimpas para depois, com um ou dois anos apodrecerem os imensos troncos, sob a ação destruidora de lagartas e outras parasitas da madeira verde⁷³⁰.

O aporte de serrarias na região passou a ser visto com bons olhos pelos pecuaristas locais. A araucária, antes um “problema”, passa a ser um aspecto importante na valorização da terra, até então de pouco valor, tornando-se um produto que possibilitava “fazer dinheiro” rápido e fácil, além de expandir a área de criação. Alguns também montaram suas próprias serrarias⁷³¹. Porém o mais frequente era a venda das árvores, onde, nas palavras de Paulo Fernando Lago, “muitos fazendeiros, diante de ofertas monetárias, parcialmente pagas à vista, obtiveram ingressos que lhes pareceram fortunas gratuitas, considerando a lenta lucratividade

⁷²⁸ RIBEIRO, Ari Dias, 73 anos. Depoimento, 3 de janeiro de 2009. Monte Carlo. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁷²⁹ ALMEIDA, Ivadi. 87 anos. Entrevista citada.

⁷³⁰ COSTA, Licurgo (1982b). *Op. Cit.*, p. 907

⁷³¹ THOMÉ, Nilson. (1994). *Op. Cit.*, p. 53.

da pecuária. E viam na venda de seus recursos arbóreos um caminho da fortuna”⁷³².

Parte da renda obtida na madeira foi também, como aponta Guilherme dos Santos Floriani,

aplicada na aquisição de animais de raça pura, para objetivamente, melhorar os planteis das fazendas. [...] Com o início da industrialização da madeira de araucária muitas áreas tornaram-se acessíveis ao sol, ao fogo e ao gado. A oferta de sementes de gramíneas rústicas perenes pelo Posto Zootécnico no início da década de 1940, como a urca e a fluvia tinha uma função clara, formar novas pastagens em áreas que antes eram florestas.⁷³³

A valorização da madeira e a proximidade das áreas onde era possível escoar sua produção, levaram muitos fazendeiros a venderem suas árvores, ou fazerem acordo com serrarias. No ano de 1957 foi lançada uma série de livros de divulgação das potencialidades econômicas de vários municípios de Santa Catarina, sendo que um volume desta série se referia aos municípios de Curitibanos e Campos Novos. Encontram-se neste volume algumas informações a respeito de diversas empresas destes municípios, dentre elas serrarias como a René Frey & Irmão e a Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Ltda., o que demonstra que a maior renda econômica da região encontrava-se no setor madeireiro⁷³⁴. Em relação às atividades da serraria Formighieri, o livro comenta o seguinte:

A sua produção de madeira serrada é de 30 mil dúzias de madeira serrada; outrossim, a sua reserva florestal é constituída de 45 mil pinheiros [...] a firma dispõe, ainda, das seguintes organizações industriais que serram o seu pinhal: Indústria Mapile Ltda., Serraria Frey Rogério Ltda., Pinho Cruzeiros Ltda., A. Tozo & Filhos e Bernardi & Cia. Frize-se, finalmente, que tôda a grande produção desta Indústria encontra a melhor

⁷³² LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 138

⁷³³ FLORIANI, Guilherme dos Santos. *Op. Cit.*, p. 78.

⁷³⁴ OLIVEIRA, S.C; CAMPOS, M. **Focalizando Curitibanos e Campos Novos**. São Paulo: [s. n.], 1957.

aceitação nos mercados de Itajaí e Joinville (Estado de Santa Catarina)⁷³⁵.

Em muitos casos, conforme apontam depoimentos de antigos moradores, o preço das árvores era baixo, mas, pela quantidade de árvores envolvidas, parecia a estes se tratar de uma boa soma. Isto ocorreu, por exemplo, com uma parte da Fazenda Liberata, de propriedade de Heliodoro Dias de Andrade, que vendeu seus pinheiros na década de 1950 para a serraria Irmãos Menegatti, proveniente do Rio Grande do Sul, conforme aponta seu neto, Sebastião Andrade dos Santos:

compraram 50.000 árvores que mediam mais de um metro de diâmetro no pé. E pediram 35 anos de prazo para tirar o material. Aí que aconteceu o acidente. Todo pinheiro que tinha 70, 80 centímetros, dali a 30 anos passou de um metro e serraram tudo [...] ⁷³⁶.

Consultando o registro de imóveis constata-se a existência de várias averbações nas transmissões de terra tratando da venda de pinheiros na Liberata. Muitas das vendas de araucárias foram estimuladas a partir da subdivisão da Fazenda Liberata por seus herdeiros. “O filho de fazendeiro fica chacreiro”, comentou Sebastião Andrade dos Santos a respeito das sucessivas divisões de terras, onde cada um passou a vender suas árvores individualmente ⁷³⁷.

A grande maioria das serrarias possuía caráter nômade. Ao explorar todas as madeiras adquiridas, avançavam para novas áreas. Esse nomadismo, verificado, por exemplo, na região da Liberata, cuja serraria, após o término das araucárias economicamente viáveis, migrou para outra região, é relatado da seguinte maneira por Paulo Fernando Lago: “as serrarias são unidades relativamente simples, podendo ser desmontadas e transferidas para outros locais de maior densidade de recursos arbóreos industrializáveis. Desse modo, o caráter ambulatório é resultante habitual” ⁷³⁸.

⁷³⁵ *Ibidem*, p. 44-45.

⁷³⁶ SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada.

⁷³⁷ *Ibidem*. Estas transações de vendas de pinheiros podem ser encontradas principalmente nos livros 3C e 3D. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

⁷³⁸ LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 273.

Uma das exceções a essa regra de nomadismo, foi verificada na região de Butiá Verde, vizinha à Fazenda Liberata. Essas terras passaram a ter suas árvores derrubadas a partir de 1937, pela serraria dos irmãos Arnaldo e René Frey, instalada no Campo da Dúvida, se aproveitando do espaço sem árvores para a instalação do maquinário. A atuação dos irmãos René e Arnaldo Frey no setor madeireiro iniciou-se como um desdobramento das suas atividades econômicas, até então centradas na produção de carnes e derivados, formando-se com capitais localmente acumulados. Com base em um acordo conhecido como “serrar às meias”, onde a produção era dividida pela metade entre os proprietários das terras, no caso o fazendeiro Belizário Ramos, de Lages, e os da serraria, os Frey passam a explorar os mais de 5.000 hectares da propriedade⁷³⁹. Ao passo que as araucárias serradas com base no acordo eram derrubadas, os Frey passaram a adquirir as terras até então pertencentes aos Ramos até possuírem todas as terras da família⁷⁴⁰. Além dessas árvores a empresa passou a adquirir também as de propriedades vizinhas, como no caso da venda de 17.000 araucárias com diâmetro superior a 45 cm por Frederico João Burger e sua mulher à empresa René Frey & Irmão, em uma área de 12.216.000 m², que mais tarde foi também adquirida pela empresa⁷⁴¹.

Aldair Goeten de Moraes indica que na região de Curitibaanos, a exploração madeireira aumentou a área destinada à pecuária: “E o que foi sendo feito no lugar desses pinheiros, foi plantado grama, e foi ampliada a pecuária. Aí a pecuária começou a crescer, mas era uma pecuária muito rudimentar, com o gado de qualidade muito baixa”⁷⁴². Essa qualidade “baixa” poderia também se estender as pastagens, sendo que essa não receberia nenhum manejo, deixando-se avançar naturalmente nas áreas devastadas. Nessa sucessão vegetal induzida pelo homem à floresta, é possível que se encontrassem diversas espécies de origem exótica, muitas já disseminadas e vicejando sem o auxílio

⁷³⁹ FREY, Willy. **Reflorestar é a solução**. Curitiba: Sépia Editora, 2003, p. 15; LOPES, Gentila Porto. **Glória de pioneiros – vale do Rio do Peixe- SC**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989, p. 63, 64.

⁷⁴⁰ FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 76.

⁷⁴¹ Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 19 de agosto de 1954. Livro de Notas n. 103. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitibaanos, Santa Catarina; Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 25 de agosto de 1955. Livro de Notas n. 108. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitibaanos, Santa Catarina, fl. 88-91.

⁷⁴² MORAES, Aldair Goeten de. Entrevista citada.

humano. Essa forma de vegetação, denominada por autores como Ricardo Wagner Ad-Víncula Veado, de vegetação antropogênica porque deriva da ação do homem, seria marcada por um misto de espécies nativas com espécies exóticas, que assumiam as terras recém-derrubadas da floresta⁷⁴³. Ambientes abertos, como uma floresta recém-derrubada, cuja terra torna-se exposta, tendem a ser mais facilmente invadidos⁷⁴⁴. Assim, plantas exóticas competem e avançam para essas áreas degradadas, de modo semelhante ao exposto por Alfred Crosby

Ao tomarem conta do solo alterado, elas o estabilizam, bloqueiam os raios inclementes do sol e, com toda a sua competitividade, fazem do solo um lugar melhor para as plantas do que era antes. As ervas são a Cruz Vermelha do mundo das plantas; elas cuidam das emergências ecológicas. Quando a emergência cessa, elas dão lugar a plantas que podem não crescer tão rápido, mas crescem mais altas e fortes [...] As ervas vicejam em meio à mudança radical, não na estabilidade⁷⁴⁵.

Essa vegetação, de certa maneira, ajuda a cicatrizar as feridas abertas pelas queimadas indiscriminadas e a derrubada da floresta, protegendo o solo da erosão. Seu alastramento, contudo, concorre com as plantas nativas dos Campos, diminuindo a diversidade ecológica e afetando o ecossistema⁷⁴⁶.

Lages havia crescido 100% entre as décadas de 1950 e 1960 pela exploração madeireira, beneficiada pelas ligações rodoviárias, as quais também usufruíam os produtores das regiões de Curitiba, Campos Novos, Bom Retiro e São Joaquim⁷⁴⁷. Isso fez com que a região de Lages viesse a se tornar nas décadas de 1940 e 1950 um dos principais, senão o principal, centro de produção madeireira da região onde se encontra a Floresta Ombrófila Mista, abrigando, somente em seu município mais de 150 serrarias na década de 1950⁷⁴⁸. Segundo um relatório produzido em 1962 pela Companhia Catarinense de Papel, a

⁷⁴³ VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. *Op. Cit.*, p. 307.

⁷⁴⁴ ZILLER, Silvia Renate (2001), *Op. Cit.*, p. 78.

⁷⁴⁵ CROSBY, Alfred W. *Op. Cit.*, p. 153.

⁷⁴⁶ ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. *Op. Cit.*, p. 275.

⁷⁴⁷ THOMÉ, Nilson (1994). *Op. Cit.*, p. 84.

⁷⁴⁸ COSTA, Licurgo. (1982b). *Op. Cit.*, p. 914.

Cicapel, sobre a viabilidade da instalação de uma indústria para a produção de papel para jornal e celulose em Santa Catarina, a região como um todo, considerando Lages, Bom Retiro, São Joaquim, Curitiba, Campos Novos e Santa Cecília, chegou a possuir, no início da década de 1960, cerca de 471 serrarias, onde cada uma, em média, abatia cinco araucárias com diâmetro superior a 40 centímetros por dia, durante 300 dias por ano. As árvores possuíam em média um diâmetro de 60 centímetros com volume de 5 metros cúbicos. Seriam assim derrubados por ano cerca de 706.500 espécies adultas na região, totalizando um volume de 3.532.500 metros cúbicos de madeira⁷⁴⁹.

Os primeiros sinais de futuro esgotamento das reservas florestais começaram a aparecer no planalto por volta de 1950, quando muitas serrarias passaram a buscar novas áreas para exploração, em Estados como o Mato Grosso. Outros produtores passaram a explorar as árvores de menor diâmetro, muitas delas com 20 ou 30 centímetros. Foi nesse momento que as primeiras medidas foram tomadas para a inserção do cultivo de árvores exóticas⁷⁵⁰.

Além das espécies de capins exóticos que eram cultivados nos Campos ou se alastravam em áreas recém-devastadas, verifica-se também a inserção de novas culturas, notadamente o cultivo de trigo, e mais tarde de soja. A intensa derrubada da floresta, juntamente com o início do plantio de *Pinus*, seriam os principais responsáveis nos anos que se seguem a década de 1950, não somente pela supressão das espécies nativas dos Campos, mas também pela descaracterização fisionômica da paisagem.

4.3.3 Monoculturas florestais nos Campos

A agricultura praticada nos Campos, sob o sistema da monocultura promoveu uma rigorosa simplificação ambiental de diversos espaços da região. Se a pecuária, mesmo com a introdução de forragens permitia o desenvolvimento de espécies nativas, a monocultura considera qualquer outra espécie que não a cultivada como

⁷⁴⁹ COMPANHIA CATARINENSE DE PAPEL – CICAPEL. **Informativo das viabilidades para a implantação de uma fábrica de celulose e papel de jornal no Estado de Santa Catarina.** Joaçaba, 28 de Fevereiro de 1963, p. 15-16. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

⁷⁵⁰ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta:** a implementação do *Pinus* e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990). 2010, 285 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p. 104.

indesejável. Elas podem crescer apenas nos períodos de entressafra, quando o solo fica exposto, onde poderia também ocorrer o plantio de forrageiras para o aproveitamento na pecuária. A simplificação traz consigo o aumento na dificuldade de se manter a fertilidade e a estabilidade do solo, devido a rotatividade das culturas de crescimento rápido e a exposição do solo a intempéries, promovendo a perda da camada mais fértil pela erosão⁷⁵¹. Tem-se também o uso de produtos químicos, sejam fertilizantes ou agrotóxicos, promovendo a deterioração dos mananciais⁷⁵². Se na pecuária o manejo inadequado dos campos promovia sua degradação através de queimadas excessivas, do pisoteio e da lotação em excesso, na agricultura, com o preparo inadequado do solo, poderia ocorrer sua compactação e empobrecimento, sobretudo por erosão da camada superficial, promovendo a perda da sua capacidade produtiva⁷⁵³.

Além da abertura de pastagens, o capital fornecido pelo setor madeireiro poderia também ser investido na agricultura e no plantio de árvores. Na agricultura, o investimento poderia ser realizado na aquisição e máquinas e fertilizantes, como ocorreu, por exemplo, com a lavoura de trigo mecanizado realizados pelos irmãos René e Arnoldo Frey. O mesmo aconteceu com fazendeiros, que começaram a investir na agricultura nas áreas de Campos, em Curitiba e Campos Novos⁷⁵⁴. Tania Maria Manfroi Cassiano, ao analisar a agricultura em Campos Novos, menciona alguns pecuaristas que investiram também na agricultura a partir da década de 1950, como Gentil Camargo Costa, que realizou o cultivo de trigo em uma área de sessenta hectares com o auxílio de máquinas. A autora ressalta que esse mesmo pecuarista cultivava aveia para forragem em sua propriedade a partir de 1941. Posteriormente outros criadores também deram início ao cultivo, em áreas antes de Campos, cujo apoio por parte do governo, sobretudo a partir da década de 1960, estava relacionado à distribuição de sementes e a formação de patrulhas mecanizadas⁷⁵⁵.

Juntamente com a formação de lavouras, principalmente de trigo, pois a soja, apesar de cultivada na década de 1960, era empregada como

⁷⁵¹ ZILLER, Sílvia Renate (2011). *Op. Cit.*, p. 92. WORSTER, (2003). *Op. Cit.*, p. 37.

⁷⁵² VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. *Op. Cit.*, p. 361.

⁷⁵³ CASSIANO, Tânia Maria Manfroi. **Análise da sustentabilidade da agricultura em Campos Novos**. 2001, 51 fl. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campos Novos, 2001, p. 27.

⁷⁵⁴ ALMEIDA, Ivadi. 87 anos. Entrevista citada. CASSIANO, Tânia Maria Manfroi. *Op. Cit.*

⁷⁵⁵ CASSIANO, Tânia Maria Manfroi. *Op. Cit.*, p. 10-19.

ração ou adubo verde⁷⁵⁶, tem-se a implantação de áreas destinadas ao plantio de árvores, destinadas ao abastecimento do mercado de madeira e seus derivados, como o papel e a celulose⁷⁵⁷.

A conversão de Campos em monoculturas florestais com espécies exóticas, notadamente o *Pinus*, representa impactos significativos, tanto nas áreas de florestas quanto de Campos. Esses impactos não se resumem ao aspecto fisionômico da paisagem, que é sua maior característica, mas também a total substituição da vegetação nativa, uma vez que as espécies dos Campos são essencialmente heliófilas. Com o estabelecimento de plantas de porte arbóreo a permanência dessas espécies se torna inviabilizada. O *Pinus* tende a ser cultivado em formações densas, com pouco espaço entre as árvores, sendo estritamente monoespecíficos, o que impede na região a instalação de outras espécies de vegetação. Verifica-se assim nos Campos, a saída das espécies nativas, substituídas por uma cobertura de acículas com lenta decomposição⁷⁵⁸.

A cultura do *Pinus* passou a ser uma nova fonte de matéria-prima para o setor madeireiro, que a partir de então se direcionaria também ao plantio de mudas e a condução das áreas plantadas⁷⁵⁹. Segundo Samira Peruchi Moretto, as primeiras experimentações com *Pinus* em Lages datam do ano de 1958. Nesse período, pequenas quantidades de sementes foram semeadas, gerando cerca de 1.500 mudas que foram plantadas no município. Aperfeiçoamentos nesse experimento levaram, no ano seguinte, a produção de 50.000 mudas. Além do plantio, foi aplicado calcário para a redução da acidez do solo. Verificou-se nas análises relacionadas ao solo, que o espaço mais propício ao crescimento era encontrado em áreas de floresta recém-devastadas⁷⁶⁰.

A preferência pela espécie exótica para o reflorestamento, em detrimento de espécies nativas como a araucária no planalto catarinense, devem-se, conforme a referida autora, pelo fato de possuírem crescimento mais rápido, podendo assim ser cortada mais cedo⁷⁶¹.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, p. 11-12.

⁷⁵⁷ SOUTO, Luiz Carlos Damian. *Op. Cit.*, p. 37.

⁷⁵⁸ ZILLER, Silvia Renate (2011). *Op. Cit.*, p. 92-93.

⁷⁵⁹ AGOSTINI, Estelamaris; BELTRAME, Ângela da Veiga. Da pecuária ao pínus: as transformações na paisagem do planalto de Lages. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruda; BUSS, Maria Dolores (orgs). **Geografias entrelaçadas**: ambiente rural e urbano no Sul de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, Criciúma, Ed. da UNESC, 2005, p. 175.

⁷⁶⁰ MORETTO, Samira Peruchi (2010). *Op. Cit.*, p. 190.

⁷⁶¹ *Ibidem*, p. 116.

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho indica uma tendência, a partir da década de 1950, dentro das políticas de reflorestamento praticadas na região, de preferir o cultivo de *Pinus* em detrimento da araucária, pelo seu acelerado crescimento. Para o autor,

essa guinada da araucária para o pinus na região da araucária curiosamente começou fora do ambiente nativo do pinheiro, pois foi no Estado de São Paulo que o pinus foi testado primeiro e aprovado pelos técnicos como o tipo de árvore considerado “ideal” para o reflorestamento⁷⁶².

Em seu início, o *Pinus* deparou-se com a resistência de muitos proprietários de serrarias, desconfiados em relação à qualidade da madeira e o seu potencial de crescimento. Willy Frey, que trabalhava no início da década de 1960 para a serraria René Frey & Irmão, relata a desconfiança de muitos madeireiros, como seu próprio pai, René Frey, que a considerada “mole”, sem resistência e com muita resina:

Como eu tinha tido contato com o engenheiro Krug [Helmut Paulo Krug], do Horto Florestal de São Paulo, onde eles tinham *Pinus* plantados há vinte anos atrás e tinham um tamanho muito bom. O pessoal do governo de São Paulo estava convicto que o *Pinus* era o futuro, a salvação do país. [...] Quando nós tivemos os primeiros desbastes de *Pinus*, foi mandando para [...] nossa fábrica. O *Pinus* não funcionou, não deu para fazer papel de *Pinus*, mandaram as madeiras e os desbastes de volta. Meu pai disse: “tá vendo como *Pinus* é uma porcaria”. Hoje a fábrica só trabalha com *Pinus*, tem que trabalhar com *Pinus*. É *Pinus* ou é *Pinus*, não tem solução⁷⁶³

Willy Frey era um entusiasta do cultivo do *Pinus*, considerando a árvore a melhor alternativa frente ao esgotamento das reservas madeiras da região. Mesmo contando com a desconfiança dos madeireiros locais, criou, em 1962, uma escola prática de agricultura, contando com o suporte técnico do Escritório Técnico de Agricultura

⁷⁶² CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de (2010). *Op. Cit.*, p. 192.

⁷⁶³ FREY, Willy. 83 anos. Depoimento, 19 de outubro de 2009. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

Brasil-Estados Unidos, o ETA, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, a Acaresc, de Videira, e a Estação Experimental Federal de Caçador. Criada com o nome de Escola Florestal de Fraiburgo, a instituição buscava promover o cultivo de *Pinus* para o replantio das mudas nas propriedades da região⁷⁶⁴.

Folhetos distribuídos a agricultores da região, sobretudo colonos do Vale do Rio do Peixe, buscavam enfatizar a lucratividade que poderia ser obtida pelo *Pinus* se comparado a araucária:

O “PINHEIRO BRASILEIRO”: Produz, sem dúvida, a melhor madeira do mundo, pois dá táboas compridas e largas e, para a celulose, suas fibras são ótimas. MAS um pinheiro exige terras boas e aração antes de plantar o pinhão e leva mais de 60 anos para ser economicamente industrializável e, mesmo assim, o seu aproveitamento é de menos de 30%. O resto (galhos, cepos, casca, cópa e nós) fica apodrecendo no mato.

“PINUS ELLIOTTI”: As sementes vêm do Canadá, onde essa árvore é plantada em proporções gigantescas. O Estado de São Paulo também está usando o “Pinus Elliotti” para os seus reflorestamentos em grande escala. Êste Estado está plantando neste ano 19.000.000 de pés.

O “Pinus Elliotti” é muito precoce. Em 15 anos é perfeitamente industrializável. É essa a essência florestal que aconselhamos para o Oeste catarinense porquanto substitue com vantagem o “Pinheiro Brasileiro”⁷⁶⁵.

O plantio, dada a capacidade de crescimento da planta em qualquer terreno, “seja magro ou gordo, sêco ou úmido”, poderia ser realizado em encostas íngremes, morros ou solos com maior quantidade de rochas, menos férteis e com resistência a mecanização, característicos de muitas áreas de Campos.

Crescimento rápido, maior velocidade para recuperar o investimento e maior lucratividade com menos trabalho. Essas seriam as principais “virtudes” dessa planta exótica para uma região que em 6 ou

⁷⁶⁴ FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 30-32.

⁷⁶⁵ FOLHETO de divulgação da Escola Florestal Fundação Fraiburgo. [s.l], 1962, p. 1-2.

10 anos não teria mais araucárias viáveis para a extração. Essa árvore fez com que o Vale do Rio do Peixe fosse uma “região muito rica e progressista”, porém “as terras devastadas estão empobrecendo”. “Reflorestando”, dizia o folheto “você valorizará as suas terras que assim serão sempre como um cheque ao portador”⁷⁶⁶.

Em 1962 foram produzidas pela Escola cerca de 30.000 mudas, chegando a 150.000 no ano seguinte. Porém o desinteresse dos madeireiros, a exceção da própria serraria dos irmãos Frey, que plantou as mudas nas terras que ofereceu em comodato para a Fundação, em Fraiburgo, levou o encerramento da “Escola Florestal Fundação Fraiburgo” em maio de 1963⁷⁶⁷.

Superando essa desconfiança e desinteresse inicial, a propaganda referente ao *Pinus*, juntamente com seu rápido crescimento e seu favoritismo para o reflorestamento, acabou por modificar a imagem da madeira, como fraca e de má qualidade. O escasseamento de araucárias com boa qualidade e tamanho para o corte teriam assim colocado o *Pinus* no centro das atenções⁷⁶⁸. Soma-se a esse fator o rendimento do *Pinus*, que segundo o agrônomo Glauco Olinger, era superior ao da criação de gado nos Campos, o que teria motivado o ingresso de muitos fazendeiros no cultivo da árvore⁷⁶⁹.

O relatório elaborado pela Cicapel em 1962, onde busca demonstrar a viabilidade da produção de papel de jornal em Santa Catarina, apresenta, em seus anexos, um estudo sobre a região de Lages produzido pelo Dr. Helmut Paulo Krug, do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, “gentilmente indicado pelo Instituto Nacional do Pinho”. No documento, a araucária ainda é apontada como a matéria-prima básica “que existe em quantidade suficiente na região”. Porém o *Pinus* já plantado era destacado para o fornecimento da matéria-prima, sendo que “das espécies de *Pinus* até agora experimentadas, nas proximidades de Lajes, devem ser consideradas, principalmente o *pinus Elliottii* e o *Pinus Taeda*. Algumas indústrias ao Norte da cidade já plantaram esses *pinus*, constatando desenvolvimento muito bom”⁷⁷⁰.

As vantagens dessa planta eram altamente destacadas, sobretudo o rápido crescimento em relação à araucária:

⁷⁶⁶ *Ibidem*, p. 1.

⁷⁶⁷ FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 32-33.

⁷⁶⁸ MORETTO, Samira Peruchi (2010). *Op. Cit.*, p. 194.

⁷⁶⁹ OLINGER, Glauco. 86 anos. Depoimento, 1 de abril de 2009. Florianópolis. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁷⁷⁰ COMPANHIA CATARINENSE DE PAPEL – CICAPEL. *Op. Cit.* Anexo VII.fl 1

No caso do pinheiro brasileiro, se plantado para a Indústria de Papel, o início da produção se daria após o 12º ou 15º ano. No entanto, se forem plantadas espécies de crescimento mais rápido, como o *Pinus Elliottii* e o *Pinus Taeda*, será possível contar com os primeiros desbastamentos após 6 ou 7 anos, conforme a qualidade das terras que forem utilizadas. Deve-se salientar que essas espécies apresentam, quando comparadas ao pinheiro brasileiro, uma série de vantagens que nenhuma indústria de papel poderá deixar de lado. As sementes das espécies de *Pinus* são muito menores, sendo portanto necessário também muito menores volumes para efetuar os mesmos reflorestamentos, os *Pinus* são menos agressivos e portanto mais fáceis de tratar, a madeira é mais limpa, com menor quantidade de nós, os crescimentos são mais rápidos com a obtenção do dobro da madeira que seria possível conseguir com o Pinheiro Brasileiro, o plantio ou a semeadura direta já são práticas comprovadas e de fácil execução. Todas essas vantagens levam a indicação do plantio dos *Pinus* como espécies indicadas e apropriadas para o suprimento das indústrias⁷⁷¹.

O que em geral se percebe na leitura de documentos e relatórios da época, como os da Cicapel é a preferência por espécies de rápido crescimento, o que possibilitaria obter lucro em um prazo mais curto, e a região dos Campos de Lages aparecia, na época, como um espaço viável para o cultivo dessa espécie exótica onde não havia produção de alimentos.

Nesse período de inserção do *Pinus* na região, para Samira Peruchi Moretto,

muito pouco ou quase nada foi avaliado em função dos riscos da produção do *Pinus* em longo prazo. Hoje, sabe-se que a espécie exótica contaminante ameaça a biodiversidade por dificultar a entrada de outras espécies de plantas em seus talhões e por não gerar alimento à fauna

⁷⁷¹ *Ibidem*, Anexo VII fl. 6

nativa. As preocupações econômicas imediatistas preponderaram frente à conservação da biodiversidade⁷⁷².

Enfatizavam-se as qualidades do *Pinus* em substituição as araucárias já em esgotamento pela ação das serrarias também em Curitiba. Coracy de Almeida comenta que no final da década de 1960 havia uma “tendência em desaparecer o Pinheiro nativo”. Porém, “felizmente, encontrou-se uma solução para substituí-lo. E para preencher nosso devastado parque florestal, milhões de árvores estão sendo plantadas”. Aproveitando-se dos benefícios dos incentivos para reflorestamento, diversas serrarias, que até então exploravam as araucárias do município passaram a cultivar o *Pinus*⁷⁷³.

Alguns pecuaristas também passaram a investir no cultivo de *Pinus*, como era o caso, por exemplo, de José Fioravante Moraes, que em uma de suas fazendas, entre as margens dos rios Marombas e Canoas, em uma área de aproximadamente 678 hectares, promoveu o plantio de pasto, e manteve uma área florestal. Nessa área existiam cerca de 50.000 pés de araucária, 10.000 butieiros, cujas folhas poderiam ser empregadas na produção de crina vegetal, outras espécies da região e 60.000 pés de *Pinus elliottii*, plantados no final da década de 1960⁷⁷⁴.

A expansão do cultivo de *Pinus* nos anos seguintes promoveu uma repaginação dos Campos e da floresta, gerando também um novo contexto para as indústrias. As indústrias de papel e celulose, que anteriormente possuíam na araucária sua principal matéria-prima, passaram por um processo de adaptação, podendo assim empregar madeira obtida dos *Pinus*. O plantio de *Pinus* para o setor papeleiro teve início em 1959 pela empresa Klabin Papel & Celulose S.A. Posteriormente diversas empresas também passaram a implementar o plantio de *Pinus*, como a Olinkraft, que em 1962 já havia transplantado 1,2 milhões de mudas, chegando a sete milhões de mudas de *Pinus elliottii* em 1970⁷⁷⁵.

A instalação dessas empresas que se dedicaram a produção de papel e celulose podem ser vistas como uma continuidade da exploração florestal após o esgotamento das araucárias economicamente viáveis. Essa ideia, como aponta Guilherme dos Santos Floriani, foi fortalecida

⁷⁷² MORETTO, Samira Peruchi (2010). *Op. Cit.*, p. 208.

⁷⁷³ ALMEIDA, Coracy Pires de (1971). *Op. Cit.*, p. 71.

⁷⁷⁴ *Ibidem*, p. 61.

⁷⁷⁵ MORETTO, Samira Peruchi (2010). *Op. Cit.*, p. 194-208.

com a formação de um grupo de empresas baseadas no emprego do *Pinus* na região. “Empresas com raízes nacionais, como a Klabin, e internacionais como a Olinkraft, [...] firmaram uma cultura industrial que passou a influenciar a forma de ver e conduzir as florestas na região”. Nesse processo, “a percepção dos solos modificou-se inicialmente com a incorporação de inovações tecnológicas e alinhamento de atores humanos e biológicos ao contexto edáfico local. A ruptura ampliou-se com a utilização de solos ocupados por campos para reflorestamentos”⁷⁷⁶.

As áreas de Campos, nesse contexto foram preferidas para o plantio de árvores exóticas devido à facilidade do plantio e aos solos menos férteis, que não eram propícios à ocupação da araucária, enquanto a floresta, com terras mais férteis, após derrubada, abrigariam lavouras e pastagens artificiais. Soma-se a este fato a característica dos Campos, que por serem caracterizados pela vegetação rasteira, foram ignorados como bioma⁷⁷⁷.

As plantações de *Pinus* e o desenvolvimento das atividades relacionadas à exploração da madeira, notadamente a produção de papel e celulose trariam à região, não apenas a transformação da paisagem e a perda da biodiversidade pela formação de monoculturas de *Pinus*, mas também a poluição do ar e das águas. A fabricação de papel e celulose é um complexo processo industrial, que envolve o emprego de produtos químicos, como soda, sulfitos, sulfatos e matéria orgânica como a celulose e em muitos casos é lançada nos rios⁷⁷⁸.

O aumento abrupto da produção de *Pinus* se daria principalmente com a criação da Lei Federal nº 5.106/66, conhecida como Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento, que permitia que até 50% do imposto de renda fosse empregado em atividades de florestamento e reflorestamento. Para poder aplicar tal valor, era necessário apresentar um projeto para ser avaliado e aprovado pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, compreendendo um plantio mínimo de 10.000 árvores⁷⁷⁹. A implementação da Lei fez com que a quantidade plantada no Estado saltasse de cerca de 600 hectares de plantação de *Pinus* antes da lei, para 179.600 hectares, com 376 milhões de pés plantados no ano de 1975⁷⁸⁰.

⁷⁷⁶ FLORIANI, Guilherme dos Santos. *Op. Cit.*, p. 18.

⁷⁷⁷ MORETTO, Samira Peruchi (2010). *Op. Cit.*, p. 162.

⁷⁷⁸ VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. *Op. Cit.*, p. 172-179.

⁷⁷⁹ FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 44-45.

⁷⁸⁰ MORETTO, Samira Peruchi. (2010). *Op. Cit.*, p. 179.

Na agricultura, rompeu-se a ideia de que os Campos na região não se prestavam ao cultivo, possibilitando que áreas com relevo relativamente plano, mediante o auxílio de produtos químicos, passassem a receber o plantio de diversas culturas, dentre eles o trigo e mais tarde a soja, que se tornaria, nos anos seguintes, o principal produto econômico de municípios como Campos Novos. A mecanização agrícola que se intensificou nas décadas de 1950 e 1960 possibilitou a ampliação da área cultivada, sobretudo em áreas com solo considerado com mais aptidão⁷⁸¹. Campos Novos, por exemplo, é hoje autointitulado “celeiro catarinense”⁷⁸². Em outras regiões, as florestas artificiais passaram a dominar a paisagem, sendo difícil, pouco mais de 40 anos após as primeiras experiências com o cultivo de *Pinus* na região, percorrer estradas como as rodovias BR 282 e BR 116 sem que se encontre, em intervalos regulares, vastas áreas dominadas por essa planta exótica.

Frequentemente as mudanças ambientais empreendidas pela ação humana são associadas ao desmatamento das florestas, ou a agricultura. Porém as transformações são também sentidas em áreas onde a fisionomia da paisagem permanecia a mesma, onde a pecuária continuava como a principal atividade econômica, assegurando as feições dos Campos. Encontravam-se cada vez mais forragens exóticas, muitas delas já naturalizadas, se dispersando sem a ação humana. Cada vez mais espécies exóticas passaram a ser introduzidas nas pastagens, seja de modo voluntário, pela ação do Estado, ou por particulares, sendo que muitas passaram a se dispersar de forma involuntária, tornando-se espécies daninhas, “inço” na visão de muitos pecuaristas.

⁷⁸¹ OLINGER, Glauco. Entrevista citada.

⁷⁸² A página oficial do município na internet destaca o fato do município ser o maior produtor de grãos de todo o Estado, produzindo soja, milho, trigo e feijão, além de ter o segundo maior rebanho bovino do Estado. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS. **Portal de turismo do município de Campos Novos**. Disponível em: <<http://www.camposnovos.sc.gov.br/turismo/>>. Acesso em 26 de junho de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto buscou analisar o processo de transformações da paisagem dos Campos do Planalto de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. A paisagem, fruto da ação humana ao longo do tempo, envolvendo um conjunto de objetos naturais e sociais acumulados a partir de atividades de muitas gerações, em diversas escalas temporais e espaciais, constituiu um importante conceito para se entender esse processo de transformações nos Campos. Sua importância deve-se ao fato de que esta busca, a partir de uma perspectiva integradora, envolve os aspectos bióticos e abióticos do recorte espacial e temporal da pesquisa. Procurou-se assim, nos quatro capítulos, ao fazer uma leitura do processo de transformações ambientais nos Campos do Planalto de Santa Catarina, problematizar as relações entre a natureza e as dinâmicas humanas, manipulando o ecossistema para a produção de recursos.

Desde as primeiras pegadas humanas na região dos Campos sua ação passou a ser sentida no ambiente, através de atividades como a queimada, útil para a caça, ou a dispersão de plantas. Com a chegada do europeu, e suas primeiras incursões pelo planalto Sul do Brasil, a partir dos séculos XVI e XVII, a alteração ambiental da região como um todo passa a ocorrer em um ritmo mais intenso, com a introdução e multiplicação de plantas e animais exóticos, que em muitos casos avançaram de modo independente da ação humana após sua introdução, invadindo ecossistemas diversos. A feição fisionômica dos Campos, nesse contexto de ocupação europeia do continente vislumbrava a possibilidade de se desenvolver atividades ligadas à criação de animais, pela amplitude dessa vegetação e pela relativa inexistência de grandes predadores. A abertura dos caminhos de tropas e a formação das primeiras fazendas de invernada e criação a partir do século XVIII, foram responsáveis por diversas transformações na paisagem natural da região.

Praticava-se uma pecuária extensiva, com o pastejo contínuo dos animais em uma mesma área, sendo a queima dos pastos na primavera a única técnica de manejo das pastagens. Além dos danos promovidos pela fauna exótica, tem-se também a maior difusão do expediente da queimada da vegetação. Essa, se antes servia para limpeza do terreno para a caça, agora se prestava à pecuária, eliminando a palha seca e possibilitando o aproveitamento da rebrota para a criação. O fogo, juntamente com o pastejo seletivo provocado pelos animais atuou por

mais de dois séculos na seleção de espécies animais e vegetais que apresentavam mecanismos de escape ou adaptação frente às novas condicionantes decorrentes das atividades humanas nesse espaço⁷⁸³.

A expansão territorial das fazendas de criação sobre os Campos promoveu também situações de tensão e conflitos com as populações indígenas que habitavam esse espaço. Desde a abertura dos primeiros caminhos de tropas, a existência de conflitos entre tropeiros e indígenas despertava atenção das autoridades. A própria criação da Vila de Lages, por exemplo, possuía como um dos objetivos afugentar os índios da região.

A existência de florestas, se “bloquearia”, para utilizar o termo de Georges Bertrand⁷⁸⁴, a expansão das fazendas durante mais de um século, estas, com suas pequenas manchas de Campos e faxinais levaram a um processo de interiorização do povoamento por diversas famílias que se encontravam às margens das fazendas pastoris dos Campos. Famílias que passaram a afluir para as florestas principalmente a partir do século XIX, fruto do crescimento vegetativo das fazendas, que não absorviam o excedente populacional, sejam elas instaladas nos próprios Campos catarinenses, sejam em Campos paranaenses ou sulriograndeses. Levas populacionais que, embora não fossem numerosas, eram ao menos significativas, dada a baixa densidade demográfica da região, poderiam viver tanto da criação de animais, do extrativismo, da caça ou da pesca. Embora suas criações e plantações possuíssem como principal função a subsistência, o excedente da produção era comercializado com tropeiros e pequenos comerciantes locais.

Tal processo foi visto como um desdobramento do povoamento empreendido nos Campos, pois fez parte do seu processo de expansão em uma mesma região. Suas práticas, muitas delas baseadas no usufruto em comum da terra e dos recursos naturais na criação ou em atividades extrativas, não deixaram, todavia, de colaborar para o crescimento da pecuária.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande atuou tanto na expansão dessas atividades, quanto na desagregação de tradicionais formas de uso e acesso à terra, a medida que a apropriação privada da terra e a colonização avançavam a novos espaços. A

⁷⁸³ BOLDRINI, Ilsi Iob. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério de Patta *et. al.* **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009, p. 66.

⁷⁸⁴ BERTRAND, Georges. *Op. Cit.*, p. 138.

colonização abriu novos mercados, com a possibilidade de venda local e de escoamento da produção através da ferrovia. O surgimento de pequenas produções mercantis e de casas comerciais promoveu a expansão da criação de animais. Por outro lado, a formação de colônias, cada vez mais distantes da ferrovia, promoveu a expropriação de diversas famílias posseiras e a desagregação de práticas como a criação de porcos à solta, pela incompatibilidade dessa forma de criação, mais extensiva, com a formação de lavouras por parte dos colonos.

Tem-se juntamente com a colonização, a atuação de diversas indústrias madeireiras, fazendo com que a paisagem predominante das áreas compreendidas pela floresta, que apresentava um povoamento disperso, com baixa densidade demográfica e atividades relacionadas ao extrativismo, agricultura e a criação sofresse intensas transformações, passando a abrigar tanto as lavouras implementadas pelos colonos quanto a ampliação das áreas de pastagens, principalmente nas áreas mais próximas aos Campos, onde predominavam as fazendas de criação.

Essas fazendas foram alvo de diversas críticas quanto às técnicas de criação e manejo animal, vistas como primitivas, com baixa produtividade. O mesmo ocorria com a agricultura. Faltavam meios de comunicação, principalmente estradas, além de modernas técnicas agrícolas que aumentassem a produção. O planalto, nesse contexto, era, para uma camada de intelectuais e políticos do Estado, uma região que oferecia condições propícias para a produção de alimentos de origem animal ou vegetal, cujo destino seria os grandes centros urbanos. Assim, para modificar o meio era necessário modificar o homem.

Percebe-se, principalmente a partir da segunda metade do século XX, uma maior presença do Estado na região visando o melhoramento da agricultura e da pecuária na região. Esse era o papel desempenhado pelas instituições de fomento com seus campos de experimentação e postos zootécnicos, através de exibições, aulas práticas, distribuição de sementes, e incentivos fiscais. Ações cujo alcance era destinado a pontos específicos, sobretudo os voltados para a agricultura comercial, sem buscar alterar a estrutura agrária.

Na pecuária, essa presença era verificada, porém com não tanta intensidade, partir da entrada do século XX. Observa-se a intensificação do manejo e o melhoramento das pastagens, onde as técnicas até então empregadas promoviam o empobrecimento do solo e a dispersão de espécies consideradas indesejadas pelos criadores, fossem elas nativas ou exóticas. O Posto Zootécnico de Lages, criado em 1912, cujo objetivo era melhorar a criação de gado, atuando tanto no melhoramento

dos rebanhos quanto nas pastagens, promoveu a experimentação e a introdução de diversas plantas para forragens, muitas delas exóticas, que viriam a se propagar de forma voluntária nos Campos, naturalizando-se, e em muitos casos, tornando-se ervas daninhas, “inço”, para muitos pecuaristas.

A difusão de diversas espécies de forragens exóticas, introduzidas pelo Estado, por criadores ou de forma acidental, alterou a paisagem local, sendo que muitas dessas espécies passaram a se multiplicar e a competir, ocupando espaços da vegetação nativa, provocando com isso a perda da biodiversidade e mudanças na fisionomia da paisagem.

Porém não foram apenas as forragens relacionadas à pecuária os principais agentes de transformação ambiental dos Campos. Dentro do contexto de modernização agrícola que se pretendia para o Estado, os incentivos para o desenvolvimento da agricultura no planalto não foram deixados de lado. O planalto sempre foi enfatizado quanto as suas qualidades climáticas para o cultivo de espécies como o trigo e frutas de clima temperado, porém o solo dos Campos era considerado pouco favorável ao cultivo, ficando relegado durante décadas a pecuária extensiva. Foi, sobretudo a partir da década de 1950, que se rompeu com a ideia de que os Campos não se prestavam à agricultura. Experimentos foram realizados visando o desenvolvimento de culturas como o trigo, com o auxílio de fertilizantes, que serviriam para “corrigir” as deficiências nutricionais do solo, necessários ao bom desenvolvimento da planta. A própria topografia da região, com áreas relativamente planas, se comparados aos íngremes vales planaltinos, possibilitou a difusão de máquinas, aumentando consideravelmente a área cultivada, como ocorreu, por exemplo, em Campos Novos.

A atuação de empresas madeireiras na região, o que também era visto como um importante fator de crescimento econômico, acabou por exaurir praticamente todas as reservas florestais economicamente viáveis. A solução proposta para o escasseamento de araucárias que se vislumbrava em um futuro próximo não foi a recomposição da floresta, mas sim o cultivo com espécies exóticas do gênero *Pinus*. A conversão dos Campos e florestas recém-devastadas com monoculturas de *Pinus* em formações densas, com pouco espaço entre as árvores, acarretou em impactos significativos, não apenas no aspecto fisionômico da paisagem, que é sua principal característica, mas também na total supressão da vegetação nativa, substituídas por uma cobertura de acículas com lenta decomposição.

O cultivo do *Pinus* passou a ser uma nova fonte de renda para pecuaristas e outros proprietários rurais e uma nova fonte de matéria-prima para o setor madeireiro e de celulose. Da mesma forma que ocorreu com as experimentações e introduções de forragens e culturas nas estações experimentais, a atuação do Estado estava assentada no pragmatismo econômico, relegando a um segundo plano ou mesmo deixando de lado aspectos que não fossem voltados a produtividade e ao “desenvolvimento” da região. Contava assim apenas o aumento da produtividade, nas lavouras, com a adoção de máquinas agrícolas e fertilizantes, ou na pecuária, com a adoção de novas forragens, de silos e raças animais. A produção madeireira ficaria da mesma forma assegurada, com a introdução de uma nova espécie cujo crescimento era maior, reduzindo o tempo do corte. A vegetação local de Campos e florestas, por outro lado, pouco foi pensada em função dos riscos da introdução de forragens exóticas ou da produção de *Pinus* a longo prazo. A introdução de exóticas ameaça a biodiversidade local, como no caso do *Pinus*, dificulta a entrada de outras espécies em seus bosques artificiais, não gerando também alimento à fauna nativa.

Na paisagem dos Campos no final dos anos de 1960 a introdução e difusão de novas técnicas agrícolas e a silvicultura ainda estavam dando seus primeiros passos. Essas atividades promoveram, a partir de então, em um ritmo cada vez mais intenso, a supressão das espécies nativas, em detrimento de espécies exóticas para o cultivo agrícola, formação de pastagens artificiais e a silvicultura.

Ao longo de mais de dois séculos, a ação humana nos Campos atuou interferindo tanto sua dinâmica natural com a floresta quanto em sua composição faunística e florística. Pode-se afirmar dessa maneira que sua paisagem atual, além de ser resultado das condições edafoclimáticas, é também consequência da ação do homem. Percebe-se, com essas ações, uma maior “instrumentalização” do homem para assim “enfrentar” as adversidades da natureza, que impediam o melhor desenvolvimento econômico da região. Novas forragens eram experimentadas e adotadas, novas raças introduzidas. Culturas diversas e suas variedades eram testadas. Essas introduções fizeram paulatinamente com que essas espécies “intrusas” nos Campos se metamorfoseassem em “paisagem natural” aos olhos inclusive dos habitantes da região.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Fontes orais

ABRÃO, Sebastião Celso. 59 anos Depoimento, 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

ALMEIDA, Epaminondas. 87 anos. Depoimento, 24 de fevereiro de 2010. Campos Novos. Entrevistador: Marlon Brandt.

ALMEIDA, Ivadi. 87 anos. Depoimento, 25 de maio de 2010. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt.

BORGES, João Maria. 82 anos. Depoimento, 14 de fevereiro de 2005. Celso Ramos. Entrevistador: Marcos Schuh. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

DIAS, Aristiliano Dias. 42 anos; RIBEIRO, Amélia Andrade Ribeiro. [8-] anos. Depoimento, novembro de 1973. Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

FELISBINO, Pedro Aleixo. 61 anos. Depoimento, 07 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

FREY, Willy. 83 anos. Depoimento, 19 de outubro de 2009. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

GRANZOTTO, Dilceu, 72 anos. Depoimento, 23 de fevereiro de 2010. Campos Novos. Entrevistador: Marlon Brandt.

HEPP, Carlos. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

LARA SOBRINHO, Miguel. 77 anos. Depoimento, 26 abril 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

_____. Depoimento, 3 de janeiro de 2006, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

MAFRA, Valdir Rodrigues. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

MATOS, João Maria José de. 66 anos. Depoimento, 25 de Novembro de 1996. Campo Erê. Entrevistadora: Angela Maria de Lima Cechetti. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 70 anos. Depoimento, abril de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

_____. 75 anos. Depoimento, 11 de outubro de 2010. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

MORAES, Aldair Goeten de. 64 anos. Depoimento, 16 de março de 2010. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt.

OLINGER, Glauco. 86 anos. Depoimento, 1 de abril de 2009. Florianópolis. Entrevistador: Marlon Brandt.

PEREIRA NETO, Joaquim. 64 anos; PEREIRA NETO, Olidia. Depoimento, dezembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

PIRES, Sebastião. 73 anos. Depoimento, 02 de outubro de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

PONTES, Firmino Gonçalves. Depoimento, 16 de janeiro de 1974, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

PRADO, Nair Ribeiro do. 63 anos. Depoimento, 27 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

RIBEIRO, Ari Dias, 73 anos. Depoimento, 3 de janeiro de 2009. Monte Carlo. Entrevistador: Marlon Brandt.

RIBEIRO, Margarida. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo.
Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

ROCHA, Aristiliano de Oliveira. 66 anos; ROCHA, Maria Moreira. 63 anos. Depoimento, 06 de abril de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SANTOS, Abetino Domingues dos. 77 anos. Depoimento, 11 de junho de 2010. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SANTOS, Sebastião Andrade dos. 56 anos. Depoimento, 4 de setembro de 2006. Fraiburgo: Entrevistador: Marlon Brandt.

SILVA, Altino Bueno da. 103 anos. Depoimento. 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SILVA, Manoel Maria da. 69 anos. Depoimento, 15 de abril de 2008. Bom Jesus. Entrevistador: Marlon Brandt.

Documentos diversos

COMPANHIA CATARINENSE DE PAPEL – CICAPEL. **Informativo das viabilidades para a implantação de uma fábrica de celulose e papel de jornal no Estado de Santa Catarina.** Joaçaba, 28 de Fevereiro de 1963, p. 15-16. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

FOLHETO de divulgação da Escola Florestal Fundação Fraiburgo. [s.l], 1962.

NOTA de compra e venda de de Carlos Goeten com o comércio de Antonio Paschoaletto e Filho, de 11 de janeiro de 1933. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza.

Mapas

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de biomas do Brasil.** Brasília, 2004. 1 Mapa. Escala: 1:500.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

_____. **Mapa de vegetação do Brasil**. Brasília, 2004. 1 Mapa. Escala: 1:500.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

MAPA do Certão de Coritiba. [S.L, S.D]. 1 mapa. Sem escala. Acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná.

MAPPA Chorographico da Provincia de Santa Catharina, produzido pelo Major Engenheiro Carlos Van Lede em 1842. Arquivo Público do Estado do Paraná.

MAPPA da posse de terras dos posseiros Adão Rauhen e João Granemann. Lages, 1884. 1 mapa. Escala 1:2400.

MAPPA do municipio de Campos Novos. [s.l], [192-]. 1 mapa. Escala 1:260.000. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

MAPPA do Estado do Paraná. In: Instituto de Terras Cartografia e Geociência. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_iap.html>. Acesso em 03 de setembro de 2009.

PLANO topografico do continente do Rio Grande e da Ilha de Santa Catharina, elaborado por José Correia Rangel de Bulhões em 1797. Acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/853/2/P5.html>>. Acesso em 8 de abril de 2009.

Registros de Vigários

Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12, livros 08, 09, referentes a Lages. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Registro n. 39, livro 08. Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Registro n. 42 livro 08. Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Fontes cartoriais

Escritura Pública de Compra e Venda de Bens de Raiz entre Zacharias de Paula Xavier e sua mulher e Albano Burger e Frederico João Burger, no dia 10 de janeiro de 1917. Livro de notas n. 39. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 19 de agosto de 1954. Livro de Notas n. 103. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 25 de agosto de 1955. Livro de Notas n. 108. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Registros de Legitimações de Posses de 1870 a 1883. Livro 760. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Registros de imóveis do Livro 3, 3A, 3B, 3C e 3D. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

Registro número 323, livro 3, de 24 de janeiro de 1919. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

Registro número 324, livro 3, de 24 de janeiro de 1919. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

Registro número 1.163, livro 3, de 8 de maio de 1926. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

Registro número 1.409, de 4 de janeiro de 1928. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

Fontes judiciais

Ação de Sobrepartilha Particular dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1897. Comarca de Curitiba, caixa 18. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Acordo de compra de terras que fazem Adão Goetem, Egidio Alvez da Silva Rosa e sua esposa, Maria Meireles do Nascimento em 15 de dezembro de 1854. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, Curitiba, SC.

Divisão do imóvel Fazenda do Triunfo, 1887. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

Inventário amigável dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1895. Comarca de Curitiba, caixa 15.

Inventário de Joaquim Correia de Mello, 1896. Comarca de Campos Novos, fl. 5 e 6. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

Inventário Bento Alves de Fagundes, 1897. Comarca de Campos Novos. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

Inventário de Joaquim Barbosa, 1898. Comarca de Curitiba, caixa 15. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Inventário de Manoel Luiz Cordeiro, 1911. Comarca de Campos Novos. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

Inventário de Guilherme Correia de Mello, 1936. Comarca de Campos Novos, fl. 14 e 15. Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

Inventário de Joaquim Dias de Moraes, 1938. Comarca de Curitiba, caixa 23, fl. 13-14. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Relatórios oficiais

BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de

Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1912. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914.** v. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1914.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti.** Anno de 1915. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatistica, 1915.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti.** Anno de 1916. [S.n, s.l.], 1916.

_____. **Relatório do Ministério da Agricultura apresentado ao Chefe do Governo Provisório por Mário Barboza Carneiro, de 24 de outubro de 1930 a 31 de dezembro de 1931.** Rio de Janeiro: Tip. Do Ministério da Agricultura, 1933, p. 95-96.

_____. **Relatório da Fazenda Experimental de Criação de Lages referente ao ano de 1936.** Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

_____. **Relatório da Fazenda Experimental de Criação de Lages referente ao ano de 1938.** Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Fernando Costa.** Ano: 1938. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola, 1939.

_____. **Relatório da Fazenda Experimental de Criação de Lages referente ao ano de 1941.** Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

_____. **O ministério da Agricultura no Governo Getúlio Vargas (1930-1945).** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Agricultura, 1945, p. 83-88.

MENDES, René. **Hexaclorociclohexano (HCH) e a saúde humana:** síntese do atual estágio do conhecimento e identificação das principais questões controversas. Relatório solicitado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde, Ministério da Saúde, 2001. Disponível em:
<<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/hexaclorociclohexano.pdf>
>. Acesso em: 14 de abril de 2011.

SANTA CATARINA. **Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Lages referente ao ano de 1917.** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

_____. **Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Bom Retiro referente ao ano de 1922.** Relatório de 1923. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

_____. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936.** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

_____. **Relatório apresentado ao exmo. sr. Presidente da República pelo dr. Nereu Ramos, Interventor federal no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938.

_____. **Relatório apresentado em outubro de 1939 ao exmo. sr. Presidente da República pelo dr. Nereu Ramos, Interventor federal no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

_____. **Relatório referente aos trabalhos agrícolas realizados pela Seção de Fomento Agrícola.** Florianópolis: Departamento Nacional de Produção Vegetal, Seção de Fomento Agrícola de Santa Catarina, 1942. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

_____. **Relatório do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do ano de 1948.** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

_____. **Relatório do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do ano de 1951.** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

_____. **Relatório da Secretaria de Agricultura referente ao ano de 1956.** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

Legislação

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: **Palácio do Planalto.** Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>.

Acesso em: 26 de outubro de 2005.

_____. **Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854.** In: Palácio do Planalto. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/Anexos/RegulamentoD1318-1854.pdf)

1899/Anexos/RegulamentoD1318-1854.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2010.

_____. Constituição da República de 1891. In: **Palácio do Planalto.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 25 de outubro de 2005.

CAMPOS NOVOS (Município). Lei nº 69, de 2 de março de 1901. In: **Região Serrana.** Lages, ano 5, n. 9, 3 de março de 1901, p.5. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lei nº 132 de 12 de janeiro de 1907. In: **Vanguarda.** Campos Novos, ano 2 n. 2, 1º de maio de 1908, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

_____. Lei nº 151, de 26 de dezembro de 1908. In: **Vanguarda**. Campos Novos, ano 2, n. 21, 1º de março de 1909, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

LAGES (Município) Lei n. 6, de 9 de Julho de 1895. Código de Posturas do Município de Lages. In: **Colecção das Leis do Município de Lages Promulgadas no ano de 1895**. Lages: Gabinete Typographico J. Godinho, 1895, p.42. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lei nº 42, de 5 de julho de 1898. In: **Leis do município de Lages promulgadas no ano de 1898**. São Leopoldo: Typographya de H Rotermund, 1898.

_____. Lei n. 114, de 8 de janeiro de 1904. In: **Colecção das Leis do Município de Lages (1902-1906)**. Florianópolis: Typ da Escola de Aprendizes de marinheiros, 1911. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. **Código de Posturas**. Lages: A Perola de Lajes Tipografia, 1949.

PALMAS (Município). Lei n. 06, de 10 de Dezembro de 1905. Livro n. 1 Decreto-Leis 1900 a 1907. Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 260, de 23 de setembro de 1897. In: BERNARDES, Jacy (org) **Quase um século de Legislação Agropecuária (1874-1963)**. Mimeo. Acervo da biblioteca da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.

Ofícios e correspondências

Correspondência enviada em 14 de março de 1914 pelo diretor do Posto Zootécnico de Lages, Charles Vincent. Documento nº 23. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Correspondência enviada em 26 de março de 1914 pelo Posto Zootécnico de Lages a empresa Carl Hoepcke & Cia, de Florianópolis, SC. Documento nº 36 Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Correspondência enviada em 9 de maio de 1914 pelo Posto Zootécnico de Lages a empresa Carl Hoepcke & Cia, de Florianópolis, SC. Documento nº 50 Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Correspondência enviada em 30 de julho de 1914 pelo diretor do Posto Zootécnico de Lages, Charles Vincent. Documento nº 87. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Correspondência enviada em 27 de agosto de 1914 pela Inspeção Agrícola do 16º distrito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao diretor do Posto Zootécnico de Lages, Charles Vincent. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Correspondência enviada em 28 de março de 1935 pela Sub-inspeção Agrícola Federal em Florianópolis ao Sub-inspetor do Serviço de Fomento Animal em Lages. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Manoel R. de Souza dirigido a João José Coutinho, Presidente da Província de Santa Catarina, no dia 11 de abril de 1855. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. A Lei a que se refere o documento é provincial e não municipal.

Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Antônio Ribeiro dos Santos dirigido a José Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província de Santa Catarina, no dia 16 de fevereiro de 1885. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Ofício de João Francisco Duarte d'Oliveira ao Presidente do Estado de Santa Catarina, 1898. Ofícios G. 1898, V. 2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Mensagens e relatórios dos governos estaduais

PARANÁ. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos, muito digno Presidente da Província do Paraná pelo 2º Vice-Presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes sobre o estado de administração da mesma Província no anno de 1857. Curityba: Typ Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.

RIO GRANDE DO SUL Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 4 de março de 1848, acompanhado do orçamento para o anno financeiro de 1848-1849. Porto Alegre: Typ. do Porto Alegrense, 1848 .

SANTA CATARINA. Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838. Desterro: Typographia Provincial, 1838.

_____. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província de Santa Catharina o Marechal de Campo Francisco Jose de Souza Soares D'Andréa na Sessão Ordinaria do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março.** [s.l, s.n], 1840.

_____. **Falla, que o Presidente da Província de Santa Catharina, O Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembléa Legislativa, em 1º de março de 1841.** Desterro: Cidade do Desterro Typographia Provincial, 1841, documento nº 15.

_____. **Falla, que o Presidente da Província de Santa Catharina, O Marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembléa Legislativa, em 1º de março de 1844.** Desterro: Typ. Provincial, 1844

_____. **Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio à Assembléa Legislativa Provincial, em**

1º de março de 1857. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.

_____. **Relatorio apresentado pelo Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Exm. Sr. Doutor Carlos Augusto Ferras D'Abreu ao 3º Vice Presidente o Exm. Sr. Coronel Joaquim Xavier Neves por ocasião de passar-lhe a administração da mesma**, em 11 de agosto de 1869. Desterro: Typ. De J. J Lopes, 1869.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 30 de julho de 1905 pelo Vice-governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Júnior**. Florianópolis: Gab. Typogrâphico d'O Dia, 1905.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906 pelo Governador Cel. Antônio Pereira da Silva Oliveira**. Florianópolis: Gab. Typogrâphico d'O Dia, 1906.

_____. **Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na Sessão de Abertura do Congresso Representativo em 5 de agosto de 1907**. Florianópolis: Gab. Typogrâphico d'O Dia, 1907.

_____. **Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na 2ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908**. Joinville, Typ. Boehm, 1908.

_____. **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 23 de julho de 1911. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1911.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior**. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1912.

_____. **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 24 de julho de 1913. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1913.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 22 de julho de 1924 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-governador no cargo de Governador do Estado de Santa Catharina.** [s.l, s.n], 1924.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1936.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 16 de julho de 1937 pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1937.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 19 de abril de 1949 pelo Governador em Exercício dr. José Boabaid.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1949.

Censos oficiais

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Regional, parte XVI – Distrito Federal. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951

_____. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940).** Série Regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

_____. **Estado de Santa Catarina: censos econômicos. Série Regional, v. XXVII, Tomo II.** Rio de Janeiro: [s.n], 1956.

_____. **Censo Agrícola de 1960: Paraná e Santa Catarina. VII Recenseamento Geral do Brasil. V. II, Tomo XII, 1ª parte.** Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. **Censo Agropecuário: Santa Catarina .VIII Recenseamento Geral – 1970. V III, Tomo XX.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO.
Recenseamento do Brazil (Realizado em 1º de setembro de 1920),

Volume III, 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2011.

SYNOPSIS do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

SYNOPSIS do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.

Documentos oficiais diversos

Inventário do Posto Zootécnico Federal de Lages, Santa Catarina, referente ao ano de 1913. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Pedido de inscrição de Silvério Pereira Bastos no Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas, em 24 de março de 1924. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Pedido de inscrição de Mário Teixeira de Carvalho no Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas [s.d]. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Pedido de inscrição de Lydio Reis no Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas, em 18 de abril de 1927. Acervo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Estação Experimental de Lages.

Jornais

A Voz Serrana. São Joaquim, ano 2, n. 20, 26 de agosto de 1923. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Correio Lageano. Lages, ano I, n. 8, 9 de dezembro de 1939. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lages, ano I, n. 32, 25 de maio de 1940, p. 3. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lages, ano I, n. 43, 10 de agosto de 1940. Acervo do Museu Thiago de Castro.

O Dia. Florianópolis, ano 14, n. 7.414, 14 de janeiro de 1914 Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

_____. Florianópolis, ano 14, n. 7.416, 16 de janeiro de 1914, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O Clarim. Lages, ano 1, n. 26, 1º de abril de 1908. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

_____. Lages, ano 1, n. 29, 22 de abril de 1908. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

_____. Lages, ano 1, n. 30, 30 de abril de 1908. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O Eco. Fraiburgo n. 2, p. 2, 27 julho 1963. Acervo particular de Aldani Frey.

O MAPPA geral da exportação do Estado de Santa Catharina de 1892 até 1901. **Cruzeiro do Sul.** Lages, ano 1, n. 33, 24 de dezembro de 1902. Acervo do Museu Thiago de Castro.

O Planalto. Curitibaanos, ano 1, n. 5, 1º de março de 1909. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O Trabalho. Curitibaanos, ano 1, n. 8, 3 de março de 1908. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

_____. Curitibaanos, ano 1, n. 11, 18 de abril de 1908. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

_____. Curitiba, ano 3, n. 77, 13 de maio de 1910. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Região Serrana. Lages, ano 1, n. 19, 2 de julho de 1897. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lages, ano 7, n. 5, 31 de janeiro de 1904. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lages, ano 7, n. 41, 16 de outubro de 1904. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lages, ano 17, n. 7, 23 de fevereiro de 1913. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Lages, ano 17, n. 23, 6 de julho de 1913. Acervo do Museu Thiago de Castro.

ROSSI, Giovanni. Plantar e semear. In: **Região Serrana.** Lages, ano 3, n. 104, 30 de abril de 1899. Acervo do Museu Thiago de Castro.

_____. Cultura do fumo. In: **Região Serrana.** Lages, ano 4, n. 143, 25 de fevereiro de 1900. Acervo do Museu Thiago de Castro.

Vanguarda. Campos Novos, ano 4, n. 4, 1º de junho de 1910. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscências da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre,** Florianópolis, n. 2, 2 de agosto de 1918 a n. 91, 20 novembro de 1918. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Textos diversos

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.

Gramíneas forrageiras do gênero *brachiaria*. Disponível em: <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/ct/ct01/04especies.html#4.8>>. Acesso em 18 de abril de 2011.

FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX. Disponível em:
<http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=32>. Acesso em 21 de março de 2011.

PAULI, Evaldo. Gal. Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa, um filósofo do dia-a-dia. In **Enciclopédia Simpozio**. Disponível em:
<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/GAL.htm>. Acesso em 23 de setembro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS. **Portal de turismo do município de Campos Novos**. Disponível em:
<<http://www.camposnovos.sc.gov.br/turismo/>>. Acesso em 26 de junho de 2010.

Anais de eventos

CAMPOS, Nazareno José de. Terras de uso comum no Brasil: elementos de base jurídica. In: ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, 1. 2005, Irati, **Anais eletrônicos...** Irati, 2005 1 CD-ROM p. 72-80.

CÓRDOVA, Ulisses de Arruda; ROSA, José Lino; PRESTES, Nelson Eduardo. A importância de pesquisar forrageiras adaptadas. In: REUNIÃO DO GRUPO TÉCNICO EM FORRAGENS DO CONE SUL - GRUPO CAMPOS, 11. 2006. Pelotas. Anais eletrônicos....p. 1-3. Disponível em:
<http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/documentos/documento_166/PDFs/1/1-15.pdf>. Acesso em 7 de abril de 2011.

MORETTO, Samira Peruchi *et. al.* As vias de domesticação da *Acca sellowiana* (goiabeira-serrana) e a conservação da biodiversidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 1, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. 1 CD ROM.

REUNIÃO ECONÔMICO-AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, 1. , 1947, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Secretaria da Viação Obras Públicas e Agricultura, 1947

SOUZA, Almir Antônio. Bugres e Bugreiros: vida e morte em Santa Catarina (1870-1940) In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM.

Periódicos

ALBERGONI, Leide, PELAEZ, Victor. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas?. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 33, n. 1, ago. 2007, p. 31-53. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/8546/6017>>. Acesso em: 15 Abr. 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: **Cadernos Naea**. Belém, n. 10, p. 163-195, 1989.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, "força hidráulica" e a era das barragens (1853-1940). **Varia História**. [online], v..24, n.39, p. 153-175, 2008.

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta dos Campos de Palmas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 3ª série, n. 4, 4º trimestre de 1851.

BEHLING, Hermann. *Late Quaternary vegetation, climate and fire history of the Araucaria forest and campos region from Serra Campos Gerais, Paraná State (South Brazil)*. **Review of Palaeobotany and Palynology**, v. 97, n. 1-2, p. 109-121, 1997.

BEHLING, Hermann. *et al. Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambara*. do

Sul core in southern Brazil. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, v. 203 , p. 277-297, 2004.

BEHLING, Hermann; PILLAR, Valério de Patta; BAUERMAN, Soraia Giradi. *Late Quaternary grassland (Campos), gallery forest, fire and climate dynamics, studied by pollen, charcoal and multivariate analysis of the São Francisco de Assis core in western Rio Grande do Sul (southern Brazil)*. **Review of Palaeobotany and Palynology**, v. 133, p. 235– 248, 2005.

BOMBARDI, Larissa Mies. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Agrária**, São Paulo, n. 1, pp. 55-95, 2004.

BRANDT, Marlon. Dos pinheirais à “terra dos trigais”: colonização e transformação da paisagem - Colônia Marechal Hindemburgo (1930-1950). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 195-208, set. 2010.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002.

CARVAHO, Ely Berço de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*. **Esboços**. Florianópolis, n. 13, 2005.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. Avanço no uso de agrotóxicos e das intoxicações humanas em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2762-2766, nov. 2009.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan. Jun. 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

D'AMATO, Claudio; TORRES, João P. M. and MALM, Olaf. DDT (dicloro difenil tricloroetano) toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão. **Química Nova**. São Paulo, v. 25, n. 6, p. 995-1002, 2002.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 216-228.

DEFFONTAINES, Pierre. História do Gado nos países do Prata particularmente no Uruguai. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano IX, n. 114, maio-junho de 1953, p. 249-257.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 267-288, 2002.

FALLEIROS, Renan Macari, ZENNI, Rafael Dudeque, ZILLER, Silvia Renate. Invasão e manejo de *Pinus taeda* em Campos De Altitude Do Parque Estadual Do Pico Paraná, Paraná, Brasil. **Floresta**, v, 41, n. 1 abr. 2011, p. 123-134. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/view/21193/13980>>. Acesso em: 17 Jun. 2011.

FILGUEIRAS, Tarciso de Souza. Africanas no Brasil: gramíneas introduzidas da África. **Cadernos de Geociências**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 57-63, 1990.

LEITE, Rosângela Ferreira. A política joanina para a ocupação dos sertões (Guarapuava 1798-1821). **Revista de História**. São Paulo, n. 159, p. 167-187, 2008.

LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**. São Paulo, ano 14, n. 40, p. 231-250, 2000.

LITTLE, Paul Elliott. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. **Revista de Pós-graduação em História da UnB**. V 2, n. 4, 1999.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.14, nº .41, p.45-67, Out. 1999.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio de 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. As variáveis ambientais, as estradas regionais e o fluxo das tropas em Diamantina, MG: 1870-1930. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 141-169, 2006.

MORETTO, Samira Peruchi. Os saldos da floresta: as transformações ambientais no município de Lages (1900 – 1960). **História e-história**. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=234>>. Acesso em 28 de setembro de 2009.

“MUTIRÃO” ou “adjunto”. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 38-39, maio de 1943.

NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 39-57, fevereiro 1998.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História ambiental. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 9, n. 1, jan-jun. 2009, p. 136-150, 2010.

OLIVEIRA, Érica Caldas Silva de; TROVÃO, Dilma Maria de Brito Melo. O uso de plantas em rituais de reza s e benzeduras: um olhar

sobre esta prática no Estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 245-251, jul/set. 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Eric. Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade dos carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. **Interthesis**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 286-315, 2011.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 104-115, jul-dez. 2006.

OVERBECK, Gerhard Ernst *et. al.* *Brazil's neglected biome: The South Brazilian Campos*. **Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics**. Zurich, v. 9, n. 9, p. 101-116, 2007.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Paisagens Catarinenses. **DEGC Boletim Geográfico**, Florianópolis, n. 1, janeiro de 1947, n. 2, julho de 1947 e n. 3, janeiro de 1948.

PILLAR, Valério de Patta; QUADROS, Fernando L. F. de. *Grassland-forest boundaries in southern Brazil*. **Coenoses**. Gorizia, v. 12, n. 1-2, p. 119-126, 1997.

PILLAR, Valério de Patta *et. al.* **Estado atual e desafios para a conservação dos campos**. Disponível em: <<http://www.ecologia.ufrgs.br/ecologia/campos/autores.htm>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

RAMBO, Balduino. A Fisionomia do Rio Grande do Sul. **Cadernos RBMA: Série Documentos Históricas**, n. 31. Disponível em:

<http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_31.pdf>. Acesso em 3 de março de 2010.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel; REIS, Ademir. Projeto madeira de Santa Catarina. **Sellowia**: anais botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues. Itajaí, ano 30, n. 28-30, p. 1-320, 1978.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da Corte Portuguesa ao início da República. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 21-38 jan.-abr. 1987.

SABOYA, Vilma Elisa Trindade de. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, jan./abr. 1992.

SCHNEIDER, Ângelo Alberto. A flora naturalizada no Rio Grande do Sul, Brasil: herbáceas subespontâneas. **Biociências**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 257-268, jul. 2007.

SERPA, Élio Cantalício. “Os indômitos povos que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte”. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 2, p. 16-24, 1994.

SOUZA, Afonso Botelho de Sam Paio e. Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no govêrno do General Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme às ordens de Sua Majestade. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 76, 1956.

SOUZA, Elza Coelho de. Campos de Guarapuava. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 320, abr/jun., 1945.

WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 159-222, abr/jun., 1949.

_____. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. n.4, p. 389-422, out/dez., 1955.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4. n. 8, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003.

ZILLER, Sílvia Renate. Os processos de degradação ambiental originados por plantas exóticas invasoras. **Revista Ciência Hoje**, São Paulo, n. 178.

ZENDRON, Rute Coelho. O fotógrafo. **Esboços**. v. 10, p. 84-95, Chapecó, 2002.

Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses

BLASI, Luiz Antônio. **Tropeirismo, registro e poder**. 2004, 45 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestato à colonização**. 2007, 310 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. 2006, 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006;

_____. **Uma grande empresa em meio à floresta:** a história da devastação da Floresta com Araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (1870-1970). 2010, 313 fl. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CASSIANO, Tânia Maria Manfroi. **Análise da sustentabilidade da agricultura em Campos Novos.** 2001, 51 fl. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campos Novos, 2001.

CASTELLO BRANCO, Juçara de Souza. **Alemães em Lages:** uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória. 2001, 169 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio o Peixe:** discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. 2004, 135 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

COELHO, Pedro Paulo Waltrick. **O desenvolvimento da pecuária bovina em Lages.** 1982, 138 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1982.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang.** Dissertação (Mestrado em História). 2004, 205 fl. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado:** os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). 2008. 434 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

- FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG). 2003. 290 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- FLORIANI, Guilherme dos Santos. **História florestal e sócio-lógica do uso do solo na região dos Campos de Lages no século XX**. 2007, 233 fl. Dissertação (Mestrado em Manejo do Solo) – Centro de Ciências Agroveterinárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Lages, 2007.
- LAZARIN, Katiúscia Maria. **Fanáticos, rebeldes e caboclos**: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003). 2005. 146 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- LENZI, Alexandre. **Desempenho animal e produção de forragem em dois sistemas de uso da pastagem**: pastejo contínuo & Pastoreio Racional Voisin. 2003, 133 fl. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997. 220 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1997.
- MORETTO, Samira Peruchi Moretto. **Remontando a floresta**: a implementação do *Pinus* e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990). 2010, 285 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950-1997. 2000. 286 fl. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000;
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. 2000. 258f. Tese (Doutorado em

Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PERES, Jackson Alexsando. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xocleg em Santa Catarina (1850-1914)**. Dissertação (Mestrado em História). 2009, 81 fl. Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina 2009.

PERIN, Susana da Silva. **Tropeirismo e o surgimento de Barracão**. 2001, 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em História e Geografia do Cone Sul). Centro de Educação, Humanas e Letras, Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2001.

SILVA, Fernando João da. **A divisão político-administrativa do Estado de Santa Catarina: do passado ao presente**. 2008, 255 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOUTO, Luiz Carlos Damian . **Florestamento com *Pinus* e pecuária em campo nativo: complementaridade e concorrência no uso das terras do planalto catarinense**. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

THOMÉ, Nilson. **Ciclo da madeira: história e devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira de pinho na Região do Contestado no século XX – o caso de Caçador**. 1994, 96p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 1994.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber! Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929**. 2006, 207 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. **Geossistemas de Santa Catarina**. 1998, 330 fl. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de

Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro, Rio Claro, 1998.

ZILLER, Sílvia Renate. A Estepe Gramíneo-Lenhosa no Segundo Planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque à contaminação biológica. In: **Instituto Hórus**. Disponível em: <<http://www.institutohorus.org.br/download/artigos/Contbiocampostese.pdf>>. Acesso em 9 de junho de 2011.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Sobre Santa Catarina

ABREU, Alcides. Panorama da economia catarinense. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (org.) **Ensaio sobre a economia catarinense**. Florianópolis: EDEME, 1970.

AGOSTINI, Estelamaris; BELTRAME, Ângela da Veiga. Da pecuária ao pínus: as transformações na paisagem do planalto de Lages. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruda; BUSS, Maria Dolores (orgs). **Geografias entrelaçadas: ambiente rural e urbano no Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Criciúma, Ed. da UNESCO, 2005.

AIRES DE CASAL, Manoel de **Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

ALMEIDA, Coracy Pires de. **Curitibanos, terra promissora**. Curitibanos: [s.n.], 1971.

AREND, Sílvia Maria Fávero. Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BLASI, Paulo. **Campos Novos: um pouco de sua história**. Florianópolis: Edeme, 1994.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOITEUX, José. **O Estado de Santa Catharina na Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro: Alexandre Borges & C, 1912.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. Ed. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/FCC, 1991.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado: tempo do camponês, espaço da propriedade privada**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme**. Vol. 1. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982a.

_____. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no Sertão da Terra Firme. Vol. 3. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982b.

_____. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no Sertão da Terra Firme. Vol. 4. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982c.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, v. 1.

_____. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918, v. 2.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”)**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FELIPPE, Euclides. **O último jagunço**: folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: Unc, 1995.

_____. O caminho das tropas em Curitiba. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira *et. al* (orgs) **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

FELISBINO, Pedro Aleixo. **Voz de caboclo**: a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

FREY, Willy. **Reflorestar é a solução**. Curitiba: Sépia Editora, 2003.

_____. **Lá nos Frai**. Curitiba: Sépia Editora, 2005.

GOULARTI Filho, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco**: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Unoesc, 2003.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas em Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

LAZZARINI, Sérgio. Estrutura da população de Campos Novos (SC): 1872-1940. In: HEINSFELD, Adelar (Org.) **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEMONS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

LOPES, Gentila Porto. **Glória de pioneiros – vale do Rio do Peixe-SC**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos**: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, Ufsc, 2001.

_____. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplan, 1986.

MARCON, Frank. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. In: HEINSFELD, Adelar (org). **A região em perspectiva**: Diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001.

MARTINS, Romário. **Lages**: histórico de sua fundação até 1821. Curitiba: Typ. Da Livraria Economica, 1910.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997. Campo Grande: UFMS, 1998.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. Série Universidade, n. 2.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

OLINGER, Glauco. **Política Agrária**. Florianópolis: Divisão de Informação da Acaresc, 1964.

_____. **Siga este livro e crie suínos**. 3. Ed. Florianópolis: [s.l], 1969.

OLIVEIRA, S.C; CAMPOS, M. **Focalizando Curitiba e Campos Novos**. São Paulo: [s. n.], 1957.

PELUSO Júnior, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/Fcc, 1991.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: as raízes da rebeldia. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Ufsc/Lunardelli, 1983.

_____. **A colonização de Santa Catarina**. 3. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaios, n. 23.

RAMOS, Vidal. **Notas sobre a fundação de Lages**. [s.l.] Departamento de Estatística e Publicidade, Estado de Santa Catarina, 1939. Publicação n. 13.

REITZ, Raulino. **Santa Bárbara**: primeiro núcleo de colonização alemã em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Raízes e pioneiros do Planalto Médio**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1991.

_____. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992. Coleção Estante Paranista, n. 36.

_____. O Alferes Atanagildo Pinto Martins e o Passo do Pontão. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira *et. al* (orgs) **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

SANTA CATARINA. **Indicador Agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação Agronômica e de Veterinária do Estado:** (1895-1920) uma abordagem história sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

SANTOS, Osman Gomes. Sistema de pastagens para a criação bovina pelo método Voisin. In: ALMEIDA, Coracy Pires de. **Nossa terra, nossa gente.** Curitiba: [s.n.], 1968.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil:** a dramática experiência dos Xocleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. **Educação e sociedade tribais.** Porto Alegre: Movimento, 1975.

_____. A modernidade chega pelo trem. In: SANTOS, Silvio Coelho (org). **Santa Catarina no século XX.** Florianópolis: Ufsc/FCC Edições, 2000.

_____. **Nova história de Santa Catarina.** 5. ed. Florianópolis: Ufsc, 2004.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual:** a experiência do Plameg. Florianópolis: UFSC, 1985.

SERPA, Élio Cantalício. **A Guerra do Contestado (1912-1916).** Florianópolis: Ufsc, 1999. Coleção Rebento.

THOMÉ, Nilson. **Família Corrêa de Mello:** raízes da história de Caçador. 2. ed. Caçador: Fearpe, 1982.

VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional: o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (orgs). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul.** Porto Alegre: Edições EST, 2004.

_____. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org). **História faz história: contribuições ao estudo da história regional**. Concórdia: UnC, 2006.

VIEIRA DA ROSA, José. **Chorographia de Santa Catarina**. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1905.

_____. **Apontamentos para a segunda edição da Chorographia de Santa Catharina – município de Lages**. Florianópolis: Escola de Aprendizes Artífices, 1915.

Geral

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 5 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. Dão Paulo: Edusp, 2007.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. vol 1. Curitiba: Grafi-par, 1969.

BEHLING, Hermann. et al. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, Valério de Patta *et. al.* **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Nilo, **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BERTRAND, Georges. Por uma história ecológica da França rural: o impossível quadro geográfico. In: BERTRAND, Georges, BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Editora Massoni, 2007.

BLACK, Jeremy. **Mapas e história: construindo imagens do passado**. Bauru: Edusc, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLDRINI, Ilsi Job. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério de Patta *et. al.* **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná**. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3. Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

_____. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs) **Paisagens textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato;

ROSENDAHL, Zeny (orgs) **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2. Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa**: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF; Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro. Apresentação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

_____. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. 2. Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

_____. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (orgs). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**, 2. Ed. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2004.

DINIZ, João Maria Ferraz. **A medicina tropeira nas paragens do Iapó**. Castro: Museu do Tropeiro, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA. v. 5. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FALCÃO, Felipe. Dos corretos enganos e de outros desacertos: a presença portuguesa no Sul da América. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina:** séculos XVI a XIX. Florianópolis: Ufsc, 2004.

FARIA, Izabel Mendonça *et al.* Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, Anita, PINEIRO, Diego. (Orgs.) **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. Volume XXXI: Paraná.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. Volume XXXII: Santa Catarina.

FRANCO, Francisco Soares. **Dicionário de Agricultura.** V. 1. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, Agnes; THÉTARD, Philippe (Orgs.) **Questões para a história do presente.** Bauru: Edusc, 1999.

FUNES, Eurípedes. Mocambos do trombetas: memória e etnicidade (séculos XIX e XX). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (orgs). **Os senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GREGORY, Valdir. **Eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Unioeste, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HERMANN, Maria Lúcia de Paula; ROSA, Rogério de Oliveira. Relevo. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**: região Sul. V. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries estatísticas retrospectivas**, v. II, tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**: região Sul. V. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

LINDMANN, Carl Axel Magnus. **A vegetação do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1974.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.

LOZANO, Jorge E. A. Prática e estilos de pesquisa na História Oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975. Coleção Pioneira de Ciências Sociais

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Romário. **Bandeiras e bandeirantes em terras do Paraná (1532-1839)**. Curitiba: Editora Guaíra Limitada [s.d.]. Coleção Caderno Azul, n. 25.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1991. Coleção Cidade Aberta.

MATTOS, João Rodrigues. **O pinheiro brasileiro**. São Paulo: Grêmio Politécnico DLP, 1972.

McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

MELADO, Jurandir. **Manejo de pastagem ecológica**: um conceito para o terceiro milênio. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olíndina Vianna; Silva, Solange Tietzmann (org). **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MORAN, Emilio F. Interações homem-ambiente em ecossistemas florestais: uma introdução. In: MORAN, Emilio F.; MUSSOI, Eros Marion. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULOLO, Maria Igenes Silveira;

SCHMIDT, Wilson (orgs). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

OSTROM, Elinor (orgs.). **Ecossistemas florestais**: interações homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edusp, 2009.

NIMER, Edmon. Clima. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**: região Sul. V. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Edições do Senado Federal, v. 27.

OVERBECK, Gerhard Ernst *et. al.* Os Campos Sulinos: Um bioma negligenciado. In: PILLAR, Valério de Patta *et. al* (orgs). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial, volume III**: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. **História da Capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Edições do Senado Federal, v. 25. In: **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. Série Revisão, n. 1.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnico-agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

REASER, Jamie K.; GALINDO-LEAL, Carlos; ZILLER, Silvia Renate. Visitas indesejadas: a invasão de espécies exóticas. In: GALINDO-LEAL, Carlos; CÂMARA, Ibsen de Gusmão (orgs). **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Gislene Aparecida. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Iniciativas Editoriais, 1965. 3v.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Lígia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. 4. Ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. As florestas vão desaparecer? Um retrato da situação ambiental do país. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. (Org). **Que país é esse?** Pensando o Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Alten (org). **Lavouras da destruição**: a (im)posição do consenso. Pelotas: Ufpel, 2009.